PETER SINGER

Nascido em 1946 na Austrália, o filósofo e bioético Peter Singer iniciou sua carreira acadêmica em 1971, ensinando ética na Universidade de Oxford. Em 1977, Singer tornou-se professor de filosofia na Universidade de Monash, em Melboume, onde entrou para o Centro para a Bioética Humana, que se dedica a estudar as implicações morais das descobertas biomédicas, e ao qual esteve ligado até 1992. Desde 1999 Singer dá aulas no Centro para os Valores Humanos da Universidade de Princeton.
Além de *Libertação Animal (*1975*),* Peter Singer é autor de *Ética Prática (*1979*)* e *How Are We To Live? (*1993*).*

Peter Singer

Libertação Animal

Título original:
ANIMAL LIBERATION
1975, por Peter Singer

Para Richard e Mary, e Ros e Stan, e - em especial - para Renata.

Esta edição é ainda dedicada a todos os que mudaram as suas vidas para tornar mais próxima a Libertação Animal. Foram eles que tornaram possível acreditar que o poder do raciocínio ético pode sobrepor-se aos interesses da nossa espécie.

Índice

Prefácio à edição de 1975

Este livro fala da tirania dos animais humanos sobre os não-humanos. Esta tirania provocou e provoca ainda hoje dor e sofrimento só comparáveis àqueles resultantes de séculos de tirania dos humanos brancos sobre os humanos negros. A luta contra esta tirania é uma luta tão importante quanto qualquer outra das causas morais e sociais que foram defendidas em anos recentes.

A maior parte dos leitores considerará que aquilo que acabou de ler é um exagero completo. Há cinco anos, também eu teria feito graça das afirmações que agora escrevo seriamente. Há cinco anos, eu não sabia o que sei hoje. Se você ler este livro atentamente, prestando especial atenção aos capítulos 2 e 3, saberá tanto quanto eu acerca da opressão dos animais, e que é possível incluir num livro de tamanho razoável. Depois, poderá julgar o parágrafo inicial: será exagero ou a constatação sóbria de uma situação praticamente desconhecida do grande público? Tudo o que peço é que suspenda o seu julgamento até ter lido o livro.

Pouco tempo após ter começado a trabalhar neste livro, a minha mulher e eu fomos convidados para tomar chá - vivíamos então na Inglaterra - por uma senhora que sabia que eu tencionava escrever sobre animais. Ela própria se interessava bastante sobre o tema, disse, e tinha uma amiga que já tinha escrito um livro sobre animais e gostaria muito de nos conhecer.

Quando chegamos, a amiga da nossa anfitriã já lá se encontrava e, realmente, mostrou muita vontade de falar sobre animais. "Adoro animais," começou ela. "Tenho um cão e dois gatos, e, sabem, dão-se todos extremamente bem. Conhecem a Sra. Scott? Ela dirige um hospital para animais de estimação doentes..." e por aí afora. Fez uma pausa enquanto se servia do chá, pegou um sanduíche de presunto, e perguntou-nos que animais de estimação tínhamos.

Dissemos-lhe que não tínhamos animais de estimação. Pareceu um pouco surpreendida, e mordiscou o sanduíche. A nossa anfitriã, que tinha acabado de servir os sanduíches, juntou-se a nós e retomou a conversa: "Mas é verdade que se interessa por animais, não é, Sr. Singer?"

Tentamos explicar que nos interessava evitar o sofrimento e os maus tratos; que nos opúnhamos à discriminação arbitrária; que considerávamos errado infligir sofrimento desnecessário a outro ser, mesmo não sendo esse ser membro da nossa espécie; e que acreditávamos que os animais eram explorados de forma impiedosa e cruel pelos humanos, e queríamos que tudo isto fosse alterado. Para além disto, os animais não nos "interessavam" especialmente. Nenhum de nós tinha gostado excessivamente de cães, gatos ou cavalos, ao contrário de algumas pessoas. Não "adorávamos" animais. Queríamos simplesmente que eles fossem tratados como os seres independentes e sencientes que são, e não como um meio para os fins humanos - como tinha sido tratado o porco cuja carne estava agora nos sanduíches servidos pela nossa anfitriã.

Este livro não é sobre animais de estimação. Não é provável que constitua uma leitura confortável para aqueles que consideram que o amor pelos animais só se exprime fazendo uma festa ao gato ou dando comida aos pássaros do jardim. Destina-se, ao contrário, às pessoas que se preocupam com o fim da opressão e da exploração, onde quer que estas se encontrem, e pretendem que o princípio moral básico da igual consideração de interesses não se restrinja arbitrariamente à nossa própria espécie. A presunção de que é necessário ser "amante dos animais" para se interessar por estes assuntos constitui, em si mesma, uma indicação da ausência da menor idéia de que os padrões morais que aplicamos aos seres humanos deveriam abranger os outros animais. Ninguém, exceto um racista que pretenda insultar os seus adversários chamando-lhes "amantes dos pretos", sugeriria que se tem que adorar as minorias raciais - ou considerá-las engraçadas e fofinhas - para mostrar preocupação pela forma como são maltratadas. Sendo assim, por que presumir isto relativamente às pessoas que trabalham para a melhoria das condições dos animais?

O retrato daqueles que protestam contra a crueldade para com os animais como "amantes dos animais", sentimentais e emotivos, teve como consequência a exclusão de toda essa questão do nosso tratamento dos não-humanos do debate político e moral sério. É fácil ver porque fazemos isto. Se considerarmos seriamente a questão, se, por exemplo, virmos de perto as condições em que os animais vivem nas explorações pecuárias modernas que produzem a carne que consumimos, podemos sentir-nos pouco à vontade em relação a sanduíches de presunto, à carne assada, à galinha frita e a todos os ingredientes da nossa dieta que preferimos não considerar como animais mortos.

Este livro não faz apelos sentimentais à simpatia por animais "fofinhos". Não me choca mais a morte de cavalos ou cães com fins alimentares do que a morte de porcos para o mesmo fim. Quando o Ministério da Defesa dos Estados Unidos descobriu que a utilização de beagles nos testes de gases letais provocara uma onda de protestos e resolveu usar ratos, não me considerei satisfeito. Este livro constitui uma tentativa de pensar atenta e coerentemente a questão de como devemos tratar os animais não-humanos. No processo do raciocínio, expõe os preconceitos que subjazem às nossas atitudes e comportamentos atuais. Nos capítulos que descrevem o que essas atitudes significam em termos práticos - como os animais sofrem devido à tirania dos seres humanos -, existem fatos que despertarão alguns sentimentos. Estes, espero, serão sentimentos de raiva e indignação, que surgirão juntamente com a vontade de fazer algo quanto às práticas descritas. No entanto, em lugar nenhum deste livro eu faço apelo a sentimentos do leitor que não se possam basear na razão. Havendo coisas desagradáveis, seria desonesto tentar descrevê-las de uma forma neutra que ocultasse a sua verdadeira "desagradabilidade". Não é possível escrever objetivamente sobre as experiências conduzidas pelos "médicos" dos campos de concentração nazistas naquelas que eram consideradas criaturas "sub-humanas" sem despertar sentimentos; o mesmo se aplica à descrição de algumas das experiências levadas a cabo hoje em dia em seres não-humanos em laboratórios dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha e de outros países. No entanto, a justificação essencial para a oposição a ambos os tipos de experiências não é emocional. É um apelo a princípios morais básicos que todos aceitamos, e é a razão - e não o sentimento - que exige a aplicação destes princípios às vítimas de ambos os tipos de experiências.

O título deste livro tem implícita uma idéia séria. É necessário um movimento de libertação que dê fim aos preconceitos e à discriminação baseados em características arbitrárias como a raça ou o gênero. O exemplo clássico é o movimento de Libertação dos Negros. A imediata atratividade deste movimento e o seu sucesso inicial, embora limitado, tornou-o num modelo para os outros grupos oprimidos. Depressa nos familiarizamos com o movimento de Libertação dos Homossexuais e de movimentos em prol dos índios americanos ou dos americanos falantes de castelhano. Quando um grupo maioritário - as mulheres - iniciou a sua campanha, alguns pensaram que se tinha atingido o fim. A discriminação baseada no gênero, disse-se, era a última forma de discriminação a ser universalmente aceita e praticada aberta e assumidamente, mesmo naqueles círculos liberais que há muito se orgulhavam da sua ausência de preconceitos relativamente às minorias raciais.

Devemos sempre acautelar-nos ao falar da "última forma de discriminação subsistente". Se aprendemos alguma coisa com os movimentos de libertação, deve ter sido precisamente a dificuldade de reconhecimento de preconceitos latentes nas nossas atitudes relativamente a grupos específicos, até esses preconceitos nos serem apontados ostensivamente.

Um movimento de libertação exige o alargamento dos nossos horizontes. As práticas que anteriormente eram consideradas naturais e inevitáveis passam a ser vistas como resultado de um preconceito injustificável. Quem pode afirmar com alguma confiança que nenhuma das suas atitudes e práticas pode ser posta legitimamente em causa? Se desejamos evitar ser contados entre os opressores, devemos estar dispostos a repensar as nossas atitudes face aos outros grupos, incluindo as mais básicas. Devemos considerar as nossas atitudes do ponto de vista daqueles que sofrem devido a elas e devido às práticas que lhes estão associadas. Se conseguirmos proceder a esta invulgar mudança de perspectiva mental, talvez consigamos descobrir um padrão nas nossas atitudes e práticas cujo objetivo é o favorecimento constante do mesmo grupo - geralmente o grupo ao qual nós mesmos pertencemos - à custa de outro grupo. Chegamos assim à conclusão de que há argumentos a favor do aparecimento de um novo movimento de libertação.

O objetivo deste livro é levar o leitor a proceder a esta mudança de perspectiva mental nas suas atitudes e práticas relativas a um grupo muito vasto de seres: os membros das espécies que não a nossa. Acredito que as nossas atitudes atuais para com estes seres se baseiam numa longa história de preconceitos e discriminação arbitrária. Defendo que não pode haver qualquer razão - com exceção do desejo egoísta de preservar os privilégios do grupo explorador - para a recusa de inclusão de membros de outras espécies no princípio básico da igualdade. Peço ao leitor que reconheça que as suas atitudes relativas a membros de outras espécies constituem uma forma de preconceito não menos condenável do que o preconceito aplicado ao gênero ou raça de uma pessoa.

Em comparação com outros movimentos de libertação, o movimento de Libertação Animal apresenta várias dificuldades. A primeira, e mais óbvia, é o fato de os membros do grupo explorado não poderem, por eles mesmos, protestar de forma organizada contra o tratamento que recebem (embora possam protestar, e o façam o melhor que podem, individualmente). Temos de ser nós a falar em nome daqueles que não podem fazer isso por si próprios. É possível constatar a gravidade dessa dificuldade se perguntarmos a nós próprios quanto tempo teriam de ter esperado os negros pela igualdade de direitos se não tivessem sido capazes de falar por si mesmos e de exigir tal igualdade. Quanto menos um grupo for capaz de se tornar visível e de se organizar contra a opressão, mais facilmente será oprimido.

Ainda mais significativo para o futuro do movimento de Libertação Animal é o fato de quase todos os elementos do grupo opressor estarem diretamente relacionados com a opressão, considerando-se beneficiários desta. Efetivamente, existem poucos humanos capazes de considerar a opressão dos animais com o afastamento que tiveram, por exemplo, os brancos do Norte ao debaterem a instituição da escravatura nos estados do Sul da União. As pessoas que comem diariamente pedaços de seres não-humanos abatidos consideram difícil crer que estão a agir incorretamente; e também consideram difícil imaginar que outra coisa poderiam comer. Nesta questão, todos os que comem carne são parte interessada. Beneficiam-se - ou, pelo menos, julgam se beneficiar - da desconsideração atual dos interesses dos animais não-humanos. Isto torna a persuasão mais difícil. Quantos proprietários de escravos do Sul se convenceram com os argumentos avançados pelos abolicionistas do Norte, atualmente aceitos por quase todos nós? Alguns, mas não muitos. Posso pedir, e peço mesmo, que ponham de lado o seu interesse no consumo de carne ao considerarem os argumentos contidos neste livro, mas sei, de experiência própria, que mesmo com a melhor vontade do mundo isto não é fácil de se conseguir: subjacentes ao desejo momentâneo de comer carne numa ocasião particular, estão muitos anos de consumo habitual de carne que condicionaram a nossa atitude para com os animais.

Hábito. Esta é a barreira final que o movimento de Libertação Animal enfrenta. Hábitos não só dietéticos, mas também de pensamento e linguagem, que têm de ser postos em causa e alterados. Os hábitos de pensamento levam-nos a rejeitar as descrições de crueldade para com os animais, considerando-as emotivas e destinadas apenas a "amantes dos animais"; ou, se não isso, fazem-nos crer que, de qualquer forma, o problema é tão trivial em comparação com os problemas enfrentados pelos seres humanos que nenhuma pessoa sensata gastaria com ele tempo e atenção. Também isto é um preconceito - pois como se pode saber que um problema é trivial até se ter despendido algum tempo a analisar a sua dimensão? Embora, por forma a permitir um tratamento mais completo, este livro trate de apenas duas das muitas áreas em que os humanos provocam sofrimento aos outros animais, não creio que qualquer pessoa que o leia até ao fim fique a pensar que os únicos problemas que merecem tempo e energia são os problemas que dizem respeito aos humanos.

Os hábitos de pensamento que nos levam a desconsiderar os interesses dos animais podem ser postos em causa, tal como se faz nas páginas seguintes. Este desafio tem de ser expresso numa língua que, neste caso, é o português. A língua portuguesa, como outras línguas, reflete os preconceitos dos seus utilizadores. Assim, para os autores que desejam pôr em causa estes preconceitos, aparece uma dificuldade bem conhecida: ou utilizam a sua língua, que reforça os próprios preconceitos que desejam questionar, ou não conseguem se comunicar com o público. Este livro constitui já, por força das circunstâncias, uma concessão à primeira destas vias. Utilizamos comumente o termo "animal" para designar os "animais que não os seres humanos" Esta utilização destaca os humanos dos outros animais, implicando que nós próprios não somos animais - uma implicação que qualquer pessoa que tenha recebido lições elementares de biologia reconhecerá como falsa.

Na mente popular, o termo "animal" reúne seres tão diferentes como ostras e chimpanzés, colocando um fosso entre chimpanzés e humanos, embora a nossa relação com esses símios seja muito mais próxima do que a deles com as ostras. Uma vez que não existe uma outra designação breve para os animais não-humanos, tive de usar, no título e noutras instâncias do livro, a palavra "animal" como se ela não incluísse o animal humano. Esta é uma falha lamentável em termos de pureza revolucionária, mas parece ser necessária para conseguir uma comunicação eficaz. No entanto, e para recordar que isto é apenas uma questão de conveniência, utilizarei ocasionalmente modos mais extensos e precisos de me referir àquela que foi em tempos chamada "criação bruta". Noutros casos, tentei também evitar a utilização de uma linguagem que tenda a degradar os animais ou a disfarçar a natureza da comida que ingerimos.

Os princípios básicos da Libertação Animal são muito simples. Tentei escrever um livro claro e fácil de entender, que não requeresse conhecimentos particulares de qualquer tipo. No entanto, é necessário começar com uma análise dos princípios que formam a base daquilo que tenho a dizer. Apesar de não haver nesta obra nada que seja de compreensão difícil, os leitores não familiarizados com este tipo de análise poderão considerar o primeiro capítulo muito abstrato. Não se assustem. Nos capítulos seguintes passamos aos pormenores pouco conhecidos acerca da forma como a nossa espécie oprime as outras que se encontram sob o seu domínio. Não há nada de abstrato nesta opressão nem nos capítulos que a descrevem.

Se as recomendações sugeridas nos capítulos seguintes fossem aceitas, pouparia-se uma dor imensa a milhões de animais. Mais ainda, milhões de humanos tirariam igualmente proveito dessa mudança. Enquanto escrevo, há pessoas que morrem de fome em muitos locais do mundo, e muitas mais encontram-se em perigo iminente de morte por subnutrição. O govemo dos Estados Unidos da América afirmou que, devido a colheitas escassas e a existências reduzidas de cereais, apenas podia fornecer um auxílio limitado - e inadequado; mas, como se torna claro no capítulo 4 deste livro, a acentuada ênfase na criação de gado por parte das nações ricas leva ao desperdício de várias vezes a comida produzida. Se cessarmos de criar e matar animais para consumo, poderemos disponibilizar tanta comida para os humanos que esta, distribuída de forma correta, erradicaria a fome e a subnutrição do nosso planeta. A Libertação Animal é também a Libertação Humana.

Prefácio à nova edição

Reler o prefácio original deste livro é como regressar a um mundo semi-esquecido. As pessoas que demonstram preocupação pelos animais já não me oferecem sanduíches de presunto. Nos grupos do movimento da Libertação Animal, os ativistas são agora todos vegetarianos; mas mesmo no movimento mais conservador, a favor do bem-estar dos animais, existe alguma consciência da questão do consumo de animais como alimentação humana. Os que o fazem sentem-se constrangidos e prontificam-se a fornecer alternativas quando preparam refeições para terceiros. Existe uma nova consciência da necessidade de estender as simpatias aplicadas agora aos gatos e cães também a porcos, galinhas e mesmo ratos de laboratório.

Não tenho certeza de qual seja a responsabilidade do livro *Libertação Animal* nesta alteração. Os jornalistas de revistas populares apelidaram-no "bíblia do movimento de libertação animal". Não posso deixar de me sentir lisonjeado, mas, ao mesmo tempo, sinto-me pouco à vontade. Não acredito em bíblias: nenhum livro tem o monopólio da verdade. Em todo o caso, nenhum livro pode conseguir seja o que for se não tocar os leitores. Os movimentos de libertação dos anos 60 tornaram a Libertação Animal um passo seguinte óbvio: este livro apenas reuniu os argumentos e deu-lhes uma forma coerente. O resto foi feito por algumas pessoas excelentes, eticamente empenhadas e trabalhadoras incansáveis - primeiro um punhado de pessoas, depois centenas, e, gradualmente, milhares e, agora, talvez milhões - que constituem o movimento de Libertação Animal. Dediquei-lhes esta edição revista porque, sem eles, a primeira edição teria conhecido o destino do livro de Henry Salt, *Animal's Rights,* publicado em 1892 e deixado a acumular pó nas prateleiras da biblioteca do Museu Britânico até, oitenta anos mais tarde, uma nova geração reformular os argumentos, tropeçar em referências obscuras e descobrir que já tudo tinha sido dito, mas sem resultado.

Desta vez não será em vão. O movimento cresceu demais para isso. Já se alcançaram importantes benefícios para os animais. Outros ainda maiores estão por vir. A Libertação Animal é agora um movimento mundial e constituirá uma questão importante durante ainda muito tempo.

As pessoas perguntam-me muitas vezes se estou satisfeito com o modo como o movimento cresceu. Pela maneira como formulam a questão, é claro que esperam que eu diga que nunca tinha sonhado que o livro pudesse ter tamanho impacto. Enganam-se. Pelo menos nos meus sonhos, todos os que lessem o livro diriam: "Sim, mas é claro..." e iriam imediatamente tornar-se vegetarianos, revoltados com o que fazemos aos animais, para que mais pessoas tivessem conhecimento da mensagem da Libertação Animal, e pelo menos as formas mais extremas e desnecessárias de sofrimento dos animais terminariam devido a uma irresistível onda de protesto público.

É verdade que tais sonhos eram contrabalançados pela minha consciência das dificuldades: o conservadorismo da maioria de nós no que se refere àquilo que metemos no estômago; os interesses econômicos que lutariam até o último milhão para defender o seu direito à exploração dos animais, para deles retirar o lucro máximo; e o peso sólido da história e da tradição, que apóiam as atitudes que justificam a exploração. Portanto, deu-me prazer receber cartas e encontrar muitas, muitas pessoas que leram o livro e disseram: "Sim, mas é claro...", deixando de comer animais e tornando-se membros ativos do movimento de Libertação Animal. Retirei ainda mais prazer, claro, do fato de, depois de tantos anos de luta levada a cabo por tantas pessoas, o movimento de Libertação Animal ter se tornado uma realidade política e social. Mas, mesmo assim, não basta; nem sequer está lá perto. Como esta edição mostra claramente, o movimento teve ainda um impacto muito restrito nas principais formas de exploração dos animais.

O livro *Libertação Animal* foi publicado pela primeira vez em *1975* e, desde então, tem sido editado quase sem alterações. Há agora três aspectos que se encontram já prontos a ser revistos. Em primeiro lugar, quando o livro surgiu não existia o movimento de Libertação Animal. A própria designação era desconhecida e não existiam grandes organizações - e muito poucas pequenas - que se dedicassem à implementação de alterações radicais nas nossas atitudes e práticas para com os animais. Quinze anos depois, é decididamente estranho que um livro intitulado *Libertação Animal* não faça referência à existência do moderno movimento de Libertação Animal e, por conseguinte, não comente o rumo assumido pelo mesmo.
Em segundo lugar, a emergência do movimento de Libertação Animal tem sido acompanhada por um aumento incrível da quantidade de literatura produzida sobre este assunto - muita dela consistindo em comentários sobre a posição assumida na primeira edição deste livro. Também passei longas noites discutindo tanto as questões filosóficas como as conclusões práticas com amigos e companheiros de trabalho do movimento de Libertação Animal. Era necessária alguma reação a todo este debate, mesmo que fosse só como indicação do ponto até ao qual eu alterara ou não as minhas opiniões.

Finalmente, o segundo e terceiro capítulos deste livro descrevem aquilo que as nossas atuais atitudes relativamente aos animais significam em duas áreas principais da utilização dos animais: experimentação e criação. Mal comecei a ouvir as pessoas dizerem coisas como "Claro, as coisas melhoraram muito desde que isso foi escrito...", percebi que era necessário documentar o que está agora a acontecer nos laboratórios e nas explorações pecuárias, apresentando aos leitores descrições que não podem ser rejeitadas com o argumento de pertencerem a uma era das trevas distante.

Estas novas descrições constituem a maior parte das diferenças existentes entre esta e a edição anterior. No entanto, resisti às sugestões que me foram feitas no sentido de incluir descrições semelhantes de outros tipos de abuso dos animais. O objetivo do material factual não é servir como um relatório exaustivo do modo como tratamos os animais; é antes, como afirmo no final do primeiro capítulo, revelar de uma forma séria, clara e concreta as implicações da concepção filosófica mais abstrata do especismo, apresentada no primeiro capítulo. A omissão de consideração da caça e das armadilhas, da indústria dos curtumes e das peles, do abuso dos animais de estimação, dos rodeios, dos jardins zoológicos e dos circos não significa que estas questões são menos importantes, mas, antes, que os dois exemplos fulcrais da experimentação e da produção alimentar são suficientes para o que pretendo.

Decidi não responder a todas as objeções levantadas pelos filósofos acerca dos argumentos éticos desenvolvidos no livro. Fazê-lo implicaria a alteração da natureza do próprio livro, que se transformaria numa obra de filosofia acadêmica, com interesse para os meus colegas de profissão, mas enfadonha para o leitor comum. Ao invés, optei por indicar, nos locais pertinentes do texto, outros escritos onde se podem encontrar as minhas respostas a determinadas objeções. Também reescrevi uma passagem, no capítulo final, por ter mudado de opinião relativamente a um aspecto filosófico que tem apenas uma relação periférica com a fundamentação ética sobre a qual se assenta a argumentação apresentada neste livro. No que diz respeito a esta fundamentação, já a lecionei, referi em conferências e seminários de departamentos de filosofia, e discuti amplamente, tanto verbalmente como por escrito. Nunca se me depararam objeções inultrapassáveis, nada que me levasse a pensar que os argumentos éticos simples em que se baseia o livro não são sólidos. Tem sido reconfortante perceber que muitos dos meus mais respeitados colegas de área do conhecimento concordam comigo. Assim, esses argumentos são mantidos neste livro, inalterados.

Assim, resta o primeiro dos três aspectos que necessitam de ser atualizados e que mencionei acima: uma referência ao movimento de Libertação Animal e à sua evolução.

Refiro-me a algumas das principais campanhas e vitórias do movimento tanto nas descrições da experimentação laboratorial e da criação intensiva como no capítulo final desta edição revista. Não tentei descrever as campanhas em pormenor, uma vez que alguns dos ativistas mais importantes já o fizeram num livro intitulado *In Defense of Animals,* que editei não há muito tempo. Mas há uma questão importante para o movimento que precisa ser abordada num local proeminente deste livro, e faço-o aqui. Trata-se da violência.

Os ativistas aplicaram vários meios para se aproximarem do objetivo do movimento de Libertação Animal. Alguns procuraram alertar o público, distribuindo folhetos e escrevendo cartas para jomais. Outros exerceram pressão junto aos funcionários governamentais e aos seus representantes eleitos, com assento no Parlamento ou no Congresso. As organizações de ativistas promoveram manifestações e protestos no exterior de locais onde se inflige sofrimento aos animais para servir objetivos humanos menores. Mas muitos impacientaram-se com a evolução lenta conseguida por estes meios e pretenderam agir mais diretamente para fazer cessar de imediato o sofrimento.

Ninguém que compreenda aquilo que os animais suportam pode criticar tal impaciência. Perante a contínua atrocidade, é muito pouco sentar-se e escrever cartas. Há necessidade de ajudar os animais imediatamente. Mas como? Os habituais canais legítimos de protesto político são lentos e incertos. Deveria-se arrombar as portas e libertar os animais? Isso é ilegal, mas a obrigação de obediência à lei não é absoluta. Ela foi justificadamente infringida por aqueles que ajudaram os escravos em fuga no Sul americano, para mencionar apenas uma comparação possível. Um problema mais sério reside no fato de a libertação literal dos animais dos laboratórios e das unidades de criação poder ser apenas um gesto simbólico, pois os investigadores vão se limitar a pedir mais um lote de animais, e quem conseguirá encontrar casa para mil porcos ou l00 mil galinhas? Os *raids* efetuados pelos grupos da Animal Liberation Front, em vários países, têm sido mais eficazes quando obtêm provas da violência exercida sobre os animais que, de outra forma, não seriam conhecidas. No caso do *raid* ao laboratório do Dr. Thomas Genriarelli, na Universidade da Pensilvânia, por exemplo, as fitas de vídeo conseguidas forneceram a prova que finalmente convenceu até mesmo o ministro dos serviços humanos e de saúde de que as experiências tinham que cessar. É difícil imaginar outra forma de alcançar este resultado, e só posso louvar as pessoas corajosas, empenhadas e refletidas que planejaram e realizaram esta ação específica.

Mas há outras atividades ilegais de natureza bem diversa. Em 1982, um grupo auto-denominado "Animal Rights Militia" enviou cartas armadilhadas a Margaret Thatcher; em 1988, Fran Trutt, uma ativista a favor dos direitos dos animais, foi capturada enquanto colocava uma bomba no exterior dos escritórios da U. S. Surgical Corporation, uma empresa que vinha utilizando cães vivos para testar os seus instrumentos cirúrgicos de grampear. Nenhuma destas ações foi, de forma alguma, representativa do movimento de Libertação Animal. Nunca se tinha ouvido falar da Animal Rights Militia, tendo esta sido condenada de imediato por todas as organizações do movimento britânico de Libertação Animal. Trutt trabalhava isoladamente, e suas ações foram de imediato denunciadas pelo movimento americano. (As provas apresentadas sugeriram a existência de uma armadilha, pois ela foi conduzida aos escritórios da empresa por um informante pago, disfarçado, a soldo do consultor de segurança da U. S. Surgical Corporation.) No entanto, estas ações podem ser vistas como um dos extremos do espectro de ameaças e assédio de experimentadores, negociantes em peles e outros exploradores dos animais, e, portanto, é importante que os membros do movimento de Libertação Animal tornem clara a sua posição com relação a tais ações.

Seria um erro trágico que mesmo apenas uma pequena seção do movimento de Libertação Animal tentasse alcançar os seus objetivos ferindo pessoas. Alguns crêem que aqueles que fazem os animais sofrer merecem que também os façam sofrer. Não acredito na vingança, mas, mesmo que acreditasse, esta seria uma distração prejudicial à nossa tarefa de fazer cessar o sofrimento. Para o fazermos, é necessário mudar as mentes das pessoas da nossa sociedade. Podemos estar convencidos de que quem pratica a violência sobre os animais é completamente mau e insensível, mas nós próprios desceremos a esse nível se ferirmos ou ameaçarmos ferir essa pessoa. A violência apenas gera mais violência - isto é um lugar-comum, mas a sua verdade trágica pode constatar-se na meia dúzia de conflitos que se desenrolam neste momento no mundo. A força do argumento a favor da Libertação Animal reside no seu compromisso ético: ocupamos um território moral elevado - abandoná-lo será fazer o jogo daqueles que se opõem a nós.

A alternativa à via da violência é prosseguir o caminho dos dois maiores - e, não por acaso, melhor sucedidos - líderes dos movimentos de libertação do nosso tempo: Gandhi e Martin Luther King. Com uma coragem e uma determinação imensas, eles defenderam sempre o princípio da não-violência, apesar das provocações e, frequentemente, dos ataques violentos dos seus opositores. No final, tiveram sucesso porque a justiça das suas causas não pôde ser negada, e o seu comportamento tocou mesmo aqueles que se lhes tinham oposto. Os malefícios que infligimos às outras espécies são igualmente inegáveis, uma vez vistos com clareza; e é na justeza da nossa causa, e não no medo das nossas bombas, que residem as nossas possibilidades de vitória.

Agradecimentos

É prática corrente agradecer a todos aqueles que ajudaram na elaboração de um livro; mas, no caso presente, as minhas dívidas são de um tipo especial, que apenas pode ser definido através de uma breve narrativa.

No outono de 1970 eu era estudante de licenciatura na Universidade de Oxford. Embora me tivesse especializado em filosofia moral e social, não me tinha ocorrido - não mais do que ocorre à maioria das pessoas - que as nossas relações com os animais colocavam uma séria questão moral. Claro que eu sabia que alguns animais eram tratados de forma cruel, mas presumia que se tratava de abusos casuais que não constituíam indicação de algo seriamente errado.

A minha complacência foi perturbada quando conheci Richard Keshen, um colega de estudos em Oxford que era vegetariano. Durante um almoço, perguntei-lhe por que não comia carne e ele começou a falar das condições em que vivera o animal cuja carne eu estava a comer. Através de Richard e da sua mulher Mary, a minha mulher e eu travamos conhecimento com Roslind e Stanley Godlovitch, também vegetarianos, a estudar filosofia em Oxford. Nas longas conversas havidas com estes quatro - e, em particular, com Roslind Godlovitch, que tinha estabelecido a sua posição ética com um pormenor considerável - convenci-me de que ao comer animais participava de uma forma sistemática de opressão de outras espécies pela minha própria espécie. As idéias centrais deste livro tiveram origem nessas conversas.

Chegar a uma conclusão teórica é uma coisa; colocá-la em prática é outra. Sem o apoio e encorajamento da minha mulher, Renata, que também se convenceu de que os nossos amigos tinham razão, poderia estar ainda a comer carne, embora com a consciência pesada.

A idéia de escrever um livro surgiu depois da reação entusiástica à minha recensão de *Animals, Men and Morals*, editado por Stanley e Roslind Godlovitch e John Harris, e publicada no *The New York Review of Books* (5 de Abril de 1973). Agradeço aos editores do *The New York Review* por terem publicado esta análise voluntária de um livro sobre um tema que não estava na moda. No entanto, a recensão nunca se teria transformado num livro sem o incentivo e a ajuda de algumas pessoas e instituições. Assim:
Eleanor Seiling, da United Action for Animais, de Nova Iorque, possibilitou-me o acesso à coleção única de documentos na posse da sua organização, relativos à utilização experimental de animais; os resumos de Alois Acowitz dos relatórios dos experimentadores permitiram-me saber o que queria numa fração do tempo que, de outra forma, teria sido necessário despender.

Richard Ryder emprestou-me de forma generosa o material que tinha reunido para o seu próprio livro, intitulado *Victims of Science*.

Joanne Bower, da Farm and Food Society, de Londres, forneceu-me informações sobre as condições dos animais em unidades de criação intensiva da Grã-Bretanha.

Kathleen Jatinaway, da Vegan Society do Reino Unido, ajudou-me a encontrar relatórios sobre a adequação nutricional dos alimentos vegetais.

John Norton, da Animal Rescue League de Boston, e Martha Coe, dos Argus Archives de Nova lorque, forneceu os documentos relativos ao transporte e abate de animais nos Estados Unidos.

A Scottish Society for the Prevention of Vivisection ajudou na obtenção de fotografias de experiências com animais.

Dudley Giehl, do Animal Liberation Inc. de Nova lorque, permitiu-me a utilização de material que tinha recolhido acerca da exploração intensiva e do vegetarianismo.

Alice Herrington e Joyce Lambert, dos Friends of Animals de Nova lorque, auxiliaram-me de diversas formas, e Jim Mason, da mesma organização, conseguiu as visitas às unidades de criação intensiva.

O convite para assumir um lugar como convidado no Departamento de Filosofia da Universidade de Nova Iorque durante o ano letivo de 1973-74 ofereceu-me uma atmosfera favorável e um local ideal para investigar e escrever, e os meus colegas e estudantes teceram valiosos comentários e críticas. Também tive oportunidade de submeter as minhas opiniões sobre os animais ao escrutínio crítico dos estudantes e dos membros dos departamentos de filosofia das seguintes universidades: Brown University, Fordham University, Long Island University, North Carolina State University de Raleigh, Rutgers University, New York State University de Brockport, New York State University de Stony Brook, Tufts University, University of California de Berkeley, University of Miami e Williams College, e na Yale Law School e num encontro da Society for Philosophy and Public Affairs, em Nova Iorque. Os capítulos 1 e 6 deste livro se beneficiaram consideravelmente dos debates que se seguiram às minhas conferências.

Finalmente, tenho de agradecer aos redatores e editor do *The New York Review of Books* pelo seu apoio ao livro, e, em especial, a Robert Silvers, cujo sábio aconselhamento editorial melhorou consideravelmente o manuscrito original. Resta apenas acrescentar que quaisquer imperfeições remascentes são de minha inteira responsabilidade.

P. S.
Fevereiro de 1975

Agradecimentos da edição revista

Tantas pessoas, de todo o mundo, ajudaram a preparar esta edição revista, que certamente deixarei alguém de fora, fato pelo qual peço desculpa. Por vezes, a ajuda consistiu na leitura de rascunhos, outras vezes, no envio de material que me permitiu manter-me atualizado relativamente aos desenvolvimentos ocorridos em vários países. Eis uma lista, sem qualquer ordem específica: Don Barnes e Melinda Moreland da National Anti-Vivisection Society (EUA), Alex Hershaft do Farm Animal Reform Movement, MacDonald White e Ann St. Laurent da United Action for Animais, Joyce D'Silva e Carol Long da Compassion in World Farming, Clare Druce e Violet Spalding da Chickens'Lib, Henry Spira do Animal Rights International, Brad Miller da Humane Farming Association, Kim Stallwood e Carla Bennett da People for the Ethical Treatment of Animals, Peter Hamilton da Lifeforce, Maria Comninou da Ann Arbor Association for Responsible Animal Treatment, George Cave da Trans-Species Unfirnited, Paola Cavalieri da Etica & Animali de Milão, Birgitta Carlsson da Swedish Society Against Painful Experiments on Animals, Detlef Fölsch do Institute of Animal Sciences do Swiss Federal Institute of Technology, Charles Magel, John Robbins, Richard Ryder, Clive Hollands e Jim Mason.

São devidos agradecimentos especiais a Lori Gruen, que atuou como uma espécie de coordenadora nos Estados Unidos, reunindo novo material e ajudando-me a atualizar o material existente relativo aos capítulos sobre experimentação e criação intensiva. Também me fez valiosas sugestões com base num rascunho do livro integral. Por sua vez, Lori deseja agradecer, para além dos acima referidos, às seguintes pessoas que lhe passaram as informações: Diane Halverson do Animal Welfare Institute; Avi Magidoff, Jeff Diner e Martin Stephens, cujo trabalho sobre aspectos da experimentação com animais nos Estados Unidos se revelou um recurso valioso; e Ken Knowles e Dave Macauley.

As minhas revisões do capítulo sobre criação intensiva foram ainda auxiliadas por uma contribuição preparada com grande zelo e conhecimento por Suzanne Pope e Geoff Russell para a Australian and New Zealand Federation of Animal Societies. Os meus comentários acerca dos peixes e das pescas também receberam o contributo de outro excelente relatório, preparado para a Animal Liberation (Victoria) por Patty Mark.

Finalmente, devo de novo muito ao *The New York Review of Books*: a Robert Silvers, pelo seu apoio à idéia de uma nova edição e pela aplicação dos seus excelentes dotes críticos no processo da sua edição; a Rea Hederman, que dirigiu as várias fases da publicação; e a Neil Gordon, que procedeu à composição com grande cuidado e atenção ao pormenor.

P. S.
Novembro de 1989

Libertação Animal

Nova edição revista

Capítulo 1

Todos os animais são iguais...

ou por que razão o princípio ético sobre o qual assenta a igualdade humana nos obriga a ter igual consideração para com os animais

"Libertação Animal" pode soar mais como paródia dos outros movimentos de libertação do que como um objetivo sério. Na realidade, a idéia de "Os Direitos dos Animais" foi usada outrora para parodiar a causa dos direitos das mulheres. Quando Mary Wollstonecraft, uma precursora das feministas atuais, publicou a sua *Vindication of the Rights of Woman*, em 1792, as suas opiniões eram de um modo geral consideradas absurdas, e surgiu logo a seguir uma publicação intitulada *A Vindication of the Rights of Brutes*. O autor desta obra satírica (que se sabe agora ter sido Thomas Taylor, um distinto filósofo de Cambridge) tentou refutar os argumentos avançados por Mary Wollstonecraft demonstrando que eles poderiam ser levados um pouco mais longe. Se o argumento da igualdade se podia aplicar seriamente às mulheres, por que não aplicá-lo aos cães, gatos e cavalos? O raciocínio parecia poder aplicar-se igualmente em relação a estas "bestas"; no entanto, afirmar que as bestas tinham direitos era manifestamente absurdo. Por conseguinte, o raciocínio através do qual se alcançara esta conclusão tinha de ser incorreto, e se estava incorreto quando aplicado às bestas, também o estaria quando aplicado às mulheres, uma vez que em ambos os casos haviam sido utilizados os mesmos argumentos.

Por forma a explicar o fundamento da argumentação a favor da igualdade dos animais, seria útil começar com uma análise da argumentação a favor da igualdade das mulheres. Vamos assumir que pretendíamos defender a causa dos direitos das mulheres contra o ataque levado a cabo por Thomas Taylor. Como lhe deveríamos responder?

Uma forma possível de resposta consistiria em afirmar que a causa da igualdade entre homens e mulheres não pode ser validamente ampliada aos animais não humanos. As mulheres têm o direito de votar, por exemplo, porque são tão capazes de tomar decisões racionais acerca do futuro como os homens; por outro lado, os cães são incapazes de compreender o significado do voto, portanto não podem ter direito a votar. Há muitos outros aspectos óbvios em que os homens e as mulheres se assemelham muito, enquanto humanos, e os animais diferem consideravelmente. Portanto, poderia dizer-se que os homens e as mulheres são seres similares e deverão ter direitos similares, ao passo que os humanos e os não humanos são diferentes e não deverão ter direitos iguais.

O raciocínio que subjaz a esta resposta à analogia de Taylor encontra-se correto até certo ponto, mas não vai suficientemente longe. Há importantes diferenças óbvias entre os humanos e os outros animais, e estas diferenças devem traduzir-se em algumas diferenças nos direitos que cada um tem. Todavia, o reconhecimento deste fato não constitui obstáculo à argumentação a favor da ampliação do princípio básico da igualdade aos animais não humanos. As diferenças que existem entre homens e mulheres também são igualmente inegáveis, e os apoiantes da Libertação das Mulheres têm consciência de que estas diferenças podem dar origem a diferentes direitos. Muitas feministas defendem que as mulheres têm o direito de praticar o aborto através de simples pedido. Não se conclui daqui que, uma vez que estas feministas defendem a igualdade entre homens e mulheres, deverão igualmente apoiar o direito dos homens ao aborto. Como os homens não podem praticar o aborto, não faz sentido falar do direito masculino à prática do aborto. Uma vez que os cães não podem votar, não faz sentido falar do direito canino ao voto. Não há razão para tanto a Libertação das Mulheres como a Libertação Animal se envolverem nestas discussões absurdas. A extensão do princípio básico da igualdade de um grupo a outro não implica que devamos tratar ambos os grupos exatamente da mesma forma, ou conceder os mesmos direitos aos dois grupos, uma vez que isso depende da natureza dos membros dos grupos. O princípio básico da igualdade não requer um tratamento igual ou idêntico; requer consideração igual. A consideração igual para com os diferentes seres pode conduzir a tratamento diferente e a direitos diferentes.

Existe, assim, um modo diferente de responder à tentativa de Taylor de parodiar a causa dos direitos das mulheres, um modo que não nega as diferenças óbvias existentes entre seres humanos e não humanos mas vai mais ao fundo da questão da igualdade e conclui por não encontrar nada de absurdo na idéia de o princípio básico da igualdade se aplicar às chamadas bestas. Neste momento, a conclusão pode parecer estranha mas, se analisarmos com maior rigor aquilo em que, em última instância, assenta o fundamento da nossa oposição à discriminação com base na raça ou no sexo, veremos que estaríamos em terreno pouco firme se pretendêssemos exigir igualdade para os negros, as mulheres e os outros grupos de humanos oprimidos e não o fizéssemos relativamente aos não humanos. Para esclarecer este ponto temos de, em primeiro lugar, ver por que razão o racismo e o sexismo são errados. Quando dizemos que todos os seres humanos, independentemente da sua raça, credo ou sexo, são iguais, o que estamos a afirmar, especificamente? Aqueles que desejam defender sociedades hierárquicas e desiguais muitas vezes observaram que, seja qual for o teste que façamos, simplesmente não é verdade que todos os seres humanos são iguais. Quer gostemos, quer não, temos de nos render à evidência de que os seres humanos têm diferentes tamanhos e feitios, diferentes capacidades morais, diferentes capacidades intelectuais, diferente intensidade de sentimentos de benevolência e sensibilidade às necessidades de terceiros, diferentes capacidades de comunicação e diferentes capacidades para experimentar o prazer e a dor. Resumindo, se a exigência de igualdade se baseasse na verdadeira igualdade de todos os seres humanos, teríamos de deixar de a fazer.

Ainda assim, poderíamos agarrar-nos à idéia de que a exigência de igualdade entre seres humanos se baseia na igualdade efetiva entre as diferentes raças e sexos. Poderia-se contra-argumentar que, embora os humanos sejam diferentes em termos individuais, não existem diferenças entre as raças e os sexos enquanto tais. Do simples fato de uma pessoa ser negra ou do sexo feminino, não se pode inferir nada relativamente às suas capacidades morais ou intelectuais. Esta é a razão, poderia-se dizer, por que o sexismo e o racismo são errados. O racista branco defende que a sua raça é superior à negra, mas isto é falso: embora existam diferenças entre os indivíduos, alguns negros são superiores a alguns brancos em todas as capacidades que poderiam ser relevantes para a distinção (e o inverso). O opositor ao sexismo diria o mesmo: o sexo a que pertence uma pessoa não constitui indicação das suas capacidades, sendo, por esta razão, injustificável a discriminação com base nesta característica.
No entanto, a existência de variações individuais que ultrapassam a classificação segundo a raça ou o sexo deixa-nos completamente sem defesa perante um opositor à igualdade mais sofisticado, que proponha que, digamos, aos interesses de todos aqueles que possuem um índice de QI inferior a 100 seja dada menor importância do que aos interesses dos que revelem um índice superior a este valor. Talvez os que obtêm uma classificação inferior a 100 possam ser tornados escravos dos que se classificam melhor. Seria realmente uma sociedade hierárquica deste gênero muito melhor do que outra que se baseasse na raça ou no sexo? Creio que não. Mas, se limitarmos o princípio moral à igualdade fatual entre as diferentes raças ou sexos, tomados como um todo, a nossa oposição ao racismo e ao sexismo não nos fornece qualquer base para formularmos uma objecão a este tipo de desigualdade.

Existe uma segunda razão importante para não basearmos a nossa oposição ao racismo e ao sexismo em nenhum tipo de igualdade fatual, mesmo naquele tipo restrito que afirma que as variações de capacidade estão distribuídas de forma equilibrada entre as diferentes raças e sexos: não podemos ter uma garantia absoluta de que estas capacidades se encontram distribuídas de forma equilibrada entre os seres humanos, sem consideração de raça ou sexo. No que diz respeito às capacidades objetivas, parece existir uma diferença mensurável tanto entre raças como entre sexos. É claro que estas diferenças não surgem em todos os casos, mas apenas quando é calculada uma média. Ainda mais importante, não sabemos exatamente quantas dessas diferenças se devem a diferentes características genéticas das raças e dos sexos, e quantas se devem a uma escolaridade deficiente, a condições precárias de habitação e a outros fatores que são o resultado de uma discriminação passada contínua. Talvez acabe por se provar que todas as diferenças relevantes se devem ao ambiente e não à genética. Qualquer pessoa que se oponha ao racismo e ao sexismo esperará certamente que assim seja, pois isso facilitaria imenso a tarefa de pôr fim à discriminação; no entanto, seria perigoso basear exclusivamente a oposição ao racismo e ao sexismo na crença de que todas as diferenças significativas têm uma origem ambiental. Por exemplo, o opositor ao racismo que adote esta linha de pensamento será incapaz de evitar a admissão de que, se as diferenças de capacidade revelarem ter uma relação genética com a raça, o racismo será de alguma forma defensável.

Felizmente, não é necessário fazer depender a defesa da igualdade de um resultado particular da investigação científica. A resposta adequada àqueles que afirmam ter encontrado a prova da existência de diferenças com base genética nas capacidades evidenciadas pelas diferentes raças ou sexos não é o apego à idéia de que a explicação genética deve estar errada, seja qual for a prova em contrário que surja; ao invés, devemos tornar bem claro que a defesa da igualdade não depende da inteligência, da capacidade moral, da força fisica ou características semelhantes. A igualdade é uma idéia moral, e não a afirmação de um fato. Não existe nenhuma razão obrigatória do ponto de vista lógico para uma diferença fatual de capacidade entre duas pessoas justificar qualquer diferença na consideração que damos às suas necessidades e interesses. *O princípio da igualdade dos seres humanos não constitui uma descrição de uma suposta igualdade fatual existente entre os humanos: trata-se de uma prescrição do modo como devemos tratar os seres humanos.*

Jeremy Bentham, fundador da escola utilitária reformadora de filosofia moral, incorporava a base fundamental da igualdade moral no seu sistema ético através da fórmula: "Cada um contará como um e nenhum por mais do que um." Por outras palavras, os interesses de cada ser humano afetados por uma ação têm de ser tidos em conta e sopesados como os interesses de outro qualquer ser humano. Um utilitário posterior, Henry Sidgwick, pôs a questão nos seguintes termos: "O benefício de um qualquer indivíduo não tem mais importância, do ponto de vista (se assim se pode dizer) do Universo, do que o benefício de qualquer outro indivíduo." Mais recentemente, as figuras notáveis da filosofia moral contemporânea conseguiram um grande consenso relativamente à especificação de um requisito semelhante, que pretende atribuir igual importância aos interesses de todos, como pressuposto fundamental das suas teorias morais - embora estes autores não concordem quanto à melhor formulação deste requisito.[1]

Como implicação deste princípio de igualdade, a nossa preocupação pelos outros e a nossa prontidão em considerar os seus interesses não deverão depender do seu aspecto ou das capacidades que possuam. O que a nossa preocupação e consideração nos exigem poderá variar precisamente de acordo com as características daqueles que serão afetados pelo que fazemos: a preocupação relativamente ao bem-estar das crianças que crescem na América exigirá que as ensinemos a ler; a preocupação com o bem-estar dos porcos poderá exigir que os deixemos uns com os outros, num local onde exista alimentação adequada e eles tenham espaço suficiente para correr livremente. Mas o elemento básico - tomar em consideração os interesses do ser, sejam estes quais forem - deve, segundo o princípio da igualdade, ser ampliado a todos os seres, negros ou brancos, masculinos ou femininos, humanos ou não humanos.

Thomas Jefferson, responsável pela redação do princípio da igualdade dos homens na Declaração de Independência americana, apercebeu-se deste aspecto. Isso levou-o a opor-se à escravidão, mesmo sendo ele incapaz de se libertar completamente deste passado de possessão de escravos. Escreveu numa carta ao autor de um livro que acentuava as notáveis proezas intelectuais de negros, por forma a refutar a então comum opinião de que eles tinham capacidades intelectuais limitadas:

> Pode ter a certeza de que ninguém deseja mais sinceramente do que eu assistir à completa refutação das dúvidas que eu próprio experimentei e exprimi acerca do grau de compreensão que lhes foi conferido pela natureza, e chegar à conclusão de que estão ao mesmo nível que nós próprios (...) mas seja qual for o seu grau de talento, ele não constitui medida dos seus direitos. Apesar de Isaac Newton ter sido superior aos outros em compreensão, isso não o tornou senhor de propriedades ou de pessoas de outros.[2]

Similarmente, quando, na década de 50 do séc. XIX, surgiu nos Estados Unidos o debate dos direitos das mulheres, houve uma excepcional feminista negra chamada Sojourner Truth que expôs o mesmo argumento em termos mais veementes numa convenção feminista:

> Falam desta coisa dentro da cabeça; como é que lhe chamam? ["Intelecto" sussurra alguém ali perto.] É isso. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se o meu copo leva apenas meio litro e o seu quatro litros, não seria malvadez não me encher o meu pequeno copo?[3]

É nesta base que, em última instância, devem assentar as causas que se opõem ao racismo e ao sexismo; e é nos termos deste princípio que a atitude que poderemos designar como "especismo", por analogia com "racismo", deverá também ser condenada. O especismo - a palavra não é bonita, mas não consigo pensar num termo melhor - é um preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies. Deveria ser óbvio que as objeções fundamentais colocadas por Thomas Jefferson e Sojourner Truth relativamente ao racismo e ao sexismo também se aplicam ao especismo. Se a possessão de um grau superior de inteligência não dá a um humano o direito de utilizar outro para os seus próprios fins, como é que pode permitir que os humanos explorem os não humanos com essa intenção?[4]

Muitos filósofos e outros autores, de uma forma ou de outra, estabeleceram o princípio da igual consideração de interesses como princípio moral básico; mas não foram muitos os que reconheceram que este princípio se aplica aos membros das outras espécies tal como à nossa própria. Jeremy Bentham foi um dos poucos que tiveram consciência deste fato. Numa passagem que revela grande antevisão, escrita numa altura em que os franceses tinham libertado escravos negros, enquanto nas colônias britânicas eles continuavam sendo tratados como nós tratamos agora os animais, Bentham escreveu:

> Poderá existir um dia em que o resto da criação animal adquirirá aqueles direitos que nunca lhe poderiam ter sido retirados senão pela mão da tirania. Os franceses descobriram já que a negrura da pele não é razão para um ser humano ser abandonado sem mercê ao capricho de um algoz. Poderá ser que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a forma da extremidade do *os sacrum* são razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível ao mesmo destino. Que outra coisa poderá determinar a fronteira do insuperável? Será a faculdade da razão, ou talvez a faculdade do discurso? Mas um cavalo ou cão adultos são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que uma criança com um dia ou uma semana ou mesmo um mês de idade. Suponhamos que eram de outra forma - que diferença faria? A questão não é: Podem eles *raciocinar*? nem: Podem eles *falar*? mas: Podem eles *sofrer*?[5]

Nesta passagem, Bentham aponta a capacidade de sofrimento como característica vital que concede a um ser o direito a uma consideração igual. A capacidade de sofrer - ou, mais estritamente, de sofrer e/ou de se alegrar ou estar feliz - não é apenas mais uma característica como a capacidade da linguagem ou de compreensão da matemática avançada. Bentham não está a dizer que aqueles que tentam traçar a "fronteira do insuperável" que determina se os interesses de um ser devem ser considerados escolheram, por acaso, a característica errada. Ao dizer que devemos considerar os interesses de todos os seres com capacidade de sofrimento ou alegria, Bentham não exclui arbitrariamente quaisquer interesses da sua consideração - como fazem aqueles que desenham a fronteira em referência à possessão de razão ou linguagem. A capacidade de sofrer e de sentir alegria é um pré-requisito para se ter sequer interesses, uma condição que tem de ser observada antes de podermos falar de interesses de um modo significativo. Não faria sentido dizer que não é do interesse de uma pedra ser pontapeada ao longo de uma rua por um rapaz de escola. Uma pedra não tem interesses porque não é capaz de sofrimento. Nada que lhe façamos fará a mais pequena diferença em termos do seu bem-estar. A capacidade de sofrimento e alegria é, no entanto, não apenas necessária mas também suficiente para que possamos afirmar que um ser tem interesses - a um nível mínimo absoluto, o interesse de não sofrer. Um rato, por exemplo, tem interesse em não ser pontapeado ao longo da rua, pois sofrerá se isso lhe for feito.

Embora Bentham fale de "direitos" na passagem que citei, o argumento centra-se, na verdade, na igualdade e não nos direitos. Efetivamente, numa outra passagem famosa, Bentham descreveu os "direitos naturais" como "disparate" e os "direitos naturais imprescritíveis" como "disparates sobre andas". Falava de direitos morais como uma forma codificada de se referir à proteção de que as pessoas e os animais deveriam gozar, mas o verdadeiro peso do argumento moral não assenta na asserção da existência do direito, pois esta, por sua vez, teria de ser justificada com base nas possibilidades de sofrimento ou felicidade. Desta forma, podemos defender a igualdade dos animais sem nos enredarmos em controvérsias filosóficas acerca da natureza essencial dos direitos.

Em tentativas mal dirigidas de refutação da argumentação apresentada neste livro, alguns filósofos tiveram um trabalho imenso a desenvolver argumentos que demonstrassem que os animais não têm direitos.[6] Afirmaram que, para ter direitos, um ser tem de ser autônomo, ou membro de uma comunidade, ou ter a capacidade de respeitar os direitos dos outros, ou possuir algum sentido de justiça. Estes argumentos são irrelevantes para a causa da Libertação Animal. A linguagem dos direitos faz parte do código político que se utiliza por conveniência. Este ainda é mais valioso na era dos anúncios publicitários televisivos de trinta segundos do que o foi na época de Bentham; mas, no argumento a favor de uma alteração radical das nossas atitudes em relação aos animais, não é de forma alguma necessário.

Se um ser sofre, não pode haver justificação moral para recusar ter em conta esse sofrimento. Independentemente da natureza do ser, o princípio da igualdade exige que ao seu sofrimento seja dada tanta consideração como ao sofrimento semelhante - na medida em que é possível estabelecer uma comparação aproximada - de um outro ser qualquer. Se um ser não é capaz de sentir sofrimento, ou de experimentar alegria, não há nada a ter em conta. Assim, o limite da senciência (utilizando este termo como uma forma conveniente, se não estritamente correta, de designar a capacidade de sofrer e/ou, experimentar alegria) é a única fronteira defensável de preocupação relativamente aos interesses dos outros. O estabelecimento deste limite através do recurso a qualquer outra característica, como a inteligência ou a racionalidade, constituiria uma marcação arbitrária. Por que não escolher qualquer outra característica, como a cor da pele?

Os racistas violam o princípio da igualdade, atribuindo maior peso aos interesses dos membros da sua própria raça quando existe um conflito entre os seus interesses e os interesses daqueles pertencentes a outra raça. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecerem os interesses do seu próprio sexo. Da mesma forma, os especistas permitem que os interesses da sua própria espécie dominem os interesses maiores dos membros das outras espécies. O padrão é, em cada caso, idêntico.

A maior parte dos seres humanos é especista. Os capítulos seguintes mostram como os seres humanos comuns - não uns quantos excepcionalmente cruéis ou insensíveis, mas a grande maioria dos seres humanos - tomam parte ativa, dão o seu assentimento e permitem que os seus impostos se destinem a práticas que exigem o sacrifício dos mais importantes interesses dos membros de outras espécies, por forma a promover os interesses mais triviais da nossa própria espécie.

No entanto, existe uma defesa geral das práticas que vão ser descritas nos próximos capítulos que tem de ser rejeitada antes de avançarmos para a análise das práticas em si. É uma defesa que, sendo verdadeira, permitiria que nós, humanos, fizéssemos tudo aos não humanos pela razão mais banal, ou por nenhuma razão sequer, sem incorrermos em qualquer tipo de comportamento censurável. Esta defesa afirma que não somos culpados de negligenciar os interesses dos outros animais por uma razão extraordinariamente simples: eles não têm interesses. Os animais não humanos não têm interesses, segundo este ponto de vista, porque não são capazes de sofrimento. E com isto não se quer dizer simplesmente que eles não são capazes de experimentar o sofrimento de todas as formas possíveis ao ser humano - por exemplo, que um bezerro não sofre com o pensamento de que será abatido daí a seis meses. Esta afirmação modesta é, sem dúvida, verdadeira; mas não livra os humanos da acusação de especismo, uma vez que concede que os animais podem sofrer de outras formas - por exemplo, pela administração de choques elétricos ou por serem mantidos em locais pequenos e superlotados. A defesa que vou analisar a seguir consiste na afirmação muito mais vasta (embora, correspondentemente, menos plausível) de que os animais são incapazes de sofrer seja de que forma for; de que eles são, de fato, autômatos inconscientes, não possuindo nem pensamentos nem sensações nem uma vida mental de espécie alguma.

Embora, como veremos num capítulo posterior, a perspectiva de que os animais são autômatos seja proposta por René Descartes, filósofo francês do século XVII, para a maior parte das pessoas, então e agora, é óbvio que se, por exemplo, espetarmos uma faca afiada no estômago de um cão não anestesiado, o cão sentirá dor. Que isto assim é, é visível nas leis existentes na maior parte dos países civilizados que proíbem o exercício de violência gratuita sobre os animais. Os leitores cujo senso comum lhes diz que os animais sofrem podem preferir saltar o restante desta seção, indo diretamente para a página xx, uma vez que as páginas intermédias mais não fazem do que refutar uma posição que eles não assumem. Por implausível que pareça, e a bem de uma certa abrangência, esta posição cética tem de ser analisada.

Os animais que não os humanos sentem dor? Como sabemos? Bem, como sabemos se alguém, humano ou não humano, sente dor? Sabemos que nós próprios sentimos dor. Sabemos isso pela experiência direta. Da dor que temos quando, por exemplo, alguém nos queima as costas da mão com um cigarro aceso. Mas como sabemos que os outros sentem dor? Não podemos experimentar diretamente a dor de outrem, quer esse "outrem" seja o nosso melhor amigo ou um cão vadio. A dor é um estado da consciência, um "acontecimento mental" e, como tal, nunca poderá ser observado. As contorções, os gritos ou o afastamento da mão do cigarro aceso são comportamentos que não constituem a dor em si; nem o constituem os registros de atividade que um neurologista poderá efetuar nas observações cerebrais da própria dor. A dor é algo que se sente, e só é possível inferir que os outros a sentem através da observação de várias indicações externas.

Em teoria, podemos sempre estar errados quando assumimos que os outros seres humanos sentem dor. É concebível que um dos nossos amigos íntimos seja, na realidade, um robô inteligentemente construído, controlado por um cientista brilhante de forma a transmitir todos os sinais de dor, mas que seja, na verdade, tão sensível como qualquer outra máquina. Nunca se pode saber, com absoluta certeza, que não é este o caso. Mas, ao passo que isto poderá representar um enigma para os filósofos, nenhum de nós tem a mais pequena dúvida de que os nossos amigos íntimos sentem a dor tal como nós. Trata-se de uma inferência, mas é uma inferência perfeitamente razoável, baseada na observação do seu comportamento em situações nas quais nós sentiríamos dor, e no fato de termos todas as razões para pressupormos que os nossos amigos são seres como nós, com sistemas nervosos como os nossos que se supõe funcionarem como os nossos e reproduzirem sensações semelhantes em circunstâncias semelhantes.

Se se justifica que assumamos que os outros seres humanos sentem dor como nós, há alguma razão para que uma inferência semelhante seja injustificável para o caso dos outros animais?

Praticamente todos os sinais exteriores que nos levam a inferir a existência de dor nos outros humanos podem ser observados nas outras espécies, em especial nas espécies mais proximamente relacionadas conosco - as espécies dos mamíferos e das aves. Os sinais comportamentais incluem contorções, esgares, gemidos, latidos ou outras formas de chamamento, tentativas para evitar a fonte da dor, demonstração de medo perante a possibilidade da sua repetição, etc. Além disso, sabemos que estes animais têm sistemas nervosos muito semelhantes ao nosso, que reagem fisiologicamente como o nosso quando o animal se encontra em circunstâncias nas quais nós sentiríamos dor: um aumento inicial da pressão sanguínea, as pupilas dilatadas, pulso rápido, e, se o estímulo prossegue, quebra da tensão arterial. Embora os seres humanos tenham um córtex cerebral mais desenvolvido do que os outros animais, esta parte do cérebro relaciona-se com as funções de pensamento e não com os impulsos básicos, emoções e sensações. Estes impulsos, emoções e sensações situam-se no diencéfalo, que se encontra bem desenvolvido em muitas outras espécies, em particular nos mamíferos e nas aves.[7]

Também sabemos que os sistemas nervosos dos outros animais não foram construídos de forma artificial - como um robô pode ser construído - para imitar o comportamento dos humanos face à dor. Os sistemas nervosos dos animais evoluíram tal como o nosso, e, na verdade, a história evolucional dos seres humanos e dos outros animais, especialmente dos mamíferos, não divergiu até o momento em que as características centrais dos nossos sistemas nervosos já existiam. A capacidade de sentir dor aumenta obviamente as possibilidades de sobrevivência de uma espécie, uma vez que permite que os membros dessa espécie evitem as fontes de danos físicos. Não é com certeza razoável supor que os sistemas nervosos que são virtualmente semelhantes do ponto de vista fisiológico têm uma origem comum, têm uma função evolucional comum e conduzem a formas semelhantes de comportamento em circunstâncias semelhantes, deverão na verdade operar de modos completamente diferentes ao nível das sensações subjetivas.

Há muito tempo que se aceita como procedimento científico correto a busca da explicação mais simples possível para aquilo que estejamos a tentar explicar. Ocasionalmente, tem sido afirmado que, por esta razão, é "não científico" explicar o comportamento dos animais através de teorias que façam apelo às sensações e desejos conscientes dos animais - sendo a idéia defendida a de que, se o comportamento em questão pode ser explicado sem recurso à consciência ou às sensações, essa será a teoria mais simples. No entanto, podemos agora perceber que tais explicações, quando consideradas em relação ao verdadeiro comportamento dos animais humanos e não humanos, são, na verdade, muito mais complexas do que as explicações concorrentes. Sabemos de experiência própria que as explicações para o nosso comportamento que não referissem à consciência e à sensação de dor estariam incompletas; portanto, é mais simples pressupor que o comportamento semelhante dos animais que têm sistemas nervosos semelhantes deverá ser explicado da mesma forma, não se devendo tentar inventar qualquer outra explicação para o comportamento dos animais não humanos e ainda uma explicação adicional para a divergência entre os humanos e os não humanos relativamente a esta característica.

A esmagadora maioria dos cientistas que se debruçaram sobre a questão concorda com este ponto de vista. Lorde Brain, um dos mais importantes neurologistas do nosso tempo, afirmou:

> Pessoalmente, não vejo razão para conceder uma mente aos meus congêneres humanos e negá-la aos animais (...) Pelo menos, não posso negar que os interesses e atividades dos animais estão relacionados com uma consciência e uma capacidade de sentir da mesma forma que os meus, e que estes podem ser, tanto quanto sei, tão vívidos quanto os meus.[8]

Escreve o autor de um livro sobre a dor:

> Cada partícula de evidência factual apoia o argumento de que os mamíferos vertebrados superiores experimentam as sensações dolorosas de forma pelo menos tão intensa como nós. Dizer que eles sentem menos porque são animais inferiores é absurdo: pode facilmente demonstrar-se que muitos dos seus sentidos são muito mais desenvolvidos do que os nossos - a acuidade visual em certas aves, a audição na maior parte dos animais selvagens, e o tato noutros; hoje em dia, estes animais dependem mais do que nós de uma consciência o mais alerta possível em relação a um ambiente hostil. Com exceção da complexidade do córtex cerebral (que não se relaciona diretamente com a dor), os seus sistemas nervosos são quase idênticos aos nossos e a sua reação à dor é extraordinariamente semelhante à nossa, embora encontrando-se ausentes (tanto quanto sabemos) os matizes filosóficos e morais. O elemento emocional é por demais evidente, expressando-se sobretudo sob a forma de medo e ira.[9]

Na Grã-Bretanha, três comitês governamentais de especialistas em matérias relacionadas com animais aceitaram a conclusão, isoladamente, de que os animais sentem dor. Após registrarem a óbvia evidência comportamental que atesta este ponto de vista, os membros do Committee on Cruelty to Wild Animals, criado em 1951, afirmaram:

> (...) acreditamos que as provas fisiológicas, e, mais especificamente, as provas anatômicas, justificam e reforçam completamente a convicção geral, baseada no senso comum, de que os animais sentem dor.

E após a análise do valor evolucional da dor, o relatório do comitê concluía que a dor é "de utilidade biológica incontestável", sendo este "um terceiro tipo de prova de que os animais sentem dor". Os membros do comitê prosseguiam considerando formas de sofrimento que não a dor meramente física e afirmavam "acreditar que os animais sofrem de medo e terror intensos". Os relatórios posteriores dos comitês governamentais britânicos que analisaram as experiências com animais e o bem-estar dos animais em condições de criação intensiva corroboraram esta opinião, concluindo que os animais são capazes de sofrimento, tanto devido a ferimentos físicos diretos como devido a medo, ansiedade, tensão, etc.[10] Finalmente, durante a última década, a publicação de estudos científicos com títulos como *Animal Thought, Animal Thinking* e *Animal Suffering: The Science of Animal Welfare* tornaram claro que a consciência dos animais não humanos é geralmente aceita como um tema sério de investigação.[11]

Poderia considerar-se que isto seria suficiente para arrumar o assunto; mas há uma objeção mais a requerer consideração. Afinal, os seres humanos que sentem dor têm um sinal comportamental que os animais não humanos não têm: uma linguagem desenvolvida. Os outros animais podem comunicar uns com os outros, mas, aparentemente, não da forma complicada como nós o fazemos. Alguns filósofos, incluindo Descartes, pensaram ser importante o fato de os humanos serem capazes de falar uns com os outros sobre a sua experiência da dor em grande pormenor e os outros animais não o conseguirem. (Interessantemente, esta outrora clara distinção entre os humanos e as outras espécies foi ameaçada pela descoberta de que se pode ensinar os chimpanzés a falar.[12]) Mas, como Bentham disse já há muito tempo, a capacidade de utilizar a linguagem não é relevante para a questão da forma como deve ser tratado um ser - a não ser que essa capacidade pudesse ser relacionada com a capacidade de sofrer, de forma que a ausência de uma linguagem lançasse a dúvida sobre a existência de tal capacidade.

Pode tentar estabelecer-se esta relação de duas formas. Em primeiro lugar, existe uma linha difusa de pensamento filosófico - que deriva, talvez, de algumas doutrinas relacionadas com o influente filósofo Ludwig Wittgenstein - que afirma não se poder atribuir significativamente estados de consciência a seres que não possuem linguagem. Esta posição parece-me muito implausível. A linguagem pode ser necessária ao pensamento abstrato, pelo menos a um certo nível, mas os estados como a dor são mais primitivos e não têm nada a ver com a linguagem.

O segundo modo - mais facilmente compreensível - de relacionar a linguagem com a existência de dor é afirmar que a melhor prova que podemos ter de que as outras criaturas sentem dor é elas dizerem-nos que assim é. Esta é uma linha de argumentação distinta, pois não consiste em negar que aqueles que não utilizam linguagem *podem* sofrer, mas apenas que podemos ter uma razão suficiente para *crer* que estão a sofrer. No entanto, também esta linha de pensamento carece de fundamento. Como notou Jane Goodall no seu estudo sobre chimpazés, *In the Shadow of Man*, no que toca à expressão de sensações e emoções, a linguagem é menos importante do que as formas não linguísticas de comunicação, como uma palmada animadora nas costas, um abraço exuberante, um enclavinhamento das mãos, etc. Os sinais básicos que usamos para transmitir a dor, o medo, a ira, o amor, a alegria, a surpresa, a excitação sexual e muitos outros estados emocionais não são específicos da nossa espécie.[13] A afirmação "Sinto dor" pode constituir um elemento da prova de que o falante está a sentir dor, mas não é a única prova possível e, uma vez que as pessoas dizem por vezes mentiras, nem sequer constitui a melhor prova possível.

Mesmo que existisse um fundamento mais sólido para recusar a atribuição da sensação de dor aos que não utilizam uma linguagem, as consequências desta recusa deveriam levar-nos a rejeitar essa conclusão. Os bebês humanos e as crianças pequenas não são capazes de utilizar uma linguagem. Negaríamos que uma criança de um ano pode sofrer? Em caso negativo, a linguagem não pode ser crucial. Claro que a maior parte dos pais compreende as reações dos seus filhos melhor do que compreende as reações dos outros animais; mas este é apenas um fato acerca do conhecimento relativamente maior que possuímos da nossa própria espécie e do maior contato que temos com as crianças, em comparação com os animais. Os que estudam o comportamento dos outros animais e os que têm animais como companheiros aprendem depressa a compreender as suas reações assim como nós compreendemos as reações de uma criança, por vezes mesmo melhor.

Assim, em jeito de conclusão: não existem razões válidas, científicas ou filosóficas, para negar que os animais sentem dor. Se não duvidamos de que os outros humanos sentem dor, não devemos duvidar de que os outros animais também a sentem.

Os animais são capazes de sentir dor. Como já vimos, não pode existir qualquer justificação moral para considerar a dor (ou o prazer) que os animais sentem como menos importante do que a mesma dor (ou prazer) sentida pelos humanos. Mas que consequências práticas se retiram desta conclusão? Para evitar mal-entendidos, explicarei de modo mais exaustivo o que quero dizer.

Se se der uma palmada forte no flanco de um cavalo, o animal pode estremecer mas, presumivelmente, sentirá uma dor diminuta. A sua pele é suficientemente dura para o proteger de uma mera palmada. No entanto, se se der a um bebê uma palmada de igual intensidade, o bebê chorará e, presumivelmente, sentirá dor, pois a sua pele é mais sensível. Por isso, é pior dar uma palmada a um bebê do que a um cavalo, se ambas as palmadas forem administradas com igual força. Mas deve existir um tipo de pancada - não sei exatamente qual será, mas talvez uma pancada com um pau pesado - que causa a um cavalo tanta dor como causa a um bebê a tal palmada. É isso que pretendo dizer ao referir "uma dor de igual intensidade", e, se consideramos errado infligir gratuitamente essa dor a um bebê, deveremos, se não formos especistas, considerar igualmente errado infligir gratuitamente uma dor de igual intensidade a um cavalo.

As outras diferenças entre os humanos e os animais dão origem a diversas complicações. Os seres humanos adultos normais têm capacidades mentais que, em determinadas circunstâncias, poderão levá-los a sofrer mais do que os animais sofreriam nas mesmas circunstâncias. Se, por exemplo, decidirmos conduzir experiências científicas extremamente dolorosas ou letais em adultos humanos normais, raptados ao acaso de parques públicos para esse fim, os adultos que gostam de passear nos parques passariam a ter medo de ser raptados. O terror daí resultante seria uma forma adicional de sofrimento, a somar à dor da experiência. As mesmas experiências levadas a cabo em animais não humanos provocariam menos sofrimento, uma vez que os animais não teriam o pavor antecipatório de serem raptados e submetidos a experiências. Isto não significa, obviamente, que seria correto levar a cabo essas experiências em animais, mas apenas que existe uma razão, não especista, para preferir usar animais em vez de seres humanos adultos normais, se a experiência tiver mesmo de ser feita. Todavia, deve referir-se que este mesmo argumento dá-nos uma razão para preferirmos usar crianças humanas - talvez órfãs - ou seres humanos com deficiências mentais profundas em experiências, em vez de adultos, uma vez que as crianças e os adultos deficientes mentais também não fariam idéia do que lhes iria acontecer. No que diz respeito a este argumento, os animais não humanos e as crianças e os humanos deficientes mentais encontram-se na mesma categoria; e, se usarmos este argumento para justificar a realização de experiências em animais não humanos temos de nos perguntar se estamos dispostos a permitir a realização de experiências que envolvam crianças humanas e adultos deficientes mentais; e se distinguirmos entre os animais e estes humanos, com que base o poderemos fazer, a não ser à luz crua da preferência - moralmente indefensável - pelos membros da nossa própria espécie?

Há muitas questões nas quais os poderes mentais superiores dos humanos adultos normais estabelecem uma diferença: antecipação, memória mais pormenorizada, maior compreensão do que se passa, etc. No entanto, estas diferenças não apontam para um maior sofrimento por parte do ser humano normal. Por vezes, os animais podem sofrer mais devido à sua compreensão limitada. Se, por exemplo, fizermos prisioneiros de guerra, podemos explicar-lhes que, embora eles tenham de se sujeitar à captura, a serem revistados e a perderem a liberdade, não serão molestados de outras formas e que terão a liberdade concedida no final das hostilidades. No entanto, se capturarmos animais selvagens, não podemos explicar-lhes que não pensamos em colocar suas vidas em risco. Um animal selvagem não consegue distinguir uma tentativa de dominação e limitação de movimentos de uma tentativa de matar: tanto terror lhe causa uma como outra.

Pode-se objetar que é impossível estabelecer comparações dos sofrimentos das diferentes espécies e que, por esta razão, quando os interesses dos humanos e dos animais entram em conflito, o princípio da igualdade não serve como orientação. Talvez seja verdade que a comparação do sofrimento de membros de espécies diferentes não possa ser feita com precisão, mas a precisão não é essencial. Mesmo que quiséssemos evitar infligir sofrimento aos animais apenas quando fosse completamente certo que os interesses dos humanos não seriam afetados nem um pouco daquilo que os animais o seriam, seríamos forçados a proceder a mudanças radicais no nosso tratamento dos animais que implicariam os nossos hábitos alimentares, os métodos agrícolas que utilizamos, as práticas experimentais em muitos campos da ciência, a nossa atitude para com a vida selvagem e a caça, a utilização de armadilhas e o uso de peles, e as áreas de diversão como circos, rodeios e jardins zoológicos. Como resultado, muito sofrimento seria evitado.

Até agora, disse muito sobre infligir sofrimento aos animais, mas nada sobre o seu abate. Esta omissão foi deliberada. A aplicação do princípio de igualdade à inflicção de sofrimento, pelo menos em teoria, é bastante evidente. A dor e o sofrimento são maus em si mesmos, devendo ser evitados ou minimizados, independentemente da raça, do sexo ou da espécie do ser que sofre. A dor é tanto mais má quanto maior for a sua intensidade e mais tempo durar, mas as dores que têm a mesma intensidade e duram o mesmo tempo são igualmente más, quer sejam sentidas por humanos quer o sejam por animais.

A incorreção de matar um ser é mais complicada. Mantive, e continuarei a manter, a questão da morte em segundo plano porque, no atual estado da tirania humana sobre as outras espécies, o mais acessível príncípio da consideração igual de dor ou prazer constitui uma base suficiente para identificar e protestar contra todos os principais abusos dos animais perpetrados por seres humanos. Apesar disso, é necessário dizer algo sobre a morte.

Tal como a maior parte dos seres humanos é especista na sua prontidão em causar dor a animais quando não causaria uma dor idêntica a humanos pela mesma razão, também a maioria dos seres humanos é especista na sua prontidão em matar outros animais quando não mataria seres humanos. No entanto, quanto a este aspecto é necessário avançar com mais cautela porque as pessoas têm opiniões muito divergentes no que diz respeito às ocasiões em que será legítimo matar seres humanos, como atestam as discussões em curso sobre o aborto e a eutanásia. Os próprios filósofos morais não conseguiram chegar a um consenso quanto ao que, exatamente, faz com que seja errado matar seres humanos, e quanto às circunstâncias particulares que podem justificar a morte de um ser humano.

Consideremos em primeiro lugar a opinião de que é sempre errado pôr fim a uma vida humana inocente. Podemos designá-la como o ponto de vista da "santidade da vida". As pessoas que defendem esta perspectiva opõem-se ao aborto e à eutanásia. No entanto, não se opõem, regra geral, à morte de animais não humanos - de forma que talvez fosse mais correto designar esta perspectiva como a da "santidade da vida humana" A opinião de que a vida humana, e apenas a vida humana, é sacrossanta é uma forma de especismo. Para ilustrar isto, veja-se o exemplo seguinte.

Suponhamos que, como tantas vezes acontece, uma criança nasce com lesões cerebrais profundas e irreversíveis. A deficiência é tão grave que a criança nunca passará de um "vegetal humano", incapaz de falar, reconhecer outras pessoas, agir de forma autônoma ou desenvolver um qualquer sentido de autoconsciência. Os pais, apercebendo-se de que não podem esperar qualquer melhoria no estado da criança, e não podendo despender ou pedir ao Estado que despenda os milhares de dólares necessários anualmente para os cuidados adequados à criança, pedem ao médico que mate a criança de uma forma indolor.

Deverá o médico fazer o que os pais lhe pedem? Do ponto de vista legal, não deve, pois, a este respeito, a lei reflete a perspectiva da santidade da vida. A vida de cada ser humano é sagrada. No entanto, as pessoas que diriam isto a respeito da criança não colocariam objeções ao abate de animais não humanos. Como podem elas justificar os seus diferentes juízos? Os chimpanzés, os cães, os porcos e os membros adultos de muitas outras espécies ultrapassam de longe a criança com lesões cerebrais nas suas capacidades de relacionamento social, de agir independentemente, de ter autoconsciência e de todas as outras capacidades que poderiam razoavelmente considerar-se como conferindo valor à vida. Mesmo com os cuidados mais intensivos, algumas crianças gravemente afetadas nunca conseguem atingir o nível de inteligência de um cão. Nem podemos fazer apelo ao empenhamento dos pais da criança, uma vez que eles, neste exemplo imaginário (e em alguns casos reais), não querem manter a criança viva. A única coisa que distingue a criança do animal, aos olhos dos que defendem que ela tem "direito à vida", é o fato de ser, biologicamente, um membro da espécie Homo sapiens, ao passo que os chimpanzés, os cães e os porcos não o são. Mas utilizar esta distinção como base para conceder o direito à vida à criança e não aos outros animais é, claramente, puro especismo.[14] É exatamente este o tipo de distinção arbitrária que o racista mais cruel e assumido utiliza para tentar justificar a discriminação racial.

Isto não significa que, para evitar o especismo, devamos considerar tão errado matar um cão como um ser humano em posse plena das suas faculdades. A única atitude irremediavelmente especista é a que tenta estabelecer a fronteira do direito à vida no paralelo exato da fronteira da nossa própria espécie. Os que defendem a perspectiva da santidade da vida fazem-no porque, embora fazendo flagrantemente a distinção entre seres humanos e outros animais, não permitem distinções dentro da nossa própria espécie, levantando objeções à morte de deficientes mentais profundos e de senis sem esperança de recuperação tão fortemente quanto recusam a morte de adultos normais.

Para evitarmos o especismo, devemos admitir que os seres que são semelhantes em todos os aspectos relevantes têm um direito semelhante à vida - e a mera pertença à nossa própria espécie biológica não pode constituir um critério moral válido para a concessão deste direito. Dentro destes limites, podemos ainda defender, por exemplo, que é pior matar um adulto humano normal, com capacidade de autoconsciência e de fazer planos para o futuro e de ter relações significativas com os outros, do que matar um rato, que, supostamente, não partilha todas estas características; ou podemos recorrer à família próxima e a outros laços pessoais que os humanos estabelecem mas os ratos não têm no mesmo grau; ou podemos pensar que são as consequências para os outros humanos, que temerão pelas suas próprias vidas, que constituem a diferença fundamental; ou podemos pensar que é uma combinação destes fatores, ou todos os fatores conjugados.

No entanto, sejam quais forem os critérios que escolhamos, teremos de admitir que eles não seguem com exatidão a fronteira da nossa própria espécie. Podemos defender com legitimidade que existem determinadas características de certos seres que tornam as suas vidas mais valiosas do que as de outros seres; mas haverá, com certeza, alguns animais não humanos cujas vidas, sejam quais forem os padrões adoptados, são mais valiosas do que as vidas de alguns humanos. Um chimpanzé, um cão ou um porco, por exemplo, terão um maior grau de autoconsciência e uma maior capacidade de se relacionarem com outros do que uma criança deficiente mental profunda ou alguém em estado avançado de senilidade. Assim, se basearmos o direito à vida nestas características, temos de conceder a estes animais um direito à vida tão ou mais válido que aquele que concedemos a tais seres humanos.

Este argumento tem dois gumes. Pode ser tomado como significando que os chimpanzés, os cães e os porcos, juntamente com algumas outras espécies, têm direito à vida e que cometemos uma grave ofensa moral ao matá-los, mesmo que sejam velhos e estejam a sofrer e a nossa intenção seja pôr fim à sua dor. Alternativamente, pode-se pensar que o argumento mostra que os deficientes profundos e os senis sem hipótese de recuperação não têm direito à vida e podem ser mortos por razões bastante triviais, como agora fazemos com os animais.

Uma vez que a principal preocupação deste livro reside na questão ética relacionada com os animais e não com o aspecto moral da eutanásia, não tentarei tratar esta questão de forma definitiva.[15] No entanto, penso ser razoavelmente claro que, embora ambas as posições acima descritas evitem o especismo, nenhuma é satisfatória. Precisamos encontrar uma posição intermediária que evite o especismo ao mesmo tempo que não considere as vidas dos deficientes e senis de forma tão leviana como agora são consideradas as vidas dos porcos e dos cães, nem tome como sacrossanta a vida dos porcos e dos cães de forma a pensarmos ser incorreto libertá-los de uma dor inelutável. O que devemos fazer é transportar os animais não humanos para a esfera da preocupação moral e deixar de tratar as suas vidas como banais, utilizando-as para quaisquer fins que tenhamos em mente. Ao mesmo tempo, uma vez tendo-nos apercebido de que o fato de um ser pertencer à nossa própria espécie, por si só, não constitui razão suficiente para considerar sempre incorreto matar esse ser, poderemos reconsiderar a nossa política de preservar vidas humanas a todo o custo, mesmo quando não existe qualquer possibilidade de existência de uma vida com significado ou de vida sem uma dor terrível.

Concluo, portanto, que uma rejeição do especismo não implica que todas as vidas têm igual valor. Enquanto a autoconsciência, a capacidade de pensar em termos de futuro e ter esperança e aspirações, a capacidade de estabelecer relações significativas com os outros, entre outras, não são relevantes para a questão da inflicção de dor -, uma vez que a dor é dor, independentemente das capacidades do ser para além da capacidade de sentir dor - estas capacidades são relevantes para a questão da morte. Não é arbitrário defender que a vida de um ser com autoconsciência, capaz de pensamento abstrato, de planejamento para o futuro, de atos complexos de comunicação, etc., é mais valiosa do que a vida de um ser sem estas capacidades. Para ver a diferença entre as questões de infligir dor e tirar a vida, considere-se como agiríamos dentro da nossa própria espécie. Se tivéssemos de escolher entre salvar a vida de um ser humano normal ou de um ser humano deficiente mental, escolheríamos talvez salvar a vida de um ser humano normal; mas se tivéssemos de escolher entre evitar a dor num ser humano normal ou num ser intelectualmente deficiente - imagine-se que ambos tinham sofrido ferimentos dolorosos mas superficiais e apenas dispúnhamos de uma dose de analgésicos - não é tão claro quem escolheríamos. O mesmo se aplica quando consideramos outras espécies. O mal da dor não é, em si mesmo, afetado pelas outras características do ser que sente essa dor; o valor da vida é afetado por essas outras características. Para dar apenas uma razão para essa diferença: tirar a vida a um ser que teve esperança, planejou e trabalhou para um futuro é destituí-lo dos objetivos de todos esses esforços; tirar a vida a um ser com uma capacidade mental inferior ao nível necessário à compreensão de que se é um ser com futuro - e muito menos a fazer planos para esse futuro - não pode implicar este tipo específico de perda.[16]

Normalmente, isto significa que, se tivermos de escolher entre a vida de um ser humano e a vida de outro animal, devemos escolher salvar a vida do humano; mas podem existir casos especiais em que o inverso é verdadeiro, porque o ser humano em questão não tem as capacidades de um ser humano normal. Assim, esta perspectiva não é especista, embora o possa parecer à primeira vista. A preferência que, em casos normais, é dada à vida humana em detrimento da vida de um animal quando é necessário fazer uma escolha, é uma preferência baseada nas características que os humanos normais têm, e não no mero fato de serem membros da nossa própria espécie. É por isso que, quando consideramos os membros da nossa espécie a quem faltam as características dos humanos normais, já não conseguimos dizer que as suas vidas são sempre preferíveis àquelas dos outros animais. Esta questão põe-se em termos práticos no capítulo seguinte. Contudo, em geral, não demos uma resposta precisa à questão de quando é errado matar (de forma indolor) um animal. Se nos lembrarmos de que devemos ter o mesmo respeito pelas vidas dos animais do que aquele que temos pelas vidas daqueles humanos que possuem um nível mental semelhante, não deveremos cometer erros graves.[17]

Em todo o caso, as conclusões que são defendidas neste livro derivam apenas do princípio de minimização do sofrimento. A idéia de que é errado matar animais de forma indolor fornece a algumas destas conclusões um apoio suplementar que, apesar de bem-vindo, é estritamente desnecessário. Interessantemente, o mesmo se aplica à conclusão de que se deve ser vegetariano, uma conclusão que, na mente popular, se associa geralmente a um tipo de proibição absoluta de matar.

O leitor poderá já ter pensado em algumas objeções à posição que adotei neste capítulo. O que proponho, por exemplo, relativamente a animais que representam um risco para os seres humanos? Deveremos tentar impedir que os animais se matem uns aos outros? Como sabemos que as plantas não conseguem sentir dor, e, se sentirem, deveremos morrer de fome? Para evitar interromper o fluxo do argumento principal, optei por responder a estas e outras objeções num capítulo separado. Os leitores impacientes que queiram ver as suas objeções respondidas de imediato podem consultar o capítulo 6.

Os dois capítulos seguintes exploram dois exemplos de especismo posto em prática. Limitei-me a expor apenas dois exemplos para ter espaço suficiente para uma análise alargada, embora este limite implique a ausência, neste livro, da análise de outras práticas, que existem apenas porque não temos em conta os interesses dos outros animais - práticas como a caça, como desporto ou por interesse comercial nas peles; a criação de martas, raposas e outros animais para lhes extrair as peles; a captura de animais selvagens (frequentemente depois de lhes matar as mães) e o seu confinamento em pequenas jaulas onde são observados pelos humanos; a tortura de animais para que aprendam acrobacias para exibir nos circos e rodeios; o abate de baleias com harpões explosivos, sob o disfarce de investigação científica; o afogamento anual de mais de 100 mil golfinhos em redes utilizadas na pesca do atum; a morte de três milhões de cangurus por ano no interior da Austrália, para lhes retirar as peles e os transformar em alimento para animais de estimação; e, de uma forma geral, o ignorar dos interesses dos animais selvagens à medida que estendemos o nosso império de betão e poluição pela superfície do globo.

Não direi nada, ou quase nada, sobre estas coisas porque, como referi no prefácio a esta edição, este livro não é um compêndio de todas as coisas desagradáveis que fazemos aos animais. Ao invés, escolhi duas ilustrações fundamentais do especismo posto em prática. Não são exemplos isolados de sadismo, mas práticas que envolvem, num dos casos, dezenas de milhões de animais, e, no outro, milhares de milhões de animais por ano. Nem podemos fingir que nada temos a ver com estas práticas. Uma delas - as experiências com animais - é incentivada pelo governo que elegemos e é substancialmente financiada pelos impostos que pagamos. A outra - a criação de animais para alimentação - é apenas possível porque a maior parte das pessoas compra e consome os produtos obtidos através desta prática. Foi por esta razão que escolhi analisar estas formas particulares de especismo. Encontram-se no seu centro. Causam mais sofrimento a um número maior de animais do que qualquer outra coisa que os seres humanos fazem. Para lhes pôr fim, temos de alterar a política do nosso governo e a nossa própria vida, ao ponto de mudarmos a nossa dieta. Se estas formas de especismo oficialmente incentivadas e quase universalmente aceitas puderem ser abolidas, a abolição das outras práticas especistas não tardará a seguir-se.

Capítulo 2

Instrumentos para a investigação...
ou os seus impostos aplicados

Project X, um filme de grande sucesso exibido em 1987, deu a muitos americanos a sua primeira idéia das experiências com animais levadas a cabo pelas forças armadas do seu próprio país. A intriga do filme centra-se numa experiência realizada pela Força Aérea cujo objetivo seria ver se os chimpanzés continuavam a "pilotar" um simulador após terem sido expostos a radiação. Um jovem cadete da Força Aérea, destacado para o serviço no laboratório, ganha afeição a um dos chimpanzés, conseguindo comunicar com ele através de linguagem gestual. Quando chega a vez de este chimpanzé ser submetido à radiação, o jovem (com a ajuda da sua bonita namorada, como é óbvio) toma a decisão de libertar os chimpanzés.

A intriga era ficcional, mas as experiências não. Baseavam~se em experiências que foram realizadas durante muitos anos na Base Aérea de Brooks, no Texas, estando ainda a realizar-se atualmente variações destas. Mas os cinéfilos não souberam a história toda. O que aconteceu aos chimpanzés do filme foi uma versão muito eufemística daquilo que realmente acontece. Assim, deve considerar-se as próprias experiências, tais como se encontram descritas nos documentos emitidos pela Base Aérea de Brooks.

Tal como foi referido no filme, as experiências envolvem uma espécie de simulador de v00. O aparelho é conhecido como Plataforma de Equilíbrio dos Primatas; (PEP). Consiste numa plataforma que pode inclinar-se e rodar sobre si mesma como um avião. Os macacos sentam-se numa cadeira inserida na plataforma. À sua frente encontra-se a alavanca de controle, com a qual é possível fazer regressar a plataforma à posição horizontal. Mal os macacos são ensinados a fazer isso, são sujeitos a radiação e a agentes utilizados na guerra química, por forma a testar o modo como estes afetam, a sua capacidade de pilotagem. (Pode ver-se uma fotografia da Plataforma de Equilíbrio dos Primatas a seguir à pág. 132)

Os procedimentos normais de treino relativos à PEP encontram-se descritos na publicação da Base Aérea de Brooks intitulada "Training Procedures for Primate Equilibrium Platform".[1] O que se segue é um resumo:

Fase I (adaptação à cadeira): Os macacos são "presos" (por outras palavras, amarrados à cadeira) à cadeira da PEP uma hora diária durante cinco dias, até se sentarem quietos.

Fase II (adaptação à alavanca): Os macacos são presos à cadeira da PER Então, a cadeira é inclinada para a frente e os macacos recebem choques elétricos. Isto faz com que o macaco se "volte na cadeira ou morda a plataforma" (...) Este comportamento é redireccionado para a mão enluvada [do experimentador] que é colocada diretamente sobre a alavanca de controle". Tocar a mão tem como resultado a suspensão do choque, e o macaco (que não foi alimentado durante esse dia) ganha uma uva. Este procedimento é realizado cem vezes por dia com cada macaco, entre cinco a oito dias.

Fase III (manipulação da alavanca): Desta vez, quando a PEP se inclina para a frente, o simples toque na alavanca não é suficiente para fazer cessar o choque elétrico. Os macacos continuam a receber choques elétricos até puxarem a alavanca. Esta operação é repetida cem vezes por dia.

Fases IV-VI (empurrar e puxar a alavanca): Nestas fases, a PEP é inclinada para trás e os macacos recebem choques até empurrarem a alavanca. De seguida, a PEP é de novo inclinada para a frente e os macacos têm de aprender outra vez a puxar a alavanca. Estas fases repetem-se cem vezes por dia. Depois, a plataforma movimenta-se aleatoriamente para trás e para a frente, e os macacos recebem choques elétricos até terem a reação adequada.
Fase VII (alavanca de controle operacional): Até esta altura, embora os macacos empurrem e puxem a alavanca, a manipulação desta não afeta os movimentos da plataforma. Agora, o macaco passa a controlar a posição da plataforma através da manipulação da alavanca. Nesta fase, não se encontra em funcionamento o aparelho automático de choques elétrícos. Estes são dados manualmente em cada três ou quatro segundos, com uma duração de 0,5 segs. Trata-se de uma taxa inferior à anterior, por forma a assegurar que o comportamento correto não é punido e, portanto, para utilizar a gíria do manual, "extinto" Se o macaco deixar de ter os desempenhos desejados, o treino regressa à fase VI. De outra forma, o treino prossegue nesta fase até o macaco conseguir manter a plataforma a um nível aproximadamente horizontal e evitar So por cento dos choques administrados. O tempo requerido para o treino dos macacos da fase III até à VII vai de dez a doze dias.
Após este período, o treino prossegue durante mais vinte dias. Neste período adicional, é utilizado um mecanismo que provoca a inclinação e rotação aleatórias da cadeira de forma mais violenta, devendo o macaco manter o mesmo nível de desempenho, fazendo regressar a cadeira à posição horizontal: caso contrário, receberá choques elétricos frequentes.
Todo este treino, envolvendo milhares de choques elétricos, é apenas uma introdução à verdadeira experiência. Logo que os macacos consigam manter a plataforma na posição horizontal de uma forma sistemática, são expostos a doses letais ou subletais de radiação ou agentes químicos, para que se verifique se continuam a "pilotar" a plataforma. Assim, com náuseas e provavelmente a vomitar devido às doses fatais de radiação, são forçados a manter a plataforma na posição horizontal e, quando não o conseguem, recebem choques frequentes. Eis um exemplo, retirado do relatório da U.S. Air Force School of Aerospace Medicine [Escola da Força Aérea Norte-Americana de Medicina Aeroespacial], publicado em Outubro de 1987 - depois de se ter começado a exibir o filme Project X.[2]
O relatório intitula-se "Primate Equilibrium Performance Following Soman Exposure: Effects of Repeated Daily Exposures to Low Soman Doses" ["Desempenho no equilíbrio dos primatas após exposição ao soman: efeitos de repetidas exposições diárias a baixas concentrações de soman"]. Soman é outra designação do gás mostarda, um agente químico que causou uma agonia terrível aos exércitos da Primeira Guerra Mundial, mas que, felizmente, tem sido muito pouco utilizado desde então. Este relatório começa por fazer referência a vários relatórios anteriores, nos quais a mesma equipe de investigadores estudou os efeitos de uma "exposição acentuada a soman" sobre o desempenho na PER. Todavia, este estudo específico centra-se nos efeitos de pequenas doses administradas durante vários dias. Nesta experiência, os macacos tinham trabalhado na plataforma "pelo menos semanalmente" durante um mínimo de dois anos, tendo recebido anteriormente várias drogas e pequenas doses de soman, mas não nas semanas imediatamente anteriores.
As experiências visavam calcular as doses de soman que seriam suficientes para reduzir a capacidade de o macaco operar a plataforma. Para que o cálculo pudesse ser feito, como é óbvio, os macacos receberiam choques elétricos como consequência da sua incapacidade de manter o equilíbrio da plataforma. Embora o relatório se refira sobretudo ao efeito do gás mostarda no nível de desnipenho dos macacos, também permite ter uma idéia de outros efeitos das armas químicas:
O sujeito encontrava-se completamente incapacitado no dia posterior à última exposição, revelando sintomas neurológicos que incluíam descoordenação grave, fraqueza e tremor (...) Estes sintomas persistiram após vários dias, durante os quais o animal permaneceu incapaz de desempenhar a tarefa da PEP.[3]

O dr. Donald Bames foi, durante vários anos, investigador principal na Escola da Força Aérea de Medicina Aeroespacial, tendo sido responsável pelas experiências levadas a cabo com a PEP na Base Aérea de Brooks. Bames calcula ter submetido a radiações cerca de mil macacos treinados durante os anos em que ocupou esse posto. Posteriormente, escreveu:

Durante alguns anos, senti suspeitas acerca dos dados que estávamos a recolher. Fiz algumas tentativas simbólicas no sentido de averiguar tanto o destino como o objetivo dos relatórios técnicos que publicávamos, mas reconheço agora a avidez em aceitar as garantias dos meus superiores de que, de fato, estávamos a fornecer um serviço efétivo à Força Aérea americana e, portanto, à defesa do mundo livre. Usei essas garantias como antolhos para evitar a realidade daquilo a que assistia no campo; e, embora nem sempre os usasse descontraidamente, serviram para me proteger das inseguranças relacionadas com uma potencial perda de estatuto e rendimento...
E então, um dia, os antolhos escorregaram, e dei comigo em séria confrontação com o dr. Roy DeHart, Comandante da Escola da Força Aérea de Medicina Aeroespacial. Tentei fazer-lhe ver que, na eventualidade de uma confrontação nuclear, seria altamente improvável que os comandantes de operação se debruçassem sobre gráficos e números relativos a macacos-resos para obter estimativas das probabilidades de força ou capacidade de desferir um segundo ataque. O dr. DeHart insistiu na idéia de que os dados teriam um valor incalculável, afirmando: "Eles não sabem que os dados se baseiam em estudos efetuados com animais."[4]

Bames demitiu-se e tomou-se um grande opositor às experiências com animais; no entanto, as experiências que utilizam a PEP prosseguem ainda.
O filme Project X levantou o véu sobre um certo tipo de experiências conduzidas pelas forças armadas. Acabamos de a analisar com um pouco de pormenor, embora levasse muito tempo descrever todas as formas de radiação e agentes químicos testados, em doses variáveis, em macacos, na PER. O que agora precisamos compreender é que esta é apenas uma pequena parte da quantidade total de experiências militares realizadas com animais. Já há alguns anos que se tem manisfestado preocupação relativamente a estas experiências.
Em Julho de 1973, o deputado Les Aspin, de Wisconsin, soube, graças a um anúncio publicado num jomal obscuro, que a Força Aérea dos Estados Unidos se preparava para adquirir duzentos cachorrinhos beagles, com as cordas vocais atadas para que não ladrassem normalmente, para servirem para testar gases venenosos. Pouco tempo depois, soube-se que também o exército tencionava utilizar beagles desta vez, quatrocentos - em testes semelhantes.
Aspin iniciou um protesto veemente, apoiado pelas organizações anti-viviseccionistas. Foram colocados anúncios nos principais jornais de todo o país. Começaram a chover cartas de leitores revoltados. Um estagiário do Comitê da Câmara dos Representantes das Forças Armadas disse que o comitê tinha recebido mais correio relativo aos beagles do que sobre qualquer outro assunto desde que Truman tinha despedido o general MacArthur, ao passo que um memorando interno do Ministério da Defesa, redigido por Aspin, declarava que o volume de correio que o ministério tinha recebido fora o maior de sempre sobre um único acontecimento, ultrapassando mesmo a correspondência recebida relativa aos bombardeamentos do Camboja e do Vietnã.[5] Após ter defendido as experiências numa primeira fase, o Ministério da Defesa anunciou posteriormente que as adiaria e consideraria a possibilidade de substituir os beagles por outros animais.

Tudo isto deu ensejo a um incidente curioso - curioso porque o furor público acerca desta experiência específica revelou uma ignorância notável da natureza das experiências normais conduzidas pelas forças armadas, por institutos de investigação, por universidades e empresas de vários tipos. É verdade que as experiências propostas pela força aérea e pelo exército estavam pensadas de forma a fazer sofrer e matar animais sem qualquer certeza de que este sofrimento e estas mortes salvariam unicamente a vida humana ou beneficiariam os humanos de qualquer forma; mas também se pode dizer o mesmo de milhões de outras experiências levadas a cabo todos os anos só nos Estados Unidos. Talvez a preocupação tenha sido suscitada pelo fato de as experiências se irem realizar com beagles. Mas, sendo assim, por que razão não houve protestos relativamente à experiência seguinte, realizada mais recentemente?

Sob a direcção do Laboratório de Investigação e Desenvolvimento de Bioengenharia Médica do Exército, em Fort Detrick, Frederick, no estado de Maryland, os investigadores deram como alimento, a 60 beagles, doses variadas de explosivo TNT. O TNT foi dado aos cães sob a forma de cápsulas todos os dias, durante seis meses. Os sintomas observados incluíam desidratação, emaciação, anemia, icterícia, baixa temperatura corporal, urina e fezes descoloridas, diarreia, perda de apetite e peso, figado, rins e baço inchados, e descoordenação. Uma das fêmeas foi "considerada moribunda" durante a semana 14, sendo abatida; outra foi encontrada morta no decurso da semana 16. O relatório afirma que a experiência representa "uma parte" dos dados que o laboratório de Fort Detrick está a desenvolver sobre os efeitos do TNT nos mamíferos. Uma vez que foram observados ferimentos mesmo nos casos de administração das doses mais reduzidas, o estudo não conseguiu estabelecer o nível no qual o TNT não registra efeitos observáveis; assim, conclui o relatório "deve ser garantida a realização de mais estudos sobre o TNT em cães beagle".[6]

Em todo o caso, não é correto limitarmos a nossa preocupação aos cães. As pessoas tendem a preocupar-se com os cães porque, geralmente, têm mais experiência com cães enquanto animais de estimação; mas há outros animais tão capazes de sentir o sofrimento como os cães. Poucas pessoas sentem compaixão pelos ratos. No entanto, os ratos são animais inteligentes, não podendo haver dúvida de que os ratos são capazes de sofrer durante as incontáveis experiências dolorosas que são realizadas com eles. Se as forças armadas deixassem de fazer experiências com cães e resolvessem fazê-las com ratos, não deveríamos ficar menos preocupados.

Algumas das piores experiências militares são realizadas num local conhecido como AFRRI - o Instituto de Investigação Radiobiológica das Forças Armadas, em Bethesda, no estado de Maryland. Aqui, em vez de utilizarem a PER, os experimentadores prenderam os animais a cadeiras e submeteram-nos a radiações ou treinaram-nos de forma a pressionar alavancas, e observaram os efeitos da radiação no seu desempenho. Treinaram também os macacos para que corressem numa "roda de atividades" que é uma espécie de moinho cilíndrico. (Ver fotografia a seguir à Pág 132) Os macacos recebiam choques elétricos exceto quando mantinham a roda a girar a velocidades superiores a um quilômetro e meio por hora.

Numa experiência que utilizou a roda de atividades dos primatas, Carol Frariz, do departamento de ciências comportamentais do AFRRI, treinou trinta e nove macacos durante nove semanas, duas horas por dia, até conseguirem alternar períodos de "trabalho" e "descanso" durante seis horas consecutivas. Foram então sujeitos a doses variáveis de radiação. Os macacos que receberam as doses maiores vomitaram até sete vezes. Foram então postos na roda de atividades, para que se medisse o efeito da radiação na sua capacidade de "trabalho". Durante este período, se um macaco não movimentasse a roda durante um minuto, "a intensidade do choque era aumentada para 10 mA" (Trata-se de um choque elétrico extremamente intenso, mesmo segundo os padrões bastante excessivos da experimentação animal americana; deve provocar uma dor intensa.) Alguns macacos continuaram a vomitar enquanto se encontravam na roda de atividades. Franz regista o efeito que as doses variadas de radiação tiveram no desempenho. O relatório indica também que os macacos submetidos a radiações levavam entre um dia e meio a cinco dias a morrer.[7]

Uma vez que não é meu desejo ocupar todo este capítulo a descrever as experiências realizadas pelas forças armadas americanas, vou de seguida considerar experiências não militares (embora, en passant, refira uma ou duas outras experiências militares quando forem relevantes para os temas em análise.) Entretanto, espero que os contribuintes americanos, seja qual for o orçamento destinado à defesa que julguem adequado, se perguntem: É isto que quero que as forças armadas façam com os meus impostos?
Não devemos, naturalmente, julgar todas as experiências com animais pelas experiências que acabei de descrever. As forças armadas, poderia-se pensar, são mais duras relativamente ao sofrimento devido à sua concentração na guerra, na morte e nos ferimentos. A investigação científica genuína será certamente diferente, não é verdade? Veremos. Para começar a nossa análise da investigação científica não militar, permitirei que o Professor Harry F. Harlow fale por mim. O Professor Harlow, que trabalhou no Centro de Investigação dos Primatas de Madison, no Wisconsin, foi durante muitos anos editor de uma conceituada revista de psicologia, tendo sido, até à sua morte, há poucos anos, bastante considerado pelos seus colegas de investigação psicológica. O seu trabalho foi citado aprovadoramente em muitos manuais de psicologia, lidos por milhões de estudantes de disciplinas introdutórias de psicologia durante os últimos vinte anos. A linha de investigação por ele iniciada foi prosseguida após a sua morte pelos seus colegas e antigos alunos.
Num artigo de 1965, Harlow descreve o seu trabalho da seguinte forma:

> Durante os últimos dez anos, tenho estudado os efeitos do isolamento social parcial, criando macacos desde o nascimento em jaulas nuas de arame (...) Estes macacos são submetidos a uma privação materna total... Mais recentemente, iniciamos uma série de estudos sobre os efeitos do isolamento social total, criando macacos desde algumas horas após o nascimento até aos 3, 6 ou 12 meses de vida numa câmara de aço inoxidável. Durante o período determinado, o macaco que se encontra nestas instalações não tem contato com qualquer animal, humano ou sub-humano.

Estes estudos, prossegue Harlow, concluíram que

o isolamento precoce suficientemente estrito reduz estes animais a uni nível sócio-emocional no qual a reação social primária é o medo.

Noutro artigo, Harlow e o seu antigo aluno e colega Stephen Suomi, descrevem o modo como tentavam induzir uma psicopatologia em macacos pequenos através de uma técnica que parecia não funcionar. Receberam então como convidado John Bowlby, um psiquiatra britânico. Segundo o relatório de Harlow, Bowlby ouviu a descrição dos problemas havidos e, depois, deu uma volta pelo laboratório do Wisconsin. Depois de ter visto os macacos instalados individualmente em jaulas nuas de arame, perguntou: "Por que é que tentam provocar psicopatologia nos macacos? Já têm mais macacos psicopatológicos no laboratório do que já alguma vez se viu à face da terra".[9]
Bowlby, por acaso, era um dos maiores investigadores das consequências da privação materna, mas a sua investigação era realizada com crianças, sobretudo órfãos de guerra, refugiados e crianças internadas em instituições. Já em 1951, antes até de Harlow ter iniciado a sua investigação em primatas não humanos, Bowlby tinha concluído:

> As provas foram reconsideradas. Considera-se que as provas são agora tais que não deixam lugar a dúvidas quanto à proposição geral de que a privação prolongada de cuidados maternos em crianças pequenas pode ter efeitos graves e prolongados sobre o seu caráter e durante toda a sua vida futura.[10]

Isto não impediu que Harlow e os seus colegas concebessem e realizassem as suas experiências em macacos.
No mesmo artigo em que referem a visita de Bowlby, Harlow e Suomi descrevem como tiveram a "ídeia fascinante" de induzir depressão "permitindo que macacos bebês se afeiçoassem a mães falsas de tecido que se podiam tornar monstruosas":

O primeiro destes monstros era uma mãe macaca de tecido que, conforme planejado ou ordenado, emitia ar comprimido a alta pressão. Com o sopro, praticamente arrancava a pele do animal. O que fazia o macaco bebê? Agarrava-se simplesmente mais e mais à mãe, porque uma criança assustada agarra-se à mãe a todo o custo. Não conseguimos provocar qualquer psicopatologia.

No entanto, não desistimos. Construímos uma outra mãe falsa monstruosa que se balançava tão violentamente que a cabeça e os dentes do bebê chocalhavam. Tudo o que o bebê fazia era agarrar-se com mais força à mãe. O terceiro monstro que construímos tinha uma armação de arame embutida no seu corpo, que saltava e expulsava a criança da sua supefície ventral. O bebê, então, levantava-se do chão, esperava que a armação regressasse ao interior do corpo de tecido e, nessa altura, agarrava-se de novo à suposta mãe. Finalmente, construímos a nossa mãe porco-espinho. De acordo com uma ordem, esta mãe expulsava espetos afiados de bronze em toda a sua superficie ventral. Embora os bebês se sentissem angustiados por estes picos, esperavam simplesmente que os espetos recuassem e, então, tomavam a agarrar-se à mãe.

Estes resultados, ressaltam os experimentadores, não são muito surpreendentes, uma vez que o único recurso de uma criança ferida é agarrar-se à sua mãe.
Por fim, Harlow e Suomi desistiram das suas mães monstruosas artificiais porque encontraram algo melhor: uma mãe macaca verdadeira que era um monstro. Para produzir tais mães, criaram macacas em isolamento, e, depois, tentaram que engravidassem. Infelizmente, as fêmeas não tinham relações sexuais normais com os macacos, de forma que tiveram de recorrer a uma técnica que Harlow e Suomi designam como "roda de violação". Quando os bebês nasceram, os experimentadores observaram as macacas. Descobriram que algumas ignoravam simplesmente as crias, não as pondo ao peito quando choravam, como as macacas normais fazem quando ouvem a sua cria a chorar. O outro padrão de comportamento observado era diferente:

As outras macacas eram brutais ou letais. Um dos seus truques favoritos consistia em esmagar o crânio da cria com os dentes. Mas o padrão de comportamento realmente hediondo era o de esmagar o rosto da cria no chão e, depois, esfregá-lo para cá e para lá.[11]

Num artigo de 1972, Harlow e Suomi afirmam que, uma vez que a depressão nos humanos se caracteriza por um estado de "impotência e desesperança, e imersão num poço de desespero", conceberam um instrumento "numa base intuitiva" que reproduzisse esse tal "poço de desespero" tanto física como psicologicamente. Construíram uma câmara vertical com paredes de aço inoxidável inclinadas para dentro, de modo a formar um fundo arredondado, e colocaram lá dentro um macaco jovem, durante períodos de tempo que podiam ir até aos quarenta e cinco dias. Descobriram que, após alguns dias nesta prisão, os macacos "Passavam a maior parte do seu tempo encolhidos num canto da câmara" A reclusão provocou um "comportamento psicopatológico grave e persistente de natureza depressiva". Mesmo decorridos nove meses após a sua libertação, os macacos sentavam-se ainda com os braços em volta do corpo, em vez de se movimentarem e explorarem o ambiente à sua volta, como fazem os macacos normais. Mas o relatório termina de forma dúbia e negativa:

O fato de [os resultados] poderem ser atribuídos especificamente a variáveis como a forma da câmara, o tamanho desta, a duração do encarceramento, a idade que os animais tinham na altura do encarceramento ou, mais provavelmente, a combinação destas e de outras variáveis, permanece uma questão a ser desenvolvida em investigações subsequentes.[12]

Outro artigo explica como, para além do "poço do desespero", Harlow e os seus colegas criaram um "túnel do terror" para produzir macacos aterrorizados, [13] e, ainda noutro relatório, Harlow descreve a forma como conseguiu "induzir a morte psicológica em macacos-resos" ao dar-lhes "falsa mães" cobertas de turco que, normalmente, se mantinham a uma temperatura de 37,2º C, mas podiam ser rapidamente resfriadas até aos 1,6º C para simular uma espécie de rejeição maternal.[14]

Harlow, agora, está morto, mas os seus estudantes e admiradores espalharam-se pelos Estados Unidos e continuam a realizar experiências de forma semelhante. John P. Capitanio, sob direcção de um dos estudantes de Harlow, W A. Mason, levou a cabo experiências de privação no Centro de Investigação dos Primatas da Califórnia, na Universidade da Califórnia, em Davis. Nestas experiências, Capitanio comparou o comportamento social dos macacos-resos "criados" por um cão, com aquele dos macacos "criados" por um cavalo de plástico. Concluiu que, "embora os membros de ambos os grupos sejam claramente anormais no que diz respeito às suas interacções sociais", os macacos que foram tratados pelo cão reagiram melhor do que aqueles mantidos junto do brinquedo de plástico.[15]

Depois de deixar o Wisconsin, Gene Sackett prosseguiu os estudos sobre privação no Centro de Investigação dos Primatas da Universidade de Washington. Sackett criou macacos-resos, macacos-de-cauda-de-porco e macacos-aranha em isolamento total para estudar as diferenças de comportamento pessoal, comportamento social e comportamento de exploração. Encontrou diferenças entre as diferentes espécies de macacos que "questionam a generalização da "síndrome de isolamento" entre as espécies de primatas". Se existem diferenças mesmo entre espécies relacionadas de forma próxima, a generalização dos macacos para os humanos deverá ser ainda muito mais questionável.[16]

Martin Reite, da Universidade do Colorado, realizou experiências de privação em macacos-de-coifa e macacos-de-cauda-de-porco. Ele tinha consciência de que as observações efetuadas por Jane Goodall em chimpanzés selvagens órfãos descreviam "profundas perturbações comportamentais, constituindo a tristeza ou as alterações afetivas depressivas os componentes principais". Mas, uma vez que "em comparação com os estudos efetuados em macacos, tem sido publicado relativamente pouco material sobre separações experimentais nos grandes primatas", ele e outros experimentadores decidiram estudar sete chimpanzés bebês que tinham sido separados das suas mães no momento do nascimento e criados num ambiente de berçário. Após períodos de tempo que iam dos sete aos dez meses, alguns dos bebês eram colocados em câmaras de isolamento durante cinco dias. Os bebês isolados gritavam, balançavam-se e atiravam-se contra as paredes da câmara. Reite concluiu que o "isolamento, nos chimpazés bebês, pode ser acompanhado de alterações comportamentais substanciais", mas nota que (adivinhou!) é necessário proceder a más investigação neste campo.[17]

Desde que Harlow começou as suas experiências de privação materna, há já uns trinta anos, foram realizadas mais de 250 experiências relacionadas com este aspeto nos Estados Unidos. Estas experiências sujeitaram mais de sete mil animais a rotinas que induziram angústia, desespero, ansiedade, perturbações psicológicas gerais e morte. Como demonstram algumas das citações anteriores, a investigação alimenta-se a si própria. Reite e os seus colegas fizeram experiências com chimpanzés porque se tinha realizado relativamente pouco trabalho experimental sobre os grandes primatas, em comparação com os macacos. Aparentemente, não sentiram necessidade de responder à questão básica da razão por que é preciso sequer fazer experiências sobre, a privação matema em animais. Nem sequer tentam justificar as suas experiências, defendendo o benefício que possam representar para os seres humanos. O fato de se possuírem numerosas observações de chimpanzés órfãos no seu meio ambiente não parece ter tido qualquer relevância para estes investigadores. A sua atitude foi simples: isto tem sido feito com animais de uma espécie, mas não com animais de outra, portanto, vamos fazê-lo nós. Encontra-se constantemente esta mesma atitude em todas as ciências psicológicas e comportamentais. A parte mais espantosa da história é que os contribuintes pagaram toda esta investigação - e isto significa mais de 58 milhões de dólares só para a investigação da privação matema.[18] A este respeito, mas não apenas neste, a experimentação com animais no meio civil não é assim tão diferente da experimentação militar.

A prática da experimentação com animais não humanos, tal como existe hoie em dia em todo o mundo, revela as consequências do especismo. Muitas experiências infligem dor considerável sem a mais pequena esperança de produzir beneficios significativos para os humanos ou quaisquer outros animais. Estas experiências não são exemplos isolados; fazem parte de uma importante indústria. Na Grã-Bretanha, onde se exige aos experimentadores que façam um relatório do número de "procedimentos científicos" realizados com animais, os números oficiais do govemo mostram que foram levados a cabo 3,5 milhões de procedimentos científicos com animais desde 1988.[19] Nos Estados Unidos, não existem números de precisão comparável. Nos termos da Lei relativa ao Bem-estar dos Animais, o ministro da agricultura publica um relatório que fomece uma lista do número de animais utilizados em instalações que possuem registos disso, mas esta é bastante incompleta. Não inclui ratos, camundongos, aves, répteis, rãs ou animais domésticos utilizados com fins experimentais; não inclui os animais utilizados nas escolas secundárias, e não inclui animais utilizados em instalações que não procedam ao seu transporte entre estados ou recebam financiamento ou constituíam encomendas do govemo federal.

Em 1986, o Congress Office of Technology Assessment [Gabinete de Avaliação Tecnológica do Congresso] (OTA), dos Estados Unidos, publicou um relatório intitulado "Altematives; to Animal Use in Research, Testing and Education" ["Altemativas à Utilização de Animais na Investigação, Experimentação e Educação"]. Os investigadores da OTA tentaram determinar o número de animais utilizados em experiências nos Estados Unidos e constataram que "as estimativas dos animais utilizados anualmente nos Estados Unidos apontam para um número que se situa entre 10 milhões e 100 milhões." Concluíram que as estimativas não eram seguras, mas acreditavam que o número estaria entre "pelo menos 17 milhões a 22 milhões".[20]

Esta é uma estimativa consideravelmente prudente. Testemunhando perante o Congresso, em 1966, a Associação dos Criadores de Cobaias, estimava que o número de ratos, camundongos, porcos-da-índia, hamsteres e coelhos utilizados para fins experimentais em 1965, rondaria os 60 milhões.[21] Em 1984, o Dr. Andrew Rowan, da Escola de Medicina Veterinária da Universidade de Tufts, calculava em cerca de 71 milhões os animais utilizados anualmente. Em 1985, Rowan reviu a sua estimativa para fazer a distinção entre o número de animais produzidos, adquiridos e realmente utilizados. Isto levou à conclusão de que seriam utilizados anualmente em experiências entre 25 e 35 milhões de animais.[22] (Este número ignora os animais que morrem no transporte ou são abatidos antes do início da experiência.) Uma análise financeira de apenas uma das principais empresas de fomecimento de animais aos laboratórios, a Charles River Breeding Laboratory, revela que só esta empresa produz anualmente 22 milhões de cobaias.[23]

Em 1988, um relatório publicado pelo Ministério de Agricultura referia 140.471 cães, 42.271 gatos, 51.641 primatas, 431.457 porcos-da-índia, 331.945 hamsteres, 459.254 coelhos e 178.249 "animais selvagens": um total de 1.635.288 utilizados em experiências. De recordar que este relatório não se preocupa em contabilizar ratos e camundongos, abrangendo apenas, e na melhor das hipóteses, 10 por cento do número total de animais utilizados. Dos cerca de 1,6 milhões de animais referidos pelo Ministério da Agricultura como tendo sido utilizados com fins experimentais, afirma-se que mais de 90 mil experimentaram "dor ou angústia não atenuadas" Uma vez mais, este número será, provavelmente, 10 por cento do total de animais que foram submetidos a dor ou angústia não atenuadas - e se os experimentadores estão menos preocupados em causar dor a ratos e camundongos do que o estarão em relação a cães, gatos e primatas, a proporção poderá ser ainda menor.

Os outros países desenvolvidos utilizam grandes quantidades de animais. No Japão, por exemplo, um estudo muito incompleto publicado em 1988, indicou um total de mais de 8 milhões de animais utilizados.[24]

Uma forma de compreender a natureza das experiências com animais enquanto indústria de grande escala é observando os produtos comerciais a que dá origem e a forma como estes são vendidos. Entre estes "produtos" encontram-se, claro, os próprios animais. já vimos quantos animais os Charles River Breeding Laboratories produzem. Em revistas como *Lab Animal*, os animais são anunciados como se fossem automóveis. Sob a "fotografia de dois porcos-da-índia, um normal e outro completamente sem pêlo, o texto publicitário diz:

Sobre os nossos porcos-da-índia, você tem agora possibilidade de escolher. Pode optar pelo nosso modelo normal que é entregue completo, com pêlo. Ou experimentar o nosso modelo de 1988, despido, melhor para a rapidez e da eficiência.

Os nossos porcos-da-índia eutímicos e sem pêlo são o produto de anos de criação. Podem ser utilizados em estudos dermatológicos de agentes produtores de cabelo. Sensibilidade cutânea. Terapia transdérmica. Estudos com ultravioletas. E muito mais.

Um anúncio da Charles River, em Endocrinology (junho de 1985), pergunta:

"Quer ver a nossa operação?"

No tcante a operações, damos-lhe exatamente aquilo que o médico receitou. Hipófisetomias, adrenaletomias, castrações, timetomias, ovariotomias e tiróidetomias. Realizamos milhares de "endocrinotomias" todos os meses em ratos, camundongos ou hamsteres. E mais qualquer cirurgia especial, a pedido (baçotomia, nefrotomia, cecotomia) (...) Para obter animais de investigação cirurgicamente transformados que se adequem às suas necessidades específicas relativas a animais de investigação, telefone para [número]. As nossas telefonistas estão à sua disposição praticamente a todas as horas.

Para além dos próprios animais, as experiências em animais criaram um mercado de equipamento especializado. *Nature*, uma conceituada revista científica britânica, possui uma secção designada "Novidades no Mercado" que, recentemente, informou os seus leitores acerca de um novo instrumento de investigação:

O mais recente instrumento de investigação animal da Columbus Instruments é uma roda hermética para animais que possibilita a recolha de dados relativos ao oxigênio despendido durante a realização de exercício. A roda tem pistas de corrida isoladas com estímulos elétricos separados cuja utilização pode ser configurada para quatro ratos ou camundongos (...) O sistema básico de 9.737 libras inclui um controlador de velocidade da correia e um instrumento para administrar os choques elétricos de voltagem ajustável. O sistema completamente automático de 13.487 libras pode ser programado para realizar experiências consecutivas com períodos intermédios de descanso e monitoriza automaticamente o número de viagens até à grelha dos choques, o tempo despendido a correr e o tempo despendido na grelha elétrica.[25]

A Columbus Instruments fabrica vários outros instrumentos engenhosos. Na *Lab Animal* anuncia:

O Medidor de Convulsões da Columbus Instrumerits; toma possível a realização de medições objetivas e quantitativas de convulsões dos animais. Uma célula de precisão sensorial instalada numa plataforma converte os componentes verticais da intensidade da convulsão em sinais elétricos proporcionais (...) O utilizador deve observar o comportamento do animal e ativar o medidor através de um interruptor de botão quando se apercebe da ocorrência de uma convulsão. No final da experiêncía, será obtida a intensidade total e o tempo total das convulsões.

E depois há *The Whole Rat Catalogue*. Publicado pela Harvard Bioscience, consiste em 140 páginas de equipamento sendo utilizado em experiências com animais de dimensões reduzidas, todo escrito em gíria publicitária amorosa. Dos compartimentos constritores de plástico transparente para coelhos, por exemplo, o catálogo nos diz: "A única coisa que mexe é o nariz!" No entanto, por vezes é demonstrada alguma sensibilidade relativamente à natureza controversa do tema: a descrição da Caixa de Transporte para Roedores sugere: "Utilize esta caixa discreta para transportar o seu animal favorito sem chamar a atenção" Para além das habituais jaulas, eletrôdos, instrumentos cirúrgicos e seringas, o catálogo anuncia Cones Constritores para Roedores, Sistemas de Captura/Restrição de Harvard, Luvas Resistentes a Radiação, Equipamento de Telemetria. FM Implantável, Dietas Líquidas para Ratos e Camundongos em Estudos sobre Álcool, Decapitadores para pequenos e grandes animais, e mesmo um Emulsionante de Roedores que "reduz rapidamente os restos de um animal pequeno a uma suspensão homogênea."[26]
Presumivelmente, as empresas não se preocupariam a fabricar e anunciar este equipamento se não esperassem realizar vendas consideráveis. E os artigos não serão comprados se não forem utilizados.

Entre as dezenas de milhões de experiências realizadas, apenas algumas podem ser possivelmente consideradas como contribuindo para importante investigação médica. São utilizadas grandes quantidades de animais em departamentos universitários das áreas florestal e psicológica, por exemplo; muitos mais são utilizados com fins comerciais, para testar novos cosméticos, xampus, corantes alimentares e outros artigos supérfluos. Tudo isto só é possível graças ao nosso preconceito de não levar a sério o sofrimento de um ser que não é membro da nossa espécie. Geralmente, os defensores da realização de experiências com animais não negam que estes sofrem. Não podem negar o seu sofrimento porque precisam sublinhar as semelhanças existentes entre os humanos e os outros animais para afirmar a relevância das suas experiências para o conhecimento dos humanos. O experimentador que obriga os ratos a escolher entre a morte pela fome e o choque elétrico para verificar o surgimento de úlceras (o que efetivamente acontece), irá fazê-lo porque o rato possue um sistema nervoso muito parecido com o do ser humano e, portanto, sentirá o choque elétrico de forma igualmente parecida.

Há muito tempo que existe forte oposição à realização de experiências com animais. Esta oposição tem tido pouco impacto porque os experimentadores, apoiados pelas empresas que lucram com o fomecimento de animais e equipamento para laboratórios, têm conseguido convencer os legisladores e a opinião pública de que a oposição é manifestada por fanáticos mal informados que consideram mais importantes os interesses dos animais do que os dos seres humanos. No entanto, a oposição ao que acontece neste momento não significa necessariamente a insistência na suspensão imediata de todas as experiências que utilizem animais. Só precisamos de dizer que as experiências que não servem um objetivo direto e urgente deverão ser suspensas imediatamente e, nas restantes áreas de investigação, se deverá, sempre que possível, procurar substituir as experiências que exijam a presença de animais por métodos altemativos que não o façam.

Para compreender a razão por que esta alteração, aparentemente modesta, seria tão importante é necessário saber mais sobre as experiências que estão neste momento sendo conduzidas e que são realizadas desde há um século. Depois, estaremos em condições de avaliar a afirmação, proferida pelos defensores da situação atual, de que as experiências com animais são realizadas apenas com objetivos importantes. Por conseguinte, as próximas páginas descrevem algumas experiências realizadas com recurso a animais. Ler os relatórios destas experiências não constitui uma experiência agradável; temos, contudo, obrigação de nos informarmos acerca daquilo que é feito na nossa própria sociedade, especialmente uma vez que financiamos, através dos nossos impostos, a maior parte da investigação. Se os animais têm de se submeter a estas experiências, o mínimo que podemos fazer é ler os relatórios e informarmo-nos acerca delas. Foi esta a razão pela qual não tentei atenuar ou dourar algumas das coisas que são feitas aos animais. Ao mesmo tempo, não tentei tomar essas coisas piores do que elas realmente são. Os relatórios que se seguem foram todos retirados de descrições redigidas pelos próprios investigadores e por eles publicadas em revistas científicas através das quais os investigadores comunicam entre si.

Tais descrições são, inevitavelmente, mais favoráveis aos experimentadores do que o seriam os relatórios elaborados por um observador extemo. Existem duas razões para isto acontecer. A primeira reside no fato de os experimentadores não pretenderem sublinhar o sofrimento que infligiram, exceto se isso for necessário para comunicar os resultados da experiência, sendo raro este caso. A maior parte do sofrimento, portanto, não é mencionada. Os experimentadores podem considerar desnecessário incluir nos relatórios qualquer menção ao que acontece quando os instrumentos utilizados para desferir os choques elétricos são deixados ligados e deveriam ter sido desligados, quando os animais recobram os sentidos no meio de uma operação porque a anestesia foi mal administrada, ou quando os animais deixados sem vigilância adoecem e morrem durante o fim-de-semana. A segunda razão para as revistas científicas constituírem uma fonte favorável aos investigadores prende-se com o fato de estas incluírem apenas aquelas experiências que tanto os experimentadores como os editores das revistas consideram significativas. Um comitê do govemo britânico chegou à conclusão de que é publicado apenas cerca de um quarto das experiências com animais.[27] Não existe qualquer razão para crer que nos Estados Unidos sejam publicados relatórios numa proporção superior; na verdade, uma vez que a proporção de faculdades menores que contam com investigadores de talento inferior é muito maior nos Estados Unidos do que na Grã-Bretanha, parece provável que seja ainda menor a proporção de experiências que conduz a resultados significativos.

Assim, ao ler as páginas seguintes, tenha em conta que elas foram retiradas de fontes favoráveis aos experimentadores; e, se os resultados das experiências não parecem ter importância suficiente para justificar o sofrimento que provocaram, pense que estes exemplos foram tirados de uma pequena fracção de experiências que os editores consideraram suficientemente significativas para serem publicadas. Uma última advertência: os relatórios publicados nas revistas aparecem sempre sob o nome dos investigadores; como norma, transcrevi os nomes, uma vez que não vejo razão para proteger os investigadores sob o manto do anonimato. Apesar disso, não se deve supor que as pessoas nomeadas são especialmente más ou cruéis. Fazem aquilo para que foram treinadas e que milhares de colegas seus fazem. Pretende-se que as experiências ilustrem não o sadismo dos experimentadores, individualmente, mas a mentalidade instituída do especismo que toma possível que estes experimentadores façam estas coisas sem consideração séria dos interesses dos animais que utilizam.

Muitas das experiências mais dolorosas são realizadas no campo da psicologia. Para dar uma idéia do número de animais utilizados em experiências em laboratórios de psicologia, pense que durante o ano de 1986 o Instituto Nacional de Saúde Mental (NIMH) financiou 350 experiências com animais. O NIMH é apenas uma das fontes de financiamento federal para a experimentação na área da psicologia. A agência gastou mais de onze milhões de dólares em experiências que envolveram manipulação direta do cérebro, mais de 5 milhões de dólares em experiências que estudaram o efeito que as drogas têm no comportamento, quase 3 milhões de dólares em experiências relacionadas com a aprendizagem e a memória e mais de 2 milhões de dólares em experiências que envolveram privação do sono, tensão, medo e ansiedade. Esta agência governamental gastou mais de 30 milhões de dólares em experiências com animais durante um ano.[28]

Um dos modos mais comuns de experimentação no campo da psicologia consiste na aplicação de choques elétricos a animais. Isto pode ser feito com o objetivo de descobrir por que razão os animais reagem a vários tipos de punição ou como forma de treinar os animais para desempenharem diferentes tarefas. Na primeira edição deste livro descrevi experiências realizadas no final dos anos 60 e no início dos anos 70 nas quais os experimentadores davam choques elétricos a animais. Eis apenas um exemplo dessa altura:

O. S. Ray e R. J. Barrett, que desenvolvem trabalho na unidade de investigação em psicologia do Veterans' Administration Hospital, em Pittsburgh, administraram choques elétricos nos patas de 1.042 ratos. Depois, provocaram-lhes convulsões ao utilizarem eletrôdos com forma de copo para darem choques mais intensos nos olhos dos animais ou utilizando clips presos nas orelhas. Registaram também que, infelizmente, alguns dos ratos que "concluíram com sucesso o treino do Dia Um foram encontrados doentes ou mortos antes dos testes do Dia Dois."[29]

Agora, quase vinte anos depois, ao escrever a segunda edição deste livro, os experimentadores congeminam ainda novas variações menores para testar nos animais: W. A. Hillex e M. R. Denny da Universidade da Califómia, San Diego, colocaram ratos num labirinto e administravam-lhes choques elétricos se, após uma escolha incorreta, na tentativa seguinte eles não conseguissem escolher a direcção certa em três segundos. Concluíram que os "resultados são claramente semelhantes aos dos estudos anteriores sobre fixação e regressão no rato, nos quais os animais eram geralmente submetidos a choques no tronco do labirinto em forma de T, imediatamente antes do ponto de opção.. (Por outras palavras, a administração de choques elétricos aos ratos no ponto do labirinto em que eles tinham de efetuar a escolha, em vez de o fazer imediatamente antes desse ponto - a novidade introduzida por esta experiência específica - não produziu qualquer diferença significativa.) Os experimentadores prosseguiam, então, citando o trabalho realizado em 1933, 1935 e noutros anos até 1985.[30]
A experiência que se segue constitui simplesmente uma tentativa de demonstrar que os resultados já conhecidos nos humanos também se aplicam aos ratos: Curt Spanis e Larry Squire da Universidade da Califómia, San Diego, utilizaram dois tipos diferentes de choques numa experiência destinada a examinar o modo como o "eletrochoque" afeta a memória dos ratos. Os animais foram colocados no compartimento iluminado de uma câmara com dois compartimentos, encontrando-se o outro às escuras. Quando os ratos passavam do compartimento iluminado para o escuro, era-lhes administrado um choque elétrico nas patas. Após o "treino", os ratos receberam "um tratamento através de eletrochoques (...) administrados quatro vezes com intervalos de uma hora (...) [tendo] ocorrido convulsões em todos os casos." O tratamento por eletrochoques provocou amnésia retrógrada, que durou pelo menos vinte e oito dias. Spanis e Squire concluíram neste sentido porque os ratos não se lembraram de evitar a passagem para o compartimento escuro, que os fazia receber choques elétricos. Spanis e Squire referiram que as suas descobertas eram "coerentes" com descobertas já realizadas por Squire em estudos levados a cabo com doentes psiquiátricos. Reconheceram que os resultados da experiência "não podem corroborar nem negar firmemente" as idéias existentes sobre perda de memória devido à "grande variabilidade das classificações nos vários grupos. Apesar disso, afirmam: "Estas descobertas ampliam o paralelo existente entre a amnésia experimental em animais de laboratório e a amnésia humana."[31]
Numa experiência semelhante, J. Patel e B. Migler, trabalhando para a ICI Americas, Inc., em Wilmington, Delaware, treinaram saguis para que estes pressionassem uma alavanca e, assim, obterem comida. Depois, foram colocadas coleiras metálicas nos saguis que lhes transmitiam choques elétricos cada vez que recebiam comida. Apenas podiam evitar os choques se esperassem três horas antes de tentar obter comida. Foram necessárias oito semanas de sessões de treino, de seis horas diárias, para que os macacos aprendessem a evitar os choques desta forma. Esperava-se que isto resultasse numa situação de "conflito", e, portanto, foram administradas várias drogas aos saguis por forma a testar se as drogas originariam mais choques. Os experimentadores deram também conta da sua adaptação do teste a ratos, afirmando que seria "útil identificar os potenciais agentes anti-ansiedade."[32]

As experiências relacionadas com o condicionamento têm sido efetuadas ao longo de oitenta e cinco anos. Um relatório compilado em 1982 pelo grupo de Nova Iorque da United Action for Animais lista 1.425 artigos sobre "experiências de condicionamento clássico" em animais. Ironicamente, a inutilidade da maior parte desta investigação é revelada de modo sombrio por um artigo publicado por um grupo de experimentadores da Universidade de Wisconsin. Susan Mineka e os seus colegas submeteram 140 ratos a choques aos quais eles podiam fugir e também a choques a que não era possível esquivarem-se, de modo a comparar os níveis de medo gerado por estes diferentes tipos de choques. Eis a fundamentação apresentada para o seu trabalho:

Ao longo dos últimos 15 anos, tem sido efetuada uma extensa investigação cujo objetivo é compreender os efeitos fisiológicos e comportamentais diferenciais que são provocados pela exposição a elementos adversos controláveis por oposição a elementos adversos incontroláveis. A conclusão geral retirada foi que a exposição a acontecimentos adversos incontroláveis é considerada como geradora de maior tensão para o organismo do que a exposição a acontecimentos adversos controláveis.

Após terem sujeitado os seus ratos a várias intensidades de choque elétrico, umas vezes dando-lhes a possibilidade de os evitar e outras não, os experimentadores foram incapazes de determinar os mecanismos que poderiam ser considerados corretos para a consideração dos resultados obtidos. Apesar disso, afirmaram que os resultados eram importantes porque "questionam, de alguma forma, a validade das conclusões das centenas de experiências realizadas, aproximadamente, durante os últimos 15 anos".[33] Por outras palavras, quinze anos de administração de choques elétricos a animais não produziram resultados válidos. Mas, no mundo bizarro das experiências psicológicas com animais, esta descoberta serve como justificação para a realização de ainda mais experiências que recorrem à sujeição a choques elétricos inevitáveis de ainda mais animais, de forma a ser possível obter, finalmente, resultados "válidos" e, recorde-se, estes resultados "válidos" apenas se aplicarão ao comportamento de animais encarcerados sujeitos a choques elétricos a que não se podem esquivar.
Uma outra história igualmente triste de inutilidade é aquela das experiências destinadas a produzir o que é conhecido como "impotência adquirida" supostamente, um modelo de depressão nos seres humanos. Em 1953, R. Solomon, L. Kamin e L. Wynne, experimentadores na Universidade de Harvard, colocaram quarenta cães num mecanismo designado como "caixa da lançadeira", que consistia numa caixa dividida em dois compartimentos separados por uma barreira. No início, a barreira estava colocada à altura dos lombos dos cães. Davam-se centenas de choques elétricos intensos às patas dos cães a partir de um pavimento em forma de grelha. Inicialmente, os cães podiam esquivar-se ao choque se aprendessem a transpor a barreira, saltando para o outro compartimento. Para "desencorajar" um cão a saltar, os experimentadores obrigavam o animal a saltar uma centena de vezes para um pavimento em grelha no outro compartimento que também emitia choques. Diziam que, no momento em que saltava, o cão emitia um "agudo latido de antecipação que se convertia num uivo de dor quando aterrava na grelha eletrificada" A seguir, bloqueavam a passagem entre os compartimentos com um pedaço de vidro e testavam de novo com o cão. O cão "saltava em frente e esmagava a cabeça contra o vidro" Os cães começaram a revelar sintomas como defecação, micção, emissão de uivos e gritos, tremuras, ataques aos dispositivos, etc.; mas, após dez ou doze dias de testes, os cães que tinham sido impossibilitados de evitar o choque deixaram de resistir. Os experimentadores consideraram-se eles próprios "impressionados" por este fato, e concluíram que a combinação da barreira de vidro com os choques nas patas era "muito eficaz" na eliminação dos saltos dos cães.[34]

Este estudo demonstrou que era possível induzir um estado de impotência e desespero através da administração repetida de choques intensos inescapáveis. Estes estudos de "impotência adquirida" foram apurados nos anos 60. Um experimentador que se destacou nesta área foi Martin Seligman, da Universidade da Pensilvânia. Deu choques elétricos em cães, através de um pavimento de grelhas de aço, com tal intensidade e persistência que os cães deixaram de tentar esquivar-se e "aprenderam" a ser impotentes. Num dos estudos, escrito conjuntamente com os colegas Steven. Maier e James Geer, Seligman descreve o seu trabalho da seguinte forma:

Quando um cão normal e ingênuo recebe um treino de fuga / evitamento numa caixa da lançadeira, regista-se, geralmente, o seguinte comportamento: no início dos choques elétricos, o cão corre desesperadamente, defecando, urinando e uivando até saltar sobre a barreira e fugir ao choque. Na tentativa seguinte, o cão, correndo e uivando, transpõe a barreira mais rapidamente, e assim sucessivamente, até ocorrer um evitamento eficaz.

Seligman alterou este padrão ao colocar peias aos cães e administrar-lhes choques aos quais eles não tinham forma de fugir. Quando os cães eram colocados de novo na caixa da lançadeira, onde a fuga era possível, ele descobriu que:

o cão reage inicialmente ao choque na caixa da lançadeira da mesma forma que o cão ingênuo. No entanto, num contraste evidente com o cão ingênuo, deixa rapidamente de correr e permanece em silêncio até o choque cessar. O cão não transpõe a barreira, não fugindo do choque. Ao invés, parece "desistir" e "aceitar" passivamente o choque. Em tentativas sucessivas, o cão continua a não efetuar os movimentos de fuga, aceitando, assim, 50 segundos de um choque intenso e pulsante em cada tentativa (...) Um cão que tenha sido exposto a choques inescapáveis pode aceitar choques ilimitados sem tentar fugir-lhes; ou evitá-los.[35]

Nos anos 80, os psicólogos prosseguiram estas experiências de "impotência adquirida" Na Universidade de Temple, em Filadélfia, Philip Bersh e três outros experimentadores treinaram ratos para que estes reconhecessem uma luz de aviso que os alertava da iminência de um choque com uma antecedência de 5 segundos. Uma vez percebido o aviso, os ratos podiam evitar o choque deslocando-se para um compartimento ao lado. Após os ratos terem aprendido este comportamento de evitamento, os experinientadores selaram a câmara vizinha e sujeitaram-nos a longos períodos de choques inescapáveis. Como seria de prever, descobriram que, mesmo depois de lhes ser facultada possibilidade de fuga, os ratos foram incapazes de reaprender rapidamente o comportamento de evitamento.[36]
Bersh e alguns colegas também sujeitaram 372 ratos a experiências com choques adversos com o objetivo de determinar a relação existente entre o condicionamento pavloviano e a impotência adquirida. Escreveram que as "implicações destas descobertas para a teoria da impotência adquirida não são completamente claras" e que "permanece em aberto um número substancial de questões".[37]
Na Universidade do Terinessee, em Martin, G. Brown, P. Smith e R. Peters tiveram um trabalho considerável a criar uma caixa de lançadeira especialmente concebida para douradas, talvez para verificar se a teoria de Seligman se mantinha à tona de água. Os experimentadores sujeitaram quarenta e cinco douradas a sessenta e cinco sessões de choques e concluíram que "os dados do presente estudo não fomecem grande fundamento à hipótese defendida por Seligman de que a impotência é adquirida".[38]
Estas experiências infligiram dor intensa e prolongada em muitos animais, primeiro com o objetivo de provar uma teoria, depois, de refutar a teoria, e, finalmente, de fundamentar versões alteradas da teoria original. Steven Maier, que, juntamente com Seligman e Geer, era co-autor do relatório acima referido relativo à indução de impotência adquirida em cães, fez carreira à custa da perpetuação deste modelo. Todavia, num artigo recente, Maier opinou o seguinte sobre a validade deste "modelo animal" da depressão:

Pode afirmar-se que não existe um consenso generalizado acerca das características, da neurobiologia, da indução e da prevenção/cura da depressão para tomar significativa tal comparação (...) Assim, parece pouco provável que a impotência adquirida constitua um modelo de depressão num qualquer sentido geral.[39]

Embora Maier tente aproveitar qualquer coisa desta conclusão assustadora dizendo que a impotência adquirida pode constituir um modelo, não de depressão, mas de "tensão e resistência", admitiu efetivamente que mais de trinta anos de experiências realizadas com animais foram apenas uma perda de tempo e de uma quantidade substancial de dinheiro dos contribuintes, bastante para além da quantidade imensa de dor física intensa por elas provocada.

Na primeira edição deste livro, referi uma experiência realizada na Universidade de Bowling Green, no Ohio, por P. Badia e dois colegas, publicada em 1973. Nessa experiência, foram testados dez ratos em sessões que duraram seis horas, ao longo das quais os choques frequentes eram "sempre inevitáveis e inescapáveis". Os ratos podiam pressionar qualquer uma de duas alavancas existentes no interior da câmara de teste, por forma a receber um sinal de choque iminente. Os experimentadores concluíram que os ratos preferiam ser avisados do choque.[40] Em 1984, estava ainda sendo realizada esta mesma experiência. Uma vez que alguém sugerira que a experiência anterior poderia ter sido "metodologicamente inválida", P. Badia, desta vez em parceria com B. Abbott da Universidade de Indiana, colocou dez ratos em câmaras eletrificadas, sujeitando-os de novo a sessões de choques com duração de seis horas. Seis dos ratos recebiam choques inescapáveis a intervalos de um minuto, por vezes precedidos de um aviso. Depois, era-lhes permitido pressionarem uma de duas alavancas, para receberem choques precedidos de um sinal de aviso ou choques não anunciados. Os restantes quatro ratos foram utilizados numa variante desta experiência, recebendo choques com intervalos de dois e quatro minutos. Os experimentadores descobriram, uma vez mais, que os ratos preferiam o choque que era anunciado, mesmo que isso implicasse a sujeição a um maior número de choques.[41]

Os choques elétricos foram também utilizados com o objetivo de provocar um comportamento agressivo nos animais. Num estudo realizado na Universidade do Iowa, Richard Viken e John Knutson dividiram 160 ratos em grupos e "treinaram" os animais numa gaiola de aço inoxidável com pavimento eletrificado. De seguida, foram administrados choques elétricos a pares de ratos até eles aprenderem a lutar, agredindo o outro rato numa posição frontal e ereta ou mordendo-o. Foram necessárias, em média, trinta tentativas antes de os ratos aprenderem a fazer isto imediatamente, no momento do primeiro choque. Os investigadores colocaram, então, os ratos treinados na gaiola dos não treinados e registaram o seu comportamento. Ao fim de um dia, todos os ratos foram mortos ou rapados e examinados devido a ferimentos. Os experimentadores concluíram que os seus "resultados não eram úteis para a compreensão da natureza ofensiva ou defensiva da reação induzida pelo choque ."[42]

No Kenyon College, no Ohio, J. Williams e D. Lierle realizaram uma série de três experiências para averiguar os efeitos que o controle da tensão tinha sobre o comportamento defensivo. A primeira experiência baseava-se no pressuposto de que o choque incontrolável aumenta o medo. Colocaram-se dezesseis ratos em tubos de vidro e administraram-se-lhes choques elétricos inescapáveis nas caudas. Estes foram depois colocados, como intrusos, numa colônia já estabelecida de ratos, registando-se as suas interacções com os outros. Na segunda experiência, os vinte e quatro ratos podiam controlar o choque após treino. Na terceira experiência, os trinta e dois ratos foram expostos a choques inescapáveis e a choques controláveis. Os experimentadores concluíram:

Embora estas descobertas e as nossas formulações teóricas sublinhem as relações existentes entre o controle do choque, a previsibilidade do fim do choque, os estados de tensão condicionada, o medo e o comportamento defensivo, é necessária a realização de mais experiências para determinar a natureza específica destas interacções complexas.[43]

Este relatório, publicado em 1986, cita trabalhos experimentais anteriores neste campo, que vêm sendo desenvolvidos desde 1948.
Na Universidade do Kansas, uma unidade que se auto-denomina Bureau of Child Research tem vindo a infligir choques elétricos a uma enorme variedade de animais. Numa das experiências, privaram-se pôneis Shetland de água até mostrarem sede e, depois, foi-lhes oferecido um recipiente com água que podia estar eletrificado. Foram colocados dois alto-falantes; de cada lado das cabeças dos pôneis. Quando o som vinha do alto-falante esquerdo, o recipiente estava eletrificado e os pôneis recebiam um choque elétrico se estivessem bebendo. Aprenderam a deixar de beber quando ouviam o som procedente do alto-falante esquerdo, mas não do direito. Depois colocaram-se os alto-falantes mais próximo um do outro, até os pôneis já não serem capazes de distinguir a procedência do som e, portanto, não poderem evitar o choque. Os investigadores referiam experiências semelhantes levadas a cabo com ratos brancos, musaranhos, ouriços, cães, gatos, macacos, gambás, focas, golfinhos e elefantes, concluindo que os pôneis revelavam grande dificuldade na distinção da direcção dos sons, quando comparados com os outros animais.[44]
Não é fácil perceber de que modo esta investigação pode ser utilizada em beneficio de crianças. Na verdade, geralmente o que é tão perturbador acerca dos exemplos de investigação acima referidos é que, apesar do sofrimento suportado pelos animais, os resultados obtidos, mesmo aqueles relatados pelos próprios investigadores, são triviais, óbvios ou sem significado. As conclusões das experiências citadas acima demonstram, de modo suficientemente claro, que os psicólogos experimentais fizeram um grande esforço no sentido de nos dizer em gíria científica aquilo que já há muito sabíamos e que podíamos ter descoberto de formas menos dolorosas, com um pequeno raciocínio - e estas experiências eram, supostamente, mais significativas do que outras que não chegaram a ser publicadas.

Consideramos apenas um pequeno número de experiências do domínio da psicologia que implicavam a administração de choques elétricos. Segundo o relatório do Gabinete de Avaliação Técnológica,

Uma análise dos 608 artigos que surgiram desde 1979 e até 1983 nas revistas da American Psychological Association que, geralmente, publicam investigação com animais, revelou que 10 por cento dos estudos utilizavam choques elétricos.[45]

Muitas outras revistas científicas não relacionadas com a American Psychological Association publicaram igualmente relatórios de estudos efetuados com animais que utilizaram choques elétricos; e não devemos esquecer as experiências que nunca chegaram a ser publicadas. E este é apenas um tipo da investigação dolorosa ou angustiante que é realizada com animais, no campo da psicologia. já consideramos os estudos de privação matema; mas poderia-se preencher vários livros com descrições breves de mais tipos de experimentação psicológica, tais como comportamento anormal, modelos animais de esquizofrenia, movimentos animais, postura corporal, cognição, comunicação, relações predador-presa, motivação e emoção, sensação e percepção, e privação de sono, de comida e de água. Referimos apenas algumas das dezenas de milhar de experiências levadas a cabo anualmente na área da psicologia; mas estas deverão bastar para mostrar que muitas, muitas das experiências realizadas ainda hoje provocam grande dor aos animais e não oferecem qualquer perspectiva de permitirem alcançar novos conhecimentos verdadeiramente importantes ou vitais. Infelizmente, os animais tomaram-se - para o psicólogo assim como para os outros experimentadores - meros instrumentos. Um laboratório pode considerar os custos da utilização destes "instrumentos", mas há uma certa insensibilidade que se toma evidente, não apenas nas experiências realizadas, mas também na redação dos relatórios. Veja-se, a título de exemplo, a menção de Harlow e Suomi à "roda de violação" e o tom jocoso com que referem os "truques favoritos" das macacas surgidos como resultado da sua utilização.

O distanciamento é facilitado pela utilização da gíria técnica que disfarça a natureza real do que se passa. Os psicólogos, sob influência da doutrina comportamentalista que afirma que apenas o observável pode ser mencionado, desenvolveram uma considerável coleção de termos que referem a dor sem parecer fazê-lo. Alice Heim, uma das poucas psicólogas que se manifestou contra a experimentação inútil com animais realizada pelos seus colegas, descreve este fenômeno da seguinte forma:

O trabalho relativo ao "comportamento animal" é sempre transmitido numa terminologia científica e higiênica que possibilita que a doutrinação do jovem estudante de psicologia normal e não sádico prossiga sem o despertar da sua ansiedade. Assim, são utilizadas técnicas de "extinção" para aquilo que, de fato, é tortura pela sede ou quase morte à fome ou administração de choques elétricos; "reforço parcial" é a expressão utilizada para designar a frustração de um animal através da satisfação apenas ocasional das expectativas que o experimentador despertou no animal, em treino anterior; "estímulo negativo" é a designação usada para a sujeição de um animal a um estímulo que ele evita, se possível. O termo "evitamento" pode ser utilizado porque refere uma atividade observável. As qualificações "doloroso" ou "assustador" aplicadas a um estímulo não são tão bem aceitas porque são antropomórficas e implicam que o animal tem sensações - podendo estas ser semelhantes às sensações humanas. Isto não é permitido por ser não comportamentalista e não científico (e também porque poderia obstar à realização de determinadas experiências engenhosas por parte de investigadores mais jovens e menos calejados. Poderia permitir um qualquer vôo das suas imaginações). O pecado capital que o psicólogo experimental a trabalhar na área do "comportamento animal" pode cometer é o antropomorfismo. No entanto, se ele não acreditasse na analogia que se pode estabelecer entre o ser humano e o animal inferior, mesmo ele, supõe-se, consideraria o seu trabalho amplamente injustificado.[46]

Podemos ver a que tipo de gíria Heim se refere nos relatórios de experiências já citados. De notar que, mesmo quando Seligman se sente obrigado a dizer que os sujeitos da sua experiência "desistiram" de tentar evitar o choque, este considera necessário colocar a palavra entre aspas, como se pretendesse afirmar que não estava verdadeiramente a atribuir ao cão nenhum processo mental. Todavia, a consequência lógica desta perspectiva do "método científico" é que as experiências com animais não podem ensinar-nos nada acerca dos seres humanos.
Por incrível que pareça, alguns psicólogos têm-se preocupado tanto em evitar o antropomorfismo que aceitaram esta conclusão. Esta atitude é ilustrada pela seguinte afirmação autobiográfica, que surgiu no *New Scientist*:

Quando, há quinze anos, me candidatei a um curso de licenciatura em psicologia, um entrevistador de olhos frios, ele próprio um psicólogo, questionou-me de modo cerrado acerca dos meus motivos e interrogou-me sobre o que eu pensava que era a psicologia e o seu objeto de estudo. Pobre simplório e ingênuo como era, respondi-lhe que era o estudo da mente e que os seres humanos constituíam a sua matéria-prima. Com uma exclamação deliciada por me ter conseguido apanhar tão facilmente, o entrevistador declarou que os psicólogos não se interessavam pela mente e que os ratos eram a pedra angular do seu estudo, não as pessoas, e, depois, aconselhou-me veementemente a passar ao departamento de filosofia, na porta ao lado (...)[47]

Talvez não tantos psicólogos se orgulhassem agora de afirmar que o seu trabalho não tem nada a ver com a mente humana. Apesar disso, muitas das experiências que são realizadas em ratos só podem ser explicadas se se partir do princípio de que os experimentadores se encontram, de fato, interessados no comportamento do rato apenas, sem qualquer preocupação de obtenção de conhecimentos adicionais relativos aos humanos. Nesse caso, porém, que justificação possível pode existir para a inflicção de tanto sofrimento? Não é, com certeza, para beneficio do rato.

Assim, o dilema principal do investigador existe de uma forma especialmente contundente na área da psicologia: ou o animal não é como nós - e, nesse caso, não existe qualquer razão para realizar a experiência -, ou, ao invés, o animal é como nós - e, portanto, não se deveria realizar no animal uma experiência que seria considerada revoltante se realizada num de nós.

Outra das grandes áreas de experimentação envolve o envenenamento anual de milhares de animais. Também neste caso, frequentemente, isto é feito por razões triviais. Na Grã-Bretanha, em 1988, foram realizados em animais 588.997 procedimentos científicos com o objetivo de testar drogas e outros materiais; destes, 281358 não tiveram a ver com testes a produtos médicos ou veterinários.[48] Relativamente aos Estados Unidos, não existem números precisos disponíveis mas, se a proporção for semelhante à da Grã-Bretanha, o número de animais utilizados em testes deve ser de, pelo menos, três milhões. Efetivamente, será talvez o dobro ou triplo deste número, uma vez que existe tanta investigação e desenvolvimento neste campo nos Estados Unidos e a Food and Drug Administration exige a realização de testes completos a novas substâncias antes de estas serem introduzidas no mercado. Pode considerar-se justificável a exigência de testes em animais de drogas potencialmente salvadoras de vidas, mas realizam-se os mesmos tipos de testes para produtos como cosméticos, corantes alimentares e ceras para pavimentos. Deverão milhares de animais sofrer para que possa ser introduzido no mercado um novo batom ou uma nova cera? Não teremos já nós um excesso da maioria destes produtos? Quem beneficia com a sua introdução, senão as empresas que esperam lucrar com eles?
De fato, mesmo quando se realiza um teste relativo a um produto médico, este, muito provavelmente, não contribuirá em nada para melhorar a nossa saúde. Os cientistas que trabalham para o Ministério da Saúde e Segurança Social britânico examinaram as drogas comercializadas na Grã-Bretanha entre 1971 e 1981. As novas drogas, concluíram eles:

foram, na sua maior parte, introduzidas em áreas terapêuticas que se encontravam já substancialmente servidas (...) aplicando-se a estados vulgares, frequentemente crônicos e que ocorrem, principalmente, na sociedade rica ocidental. A inovação, por conseguinte, destina-se sobretudo à obtenção de lucros comerciais e não responde a uma necessidade terapêutica.[49]

Para percebermos melhor o que se encontra subjacente à introdução de todos estes novos produtos, é necessário saber algo mais acerca dos métodos normais de teste. Por forma a determinar a toxicidade de uma substãncia, são realizados "testes de toxicidade oral grave" Estes testes, desenvolvidos nos anos 20, obrigam os animais a ingerir substâncias, incluindo produtos não comestíveis como batom e papel. Muitas vezes, os animais não comem a substância se ela for apenas colocada na sua comida; assim, os experimentadores ou administram-na à força, oralmente, aos animais ou inserem um tubo pelas suas gargantas. Os testes normais são efetuados durante catorze dias, mas alguns podem ir até aos seis meses - se os animais sobreviverem tanto tempo. Durante este período, os animais revelam muitas vezes sintomas clássicos de intoxicação, incluindo vômitos, diarreia, paralisia, convulsões e hemorragias intemas.

O teste de toxicidade grave mais amplamente conhecido é o LD50. LD50 quer dizer "Dose Letal a 50 por cento": a quantidade de substância que mata metade dos animais utilizados no estudo. Para encontrar este nível da dose são envenenados grupos-amostra de animais. Normalmente, antes de ser alcançado o ponto em que morrem metade dos animais, todos eles são acometidos de doenças graves e angústia evidente. No caso de substâncias relativamente inofensivas, é, ainda assim, considerado um bom procedimento encontrar a concentração que fará morrer metade dos animais; consequentemente, têm de ser administradas à força quantidades enormes da substância, podendo a morte ser provocada apenas pelo grande volume ou concentração dados aos animais. Isto não tem relevância para as circunstâncias em que os humanos utilizarão o produto. Uma vez que o próprio objetivo destas experiências é determinar a quantidade de substância que matará metade dos animais, os animais moribundos não são abatidos, para não darem origem a resultados falsos. O Gabinete do Congresso de Avaliação Técnológica calculou que são utilizados "vários milhões" de animais todos os anos em testes de toxicidade nos Estados Unidos. Não se encontram disponíveis cálculos mais específicos relativos aos testes LD50.[50]
Os cosméticos e outras substâncias são testados nos olhos dos animais. Os testes de irritação ocular de Draize foram realizados pela primeira vez nos anos 40, quando J. H. Draize, trabalhando para a Food and Drug Administration dos Estados Unidos, desenvolveu uma escala de avaliação da irritabilidade de uma substância quando colocada nos olhos de coelhos. Os animais são geralmente colocados em dispositivos que os mantêm na mesma posição, de onde saem apenas as cabeças. Isto impede que eles cocem ou esfteguem os olhos. É então introduzida num olho de cada coelho uma substância a testar (como lixívia, xampu ou tinta). O método utilizado consiste em puxar a pálpebra inferior e colocar a substância no pequeno "recipiente" assim obtido. O olho é depois mantido fechado. Por vezes repete-se a aplicação. Os coelhos são observados diariamente para se registarem inchaços, úlceras, infecções e hemorragias. Os estudos podem prolongar-se durante três semanas. Um investigador ao serviço de uma grande empresa da indústria química descreveu o nível mais elevado de reação da seguinte forma:

Perda total de visão, devido a lesões intemas graves na cómea ou na estrutura intema. O animal mantém o olho firmemente fechado. Pode guinchar, arranhar o olho, saltar e tentar fugir.[51]

Mas, claro, quando estão presos nos dispositivos, os coelhos não podem arranhar os olhos nem fugir (ver fotografia em página posterior à pág. 132). Algumas substâncias provocam lesões tão graves que os olhos dos coelhos perdem todas as características distintivas - a íris, a pupila e a cómea começam a assemelhar-se todas a uma enorme infecção. Os experimentadores não são obrigados a usar anestesia, mas, por vezes, utilizam uma pequena quantidade de anestesia local quando introduzem a substância, assegurando-se de que isso não terá consequências para o teste. Isto não contribui em nada para a aliviar a dor provocada por duas semanas de administração ocular de um produto de limpeza de fomos. Os números fomecidos pelo Ministério da Agricultura norte-americano mostram que, em 1983, os laboratórios que testam a toxicidade dos produtos utilizaram 55.785 coelhos e as empresas de produtos químicos outros 22.034. Pode supor-se que muitos deles foram utilizados em testes de Draize, embora não se encontrem disponíveis números mais precisos.[52]

Os animais são também sujeitos a outros testes que visam determinar a toxicidade de muitas substâncias. Durante os estudos de inalação, os animais são colocados em câmaras seladas e obrigados a inalar pulverizações, gases e vapores. Nos estudos de toxicidade dérmica, é retirado o pêlo aos coelhos para que a substância a testar possa ser aplicada diretamente na pele. Os animais são presos de maneira a não poderem coçar os corpos irritados. A pele pode sangrar, empolar e cair. Os estudos de imersão, nos quais os animais são mergulhados em recipientes contendo soluções com as substâncias a testar, provocam por vezes o afogamento dos animais antes de se poder obter quaisquer resultados. Nos estudos que envolvem injeção, as substâncias são injetadas diretamente nos animais, quer por via subcutânea, quer por via intrarmuscular ou diretamente num órgão.
Estes são os procedimentos correntes. Eis dois exemplos da forma como são realizados:
Na Inglaterra, o Huntingdon Research Institute, em parceria com a grande multinacional. ICI, realizou experiências nas quais quarenta macacos foram envenenados com um herbicida líquido. Ficaram gravemente doentes, vomitaram, registaram dificuldades respiratórias e sofreram hipotermia. Morreram lentamente, ao longo de vários dias. Sabia-se já que o envenamento com este herbicida resultava numa morte lenta e dolorosa nos humanos.[53]
Começamos este capítulo referindo algumas experiências militares. A seguir, descreve-se uma experiência militar que utilizou um teste LD50:
Os experimentadores do Army Medical Research Institute of Infectious Diseases norte-americano envenenaram ratos com T-2. Trata-se de um veneno que, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros norte-americano tem "a vantagem acrescida de constituir uma poderosa arma de terror que provoca sintomas horríveis e bizarros" tais como "hemorragias graves " , bolhas e vômitos, de forma que tanto humanos como animais podem ser "mortos de um modo terrível". O T-2 foi administrado por via intramuscular, intravenosa, subcutânea e interperitoneal - ou seja, injectado no tecido muscular, nas veias, sob a pele e no tecido do abdômen - e através do nariz e da boca e sobre a pele. Todos os oito testes se destinavam a determinar os valores LD50. A morte ocorreu geralmente entre oito a nove horas após a exposição, mas os ratos aos quais o veneno foi administrado através de aplicação na pele demoraram, em média, mais seis dias a morrer. Antes da morte, os animais eram incapazes de andar ou comer, a pele e os intestinos entraram em decomposição, tiveram diarreia e mostraram agitação. Os experimentadores referiram que as suas descobertas; eram "bastante compatíveis com estudos publicados anteriormente, relativos a exposição crônica ou subaguda a T-2".[54]
Como se pode ver por este exemplo, não são apenas testados produtos destinados a consumo humano. Os animais são obrigados a ingerir ou são colocados nos seus olhos agentes de guerra química, pesticidas e todo o tipo de bens industriais e domésticos. Existe um livro de referência - *Clinical Toxicology of Commercial Products* - que fomece dados, na sua maior parte obtidos a partir de experiências com animais, acerca do grau de toxicidade de centenas de produtos comerciais. Os produtos incluem inseticidas, anticoagulantes, óleo para travões, lixívias, pulverizadores para decorações de Natal, velas de igreja, limpadores de fornos, desodorizantes, cremes dérmicos, sais de banho, cremes depilatórios, maquiagem para olhos, extintores de incêndios, tinta para unhas, *rimmel*, lacas, tintas, e lubrificantes de fechos.[55]
Muitos cientistas e médicos criticaram este tipo de testes, afirmando que os resultados obtidos não são aplicáveis a seres humanos. O Dr. Christopher Smith, um médico de Long Beach, na Califómia, afirmou:

Os resultados destes testes não podem ser utilizados para prever a toxicidade ou determinar a terapia no caso de uma exposição humana. Como profissional reconhecido de medicina de urgência, com mais de 17 anos de experiência no tratamento de envenenamentos acidentais e exposições a produtos tóxicos, não conheço um único caso em que um médico das urgências tenha utilizado o teste de Draize como auxiliar no tratamento de lesões oculares. Eu nunca utilizei resultados obtidos a partir de testes com animais para tratar envenenamentos acidentais. Os médicos de urgências baseiam-se em relatórios de casos, experiência clínica e dados experimentais obtidos em tentativas clínicas efetuadas em humanos para determinar o procedimento óptimo a ter no tratamento dos seus pacientes.[56]

Os toxicólogos sabem desde há muito que a extrapolação de uma espécie para outra é uma empresa muito arriscada. A droga mais negativamente conhecida por ter provocado danos inesperados aos humanos é a talidomida - que havia sido amplamente testada em animais antes de ser introduzida no mercado. Mesmo depois de se suspeitar que a talidomida provocaria deformações nos humanos, os testes laboratoriais efetuados com cães, gatos, ratos, macacos, hamsteres e galinhas não revelaram quaisquer deformações. Estas só surgiram quando foi utilizada uma raça específica de coelhos.[57]
Mais recentemente, o Opren foi aprovado em todos os testes habituais com animais antes de ser introduzido no mercado, tendo sido mesmo considerado como uma "droga maravilhosa" no tratamento da artrite pelo seu fabricante, o gigante farmacêutico Eli Lilly. O Opren foi retirado do mercado na Grã-Bretanha após se ter verificado a ocorrência de sessenta e uma mortes e mais de 3.50O casos de reacções adversas. Um relatório publicado no *New Scientist* calculava que o verdadeito número podia ser, na verdade, muito maior.[58] Outros exemplos de drogas consideradas seguras após os testes efetuados em animais mas que se revelaram perigosas incluem: Practolol, medicamento destinado a doentes cardíacos, provocou cegueira; Zipeprol, calmante da tosse, provocou convulsões e estados de coma em alguns doentes que o tomaram.[59]
Para além de expor as pessoas ao perigo, os testes efetuados em animais podem levar-nos a ignorar produtos valiosos que são perigosos para os animais mas não para os humanos. A insulina pode provocar deformações em coelhos e ratos pequenos, mas não nos humanos.[60] A morfina, que atua como calmante nos seres humanos, provoca delírios em ratos. E, como disse um outro toxicólogo: "Se a penicilina tivesse sido julgada pela toxicidade que revela nos porquinhos-da-índia, nunca teria sido utilizada no homem."[61]

Após décadas de testes irrefletidos em animais, começam agora a notar-se alguns sinais de reflexão. Como salientou a Dra. Elizabeth Whelan, cientista e diretora executiva do American Couricil on Science and Health: "Não é necessário possuir um doutoramento em ciência para compreender que a exposição de roedores ao equivalente de 1.800 garrafas de refrigerante com sacarina por dia não diz muito sobre a nossa ingestão diária de uns copos da substância." Whelan congratulou-se com o fato de os funcionários da Envirorimental Protection Agency terem recentemente desvalorizado as avaliações anteriores dos riscos dos pesticidas e de outros químicos ambientais, referindo que a avaliação do risco de cancro, obtida por extrapolação dos animais, se baseava em pressupostos "simplistas" que "fragilizavam a credibilidade" Isto significa, diz ela, que "os nossos legisladores começam agora a prestar atenção à literatura científica que rejeita a infalibilidade dos testes laboratoriais com animais."[62]
A American Medical Association também admitiu que os modelos animais têm uma precisão questionável. Um representante da AMA testemunhou num interrogatório do Congresso sobre testes de drogas que "frequentemente, os estudos com animais provam pouco ou nada, sendo muito dificil relacioná-los com os humanos."[63]

Felizmente, registaram-se muitos progressos na eliminação de tais testes com animais desde a primeira edição deste livro. Na altura, muitos cientistas não consideravam seriamente a possibilidade de ser possível encontrar substitutos eficazes para os testes que utilizam animais para determinar graus de toxicidade. Convenceram-se de que isso seria possível devido ao ,rabalho árduo de um grande número de opositores às experiências com animais. Entre eles, destacou-se Henry Spira, antigo ativista a favor dos direitos civis que conseguiu estabelecer alianças contra os testes de Draize e LD50. A Coalition to Abolish the Draize Test começou por convidar a Revlon, na sua qualidade de maior empresa de cosméticos dos Estados Unidos, a dedicar um décimo de um por cento dos seus lucros ao desenvolvimento de uma altemativa ao teste de Draize. Quando a Revlon se recusou a fazer isso, surgiram anúncios de página inteira no The New York Times, perguntando: "Quantos coelhos cega a RevIon em prol da beleza?"[64] Surgiram pessoas disfarçadas de coelhos no encontro anual da Revlon. A Revion percebeu e transferiu os fundos pretendidos para a área da investigação de altemativas às experiências com animais. Outras empresas, como a Avon e a Bristol-Myers, seguiram este exemplo.[65] Como resultado, o trabalho desenvolvido anteriormente na Grã-Bretanha pelo Fund for the Replacement of Animals in Medical Experiments foi prosseguido em maior escala nos Estados Unidos, especialmente no Johns Hopkins Center for Altematives to Animal Testing, em Baltimore. O aumento de interesse levou ao lançamento de várias revistas importantes, como a *In-Vitro Toxicology*, *Cell Biology and Toxicology* e *Toxicology in Vitro*.

Demorou algum tempo até que este trabalho desse frutos mas, gradualmente, foi crescendo o interesse pelas altemativas. As empresas como a Avon, a Bristol-Myers e a Procter & Gamble começaram a utilizar alternativas nos seus próprios laboratórios, reduzindo, assim, o número de animais utilizados. No final de 1988, a velocidade de substituição começou a aumentar. Em Novembro, uma campanha intemacional conduzida pela organização People for the Ethical Treatment of Animals, de Washington D.C., contra a Bennetton convenceu esta cadeia de lojas de moda a deixar de usar testes em animais no seu departamento de cosméticos.[66] Em Dezembro de 1988, a Noxell Corporation, fabricante dos cremes dérmicos Noxzema e dos cosméticos Cover Girl, anunciou que passaria a utilizar um teste de afinamento que reduziria em 80 ou 90 por cento o número de animais que seriam utilizados em testes de segurança ocular; subsequentemente, a Noxell afirmou que não tinha usado animais nos testes de segurança durante o primeiro semestre de 1989.[67]

Nesta altura, o movimento adquiria importância. Em Abril de 1989, a Avon anunciou que tinha aprovado testes que utilizavam um material sintético especialmente concebido para o efeito chamado Eytex como substituto do teste de Draize. Como resultado desta descoberta, e nove anos depois de Spira ter iniciado a sua campanha, a Avon tinha deixado de utilizar o teste de Draize.[68] Mas ainda nos aguardavam mais notícias boas. Em Maio de 1989, tanto a Mary Kay Cosmetics como a Amway anunciaram que tinham deixado de utilizar animais de laboratório em testes de segurança dos produtos, aguardando a adopção de planos de utilização de altemativas.[69] Em Junho, a Avon, sob pressão de uma outra campanha conduzida pela People for the Ethical Treatment of Animals, anunciou o fim definitivo de todos os testes com animais.[70] Oito dias depois do anúncio da Avon, a Revion afirmou ter concluído o seu plano de longo prensejo para eliminar os testes com animais em todas as fases de investigação, desenvolvimento e fabricação de todos os seus produtos e, portanto, cessava a realização de testes com animais. A seguir, a Fabergé abandonou a utilização de animais em testes dos seus cosméticos e produtos de higiene. Assim, em poucos meses (embora com base em muitos anos de trabalho), a primeira, a segunda e a quarta maiores empresas de cosméticos dos Estados Unidos tinham abandonado todos os testes com animais.[71]

Embora os desenvolvimentos mais dramáticos tenham ocorrido na amplamente pública e, por conseguinte, vulnerável indústria dos cosméticos, o movimento contra os testes em animais está a alastrar-se a áreas mais vastas da indústria. Como afirmou um relatório publicado na *Science*:

Incitados pelo movimento em prol do bem-estar animal, os maiores fabricantes de produtos farmacêuticos, pesticidas e produtos domésticos realizaram progressos significativos nos últimos anos, no sentido da diminuição do número de animais utilizados em testes de toxicidade. Os métodos altemativos, tais como culturas de células e de tecidos e modelos informáticos, são vistos cada vez mais não apenas como boas relações públicas, mas também como sendo desejáveis econômica e cientificamente.[72]

O relatório prosseguia, citando Gary Flartim, diretor do Food and Drug Administration Office of Toxicology Sciences, que afirmara que o LD50 "devia ser substituído na grande maioria dos casos." Um artigo do New York Times citava um toxicólogo sênior da G. D. Searle & Co. que admitia que "um grande número dos argumentos apresentados pelo movimento em prol do bem-estar dos animais é extremo mas está correto."[73]
Parece haver poucas dúvidas de que, em consequência de todos estes desenvolvimentos, se evitou uma grande quantidade de dor e sofrimento desnecessários. É difícil saber precisamente quanto, mas sabe-se que milhões de animais sofreram anualmente em testes que agora já não se realizarão. A tragédia é considerar que se os toxicólogos, as empresas e as agencias reguladoras se tivessem preocupado mais com os animais que utilizavam, teria-se poupado imensa dor a milhões de seres. Não foi senão quando o movimento de Libertação Animal começou a sensibilizar as pessoas para a questão que os responsáveis pelo comércio que gira em tomo dos testes pensaram realmente no sofrimento dos animais. Fizeram-se as coisas mais estúpidas e cruéis só porque as regulamentações assim o exigiam; e ninguém se preocupou em tentar modificar as regulamentações. Só em 1983, por exemplo, as agências federais norte-americanas afirmaram que não era necessário testar nos olhos de coelhos conscientes substâncias reconhecidas como irritantes cáusticos, tais como lixívia, amoníaco e produtos de limpeza de fornos.[75] Mas a batalha não está de forma alguma ganha. Para citar uma vez mais o relatório publicado na Science de 17 de Abril de 1987:

A realização de testes desnecessários está ainda a matar muitos animais, não apenas devido a requisitos ultrapassados, mas também porque muita da informação existente não é facilmente acessível. Theodore M. Farber, diretor da Secção de Toxicologia [da Environmental Protection Agency norte-americana] afirmou que o organismo a que pertence tem processos de 42 mil testes concluídos e 16 mil testes LD50. Disse que estes poderiam ser de mais utilidade na eliminação de testes redundantes se se encontrassem informatizados, de modo a tomarem-se mais acessíveis. "Muitos de nós, que trabalhamos na regulamentação da toxicologia, vemos os mesmos estudos vezes sem conta", afirmou Farber.

Não deveria ser dificil acabar com este desperdício de vidas animais e de dor se as pessoas estivessem realmente interessadas nisso. O desenvolvimento de altemativas completamente adequadas a todos os testes de toxicidade levará mais tempo, mas deveria ser possível. Entretanto, existe um modo simples de diminuir o sofrimento envolvido em tais testes. Até termos desenvolvido altemativas satisfatórias, deveríamos, como primeiro passo, não desenvolver quaisquer novas substâncias potencialmente perigosas que não fossem essenciais às nossas vidas.

Quando as experiências se podem incluir na categoria das experiências "médicas" somos levados a pensar que qualquer sofrimento provocado se deve justificar pela investigação estar a contribuir para o alívio de sofrimento. Mas nós já vimos como o teste de medicamentos se motiva menos pelo desejo do bem máximo do que pelo desejo do lucro máximo. O rótulo abrangente de "investigação médica" pode também ser utilizado para designar um tipo de investigação desenvolvido por uma curiosidade intelectual geral. Esta curiosidade pode ser aceita como parte de uma busca básica de conhecimento quando não implica sofrimento, mas não deve ser tolerada se provocar dor. Muito frequentemente, a investigação médica básica arrasta-se durante décadas e muita dela, no longo prensejo, revela-se completamente inútil. Como exemplo, considere-se a seguinte série de experiências que se tem vindo a efetuar desde há quase um século, sobre o efeito do calor nos animais.

Em 1880, H. C. Wood inseriu vários animais em caixas com tampas de vidro e colocou as caixas sobre um pavimento de tijolo, num dia quente. Utilizou coelhos, pombos e gatos. As suas observações relativas a um dos coelhos são características. A uma temperatura de 43º C, O coelho salta e "dá coices com grande fúria" De seguida, tem convulsões. A 44º C, o animal deita-se lateralmente, babando-se. A 48,8º C, arqueja e guincha baixinho. Pouco depois, morre.[76]

Em 1881, surgiu um relatório publicado em The Lancet, sobre cães e coelhos cujas temperaturas tinham sido elevadas até 450 C. Descobriu-se que se podia evitar a morte através de correntes de ar fresco e conclui-se que os resultados apontavam para "a importância de manter a temperatura reduzida naqueles casos em que esta revela tendência para aumentar até valores extremos. [77]

Em 1927, W. W. Hall e E. G. Wakefield, da Escola Médica Naval norte-americana, colocaram dez cães numa câmara húmida e quente para induzir um golpe de calor experimental. Primeiro, os animais mostraram-se agitados, revelando dificuldades respiratórias, inchaço e congestão dos olhos, e sede. Alguns tiveram convulsões. Alguns morreram pouco depois do início da experiência. Aqueles que não morreram, tiveram diarreia grave e morreram após terem sido retirados da câmara. [78]

Em 1954, na Escola de Medicina da Universidade de Yale, M. Lennox, W. Sibley e H. Zimmerman colocaram trinta e dois gatinhos numa câmara sujeita a "calor radiante" . Os gatinhos foram "sujeitos a um total de 49 períodos de aquecimento (…) A agitação era vulgar, em especial quando a temperatura aumentava.' Registaram-se convulsões em nove ocasiões: "A regra era existirem convulsões repetidas." Ocorreram trinta convulsões numa sequência rápida. Cinco dos gatinhos morreram durante as convulsões, e seis morreram sem convulsões. Os outros foram mortos pelos experimentadores, com o intuito de lhes serem efetuadas autópsias. Os experimentadores escreveram: "Os resultados relativos à febre induzida artificialmente em gatinhos estão de acordo com os resultados clínicos e de EEG obtidos em seres humanos, assim como com resultados clínicos anteriores relativos a gatinhos. [79]

A experiência seguinte foi realizada no K. G. Medical College, em Lucknow, na índia. Incluo-a como exemplo do triunfo dos métodos ocidentais de investigação e das atitudes evidenciadas para com os animais relativamente à antiga tradição do hinduísmo, que tem mais respeito pelos animais não humanos do que a tradição judaico-cristã. Em 196,8, K. Wahal, A. Kumar e P. Nath expuseram quarenta e seis ratos a temperaturas elevadas durante quatro horas. Os ratos mostraram-se agitados, respiraram com dificuldade e salivaram abundantemente. Um dos aniniais morreu durante a experiência e os outros foram mortos pelos experimentadores porque "de qualquer forma, não sobreviveriam . [80]

Em 1969, S. Michaelson, um veterinário da Universidade de Rochester, expôs cães e coelhos a microondas geradoras de calor até as suas temperaturas atingirem os níveis críticos de 41,60 C ou mais. Observou que os cães começaram rapidamente a arquejar após o início da exposição às microondas. A maior parte "revelava atividade acrescida, que ia da inquietação à agitação extrema.' Próximo do ponto de morte, ocorria fraqueza e prostração. No caso dos coelhos, "após 5 minutos, verificam-se tentativas desesperadas de fuga da jaula", os coelhos morrem passados quarenta minutos. Michaelson concluiu que um aumento de calor gerado por microondas produz danos "indistinguíveis da febre em geral . [81]

No Instituto Heller de Investigação Médica, em Tel Aviv, Israel, em experiências publicadas; em 1971 e pagas pelo Serviço Nacional de Saúde dos Estados Unidos, T. Rosenthal, Y. Shapiro e outros colocaram trinta e três cães "escolhidos ao acaso no canil mais próximo" numa câmara de temperatura controlada e obrigaram-nos a fazer exercício numa roda a temperaturas que foram até aos 45° C até "eles tombarem com um golpe de calor ou atingirem uma determinada temperatura retal . ' Vinte e cinco cães morreram. Outros nove foram de seguida sujeitos a uma temperatura de 50 ° C, sem exercício na roda. Apenas dois destes cães sobreviveram mais do que vinte e quatro horas e as autópsias mostraram que todos tinham sofrido hemorragias intemas. Os experimentadores concluíram: "Os resultados estão de acordo com o que é referido na literatura sobre os humanos. [82]

Num relatório posterior, publicado em 1973, os mesmos investigadores descrevem experiências realizadas com cinquenta e três cães e envolvendo diversas combinações de calor e exercício na roda. Seis dos cães vomitaram,
oito tiveram diarreia, quatro sofreram convulsões, doze perderam a coordenação muscular e todos salivaram excessivamente. Dos dez cães cuja temperatura retal atingiu Os 45' C, cinco morreram "no momento de temperatura retal máximd' e os outros cinco morreram entre trinta minutos e onze horas após o final da experiência. Os experimentadores concluíram que "quanto mais rapidamente a temperatura da vítima do golpe de calor for reduzida, mais hipóteses terá de recuperação. [83]

Em 1984, experinientadores ao serviço da Federal Aviation Administration, afirmando que "existem animais que ocasionalmente morrem de calor durante o transporte efetuado nos sistemas nacionais de transportes" , sujeitaram dez beagles a calor experimental. Os cães foram isolados em câmaras, foram-lhes colocados açaimos e foram expostos a 350 C combinados com humidade elevada. Não lhes foi dada comida nem água, tendo sido mantidos nestas condições durante vinte e quatro horas. Obervou-se o comportamento dos cães: incluía "atividade agitada deliberada como raspar nas paredes das câmaras, descrever círculos contínuos, abanar a cabeça para tirar o açaimo, coçar o açaimo para trás e para a frente no chão da câmara e agir agressivamente contra as protecções dos sensores. ' Alguns dos cães morreram nas câmaras. Quando os sobreviventes foram retirados, alguns vomitaram sangue e todos estavam fracos e exaustos. Os experimentadores referem-se a "experiências subsequentes com mais de l00 beagles. [84]

Num outro exemplo de experimentação militar, R. W. Hubbard, do Army Research Institute of Envirorimental. Medicine [Instituto de Investigação de Medicina Ambiental do Exército], em Natick, no Massachusetts, tem publicado artigos com títulos como "Modelo de Rato da Mortalidade por Golpe de Calor Agudo" há mais de uma década. É bem sabido que quando os ratos têm calor espalham saliva pelos corpos: a saliva desempenha o mesmo papel refrigerante do que o suor nos humanos. Em 1982, Hubbard e dois colegas verificaram que os ratos incapazes de produzir saliva utilizavam a urina com o mesmo fim, se não existissem outros fluidos disponíveis." Assim, em 1985 os mesmos três investigadores, em conjunto com um quarto, injetaram atropina em ratos, droga que inibe a produção de suor e a secreção de saliva. A outros ratos foram retiradas, através de cirurgia, as glândulas salivares. De seguida, os experimentadores colocaram os ratos em câmaras com temperatura de 41,60 C até a sua temperatura corporal atingir Os 42,60 C. Os investigadores traçaram gráficos que comparavam o "padrão de espalhamento de urina" de um rato a quem tinha sido administrada atropina ou se tinha "retirado a salivação" cirurgicamente com aquele produzido por um rato não tratado. Descobriram que o "modelo de rato sujeito a calor e atropinizado" constituía "um instrumento promissor para a análise do papel da desidratação nas doenças relacionadas com o calor".[85]

Citamos até agora uma série de experiencias que remonta ao século XIX - e eu apenas disponho de espaço para incluir uma fracção da literatura publicada. As experiências, obviamente, provocaram um sofrimento imenso, e o resultado mais importante parece ser expresso pelo conselho de refrescar as vítimas de um golpe de calor - algo que parece ser do domínio do senso comum mais básico e que, de qualquer forma, havia já sido observado a propósito de seres humanos que tinham sofrido golpes de calor naturais. No que diz respeito à aplicação desta investigação a seres humanos, B. W. Zweifach demonstrou em 1961 que os cães são fisiologicamente diferentes dos seres humanos em aspectos que afetam a sua reação a um golpe de calor, constituindo, portanto, um modelo desadequado para a compreensão do fenômeno nos seres humanos." É difícil levar a sério a sugestão de que os pequenos animais peludos drogados com atropina que espalham urina sobre si mesmos quando têm calor constituem um modelo melhor.

É possível encontrar séries semelhantes de experiências noutros campos da medicina. Nos escritórios de Nova Iorque da United Action for Animals existem arquivos repletos de fotocópias de experiências relatadas em revistas. Cada pasta volumosa contém relatórios sobre numerosas experiências, frequentemente cinquenta ou mais, e os rótulos dos dossiers dizem tudo: "Aceleração", "Agressividade", "Asfixia", "Perda de visão", "Queimaduras", "Centrifugação", "Compressão", "Concussão", "Sobrelotação', "Esmagamento", "Descompressão", "Testes com Drogas", "Neurose Experirriental, "Congelação", "Aquecimento" "Hemorragias", "Imobilização", "Isolamento", "Lesões Múltiplas", "Abate da Presa", "privação de Proteínas", "Castigo" ' "Radiação" ' "Fome" "Choque", "Ferimentos na Medula Espinal", "Tensão", "Sede", e muitos mais. Embora algumas das experiências possam ter contribuído para a realização de progressos no conhecimento médico, o valor deste conhecimento é frequentemente questionável e, nalguns casos, o conhecimento poderia ter sido adquirido de outras formas. Muitas das experiências parecem ser triviais ou mal concebidas e algumas delas não visam sequer conseguir importantes beneficios.

Considere-se, como exemplo adicional da forma como se levam a cabo variações infinitas da mesma experiência ou de experiencias similares, estas experiências relativas à indução experimental de choque em animais (entenda-se, neste contexto, não o choque elétrico, mas o estado de choque mental e físico que ocorre frequentemente após um ferimento grave). Já em 1946 um investigador nesta área, Magnus Gregersen da Universidade Columbia, fizera uma análise da literatura existente e encontrara mais de oitocentos artigos publicados que tratavam estudos experimentais de choque. Eis a sua descrição dos métodos utilizados na índução do choque:

Aplicação de tomiquete numa ou mais extremidades, esmagamento, compressão, trauma muscular obtido através da aplicação de pancadas com um martelo leve, utilização de roda Noble-Collip [um dispositivo no qual os animais são colocados e consiste numa roda que é girada de forma que eles caiam repetidamente no fundo e se firam], ferimentos provocados por disparos, estrangulamento ou nó intestinal, congelação e queimaduras.

Gregersen refere também o "recurso frequente" à hemorragia e que 11 um número crescente destes estudos tem sido efetuado sem o fator complexificador da anestesia" ' No entanto, não lhe agrada toda esta diversidade e queixa--se de a variedade de métodos tomar "extremamente dificil" a avaliação dos resultados obtidos pelos diferentes investigadores; existe, afirma ele, uma "necessidade gritante" de adopção de procedimentos normalizados que produzam invariavelmente um estado de choque.[88]

Oito anos após estas afirmações, a situação não se alterara muito. S. M. Rosenthal e R. C. Millican escreveram que "as investigações animais no campo do choque traumático ofereceram resultados diversificados e por vezes contraditórios" * Apesar disso, esperam o desenvolvimento de futuras experimentações nesta área e, tal como Gregersen, desencorajam a utilização de anestesia: "A utilização de anestesia é controversa (...) [e], na opinião dos autores, será melhor evitar a utilização de anestesia prolongada (... Y' Recomendam igualmente que "seja utilizado um número adequado de animais para esbater as variações biológicas."[89]

Em 1974, os experimentadores estavam ainda a trabalhar sobre "modelos animais" de choque experimental e a realizar experiências preliminares rara determinar quais os ferimentos a infligir para produzir um estado de àoque "padrão" satisfatório. Após décadas de experiências destinadas a produzir choque em cães através da indução de hemorragias, estudos mais recentes revelam que (surpresa!) o choque induzido através de hemorragia nos cães não é semelhante ao choque nos humanos. Tendo em conta estes estudos, os investigadores da Universidade de Rochester provocaram hemorragias em porcos - que, supõem eles, poderão ser mais próximos dos humanos neste aspecto - para determinar qual o volume de perda de sárigue adequado à indução de choque experimental.[90]
São também realizadas anualmente centenas de experiências nas quais os animais são obrigados a tomarem-se dependentes de drogas. Relativamente apenas à cocaína, por exemplo, realizaram-se mais de 50O estudos. Uma análise de apenas 380 destes permitiu calcular os seus custos em cerca de l00 milhões de dólares, a maior parte dos quais; proveniente de impostos.` Eis um exemplo:
Num laboratório do Centro Médico de Downstate, dirigido por Gerald Deneau, prenderam-se macacos-resos a cadeiras. De seguida, ensinou-se aos animais o modo de auto-administrar cocaína diretamente no fluxo sanguíneo, nas quantidades que estes desejassem, através da pressão de uni botão. Segundo um dos relatórios,

os macacos testados pressionaram o botão vezes a fio, mesmo após terem sofrido convulsões. Não dormiam. Ingeriam cinco ou seis vezes a quantidade normal de alimento e, ainda assim, emagreciam (...) No final, começaram a auto-mutilar-se e, finalmente, morreram devido a excesso de cocaína.

O Dr. Deneau reconheceu que "poucas pessoas poderiam obter as doses maciças de cocaína que eram disponibilizadas a estes macacos"[92]
Embora tenham sido realizadas quinhentas experiências em animais relativas à utilização de cocaína, esta é apenas uma pequena parte da quantidade total de experiências que implicam a transformação dos animais em dependentes de droga. Na primeira edição deste livro, referi um conjunto semelhante de experiências de dependência que utilizaram morfina e anfetaminas. Eis alguns exemplos mais recentes:

Na Universidade do Kentucky foram utilizados beagles para observar os sintomas de privação de Valium e de um tranquilizante semelhante chamado Lorazepam. Obrigaram-se os cães a ficarem dependentes da droga e, depois, em cada duas semanas, retiravam-se-lhes os tranquilizantes. Os sintomas de privação incluíam tiques, esgares, tremuras corporais, corridas desenfreadas, rápida perda de peso, medo e adopção da posição aninhada. Após quarenta horas de privação de Valium, "foram observadas numerosas convulsões tónico-clónicas em sete dos nove cães (...) Dois cães registaram. episódios sucessivos de tonismo que envolveram todo o corpo, " Quatro dos cães morreram - dois enquanto tinham as convulsões e dois após rápida perda de peso. O Lorazepam produziu sintomas semelhantes mas não mortes por convulsão. Os experimentadores analisaram as experiências que tinham sido realizadas desde 1931 nas quais os sintomas de privação dos barbitúricos e dos tranquilizantes foram observados em ratos, gatos, cães e primatas.[93]
Após terem analisado a história das experiências que demonstram que "os efeitos de privação podem ocorrer após administração de diversos opiatos em várias espécies;' incluindo cães, ratos, macacos e ratos, D. M. Grilly e G. C. Gowans da Universidade do estado de Cleveland prosseguiram no teste da hipótese de que a privação de morfina produz hipersensibilidade à dor. Foram treinados ratos através de um procedimento que envolvia uma média de 6387 testes de "discriminação do choque" Nestes testes, os ratos tinham de reagir ao receberem um choque elétrico. Os ratos eram então injetados com morfina e expostos a choques elétricos após um, dois, três e sete dias. Os experimentadores observaram que a sensibilidade ao choque era elevada durante os dias imediatamente após a administração de morfina.[94]
Eis um exemplo ainda mais estranho de investigação com drogas:

Na Universidade da Califómia, em Los Angeles, Ronald Siegel acorrentaram dois elefantes a um celeiro. O elefante fêmea foi utilizado em testes de determinação de amplitude que visavam "determinar os procedimentos e doses de administração de LSD . A droga foi-lhe dada oralmente e através de dardos. Após isto, os investigadores administraram a dose a ambos os elefantes todos os dias durante dois meses e observaram o seu comportamento. As doses elevadas do alucinogéneo fizeram a fêmea cair sobre o lado, tremendo e quase não respirando, durante uma hora. As doses elevadas tomaram o elefante macho agressivo, atacando Siegel, que descreveu este comportamento agressivo recorrente como "inapropriado".

O meu episódio final nesta sombria história de experimentação com drogas tem, pelo menos, um final feliz. Os investigadores da Faculdade de Medicina da Universidade de Comell deram grandes doses de barbitúricos a gatos através de tubos implantados cirurgicamente nos seus estômagos. De seguida, suspenderam abruptamente a administração dos barbitúricos. Eis a sua descrição dos sintomas de privação:

Alguns eram incapazes de permanecer em pé (...) Foi observada a .postura de patas afastadas" nos animais que revelaram os sinais mais graves de abstinência e as convulsões mais frequentes de tipo grand maL Quase todos estes animais morreram durante ou logo após períodos de atividade convulsiva contínua (...) Observou-se frequentemente respiração rápida ou arfante quando os outros sintomas de abstinência eram mais intensos (...) Observou-se hipotermia quando os animais se encontravam mais fracos, especialmente após convulsões repetidas ou próximo da morte .[96]

Estas experiências tiveram início em 1975. Apesar de o abuso de barbitúricos ter constituído um problema grave uns anos depois, o uso de barhitúricos era, então, severamente restrito e a sua utilização tinha diminuído. E assim tem continuado desde então. Apesar disso, as experiências com gatos realizadas em Comell continuaram durante catorze anos. Depois, em 1987, a Trans-Species; Unfimited, um grupo a favor dos direitos dos animais com sede na Pensüvânia, reuniu toda a informação ~nível que foi possível encontrar acerca das experiencias e iniciou uma campanha para as fazer cessar. Durante quatro meses, houve pessoas empenhadas que se mantiveram junto ao laboratório no qual estavam sendo realizados estudos com gatos e escreveram cartas às entidades financiadoras, à imprensa, à universidade e aos legisladores. Após terem defendido as experiências durante muito tempo, no final de 1988, Comell e Michiko Okamoto, o experimentador que realizava as experiências, escreveram ao organismo financiador, o National Institute on Drug Abuse, anunciando que recusavam uma nova bolsa de investigação no vàor de 530 mil dólares, que financiaria mais três anos de experiências.[97]

Como podem acontecer estas coisas? Como podem pessoas, que não são sádicas, passar os seus dias de trabalho a arrastar macacos para uma depressão vitalícia, a aquecer cães até à morte, a transformar gatos em dependentes de drogas? Como podem eles depois tirar as batas brancas, In-ar as mãos e ir para casa, jantar com as famílias? Como podem os contribuintes; permitir que o seu dinheiro seja utilizado para financiar estas experiências? Como podem os estudantes manifestar-se contra a injustiça, a discriminação e a opressão de todos os tipos, seja a que distância for de sua casa, e ignorar a crueldade que era - e ainda é - levada a cabo nas suas próprias faculdades?

A resposta a estas questões reside na aceitação inquestionada do especismo. Toleramos uma crueldade para com membros de outras espécies que nos indignaria se fosse perpetrada em membros da nossa própria espécie. O especismo permite que os investigadores considerem os animais nos quais realizam as experiências como peças de equipamento, instrumentos laboratoriais e não criaturas vivas, que sofrem. Na verdade, nas candidaturas a bolsas apresentadas aos organismos oficiais de financiamento, os animais são incluídos na lista de "material", juntamente com os tubos e os instrumentos de registo.

Para além da atitude geral de especismo que os experimentadores partilham com os outros cidadãos, há alguns fatores especiais que também ajudam a tomar possíveis as experiências descritas. Em primeiro lugar entre estes, encontra-se o grande respeito que as pessoas ainda têm pelos cientistas. Embora o aparecimento das armas nucleares e da poluição ambiental nos tenha feito perceber que a ciência e a tecnologia não são tão benéficas quanto poderiam parecer à primeira vista, a maior parte das pessoas tende a sentir um temor respeitoso relativamente a alguém que vista uma bata branca e tenha um doutoramento. Numa bem conhecida série de experiências, Stanley Milgram, um psicólogo de Harvard, demonstrou que as pessoas vulgares obedecem às ordens de um investigador de bata branca no sentido de administrar o que parece ser (mas, de fato, não é) um choque elétrico a um sujeito humano, como "castigo" por não ter respondido corretamente às questões formuladas, continuando a fazê-lo mesmo quando o sujeito humano grita e finge estar a sentir grande dor.9' Se isto acontece quando os participantes crêem estar a infligir uma dor considerável a uni ser humano, quanto mais fácil não será para os estudantes ultrapassar a relutância inicial que poderão sentir quando os professores os convidam a realizar experiências com animais? O que Alice Heim designou justamente como "doutrinação" do estudante é um processo gradual, que se inicia com a dissecação de rãs nas aulas de biologia. Quando os futuros estudantes de medicina, estudantes de psicologia ou veterinários chegam à universidade, descobrem que, para completar o ciclo de estudos em que já depositaram tantas esperanças terão de realizar experiências com animais vivos, toma-se-lhes dificil recusar, especialmente por saberem que o que lhes está sendo pedido é uma prática corrente. Os estudantes que se recusaram a realizar tais estudos acabaram por reprovar os exames, tendo sido obrigados, muitas vezes, a abandonar a área de estudos escolhida.

A pressão no sentido da aceitação não é atenuada quando os estudantes obtêm o diploma. Se pretenderem prosseguir e realizar estudos de pós-graduação em áreas nas quais é comum a realização de experiências com animais, serão encorajados a conceber as suas próprias experiências, descrevendo-as nas teses de doutoramento. Naturalmente, sendo assim que os estudantes são educados, estes tenderão a prosseguir da mesma forma quando se tomam professores, ensinando, por sua vez, os seus próprios alunos da mesma maneira.

Neste aspecto, o testemunho de Roger Ulrich, um antigo experimentador que se libertou destas condicionantes e reconhece agora ter infligido "anos de tortura" a animais desde ratos a macacos, é particularmente revelador. Em 1977, a revista Monitor, publicada pela American Psychological Association, referia que as experiências relativas à agressividade levadas a cabo por Urich tinham sido apontadas como exemplo de investigação mumana perante um subcomitê do Congresso. Para surpresa dos antiviviseccionistas que o tinham criticado e, sem dúvida, também do editor da Monitor, Ulrich respondeu, dizendo que se tinha sentido "tocado" pelas críticas e acrescentando:

Inicialmente, a minha investigação era impulsionada pelo desejo de compreensão e resolução do problema da agressividade humana mas, mais tarde, descobri que os resultados do meu trabalho não pareciam ,justificar a sua prossecução. Assim, comecei a perguntar-me se talvez as compensações financeiras, o prestígio profissional, a oportunidade de viajar, etc. seriam, na verdade, os fatores que me faziam continuar e se nós, membros da comunidade científica (apoiados pelo nosso sistema burocrático e legislativo), fazíamos realmente parte do problema.99

Don Bames, que, como vimos, teve uma mudança semelhante de posição acerca do seu trabalho - que consistia em submeter macacos treinados a radiações, para a Força Aérea norte-americana - designa o processo descrito por Ulrich como "cegueira ética condicionada" Por outras 1-àavras, tal como um rato pode ser condicionado para pressionar uma ila,.-anca em troca de um prêmio em comida, também um ser humano pode ser condicionado através de recompensas profissionais para ignorar zs questões éticas que se colocam nas experiências com animais. Como afirma Bames:

Eu representei um exemplo clássico daquilo que escolhi designar como "cegueira ética condicionada" Toda a minha vida consistiu em ser reicompensado por utilizar animais, por os tratar como fontes do progresso e diversão humanos (...)   Durante os dezesseis anos que passei em laboratórios, a moral e a ética da utilização de animais em experiéncias nunca foram abordadas quer em encontros formais quer em reuniões informais antes de eu ter colocado estas questões, nos dias de declínio da minha posição enquanto viviseccionista. [100]
Não são apenas os experimentadores que sofrem de cegueira ética condicionada. As instituições de investigação respondem por vezes aos críticos dizendo que possuem um veterinário que trata dos animais. Tais afirmações destinam-se, supostamente, a tranquilizar, com base na convicção generalizada de que todos os veterinários são pessoas que se preocupam com os animais, nunca permitindo que sofram desnecessariamente. Infelizmente, isto não é assim. Não duvidamos de que muitos veterinários escolheram esta área porque se preocupavam com os animais, mas é difícil a uma pessoa que goste realmente de animais seguir um curso de medicina veterinária sem embotar a sua sensibilidade ao sofrimento dos animais. Os que mais se preocupam podem até não conseguir concluir os estudos. Um antigo estudante de medicina veterinária escreveu a uma organização que milita a favor do bem-estar dos animais:

O meu sonho e ambição de toda a vida de me tomar um veterinário dissipou-se após várias experiências traumáticas que envolveram a utilização de procedimentos experimentais correntes, utilizados pelos instrutores desapaixonados da escola Pre-Vet da universidade do meu estado. Eles consideravam que _ era perfeitamente aceitável realizar experiências com animais e, depois, pôr-lhes termo à vida, o que eu considerava revoltantemente inaceitável segundo o meu próprio código moral. Após numerosas confrontações com estes viviseccionistas impiedosos, decidi, dolorosamente, encetar uma carreira diferente. [101]

Em 1966, quando estava sendo preparada a aprovação de legislação que se destinava a proteger os animais de laboratório, a American Veterinary Medical Association [Associação de Medicina Veterinária Norte-Americana] testemunhou perante comitês do Congresso que, embora aprovasse a introdução de legislação que impedisse o roubo de animais de estimação e sua subsequente venda a laboratórios, opunha-se à obrigação de licenciamento e regulamentação das instalações de investigação, uma vez que isto poderia inerferir com a investigação. A atitude básica da profissão consistia em afirmar, segundo um artigo publicado no Joumal of the American Veterinary Medical Association, que "a raison dêtre da profissão veterinária é o bem-estar geral do homem - não dos animais inferiores. [102] Uma vez apreendidas as implicações deste belo exemplo de especismo, não deverá surpreender ninguém o fato de os veterinários fazerem parte das equipas que conduzem muitas das experiências descritas neste capítulo. Para ver um exemplo, releia a descrição apresentada na pág. 25 da experiência com a Plataforma de Equilíbrio dos Primatas que envolveu a exposição ao gás soman. O relatório do qual foi retirada esta descrição afirma: "Foram facultados aos animais tratamentos de rotina pela Divisão de Ciências Veterinárias, da Escola de Medicina Espacial da Força Aérea dos Estados Unidos. Por toda a América, há veterinários que facultam "tratamentos de rotina" a animais que são desnecessariamente maltratados. É para isto que serve a profissão veterinária? (No entanto, há alguma esperança para os veterinários, pois foi agora formada uma organização de veterinários que oferece apoio aos médicos e estudantes com preocupações éticas acerca do tratamento de animais não humanos. [103])

Uma vez que o padrão de experimentação com animais se tomou o modo aceitável de realizar investigação numa dada área, o processo passou a auto-sustentar-se, tomando-se muito difícil quebrar o circuito. Não são apenas as publicações e as promoções que se encontram direccionadas para as experiências com animais; também os prêmios e as bolsas de financiamento de investigação se destinam a esta prática. Os administradores dos fundos destinados à investigação estarão mais prontos a aceitar uma proposta relativa a uma nova experiência com animais se tiverem, no passado, apoiado iniciativas semelhantes. Os novos métodos que não utílizem animais parecerão menos familiares e, portanto, serão menos passíveis de atribuição de apoios.
Tudo isto ajuda a perceber a razão por que nem sempre é fácil às pessoas exteriores às universidades a compreensão da lógica que subjaz a investigação realizada sob os auspícios acadêmicos. Talvez, no inicio, os estudiosos e os investigadores se tenham empenhado em resolver os problemas mais importantes, não se dando ao luxo de ser influenciados por considerações de outra índole. Sem dúvida que alguns ainda estarão motivados por tais preocupações. No entanto, demasiado frequentemente, a an-estigação acadêmica atola-se em pormenores fúteis e insignificantes porque as grandes questões foram já estudadas e resolvidas ou consideradas demasiado difíceis. Assim, os investigadores viram as costas aos campos já bem trabalhados, em busca de novos territórios onde julgam que encontrarão algo novo, embora a relação com o problema principal possa ser apenas remota. Não é invulgar, como vimos, os experimentadores admitirem que já tinham sido realizadas experiências semelhantes anteriormente, mas sem esta ou aquela variação menor; e a fórmula final mais comum de um artigo científico é "recomenda-se mais investigação nesta área."

Quando lemos os relatórios das experiências que provocam dor e, aparentemente, nem sequer se destinam a produzir resultados importantes, inclinamo-nos, primeiro, a pensar que deve existir mais qualquer coisa para além do que conseguimos perceber - que os cientistas devem ter alguma razão mais válida para o que estão a fazer do que indicam os seus relatórios. Quando descrevo estas experiências às pessoas ou cito diretamente as palavras dos investigadores constantes nos relatórios, a reação mais comum que observo é admiração e cepticismo. Quando aprofundamos o assunto, no entanto, descobrimos que o que parece trivial à primeira vista é, muito frequentemente, realmente trivial. Os próprios experimentadores admitem isto muitas vezes, não oficialmente. H. E Harlow, cujas experiências descrevemos no início deste capítulo, foi, durante doze anos, o editor do Joumal of Comparative and Physiological Psychology, uma publicação que divulgou mais experiências dolorosas com animais do que quase qualquer outra. No final deste período, no qual Harlow calcula ter analisado cerca de 250O manuscritos submetidos para publicação, escreveu, numa nota de despedida semi-liuniorística, que "a maior parte das experiências não é digna de realização e os dados obtidos não são dignos de publicação." [104]
Não nos deveríamos surpreender com isto. Os investigadores, mesmo os da área da psicologia, da medicina e das ciências biológicas são seres humanos e, portanto, estão receptivos às mesmas influências que qualquer outro ser humano. Gostam de progredir na carreira, de ser promovidos e ver o seu trabalho ser lido e discutido pelos colegas. A publicação de artigos em publicações relevantes constitui um importante elemento na subida de escalões e no aumento do prestígio. Isto acontece em todos os campos, tanto na filosofia ou na história como na psicologia ou na medicina, sendo perfeitamente compreensível e, por si só, não criticável. Os filósofos e os historiadores que publicam como forma de melhorar as perspectivas de carreira fazem pouco mal para além de gastar papel e aborrecer os colegas; no entanto, aqueles cujo trabalho implica realizar experiências com animais podem provocar dores intensas e sofrimento prolongado. Por conseguinte, o seu trabalho deveria ser sujeito a padrões mais estritos de necessidade.

As agências govemamentais dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e outros locais que promovem a realização de investigação na área das ciências biológicas tomaram-se os principais apoiantes das experiências com animais. Na verdade, os dinheiros públicos, obtidos através da cobrança de impostos, financiaram a grande maioria das experiencias descritas neste capítulo. Muitas destas agências financiam experiências que têm apenas uma relação muito distante com os objetivos com que foram criados estes organismos. Nas páginas anteriores, descrevi experiências que foram financiadas pelas seguintes entidades norte-americanas: National Institute of Health; Alcohol, Drug Abuse and Mental Health Administration; Federal Aviation Administration; Ministério da Defesa; National Science Foundation; e National Aeronautics and Space Administration, entre outros. Não é fácil perceber por que razão as forças armadas norte-americanas têm de financiar um estudo sobre os padrões de espalhamento de urina de ratos drogados e aquecidos, ou por que razão o Serviço Nacional de Saúde desejará dar dinheiro para administrar LSI) a elefantes.
Uma vez que estas experiências são financiadas com fundos de organismos oficiais, quase não seria necessário acrescentar que não existe lei que impeça a sua realização por parte de um cientista. Existem leis que proíbem as pessoas comuns de bater no seus cães até à morte mas, nos Estados Unidos, os cientistas podem fazer isso mesmo com toda a impunidade e sem ninguém verificar se desse ato resultarão benefícios que não adviriam de atos violentos normais. A razão para esta impunidade prende-se com o fato de a força e o prestígio de que goza a comunidade científica, apoiada por vários grupos de interesses - incluindo aqueles que criam animais destinados à venda aos laboratórios - terem sido suficientes, até agora, para calar as tentativas feitas no sentido de um controle legal efetivo.
Robert J. White do Hospital Geral Metropolitano de Cleveland é um experimentador que se especializou no transplante de cabeças de macacos e na manutenção destas cabeças imersas em líquido, vivas, após terem sido completamente separadas dos corpos. É um exemplo perfeito do cientista que vê os animais de laboratório como um "instrumento de investigação" - na verdade, ele próprio afirmou que o principal objetivo do trabalho que realiza nas cabeças decapitadas de macacos é "o fomecimento de um instrumento vivo de laboratório" para a investigação do cérebro. O jomalista a quem proferiu tal afirmação considerou a visita ao laboratório de White como "um raro e terrífico vislumbre do mundo clínico e frio do cientista, no qual a vida de um animal não tem qualquer sentido para além do objetivo imediato da experimentação. [105]
Segundo White, "a inclusão dos animais no nosso sistema ético não tem sentido do ponto de vista filosófico e é operacionalmente iposs'ivel." [106] Por outras palavras, White não se considera abrangido por quaisquer disposições éticas relativamente àquilo que faz aos animais. Assim, não é surpreendente que outro jomalista que o entrevistou tenha comentado que White "se irrita com regulamentações, venham elas dos administradores do hospital ou das seguradoras. "Sou um elitista" afirma ele. É sua convicção que os médicos devem ser govemados pelos seus pares." [107]

Outro opositor ativo das regulamentações govemamentais é David Baltimore, um professor do Massachusetts Institute of Technology que foi ia agraciado com o prêmio Nobel. Numa comunicação recente à assembleia nacional da American Association for the Advancement of Science referiu as Iongas horas" que ele e os seus colegas despenderam a lutar contra a regulamentação da sua investigação." [108] O fundamento da oposição de Baltimore a tais regulamentações ficara claro uns anos antes, quando surgiu num programa televisivo com Robert Nozick, filósofo de Harvard, e outros cientistas. Nozick perguntou aos cientistas se o fato de uma experiência matar centenas de animais era alguma vez considerado pelos cientistas como razão válida para a sua não realização. Um dos cientistas respondeu: "Que eu tenha conhecimento, não." Nozick pressionou um pouco mais: "Os animais, simplesmente, não contam?" Um cientista replicou: "E por que razão deveriam contar?" Nesta altura, Baltimore interrompeu, de forma abrupta, e afirmou não considerar que a experimentação com animais colocasse qualquer questão moral. [109]

Homens como White e Baltimore podem ser cientistas brilhantes, mas as suas declarações relativas aos animais revelam a sua ignorância em termos filosóficos. Não conheço um único filósofo profissional contemporâneo que concorde com a afirmação de que "não tem sentido" ou é "impossível" incluir os animais no nosso sistema ético ou que a experimentação com animais não coloca questões éticas. Em filosofia, tais afirmações são comparáveis a defender que a Terra é plana.
Até à data, os cientistas norte-americanos têm-se mostrado extraordinariaffiente intransigentes quanto à fiscalização pública daquilo que fazem aos animais. Foram bem sucedidos em repudiar mesmo as regulamentações mínimas que protegiam os animais de sofrimento durante as experiências. Nos Estados Unidos, a única lei federal sobre esta matéria é a Lei relativa ao Bem-estar dos Animais. A lei estabelece os requisitos relativos ao transporte, alojamento e manuseamento de animais vendidos como animais de estimação, exibidos ou destinados à utilização na investigação. No entanto, no que diz respeito à experimentação propriamente dita, permite que os investigadores façam exatamente o que pretendem. Isto é propositado: a razão avançada pelo U.S. Congress Conference Committee quando a lei foi aprovada foi:

oferecer ao investigador protecção nesta matéria, isentando das regulamentações todos os animais durante o período de investigação ou experimentação efetivas (...) Não é intenção do comitê interferir, seja de que forma for, com a investigação ou a experimentação. [110]

Um dos artigos da lei exige que as empresas privadas ou outras organizações que se registe nos termos da lei (nem os organismos oficiais que conduzem investigação, nem muitas instalações mais pequenas precisam de se registar) entreguem uma declaração em que afirmem que, nas experiências dolorosas realizadas sem recurso a drogas analgésicas, este procedimento é necessário para alcançar os objetivos da investigação. Não é feita qualquer tentativa no sentido de avaliar até que ponto estes I(objetivos" são suficientemente importantes para que se justifique a inflicção de dor. Nestas circunstâncias, o requerimento mais não faz do que aumentar a burocracia, sendo esta uma das principais queixas dos experimentadores. É claro que não é possível dar aos cães choques elétricos contínuos que produzam um estado de impotência se os anestesiarem enquanto fazem isso; nem é possível provocar depressão em macacos se estes forem mantidos felizes e alheados com drogas. Assim, nestes casos, pode afirmar-se com razão que os objetivos da experiência não podem ser alcançados se se utilizarem drogas analgésicas, prosseguindo-se a experiência tal como aconteceria se a lei não existisse.
Assim, não nos devemos surpreender por, por exemplo, o relatório da experiência da Plataforma de Equilíbrio dos Primatas com recurso ao soman ser introduzido pela seguinte afirmação:

Os animais utilizados neste estudo foram obtidos, mantidos e utilizados em conformidade com a Lei relativa ao Bem-estar dos Animais e o "Guia dos Cuidados e Utilização de Animais de Laboratório", preparado pelo Institute of Laboratorial Animal Resources - National Research Couricil.

Na verdade, esta mesma afirmação surge no manual da Plataforma de Equilíbrio dos Primatas da Base de Treino da Força Aérea de Brooks, no relatório da experiência da "roda de atividades dos primatas" do Instituto de Investigação Radiobiológica do exército, e em muitas outras publicações norte-americanas recentes por mim citadas. A afirmação não nos diz rigorosamente nada sobre o sofrimento dos animais ou sobre a trivialidade do objetivo que o seu sofrimento visava servir; mas diz-nos muito sobre o valor da Lei relativa ao Bem-estar dos Animais e do "Guia dos Cuidados e Utilização de Animais de Laboratório", preparado pelo Institute of Laboratorial Animal Resources do National Research Council.

A completa ausência de regulamentação efetiva nos Estados Unidos con~ vivamente com a situação existente em muitos outros países desenvolvidos. Na Grã-Bretanha, por exemplo, não é possível realizar uma experiência sem a obtenção de uma licença concedida pelo ministro dos Assuntos Intemos, e a Lei relativa aos Animais (Procedimentos Científicos), de 1986, determina explicitamente que, na consideração de concessão de licença a um projeto experimental, "o Ministro deverá ter em conta os potenciais efeitos adversos sentidos pelos animais em relação ao potencial benefício que deles advirá." Na Austrália, o Código de Conduta implementado pelos principais organismos científicos oficiais (equivalentes aos Institutos Nacionais de Saúde nos Estados Unidos) exige que todas as experiências sejam aprovadas por um Comitê ético da Experimentação com Animais. Estes comitês têm de incluir uma pessoa da área do bem estar dos animais que não tenha relação com a instituição que realizará a experiência, assim como outra pessoa independente, não envolvida em experiências com animais. O comitê deve aplicar um conjunto pormenorizado de princípios e condições que incluem uma instrução no sentido de avaliar o valor científico ou pedagógico da experiência em relação aos efeitos potenciais sobre o bem-estar dos animais. Além disso, é obrigatória a utilização de anestesia nos casos em que a experiência "possa provocar dor de um tipo e grau para os quais a anestesia fosse normalmente utilizada na prática médica ou veterinária." O Código de Conduta australiano abrange todos os investigadores que requisitem licenças oficiais e, em conformidade com as leis estaduais, é compulsivo relativamente a todos os experimentadores de Victoria, New South Wales e South Australia.[111] Na Suécia também se exige que as experiências sejam aprovadas por comitês que incluam membros leigos. Em 1986, após analisar as leis existentes na Austrália, Canadá, Japão, Dinamarca, Alemanha, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido, o Gabinete do Congresso de Avaliação Técnológica dos Estados Unidos concluiu:

A maior parte dos países considerados nesta avaliação possui leis muito mais protetoras dos animais utilizados em experiências do que as leis existentes nos Estados Unidos. Apesar desta protecção, os defensores do bem-estar dos animais têm exercido pressão considerável no sentido de serem elaboradas leis ainda mais restritivas, e muitos países, incluindo a Austrália, a Suíça, a Alemanha Ocidental e o Reino Unido, estão a considerar a introdução de alterações substanciais.[112]

Com efeito, desde que esta afirmação foi proferida, já foram aprovadas leis mais restritivas na Austrália e no Reino Unido.

Espero que esta comparação não seja interpretada incorretamente. Não se pretende demonstrar que tudo está bem relativamente à experimentação animal em países como o Reino Unido e a Austrália. Isso estaria muito longe da verdade. Nesses países, o "equilíbrio" entre beneficios potenciais e os danos provocados aos animais é ainda avaliado em termos de uma atitude especista para com os animais, tomando assim impossível uma igual consideração dos interesses dos animais e dos interesses humanos. Comparei a situação existente nos Estados Unidos com a de outros países apenas para mostrar que os padrões norte-americanos, nesta matéria, são terríveis, não apenas em relação aos padrões dos que pretendem a libertação animal como também aos padrões aceitos pelas comunidades científicas dos principais países desenvolvidos. Seria salutar que os cientistas dos Estados Unidos se vissem a si próprios como os seus colegas dos outros países os vêem a eles. Nas conferências científicas e médicas a que assisto na Europa e na Austrália, sou frequentemente interpelado por cientistas que me dizem não concordar com todas as minhas opiniões relativamente à experimentação animal, mas (...) e, depois, falam-me, com horror genuíno na voz, de algo que viram durante a sua última viagem aos Estados Unidos. Não admira, pois, que na conceituada revista científica britânica New Scientist um articulista tenha recentemente descrito os Estados Unidos como "um país que, como se reflete na sua legislação relativa à protecção dos animais, parece ser um país de bárbaros! Tal como os Estados Unidos se atrasaram em relação ao mundo civilizado na abolição da escravatura humana, também os Estados Unidos se atrasam agora na minoração das brutalidades sem limites ocorridas na escravatura animal.
As pequenas alterações introduzidas na Lei relativa ao Bem-estar dos ,animais dos Estados Unidos apuraram os requisitos de exercício dos cães e o alojamento dos primatas, mas não trataram da questão real do controle daquilo que acontece durante as experiências. As alterações estabeleceram comitês institucionais mas, ao continuarem a aceitar a ausência de interferência de que gozam as próprias experiências, não conferiram autoridade a estes comitês no que diz respeito ao que acontece nas experiências. [114]
De qualquer forma, e apesar de a Lei relativa ao Bem-estar dos Animais ter sido aprovada há mais de vinte anos, a sua implementação é virtualmente inexistente. Tanto assim é que o Ministro da Agricultura nunca redigiu regulamentações que alargassem o âmbito de aplicação do disposto na Lei a ratos, camundongos, aves e animais de quinta utilizados na investigação. Supostamente, isto acontece porque o Ministério da Agricultura não possui inspetores suficientes para verificar as condições em que se encontram animais como cães, gatos e macacos, e muito menos aves, ratos, camundongos e animais de quinta. Como foi afirmado pelo Gabinete de Avaliação Técnológica (OTA), "os fundos e o pessoal destinados à implementação nunca corresponderam às expectativas daqueles que crêem que a missão principal da legislação existente é a prevenção ou alívio do sofrimento dos animais sujeitos a experiências." Os funcionários do OTA verificaram uma lista de 112 instalações de teste, verificando que 39% nem sequer estavam registadas no departamento do Ministério de Agricultura que inspecciona os laboratórios. Ainda mais, o relatório do OTA afirma que esta é uma estimativa prudente do número real de laboratórios não registados e, portanto, completamente não controlados e não inspeccionados.[115]

A regulamentação aplicável nos Estados Unidos à experimentação animal é, agora, uma farsa: existe uma lei que, aparentemente, abrange todos os animais de sangue quente utilizados em laboratórios, mas que poderá apenas ser aplicada através de regulamentos que, nas palavras do Cabinete de Avaliação Técnológica, "provavelmente não afetam uma parte substancial dos animais utilizados com fins experimentais. 'O OTA prossegue, dizendo que esta exclusão da protecção prevista na lei de muitas espécies "parece frustrar a intenção do Congresso e estar para além da autoridade legal do Ministro da Agricultura."[116] Trata-se de palavras duras, proferidas pelo habitualmente comedido OTA - mas, três anos volvidos, nada foi feito para alterar a situação. Na verdade, um relatório de 1988, redigido por um painel de cientistas americanos ilustres, considerou - mas rejeitou - apresentou uma recomendação no sentido de ampliar o âmbito das regulamentações a todos os animais de sangue quente. Não foi fomecida qualquer razão para esta rejeição: surge como um outro exemplo da atitude obstrucionista dos cientistas norte-americanos relativamente às melhorias mais elementares das condições de vida dos animais que utilizam. [117]
Assim, a farsa não mostra sinais de se encaminhar para o seu fim. O problema é que, decididamente, não tem piada. Não há razão para acreditar que os ratos e os ratos são menos sensíveis à dor e ao sofrimento ou têm menos necessidade de requisitos mínimos de transporte e alojamento do que os porquinhos-da-índia, os hamsteres, os coelhos ou muitos outros animais.

Nas descrições de experiências feitas até agora neste capítulo limitei-me a resumir os relatórios redigidos pelos próprios experimentadores, publicados em revistas científicas. As provas assim obtidas não podem ser acusadas de exagero. No entanto, uma vez que há uma ausência completa de inspecção adequada e de controle sobre o que acontece nas experiências, a realidade é frequentemente muito pior do que o relato publicado. Isto tomou-se evidente em 1984, no caso das experiências levadas a cabo por Thomas Gennarefli, da Universidade da Pensilvânia. O objetivo das experiências era provocar ferimentos nas cabeças de macacos e, depois, examinar a natureza das lesões cerebrais daí resultantes. De acordo com os documentos oficiais de atribuição de fundos, os macacos deveriam ser anestesiados antes de lhes serem provocados os traumatismos. Deste modo, pareceria que as experiências não iriam implicar sofrimento. Mas os membros de um grupo denominado Animal Liberation Front obtiveram informações diferentes. Souberam também que Gennarelli registava as experiências em vídeo. Arrombaram o laboratório e roubaram as cassetes. Quando as visionaram, assistiram a babuínos conscientes, não anestesiados, debatendo-se enquanto eram amarrados antes de serem provocados os traumatismos. Viram animais a contorcer-se, aparentemente ao deixarem de estar sob o efeito da anestesia, enquanto os cirurgiões os operavam ao cérebro. Ouviram igualmente os experimentadores a troçar e rir dos animais assustados e a sofrer. As cassetes eram tão impressionantes que - embora tenha sido necessário mais de um ano de trabalho duro desenvolvido pelo grupo com sede em Washington chamado People for the Ethícal Treatment of Animals e por centenas de ativistas - o Ministro da Saúde e dos Serviços Sociais cessou o financiamento ao trabalho de Gennarelli.[118] Depois disso, houve outros exemplos que vieram à luz, baseados geralmente em informações fomecidas por trabalhadores dos laboratórios que, com isso, perderam o seu emprego. Em 1986, por exemplo, Leslie Fain, uma técnica de prestação de cuidados a animais no laboratório da Gillette em Rockville, em Maryland, demitiu-se do emprego e forneceu aos membros do grupo Animal Liberation fotografias que tinha tirado dentro do laboratório. As fotografias mostravam os testes, efetuados pela Gillette, de novas fórmulas de tintas cor-de-rosa e castanha a usar nas canetas Paper Mate, que consistiam em colocá-las nos olhos de coelhos conscientes. As tintas revelaram-se extremamente irritantes, provocando hemorragias oculares em alguns coelhos.[119]
Podemos apenas tentar adivinhar o número de laboratórios nos quais o tratamento dado aos animais é igualmente mau, mas ninguém foi ainda suficientemente corajoso para fazer alguma coisa quanto a isso.

Quando é que as experiências com animais são justificáveis? Depois de ter conhecimento da natureza de muitas das experiências realizadas, algumas pessoas reagem, dizendo que todas as experiências com animais devem ser imediatamente proibidas. Mas, se fizermos exigências assim absolutas, os experimentadores terão uma resposta pronta: Estaríamos dispostos a deixar morrer milhares de seres humanos que poderiam ser salvos por uma única experiência, realizada num único animal?
A questão, é claro, é puramente hipotética. Nunca houve e nunca haverá uma única experiência que salve milhares de vidas. A maneira de responder a esta questão hipotética é colocando outra: Estariam os experimentadores dispostos a realizar as suas experiências num órfão humano com menos de seis meses se essa fosse a única forma de salvar milhares de vidas?
Se os experimentadores não se mostrarem dispostos a utilizar um bebê humano, a sua ligeireza em utilizar bebês não humanos revela uma forma de discriminação injustificável, com base na espécie, uma vez que os símios, os macacos, os cães, os gatos e os outros animais adultos estão mais conscientes do que lhes está sendo feito, são mais autônomos e são, portanto, e tanto quanto podemos saber, pelo menos tão sensíveis à dor como o bebê humano. (Afirmei que o bebê seria órfão para evitar a complicação dos sentimentos dos pais. Esta especificação do caso é, quando muito, ultra-generoso para aqueles que defendem a utilização de animais não humanos nas experiências, uma vez que os mamíferos destinados à utilização em experiências são habitualmente separados das suas mães muito cedo, quando a separação causa angústia à mãe e ao bebê.)
Tanto quanto sabemos, os bebês humanos não possuem qualquer característica relevante do ponto de vista moral num grau superior aos animais adultos não humanos, a menos que consideremos as potencialidades dos bebês como uma característica que torne errada a sua utilização em experiências. O fato de esta característica ser relevante é controverso - se a considerarmos, teremos de condenar o aborto assim como as experiências com bebês, uma vez que as potencialidades do bebê e do feto são as mesmas. Por forma a evitar as complexidades desta questão, todavia, podemos modificar um pouco a nossa questão inicial e assumir que o bebê tem lesões cerebrais irreversíveis tão graves que nunca poderá ultrapassar o nível de desenvolvimento mental de um bebê de seis meses de idade. Infelizmente, existem muitos seres humanos nestas condições, fechados em estabelecimentos especiais por todo o país, muitos deles há muito abandonados pela família e, tristemente, muitas vezes não amados por ninguém. Apesar das suas deficiências mentais, a anatomia e fisiologia destes bebês são, em quase todos os aspectos, idênticas às dos seres humanos normais. Por conseguinte, se os obrigássemos a ingerir grandes quantidades de cera para pavimentos ou colocássemos pingos de soluções concentradas de cosméticos nos seus olhos, obteríamos uma indicação muito mais fiável quanto à segurança destes produtos para os seres humanos do que a que se obtém agora, tentando extrapolar os resultados dos testes realizados num grande número de outras espécies. Os testes LD50, os testes oculares de Draize, as experiências com radiação, as experiências dos efeitos do golpe de calor, e muitas outras descritas anteriormente, teriam revelado mais sobre as reacções humanas à situação experimental se tivessem sido realizadas em humanos com lesões cerebrais graves, em vez de cães ou coelhos.

Deste modo, sempre que os experimentadores afirmam que as suas experiências são suficientemente importantes para justificar a utilização de animais, devemos perguntar-lhes se estariam dispostos a utilizar um ser humano com lesões cerebrais que possuísse um nível mental semelhante aos animais que eles pensam utilizar. Não consigo pensar que exista alguém que considere seriamente a realização das experiências descritas neste capítulo em seres humanos mentalmente deficientes. Sabe-se que se realizaram ocasionalmente experiências com seres humanos, sem o seu consentimento; um dos casos envolveu crianças deficientes mentais colocadas em instituições, a quem foi inoculada hepatite.[120] Quando se toma conhecimento da realização de tais experiências em seres humanos, geralmente assiste-se de imediato a uma violenta reação pública contra os experimentadores, e justamente. Estes constituem, muitas vezes, exemplos da arrogância do investigador que justifica tudo com base no aumento de conhecimento. Mas se o experimentador afirma que a experiência é suficientemente importante para justificar a inflicção de sofrimento aos animais, por que não é suficientemente importante para justificar a inflicção de sofrimento a seres humanos com nível mental semelhante? Que diferença há entre os dois? Apenas que um é membro da nossa espécie e o outro não? Fazer apelo a essa diferença é revelar um enviesamento tão defensável como o racismo ou qualquer outra forma de discriminação arbitrária.
A analogia entre especismo e racismo aplica-se, na prática assim como na teoria, na área da experimentação. O especismo visível conduz à realização de experiências dolorosas noutras espécies, defendidas com base no seu contributo para o conhecimento e possível utilidade para a nossa espécie. O racismo visível conduziu à realização de experiências dolorosas noutras raças, defendidas com base no seu contributo para o conhecimento e possível utilidade para a raça que fez as experiências. Na Alemanha sob o regime nazi, cerca de duzentos médicos, alguns deles conceituados no mundo da medicina, tomaram parte em experiências com prisioneiros judeus, russos e polacos. Milhares de outros médicos sabiam destas experiências, algumas das quais constituíam tema de conferências realizadas em academias médicas. No entanto, os registros mostram que os médicos ficaram impávidos perante os relatórios verbais de outros médicos relativos à inflicção de lesões horríveis a "raças inferiores", prosseguindo depois a discussão acerca das lições médicas que se poderiam retirar delas, sem que ninguém esboçasse o mais leve protesto sobre a natureza das experiências. Os paralelos existentes entre esta atitude e aquela dos experimentadores contemporâneos são extraordinários. Então, tal como agora, os sujeitos eram congelados, aquecidos, colocados em câmaras de descompressão. Então, como agora, estes acontecimentos eram relatados numa gíria científica desapaixonada. O parágrafo seguinte foi retirado de um relatório redigido por um cientista nazi sobre uma experiência conduzida num ser humano:

Após cinco minutos, registaram-se espasmos; entre o sexto e o décimo minuto, a respiração aumentou de frequência, a TP (pessoa em teste) perdeu a consciência. Entre o décimo primeiro e o trigésimo minuto a respiração abrandou para três inalações por minuto, tendo acabado por cessar completamente no final desse período (...) Cerca de meia hora após a respiração ter cessado, deu-se início à autópsia. [121]

A experimentação da câmara de descompressão não terminou com a derrota dos nazis. Deslocou-se para os animais não humanos. Na Universidade de Newcastle on Tyne, em Inglaterra, por exemplo, os cientistas utilizaram porcos. Os porcos foram sujeitos a períodos de descompressão que podiam ir até aos oitenta e um em nove meses. Todos registraram ataques do mal da descompressão e alguns morreram destes ataques.[122] O exemplo ilustra muito bem o que o autor judeu Isaac Bashevis Singer escreveu: "No seu comportamento para com as criaturas, todos os homens [são] nazis."

A experimentação com sujeitos exteriores ao grupo dos próprios experimentadores é uma história que se repete constantemente com diferentes vítimas. Nos Estados Unidos, a instância do século XX mais conhecida negativamente da experimentação em seres humanos foi o não tratamento deliberado de doentes com sífilis em Tuskegee, no Alabama, de forma a poder observar-se o curso natural da doença. Este procedimento continuou mesmo depois de se ter provado que a penicilina constituía um tratamento eficaz para a sífilis. As vítimas não tratadas da experiencia eram, como é óbvio, negras.[124] Talvez o maior escândalo intemacional de experimentação em seres humanos da última década seja o que foi revelado na Nova Zelândia em 1987. Um respeitado médico de um hospital importante de Auckland decidiu não tratar os doentes que mostravam os primeiros sinais de cancro. Tentava provar a sua teoria não ortodoxa de que esta forma de cancro não se desenvolveria, mas não informou os pacientes de que estavam a tomar parte numa experiência. A sua teoria estava errada e morreram vinte e sete doentes. Desta vez, as vítimas foram mulheres.[125]

Quando se toma conhecimento de tais acontecimentos, a reação pública torna claro que a nossa esfera de preocupação moral é mais vasta do que a dos nazis, não estando já nós dispostos a acomodar um grau inferior de preocupação com outros seres humanos; mas há ainda muitos seres sencientes por quem não parecemos ter qualquer tipo de preocupação.

Não respondemos ainda à questão que se coloca relativamente às circunstâncias em que a realização de uma experiência poderia ser justificável. Não se pode dizer "Nunca!" É tentador considerar a moral nestes termos maniqueístas porque, assim, elimina-se a necessidade de pensar em casos particulares; mas, em circunstâncias extremas, estas respostas absolutas acabam sempre por revelar-se inadequadas. A tortura de um ser humano é quase sempre errada, mas não é absolutamente errada. Se o recurso à tortura constituísse o único modo de descobrirmos a localização exata de uma bomba atômica escondida numa cave nova-iorquina, preparada para explodir daí a uma hora, a tortura seria justificável. Do mesmo modo, se uma única experiência pudesse curar uma doença como a leucemia, essa experiência seria justificável. Mas, na vida real, os benefícios são sempre muito mais remotos e, muito frequentemente, inexistentes. Então, como é que decidimos quando uma experiência é justificável?

Vimos que os experimentadores revelam um enviesamento a favor da sua própria espécie sempre que realizam experiências em não humanos com objetivos que não considerariam justificar a sua realização em seres humanos, mesmo que se tratasse de seres humanos mentalmente deficientes. Este princípio fomece-nos um indicador para a resposta à nossa questão. Uma vez que um enviesamento especista, tal como um enviesamento racista, é injustificável, uma experiência não pode ser justificável a não ser que seja tão importante que justificasse a utilização de um ser humano mentalmente deficiente.

Este não é um princípio absoluto. Não é minha convicção que nunca seja justificável a utilização de um ser humano mentalmente deficiente numa experiência. Se realmente fosse possível salvar várias vidas através de uma experiência que tirasse apenas uma vida, e não existisse outra forma de salvar aquelas vidas, seria correto realizar a experiência. Mas este seria um caso extremamente raro. Certamente que nenhuma das experiências descritas neste capítulo passaria este teste. Reconheço que, como acontece com qualquer fronteira, existiria uma terra de ninguém onde seria difícil decidir se se justificaria a realização da experiência. Mas não devemos agora perder tempo com considerações deste género. Como este capítulo demonstrou, encontramo-nos numa situação de emergência, estando a ser infligido um sofrimento atroz a milhões de animais para alcançar objetivos que qualquer análise imparcial consideraria inadequados como justificação do sofrimento. Quando tivermos deixado de levar a cabo todas essas experiências, haverá então tempo suficiente para refletir sobre o que fazer das restantes, que são tidas como essenciais para salvar vidas ou evitar sofrimentos maiores.

Nos Estados Unidos, onde a atual falta de controle da experimentação permite que se realizem experiências como as que descrevemos nas páginas anteriores, seria uma primeira medida mínima a aplicação de um requisito de que nenhuma experiência fosse realizada sem a aprovação prévia de um comitê ético que incluísse representantes do bem-estar dos animais e fosse autorizado a recusar a aprovação de experiências quando não considerasse que os benefícios potenciais se sobrepunham aos danos incutidos aos animais. Como vimos, existem já sistemas deste gênero noutros países, como a Austrália e a Suécia, sendo aí aceitos como justos e razoáveis pela comunidade científica. Segundo os argumentos éticos apresentados neste livro, um tal sistema encontra-se muito longe do ideal. Os representantes do bem-estar dos animais que têm assento nesses comitês são oriundos de grupos que abrangem um amplo espectro de perspectivas mas, por razões óbvias, aqueles que recebem e aceitam os convites para integrarem os comitês éticos da experimentação com animais tendem a pertencer às alas menos radicais dos grupos. Podem até não pensar que os interesses dos animais não humanos merecem tanta consideração como os interesses dos animais humanos; ou, se têm esta posição, podem pensar ser impossível pô-la em prática quando avaliam os pedidos de realização de experiências em animais, porque não conseguiriam convencer os outros membros do comitê. Ao invés, é mais provável que insistam na adequada consideração de altemativas, na realização de esforços genuínos de minimização da dor, e numa clara demonstração dos potenciais beneficios significativos, suficientemente importantes para contrabalançar a dor ou o sofrimento que não possa ser eliminado da experiência. Um comitê ético na experimentação animal que esteja ativo hoje em dia, quase certamente irá aplicar estas normas de uma forma especista, considerando o sofrimento animal de uma forma mais ligeira do que o potencial beneficio humano correspondente; ainda assim, a colocação de ênfase nestas normas eliminaria muitas experiências dolorosas que agora são permitidas e reduziria o sofrimento provocado por outras.

Numa sociedade que é fundamentalmente especista, não existe uma solução rápida para estas dificuldades com recurso a comitês éticos. Por esta razão, alguns membros do grupo Animal Liberation nem querem ouvir falar deles. Em vez disso, exigem a eliminação total e imediata de todas as experiências com animais. Tais exigências foram apresentadas muitas vezes durante os últimos cento e cinquenta anos de atividade anti-vivisseccionista, mas não deram sinais de conquistar a maioria dos eleitores de nenhum país. Entretanto, continuou a aumentar o número de animais que sofrem nos laboratórios, até aos desenvolvimentos recentes descritos acima, neste capítulo. Estes desenvolvimentos resultaram do trabalho de pessoas que encontraram uma altemativa à mentalidade do "tudo ou nada" que, na verdade, significava "nada" no que dizia respeito aos animais.

Uma razão para o insucesso junto do público da exigência da imediata abolição das experiências com animais reside no fato de os experimentadores responderem que aceitar esta exigência significa abandonar a esperança de cura para as doenças importantes que ainda nos matam, assim como aos nossos filhos. Nos Estados Unidos, onde os experimentadores podem fazer praticamente o que desejam com os animais, uma forma de registar alguns progressos poderia ser conseguida perguntando aos que utilizam este argumento como forma de defesa das experiências com animais se eles estariam dispostos a aceitar o veredito de um comitê ético que, como aqueles dos outros países, incluísse representantes do bem-estar dos animais e tivesse poder para considerar os custos para os animais em relação aos possíveis benefícios a obter com a investigação. Se a resposta fosse negativa, provaria-se que a defesa da experimentação com animais enquanto necessidade para a cura de doenças graves constituía uma distracção enganadora, que servia apenas para enganar o público quanto ao que os experimentadores pretendem: permissão para fazer o que querem com os animais. De outra forma, por que razão não estaria o experimentador disposto a deixar que a decisão de realizar uma experiência fosse tomada por um comitê ético, que, certamente, faria tanta questão em eliminar as doenças graves como o resto da comunidade? Se a resposta fosse afirmativa, pediria-se ao experimentador que assinasse uma petição para a criação de um comitê ético.

Suponhamos que era possível ir para além das reformas mínimas que já foram adoptadas nos países mais esclarecidos. Suponhamos que podíamos chegar a um ponto em que aos interesses dos animais era dada, efetivamente, tanta consideração como aos interesses correspondentes dos seres humanos. Isso implicaria o fim de uma vasta indústria de experimentação com animais, tal como a conhecemos hoje em dia. Em todo o mundo, assistiria-se ao encerramento de laboratórios e ao esvaziamento de jaulas. Não se deverá pensar, contudo, que a experimentação médica cessaria ou que o mercado seria inundado de produtos não testados. No que diz respeito a novos produtos, era certo, como já afirmei, que teríamos de nos cingir a quantidades menores, utilizando ingredientes já conhecidos como sendo inofensivos. Não me parece que isto constitua grande perda. Mas para testar produtos verdadeiramente essenciais, assim como para outros tipos de investigação, podem e seriam encontrados métodos altemativos que não exigissem a presença de animais.

Na primeira edição deste livro, afirmei que "os cientistas não procuram altemativas simplesmente porque não se preocupam suficientemente com os animais que utilizam." Depois, fiz uma previsão: "Considerando o pouco esforço que tem sido feito nesta área, os resultados iniciais prometem dar lugar a grandes progressos se o esforço for aumentado." Na última década, ambas as afirmações se revelaram verdadeiras. Vimos já que na área do teste de produtos se assistiu a um grande aumento do esforço desenvolvido no sentido da busca de altemativas às experiências com animais - não por os cientistas terem subitamente começado a preocupar-se mais com os animais, mas como resultado de duras campanhas dos grupos pertencentes ao movimento de Libertação Animal. O mesmo se pode passar relativamente a outros campos da experimentação animal.

Embora dezenas de milhar de animais tenham sido obrigados a inalar fumo de tabaco durante meses e mesmo anos, a prova da relação existente entre o tabaco e o cancro do pulmão foi obtida a partir dos dados resultantes de observações clínicas de seres humanos.[126] O govemos dos Estados Unidos continua a destinar milhares de milhões de dólares à investigação do cancro, enquanto atribui subsídios, simultaneamente, à indústria do tabaco. Muito do dinheiro da investigação é aplicado em experiências com animais, muitas das quais apenas remotamente relacionadas com a luta contra o cancro - soube-se de experimentadores que mudaram o nome aos seus projetos para "investigação do cancro" quando descobriram que podiam assim obter mais dinheiro do que sob outra designação. Entretanto, continuamos a perder a luta contra a maioria das formas de cancro. Os números publicados em 1988 pelo Insituto Nacional do Cancro dos Estados Unidos mostram que a taxa total de cancro, mesmo depois de ajustada ao aumento de idade da população, tem aumentado anualmente cerca de 1 por cento nos últimos trinta anos. Os relatórios recentes que atestam a existência de uma diminuição das taxas de cancro do pulmão entre os americanos mais jovens podem constituir o primeiro sinal de inversão desta tendência, uma vez que o cancro do pulmão provoca mais mortes do que qualquer outra forma de cancro. Se o cancro do pulmão está a diminuir, esta boa notícia não é resultado de uma melhoria do tratamento mas de os jovens, sobretudo os jovens do sexo masculino, fumarem menos. As taxas de sobrevivência ao cancro do pulmão quase não se alteraram.[127] Sabemos que o fumo provoca entre 80 e 85 por cento do número total de cancros do pulmão. Devemos perguntar-nos: Poderemos obrigar milhares de animais a inalar fumo de cigarros para lhes provocar cancro do pulmão, quando sabemos que poderíamos praticamente erradicar a doença se eliminássemos o uso do tabaco? Se as pessoas decidem continuar a fumar, sabendo que, ao fazê-lo, se arriscam a contrair cancro do pulmão, será justo fazer os animais pagar o preço desta decisão?

O nosso tratamento ineficaz do cancro do pulmão tem correspondência no tratamento mais geral do cancro. Embora se tenham registado progressos no tratamento de alguns cancros específicos, desde 1974 o número de pessoas que sobrevivem durante cinco anos ou mais após o diagnóstico da doença aumentou menos de 1 por cento.[128] A prevenção, sobretudo na educação das pessoas no sentido de levarem uma vida mais saudável, é uma abordagem muito promissora.

Cada vez mais cientistas consideram agora que as experiências com animais impedem o avanço do nosso conhecimento das doenças dos humanos e da sua cura. Por exemplo, os investigadores do Instituto Nacional de Ciências da Saúde Ambiental, na Carolina do Norte, advertiram recentemente para a possibilidade de os testes em animais fracassarem na detecção dos químicos que provocam cancro nas pessoas. A exposição a arsénico parece aumentar o risco de desenvolvimento de cancro, mas não tem este efeito nos testes laboratoriais realizados com animais.[129] Uma vacina contra a malária, desenvolvida nos Estados Unidos em 1985 no prestigioso Insituto de Investigação Militar de Walter Reed foi eficaz em animais, mas revelou-se praticamente inútil nos humanos; uma vacina desenvolvida por cientistas colombianos que trabalhavam com voluntários humanos revelou-se mais eficaz.[130] Atualmente, os defensores da investigação que utiliza os animais referem frequentemente a importância da descoberta de uma cura para a SIDA; mas Robert Gallo, o primeiro americano a isolar o HIV (vírus da SIDA), afirmou que uma vacina potencial desenvolvida pelo investigador francês Daniel Zagury se tinha revelado mais eficaz na estimulação da produção de anticorpos HIV nos humanos do que nos animais; e acrescentou: "Os resultados obtidos com chimpanzés não foram muito excitantes (…) Talvez devêssemos testar em pessoas de uma forma mais agressiva."[131] Significativamente, as pessoas com SIDA responderam a este apelo: "Deixe-me ser o seu porquinho-da-índia," pediu Larry Kramer, ativista homossexual.[132] É óbvio que este pedido faz sentido. Encontrar-se-á uma cura mais rapidamente se a experimentação for realizada diretamente em voluntários humanos; e, atendendo à natureza da doença e aos fortes laços existentes entre a comunidade homossexual, não há falta de voluntários. É claro que será necessário certificarmo-nos de que aqueles que se oferecem como voluntários compreendem verdadeiramente o que estão a fazer e não se encontram sob pressão ou coacção para tomar parte na experiência. Mas seria razoável conceder essa autorização. Por que há-de estar gente a morrer de uma doença quase sempre fatal enquanto se testa uma cura potencial em animais que, de qualquer forma, não contraem, normalmente, a doença?

Os defensores da experimentação com animais gostam de nos dizer que a experimentação com animais aumentou enormemente a nossa esperança de vida. No meio da discussão acerca da reforma da lei britânica relativa à experimentação, por exemplo, a Associação da Indústria Farmacêutica Britânica fez publicar no Guardian um anúncio de página inteira sob o título "Dizem que a vida começa aos quarenta. Não há muito tempo, era aí que terminava." O anúncio prosseguia, dizendo que, se agora é considerado uma tragédia a morte de um homem aos quarenta anos, nos século XIX era habitual assistir ao funeral de um homem falecido com quarenta anos, pois a esperança média de vida era de quarenta e dois anos. O anúncio afirmava que "é sobretudo graças às descobertas conseguidas através da investigação que requer a utilização de animais que a maior parte de nós consegue viver até aos setenta anos."

Tais afirmações são, simplesmente, falsas. Na verdade, este anúncio especifico era tão visivelmente enganador que um especialista em medicina pública, o Dr. David St. George, escreveu para a Lancet dizendo "o anúncio é bom material pedagógico, uma vez que ilustra dois grandes erros de interpretação das estatísticas!" Referiu-se também ao importante livro de Thomas McKeown, intitulado The Role ofMedicine, publicado em 1976,[133] que desencadeou um debate acerca dos contributos relativos das mudanças sociais e ambientais, comparados com a intervenção médica, no que diz respeito à melhoria da mortalidade desde meados do século XIX, e acrescentou:

Este debate foi esclarecido, e é agora geralmente aceito que as intervenções médicas tiveram apenas um efeito marginal na mortalidade da população e principalmente numa fase muito tardia, após as taxas de mortalidade terem já diminuído drasticamente. [134]

J.B. e S.M. McKjnley chegaram a uma conclusão semelhante num estudo sobre o declínio de dez importantes doenças infecciosas nos Estados Unidos. Demonstraram que em todos os casos, com excepção do da poliomielite, a taxa de mortalidade tinha já decrescido significativamente (supostamente devido a melhorias registadas nos campos sanitário e alimentar) antes de ter sido introduzida uma qualquer nova forma de tratamento médico. Concentrando-se na diminuição de 40 por cento da mortalidade nos Estados Unidos entre 1910 e 1984, calcularam "prudentemente" que

talvez 3,5 por cento da diminuição da taxa de mortalidade total possam ser explicados através de intervenções médicas nas grandes doenças infecciosas. Na verdade, atendendo ao fato de ser precisamente em relação a essas doenças que a medicina afirma ter tido mais sucesso na redução da mortalidade, 3,5 por cento representará, provavelmente, um limite superior razoável para a contribuição total das medidas médicas para o declínio da mortalidade devida a doenças infecciosas nos Estados Unidos.[135]

De notar que estes 3,5 por cento representam toda a intervenção médica. O contributo da experimentação com animais, ela própria, pode ser, no máximo, apenas uma fracção desta pequena contribuição para o declínio da mortalidade.
Não há dúvida de que existem áreas de investigação científica que seriam dificultadas por qualquer consideração genuína dos interesses dos animais utilizados na experimentação. Não há dúvida de que se registaram alguns avanços no conhecimento que não seriam conseguidos tão facilmente sem o recurso a animais. Os exemplos de descobertas importantes frequentemente mencionadas por aqueles que defendem a experimentação com animais datam do tempo do trabalho de Harvey sobre a circulação do sangue. Incluem a descoberta da insulina por Banting e Best, e o seu papel na diabetes; o reconhecimento da poliomielite como sendo provocada por um vírus e a vacina correspondente; várias descobertas que contribuíram para a possibilidade da realização de cirurgia de coração aberto e de bypass na artéria coronária; e o conhecimento do nosso sistema de imunização e de formas de ultrapassar a rejeição de órgãos transplantados.[136] A afirmação de que a experimentação com animais seria essencial para fazer estas descobertas tem sido negada por alguns opositores à realização de experimentação.[137] Não é minha intenção prosseguir aqui a controvérsia. Acabamos de ver que todo o conhecimento obtido com recurso à experimentação com animais teve, no máximo, um papel muito pequeno no aumento da nossa esperança de vida; o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida é mais difícil de calcular. Num sentido mais fundamental, a controvérsia gerada em torno dos benefícios derivados da experimentação com animais é essencialmente írresolúvel uma vez que, mesmo se tivessem sido efetuadas descobertas valiosas a partir da utilização dos animais, nunca saberíamos o sucesso que a investigação médica teria conhecido se tivesse sido obrigada, desde o início, a desenvolver métodos altemativos de investigação. Algumas descobertas, provavelmente, teriam sido adiadas, ou talvez nunca feitas; mas muitas pistas falsas nunca teriam sido seguidas, sendo possível que a medicina se tivesse desenvolvido numa direcção muito diferente e mais eficaz, com ênfase na vida saudável e não na cura.
Em todo o caso, a questão ética da justificabilidade da experimentação com animais não pode ser esclarecida através da consideração dos seus benefícios para nós, por muito convincentes que sejam as provas a favor de tais benefícios. O princípio ético da igual consideração de interesses eliminaria alguns meios de obtenção de conhecimento. Não há nada de sagrado no direito de obter conhecimento. Aceitamos já muitas restrições à empresa científica. Não acreditamos que os cientistas possuam um direito geral de realizar experiências dolorosas ou fatais em seres humanos sem o seu consentimento, embora existam muitos casos em que tais experiências possibilitariam um progresso científico muito mais célere do que qualquer outro método. Precisamos agora de alargar o âmbito desta restrição que se coloca à investigação cientifica.

Finalmente, é importante perceber que os grandes problemas de saúde do mundo continuam a existir na sua maioria, não por não sabermos como prevenir a doença e manter as pessoas saudáveis, mas porque ninguém desenvolve esforços suficientes nem despende o dinheiro necessário para fazer aquilo que já sabemos como fazer. As doenças que devastaram a Ásia, a África, a América Latina e as bolsas de pobreza do Ocidente industrializado são doenças que, na sua maioria, sabemos como curar. Foram eliminadas em comunidades que possuem nutrição adequada, saneamento e cuidados médicos. Calcula-se que 250 mil crianças morram todas as semanas no mundo, e que um quarto destas mortes seja devido a desidratação provocado por diarreia. Um tratamento simples, já conhecido e para o qual não é necessária experimentação com animais, poderia evitar as mortes destas crianças.[138] Aqueles que se preocupam verdadeiramente com a melhoria dos cuidados médicos dariam provavelmente um contributo mais eficaz para a saúde humana se deixassem os laboratórios e garantissem que o conhecimento médico existente chega aqueles que mais precisam dele.

Depois de tudo isto, permanece a questão prática: O que pode ser feito para alterar a prática generalizada de experimentação com animais? Indubitavelmente, é necessária uma acção que mude as políticas dos governos; mas que acção, precisamente? O que pode fazer o cidadão comum para ajudar a desencadear essa acção?

Os legisladores tendem a ignorar os protestos relativos à experimentação com animais vindos dos seus eleitores porque são influenciados primordialmente pelos grupos científicos, médicos e veterinários. Nos Estados Unidos, estes grupos possuem grupos de pressão políticos registados em Washington, exercendo forte influência contra as propostas de restrição da experimentação. Uma vez que os legisladores não têm tempo de adquirir grandes conhecimentos nestes campos, confiam no que os especialistas lhes dizem. Mas esta é uma questão moral, e não científica, e os "especialistas" têm, geralmente, interesse em prosseguir a experimentação ou, então, estão tão imbuídos da ética de desenvolvimento do conhecimento que não se conseguem distanciar desta posição e fazer uma análise crítica daquilo que fazem os seus colegas. Além disso, surgiram organizações profissionais de relações públicas, tal como a Associação Nacional de Investigação Biomédica, cujo único objetivo é melhorar a imagem da investigação com animais junto do público e dos legisladores. A associação publicou livros, produziu cassetes de vídeo e conduziu workshops sobre o modo como os investigadores devem defender a experimentação. juntamente com várias organizações semelhantes, prosperou à medida que cada vez mais pessoas se foram interessando pela questão da experimentação. Já vimos, no caso de outro grupo de pressão, a Associação da Indústria Farmacêutica Britânica, como estes grupos podem enganar o público. Os legisladores devem aprender que, quando analisam a questão da experimentação com animais, têm de ouvir estas organizações e também as associações médicas, veterinárias, psicológicas e biológicas, como ouviriam a General Motors e a Ford se analisassem o problema da poluição aérea.

A tarefa de levar a cabo uma reforma também não é facilitada pelas grandes companhias que possuem empresas lucrativas que se dedicam a criar e armadilhar animais, vendendo-os de seguida, ou a fabricar e vender as gaiolas e jaulas onde eles vivem, os alimentos que comem e o equipamento utilizado nas experiências que os usam. Estas companhias estão prontas a gastar grandes quantias para se oporem a legislação que as prive de mercados vantajosos. Com interesses financeiros como estes aliados ao prestígio da medicina e da ciência, a luta para pôr fim ao especismo no laboratório está condenada a ser difícil e longa. Qual é a melhor forma de conseguir progressos nesta área? Não parece provável que uma qualquer democracia ocidental vá abolir subitamente a experimentação com animais. Os govemos, simplesmente, não funcionam assim. A experimentação com animais só cessará após uma série de pequenas reformas ter reduzido a sua importância, conduzido à sua substituição em muitas áreas e alterado substacialmente a opinião pública em relação aos animais. Assim, a tarefa imediata que se impõe é trabalhar para estes objetivos parciais, que podem ser entendidos como marcos numa longa marcha em direcção à eliminação de toda a exploração de animais sencientes. Todos aqueles que se preocupam com o sofrimento dos animais podem tentar divulgar nas suas comunidades o que se passa nas universidades e nos laboratórios comerciais. Os consumidores podem recusar-se a adquirir produtos testados em animais - especialmente cosméticos, uma vez que existem altemativas disponíveis. Os estudantes devem recusar-se a realizar experiências que não considerem éticas. Qualquer pessoa pode ler revistas acadêmicas para descobrir quais as experiências dolorosas que estão sendo realizadas e, depois, encontrar maneira de levar o público a tomar consciência do que está a acontecer.

Também é necessário transformar esta questão num tema político. Como já vimos, os legisladores recebem uma grande quantidade de cartas acerca das experiências com animais. Mas foram necessários vários anos de trabalho árduo para transformar a experimentação animal numa questão política. Felizmente, isto começa agora a acontecer em vários países. Na Europa e na Austrália, a experimentação com animais está sendo considerada seriamente pelos partidos políticos, especialmente por aqueles próximos do extremo Verde do espectro político. Em 1988, na eleição presidencial dos Estados Unidos, a plataforma do partido republicano afirmou que o processo de certificação de altemativas aos testes de drogas e cosméticos com animais deveria ser mais simples e rápido.

A exploração de animais em laboratórios faz parte do problema mais vasto do especismo e é pouco provável que seja eliminado totalmente antes do próprio especismo ser recusado. Certamente que um dia, os filhos dos nossos filhos, ao terem conhecimento do que se praticava nos laboratórios do século XX, sentirão tanto horror e incredulidade perante o que pessoas, tão civilizadas noutras áreas, puderam fazer como o que nós sentimos quando lemos acerca das atrocidades perpetradas nas arenas romanas ou no comércio de escravos do século XVIII.

Capitulo 3

Visita a uma unidade de criação intensiva...

ou o que sucedeu ao seu jantar quando ele era ainda um animal

Para a maior parte dos seres humanos, especialmente aqueles das modemas comunidades urbanas ou suburbanas, a forma mais direta de contato com os animais não humanos tem lugar à hora da refeição: comemo-los. Este fato simples constitui a chave das nossas atitudes para com os outros animais e também a chave para o que cada um de nós pode fazer para alterar essas atitudes. O uso e abuso dos animais criados para servir de comida excede em grande medida - tendo em conta a quantidade espantosa de animais envolvidos - qualquer outra forma de maus tratos. Só nos Estados Unidos, e em cada ano, são criados e abatidos mais de l00 milhões de vacas, porcos e ovelhas destinados ao consumo pelos humanos. Em relação às aves, o número atinge os 5 mil milhões. (Isto significa que cerca de oito mil aves - na sua maioria galinhas - terão sido abatidas durante o tempo que o leitor demora a percorrer esta página.) É aqui, à nossa mesa e no supermercado ou talho do nosso bairro, que entramos em contato direto com a exploração mais intensiva de outras espécies que jamais existiu.
Geralmente, ignoramos o abuso das criaturas vivas que subjaz a comida que consumimos. A compra de comida numa loja ou restaurante é o culminar de um longo processo, do qual tudo, com excepção do produto final, é delicadamente afastado da nossa vista. Compramos a nossa came em embalagens de plástico limpas. Quase não sangra. Não há razão para aucociar esta embalagem ao animal vivo, que respira, caminha e sofre. As próprias designações que lhe atribuímos escondem este fato: comemos bifes, por exemplo, e não bois.* O próprio termo "meat" é enganador. Originalmente, significava qualquer alimento sólido, não necessariamente a carne de animais. Este sentido ainda se adivinha em expressões como "nut meat"**, que parece implicar um substituto de "flesh meat" mas, na verdade, também pode ser designado legitimamente como "meat". Ao utilizarmos o termo mais geral - "meat"- evitamos o confronto com o fato de estarmos, realmente, a comer came.
Estes eufemismos verbais constituem apenas a camada superficial de uma ignorância muito mais profunda acerca da origem da nossa alimentação. Considerem-se as imagens evocadas pela palavra "quinta": uma casa, um celeiro, galinhas vigiadas por um galo, esgaravatando no terreiro; uma manada de vacas sendo recolhida dos campos, para a ordenha; e talvez uma porca a fossar no pomar enquanto uma ninhada de leitões corre excitadamente à sua volta, emitindo grunhidos agudos.

Muito poucas quintas foram alguma vez tão idílicas como esta imagem tradicional nos faria crer. No entanto, pensamos ainda numa quinta como um local agradável, muito distante da nossa própria vida urbana, industrial e visando o lucro. Das poucas pessoas que pensam nas vidas dos animais nas quintas, não são muitas as que conhecem os métodos modemos de criação de animais. Algumas pessoas perguntam-se se os animais serão abatidos de forma indolor, e qualquer pessoa que tenha já seguido uma camioneta de gado numa estrada saberá provavelmente que os animais são transportados em condições extremamente más; mas não muitas suspeitam de que o transporte e o abate são algo mais do que a conclusão breve e inevitável de uma vida de tranquilidade e satisfação, uma vida que contém os prazeres naturais da existência animal sem as adversidades que os animais selvagens têm de enfrentar na sua luta pela sobrevivência.

* Em inglês, a distinção é mais vincada (beef na verdade, significa toda a carne extraída de animal bovino), e é apontado outro exemplo: pork, que designa a carne do animal, em vez de pig (porco). Mais à frente, o esclarecimento relativo à palavra meat também faz sentido apenas na língua original. (N. da T.)

** Em português seria "miolo de fruto seco", tendo o termo "meat" o significado de "miolo". (N. da T.)

Estas pressuposições confortáveis não têm grande relação com a realidade da agricultura modema. Em primeiro lugar, a agricultura já não é controlada por gente simples do campo. Nos últimos cinquenta anos, as grandes empresas e os métodos de produção em série transformaram a agricultura num negócio agrário. O processo teve o seu início quando as empresas adquiriram o controle da produção de aves, outrora domínio da esposa do agricultor. Atualmente, há cinquenta grandes empresas que controlam virtualmente toda a produção de aves nos Estados Unidos. Na área da produção de ovos, na qual há cinquenta anos um grande produtor poderia possuir três mil galinhas poedeiras, é possível encontrar hoje em dia muitos produtores que têm mais de 500 mil galinhas e até - os maiores - mais de 10 milhões. Os pequenos produtores que subsistiram tiveram de adaptar os métodos dos gigantes, sob pena de serem retirados do negócio. Há empresas que nada tinham a ver com a agricultura e se viraram para esta atividade como forma de obter benefícios fiscais ou diversificar os lucros. A Empresa Greyhound* produz agora perus, e a carne de vaca consumida pelo leitor pode agora ser produzida pela John Hancock Mutual Life Insurance ou por uma dúzia de empresas petrolíferas que fizeram investimentos na área da pecuária, construindo zonas de alimentação que podem conter 100 mil ou mais cabeças de gado. [1]

As grandes empresas e aqueles que têm de concorrer com elas não têm preocupações ao nível do sentido da harmonia existente entre plantas, animais e natureza em geral. A agricultura é competitiva e os métodos adaptados são aqueles que reduzem os custos e aumentam a produção. De modo que agora a agricultura é "industrial" Os animais são tratados como máquinas que convertem ração de baixo custo em carne de preço elevado, sendo prontamente adaptada qualquer inovação que tenha como resultado uma "relação de conversão" com custos mais reduzidos. A maior parte deste capítulo é apenas uma descrição destes métodos e daquilo que estes implicam para os animais aos quais são aplicados. O objetivo é demonstrar que, com a aplicação destes métodos, os animais levam vidas terríveis desde o nascimento até ao abate. Uma vez mais, no entanto, não quero afirmar que as pessoas que fazem estas coisas aos animais são cruéis ou malvadas. Pelo contrário, as atitudes dos consumidores e dos produtores não são fundamentalmente diferentes. Os métodos de criação que vou descrever em seguida são meramente a aplicação lógica das atitudes e dos preconceitos debatidos noutras passagens deste livro. Uma vez colocados os animais fora da nossa esfera de consideração moral e vistos como coisas que utilizamos para satisfação dos nossos desejos, o resultado torna-se previsível.

Tal como no capítulo anterior, para fornecer uma descrição tão objetiva quanto possível, não baseei as descrições que se seguem na minha observação pessoal dos centros de produção e das condições aí existentes. Se assim o tivesse feito, poderia ser acusado de escrever um relato seletivo e parcial, baseado numas quantas visitas a centros de produção invulgarmente maus. Ao invés, a descrição é retirada sobretudo de fontes das quais se espera a visão mais favorável da indústria pecuária: as revistas e jornais da especialidade.

* Empresa norte-americana de transporte de passageiros. (N. da T.)

Naturalmente, os artigos que expõem abertamente o sofrimento dos animais não se encontram nas revistas agrícolas, em especial agora, que a delicadeza da questão foi apontada à indústria pecuária. As revistas não se interessam pelo problema do sofrimento animal em si. É frequentemente aconselhado aos agricultores que evitem as práticas que fariam sofrer os animais porque, nessas condições, os animais não aumentam tanto de peso; e os agricultores são exortados a manipular os animais de forma menos brutal quando os enviam para o matadouro porque uma carcaça com hematomas atinge um valor menos elevado; mas nunca é mencionada a idéia de que se deveria evitar a manutenção dos animais em condições desconfortáveis simplesmente por isso, em si, ser uma coisa má. Ruth Harrison, autora de *Animal Machines*, um *exposé* pioneiro dos métodos de criação intensiva utilizados na Grã-Bretanha, concluiu que "a crueldade só é reconhecida quando deixa de haver lucro."[2] Essa é, certamente, a atitude evidenciada nas páginas das revistas da especialidade, nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha.
Ainda assim, pode saber-se muita coisa a partir dessas revistas acerca da vida dos animais nas explorações pecuárias. É possível conhecer as atitudes de alguns dos agricultores para com os animais que se encontram sob o seu poder ilimitado e absoluto e tem-se também acesso aos novos métodos e técnicas que são adaptados e aos problemas que surgem devido à aplicação de tais técnicas. Desde que saibamos algo sobre os requisitos aplicáveis aos animais de criação, esta informação é suficiente para nos fornecer uma imagem geral da indústria pecuária dos nossos dias. Podemos tornar essa imagem mais clara se nos debruçarmos sobre alguns dos estudos científicos efetuados sobre o bem-estar dos animais, que, em resposta à pressão exercida pelo movimento de Libertação Animal, estão a surgir cada vez mais nas publicações agrícolas e veterinárias.

O primeiro animal a ser transferido das condições relativamente naturais vividas na quinta tradicional foi a galinha. Os seres humanos utilizam as galinhas de duas formas: consomem a sua came e os seus ovos. Existem agora técnicas normalizadas de produção em massa para obtenção destes dois produtos.
Os promotores do negócio pecuário consideram que o aumento da indústria das aves foi um dos grandes sucessos da história da agricultura. No final da Segunda Guerra Mundial era ainda raro ver-se galinha sobre a mesa. Esta provinha sobretudo de pequenos agricultores independentes ou consistia em galos desnecessários, produzidos por galinhas poedeiras. Atualmente, só nos Estados Unidos são abatidos todas as semanas 102 milhões de frangos - é esta a designação mais comum das aves assim produzidas -, após terem sido criados em instalações semelhantes a fábricas, altamente automatizadas, que pertencem a grandes empresas que controlam a produção. Oito destas empresas representam mais de 50 por cento dos 5,3 mil milhões de aves abatidas anualmente nos Estados Unidos.[3]

O passo fulcral na transformação das galinhas de aves de quinta em objetos manufaturados foi a sua circunscrição em espaços fechados. Um produtor de frangos obtém um carregamento, procedente dos locais de incubação, de 10 mil, 50 mil, ou mais pintos com um dia e coloca-os num edificio comprido e sem janelas - geralmente sobre o pavimento, embora alguns produtores utilizem camadas de gaiolas para poder ter um maior número de aves num edifício de dimensões idênticas. No interior do edifício, todos os aspectos do ambiente em que se encontram as aves são controlados, de forma a fazê-las crescer mais rapidamente com menos alimento. A comida e a água são distribuídas automaticamente, a partir de alimentadores suspensos do teto. A iluminação é ajustada consoante os conselhos dados pelos investigadores agrícolas: por exemplo, pode ser muito intensa durante vinte e quatro horas por dia na primeira e na segunda semanas, para incentivar o aumento rápido de peso; depois, a luz pode ser ligeiramente reduzida e ligada e desligada por períodos de duas horas, na convicção de que as galinhas estão mais dispostas a comer depois de um período de sono; e, finalmente, chega uma altura, por volta das seis semanas de idade, em que as aves já cresceram tanto que o espaço se toma exíguo e, por isso, a luz é mantida sempre fraca. A razão para esta diminuição da intensidade luminosa é reduzir a agressividade provocada pela ocupação excessiva do espaço.

Os frangos são mortos quando têm sete semanas (a duração natural da vida de uma galinha é de cerca de sete anos). No final deste breve período, as aves pesam entre dois e dois quilos e meio - no entanto, podem ainda ter apenas um espaço disponível de menos de 450 centímetros quadrados por ave (menos do que a área de uma folha de papel A4). Nestas condições, quando existe iluminação normal, a tensão provocada -,ela falta de espaço e a ausência de escapes naturais para a energia das aves conduz à eclosão de lutas em que as aves tiram penas umas às outras e, por vezes, matam-se e comem-se umas às outras. Descobriu-se que a luz reduzida diminui a incidência deste tipo de comportamento e, portanto, os animais estão condenados a viver as suas últimas semanas em semi-obscuridade.

Extracção de penas e canibalismo, na linguagem do produtor de frangos constituem "vícios". No entanto, não se trata de vícios naturais: são resultado da tensão e da exiguidade de espaço a que os produtores modemos submetem as suas aves. As galinhas são animais muito sociáveis e, no pátio da quinta, desenvolvem uma hierarquia, por vezes chamada "ordem de bicos". Cada ave sujeita-se, na gamela ou noutro local, àquelas que se encontram numa posição mais elevada da ordem de bicos, tendo prioridade sobre os que se encontram mais abaixo na hierarquia. Podem existir alguns confrontos até a ordem ser estabelecida mas, na maior parte das vezes, uma demonstração de força é suficiente, dispensando-se o verdadeiro contato físico. Como escreveu Konrad Lorenz, um famoso observador do comportamento animal, na época em que ainda eram pequenos os grupos de aves:

Os animais conhecer-se-ão, então, uns ao outros? Claro que sim (…) Todo o agricultor que tem aves o sabe (...)   existe uma ordem muito definida, e cada animal teme os que lhe são hierarquicamente superiores. Após algumas disputas, que não chegam necessariamente à violência, cada ave sabe qual das outras tem de temer e quais têm de lhe mostrar respeito. Não apenas a força física, mas também a coragem pessoal, a energia e até a autoconfiança de cada ave são decisivas para a manutenção da ordem de bicos.[4]

Outros estudos há que demonstraram que um grupo de até noventa galinhas pode manter uma ordem social estável, sendo que cada ave sabe qual o lugar que ocupa; mas 80 mil aves, apinhadas num único edifício, é, obviamente, uma situação totalmente diferente. As aves não conseguem estabelecer uma ordem social e, como resultado, lutam frequentemente umas com as outras. Para além da incapacidade de uma única ave reconhecer tantas outras, o simples fato de se encontrarem amontoadas num espaço exíguo contribui, provavelmente, para a irritabilidade e a excitação das galinhas, tal como acontece com os seres humanos e os outros animais. Isto é algo que os agricultores sabiam desde há muito:

A extracção de penas e o canibalismo tornam-se facilmente vícios graves entre as aves que são mantidas em condições extremas. Implicam produtividade reduzida e perda de lucros. As aves aborrecem-se e bicam uma qualquer parte proeminente da plumagem de outra ave (...) Ao passo que a ociosidade e o tédio constituem fatores que predispõem aos vícios, o alojamento em instalações exíguas e abafadas constituem fatores que contribuem para estes comportamentos.[5]

Os agricultores devem pôr fim aos "vícios", uma vez que estes custam dinheiro; mas, embora eles saibam que a ocupação excessiva do espaço é a causa que subjaz a estes, não podem fazer nada quanto a ela, uma vez que, atendendo ao estado de concorrência existente nesta indústria, a eliminação desta ocupação excessiva poderia significar a eliminação simultânea da margem de lucro. Os custos de construção, do equipamento de alimentação automática, do combustível utilizado no aquecimento e ventilação do edifício e do trabalho permaneceriam inalterados, mas implicariam a existência de menos aves para venda por edifício e o rendimento seria reduzido. Assim, os agricultores dirigem os seus esforços no sentido de reduzir as consequências da tensão, que lhes custa dinheiro. As condições artificiais em que os animais são mantidos provoca o aparecimento de vícios mas, para os controlar, o agricultor tem de tomar essas condições ainda mais artificiais. A fraca iluminação é uma das formas de o fazer. Há uma medida ainda mais drástica, cada vez mais utilizada na indústria, que consiste em "desbicar" as aves. Introduzida pela primeira vez em San Diego, nos anos 40, o corte do bico costumava ser feito com recurso a um maçarico. O agricultor queimava a parte superior dos bicos das galinhas, de forma que estas deixavam de conseguir bicar-se mutuamente. Esta técnica rude foi rapidamente substituída pela aplicação de um ferro de soldar adaptado à função, e, hoje em dia, preferem-se os instrumentos especialmente concebidos para o efeito, com forma de guilhotina, equipados com lâminas quentes. Introduz-se o bico do pinto no instrumento e a lâmina quente corta-lhe a extremidade. A operação efetua-se com muita rapidez - faz-se em cerca de quinze aves por minuto. Esta velocidade significa que a temperatura e a capacidade de corte da lâmina podem variar, resultando em cortes descuidados e ferimentos graves:

Uma lâmina excessivamente quente produz feridas na boca. Uma lâmina fria ou romba pode ter como consequência o desenvolvimento de uma excrescência camuda e com forma de bolbo na extremidade da mandíbula. Estas excrescências são muito sensíveis.[6]

Joseph Mauldin, um cientista especialista em avicultura que trabalha na extensão da Universidade da Geórgia, fez o relato das suas observações de campo numa conferência sobre saúde avícola:

Existem muitos casos de narinas queimadas e mutilações graves, devidas a operações incorretas, que sem dúvida influenciam o comportamento alimentar e os fatores de produção, provocando dor crônica e intensa. Avaliei a qualidade do corte de bicos para explorações pecuárias privadas e a maior parte satisfaz-se ao conseguir que 70% das ocorrências se insiram nas categorias de corte correto (...) As frangas de substituição vêem os seus bicos cortados por equipas que são remuneradas em função da quantidade de trabalho, e não da sua qualidade.[7]

Mesmo quando a operação é efetuada corretamente, seria errado julgá-la indolor, como se se tratasse de cortar unhas. Como referiu há alguns anos um comitê especializado do govemo britânico, que trabalhou sob a direcção de um zoólogo, o Professor F. W. Rogers Brambell:

Entre a parte rígida e o osso existe uma camada fina de tecido mole altamente sensível, semelhante ao "sabugo" da unha humana. A faca quente utilizada no corte dos bicos rasga através deste complexo de parte rígida, osso e tecido sensível, provocando dor intensa.[8]

Além disso, o dano provocado à ave pelo corte do bico é duradouro: as galinhas assim mutiladas comem menos e perdem peso durante várias semanas.[9] A explicação mais provável para este fato é que o bico ferido continue a provocar dor. J. Breward e M. J. Gentle, investigadores do Poultry Research Centre do British Agricultural and Food Research Council, investigaram o que restara dos bicos das galinhas "desbicadas" e descobriram que os nervos danificados cresciam de novo, voltando-se para si mesmos e formando uma massa de fibras nervosas emaranhadas chamada neuroma. Demonstrou-se que estes neuromas provocavam dor intensa e crônica nos seres humanos aos quais tinham sido amputadas partes do corpo. Breward e Gentle concluíram que este deveria ser provavelmente também o caso dos neuromas formados após o corte dos bicos.[10] Posteriormente, Gentle afirmou, exprimindo-se com a prudência que se esperaria num cientista de aves que escreve numa publicação científica:

Como conclusão, é justo dizer que não sabemos quanto incomodo e quanta dor as aves experimentam após o corte do bico mas, numa sociedade conscienciosa, deveria ser-lhes dado o beneficio da dúvida. Para se evitar a ocorrência de canibalismo e extracção de penas é essencial uma criação cuidada; nos casos em que não é possível controlar a intensidade luminosa, a única altemativa que se coloca é tentar criar aves que não revelem estas características negativas.[11]

Existe ainda outra solução possível. O corte dos bicos, que é um procedimento de rotina efetuado pela maioria dos produtores tendo em conta a possível ocorrência de canibalismo, reduz de uma forma drástica os danos que uma galinha pode causar a outras galinhas. Mas é óbvio que não contribui em nada para reduzir a tensão e a sobre-ocupação do espaço, que constituem as causas primeiras de tal canibalismo não natural. Os criadores antiquados, que possuem um reduzido número de aves num espaço grande, não tem necessidade de cortar os bicos das suas galinhas.
Outrora, as galinhas eram indivíduos: uma galinha que importunasse as outras (e isto podia acontecer, embora não constituísse regra geral) era retirada da sua companhia. De modo semelhante, as aves que adoeciam ou se feriam podiam ser tratadas ou, se necessário, rapidamente abatidas. Agora, uma pessoa toma conta de dezenas de milhar de aves. Um ministro da agricultura norte-americano escreveu entusiasticamente sobre o fato de uma única pessoa poder tratar de 60 mil a 75 mil frangos.[12] A publicação *Poultry World* publicou recentemente uma importante reportagem sobre o aviário de David Dereham, que toma conta, sozinho, de 88 mil frangos, todos sob o mesmo teto, e cultiva ainda 60 acres de terra! "Tratar de" já não significa o que significava outrora: se um criador de aves passasse mais de um segundo por dia a inspeccionar cada ave, seriam necessárias mais de vinte e quatro horas por dia, apenas para proceder à inspecção dos 88 mil frangos, quanto mais para realizar as outras tarefas e fazer uns quantos serviços agrícolas (...) E há ainda que considerar a luz reduzida, que toma mais difícil a tarefa de inspecção. Efetivamente, tudo o que o modemo criador de aves faz é retirar aves mortas do aviário. É menos dispendioso perder umas quantas aves desta forma do que pagar o trabalho suplementar que seria necessário para vigiar a saúde de cada uma das aves.
Por forma a permitir o controle completo da iluminação e o controle parcial da temperatura (geralmente há aquecimento, mas raramente existe um sistema de resfriamento), os aviários têm paredes sólidas, sem janelas, recorrendo-se à ventilação artificial. As aves nunca vêem a luz do dia, até ao dia em que são retiradas do aviário para serem mortas; nem nunca respiram ar que não esteja carregado do odor de amoníaco proveniente dos seus excrementos. A ventilação é a adequada para manter as aves vivas em determinadas circunstâncias; no entanto, na eventualidade de uma falha mecânica depressa sufocarão. Mesmo uma ocorrência tão comum como uma falha de eletricidade seria desastrosa, uma vez que nem todos os aviários têm geradores próprios de emergência.

Entre as diversas formas possíveis de sufocação das aves num aviário encontra-se o fenómeno designado como "amontoamento". As galinhas que se encontram em aviários tornam-se criaturas nervosas e agitadas. Não habituadas à luz intensa, ao ruído forte e a outras perturbações, podem entrar em pânico devido a uma qualquer alteração súbita e fugir para um canto do aviário. Na sua corrida aterrorizada em direcção à segurança, amontoam-se umas sobre as outras, de forma que, como um avicultor descreveu, "sufocam-se umas às outras, num monte deplorável de corpos, num canto da zona de criação."[14]
Mesmo que as aves escapem a estes perigos, podem sucumbir a alguma das várias doenças que existem frequentemente nos aviários. Há uma nova causa de morte, ainda misteriosa, conhecida simplesmente como "síndrome de morte aguda", ou ADS. Aparentemente fruto das condições artificiais criadas pela indústria avícola, a ADS mata, aproximadamente, uma média de 2 por cento dos frangos de aviário no Canadá e na Austrália, e supõe-se que os números devam ser semelhantes nos locais onde se aplicam estes mesmos métodos.[15] A doença foi descrita da seguinte forma:

As galinhas sofrem um ataque anterior à morte que se caracteriza por perda de equilíbrio, bater violento das asas e fortes contracções musculares (...) Observou-se que as aves caem para trás ou para a frente durante a perda de equilíbrio inicial e podem mesmo virar-se sobre as costas ou o estemo enquanto batem as asas violentamente.[16]

Nenhum dos estudos realizados oferece uma explicação clara da razão por que estas aves, aparentemente saudáveis, morrem subitamente, mas um especialista em aves do Ministério da Agricultura britânico relacionou este fenômeno com o próprio objetivo visado pela indústria avícola - o crescimento rápido:

Os índices de mortalidade verificados nos aviários têm aumentado, o que toma razoável perguntar se isto não estará indiretamente relacionado com os consideráveis progressos genéticos e nutricionais que têm sido feitos. Por outras palavras, podemos estar a querer que os frangos cresçam demasiado depressa - multiplicando 50 a 60 vezes o seu peso em 7 semanas (...) Os "flip-overs", ou seja, a morte súbita de jovens frangos em crescimento (geralmente machos), podem também estar relacionados com este crescimento por "superalimentação".[17]

O crescimento rápido também provoca atrofiamentos e deformações que obrigam os produtores a abater mais 1 a 2 por cento dos frangos de aviário - e, uma vez que apenas são seleccionados os casos mais graves, é quase certo que o número de aves deformadas é muito superior.[18] Os autores de um estudo sobre uma forma particular de deformação concluíram: "Consideramos que as aves podem ter sido criadas de forma a crescer tão depressa que agora se encontrem à beira de um colapso estrutural."[19]

A atmosfera em que as aves têm de viver constitui, só por si, um risco para a saúde. Durante as sete ou oito semanas em que as aves estão nos aviários, não é feito qualquer esforço no sentido de mudar o feno empregado como cama ou retirar os excrementos acumulados. Embora exista ventilação mecânica, o ar fica carregado com o cheiro do amoníaco, o pó e os microorganismos. Existem estudos que demonstram que, como seria de esperar, o pó, o amoníaco e as bactérias têm efeitos nocivos sobre os pulmões das aves.[20] O departamento de saúde pública da Universidade de Melboume, na Austrália, realizou um estudo sobre os perigos sanitários representados por este ambiente para os criadores de frangos. Concluiu-se que 70 por cento dos avicultores se queixavam de congestionamento ocular, quase 30 por cento afirmavam tossir frequentemente, e cerca de 15 por cento sofriam de asma ou bronquite crônica. Como resultado, os investigadores advertiam os avicultores para que estes passassem o menor tempo possível dentro dos aviários e colocassem máscaras quando ali entrassem. O estudo, porém, não faz qualquer referência à necessidade de máscaras para as galinhas. [21]

Quando as aves são obrigadas a ficar de pé e a sentar-se sobre uma cama suja, em decomposição e carregada de amoníaco, desenvolvem também ulceras nas patas, feridas nos peitos e queimaduras nos jarretes. Os pedaços de frango vendidos separadamente são, frequentemente, as partes que se aproveitam de aves feridas cujos corpos não podem ser vendidos inteiros. As feridas nas patas, no entanto, não constituem problema para a indústria, uma vez que, de qualquer forma, as patas são cortadas após o abate.

Se a vida no interior de edificios compridos, demasiado cheios, impregnados de amoníaco, poeirentos e sem janelas provoca muita tensão, a primeira e única experiência que as aves têm da luz do sol não provocará menos. Escancaram-se as portas e as aves, então já acostumadas à semi-obscuridade, são agarradas pelas pemas, trazidas para o exterior de cabeça para baixo e sumariamente empurradas para gaiolas que são empilhadas; numa camioneta de carga. De seguida, são conduzidas; às instalações de "processamento", onde serão mortas, limpas e transformadas em bonitas embalagens de plástico. Uma vez chegadas às instalações, são retiradas da camioneta e empilhadas, ainda nas gaiolas, à espera da sua vez. Podem ter de esperar várias horas, não lhes sendo dada comida ou água. Finalmente, são retiradas das gaiolas e penduradas de cabeça para baixo na correia transportadora que as conduzirá à faca que porá fim à sua triste existência.

Os corpos sem penas e arranjados dos frangos serão depois vendidos a milhões de famílias que lhes roerão os ossos sem parar um instante para pensar que estão a comer um corpo morto de uma criatura que já teve vida, ou interrogar-se sobre o que foi feito àquela criatura para lhes ser possível comprá-la e comer-lhe o corpo. E se pararem para se perguntar, onde encontrarão a resposta? Se obtiverem essa informação do grande industrial avícola, Frank Perdue - o quarto maior produtor de aves dos Estados Unidos, mas, decididamente, o primeiro na auto-divulgação -, ser-lhes-á dito que as galinhas da sua "quinta" são mimadas e Ievam uma existência agradável".[22] Como é que as pessoas comuns podem descobrir que Perdue tem as suas galinhas em edificios de 137 metros de comprimento que albergam 27 mil aves? Como poderão eles saber que só o sistema de produção em série de Perdue mata 6,8 milhões de aves por semana e que, como tantos outros produtores avicolas, ele corta os bicos das suas galinhas para evitar que elas se tomem canibais devido à tensão provocada pela vida nos aviários modemos?[23]

A publicidade feita por Perdue promove um mito comum: o rendimento do criador e a boa vida das aves podem ir de par. Os defensores da criação em série dizem frequentemente que, se as aves ou os animais não estivessem satisfeitos, não vingariam e, portanto, esta não seria uma atividade lucrativa. A indústria avícola fomece uma refutação clara a este argumento ingênuo. Um estudo publicado na Poultry Science, mostrou que atribuir a cada galinha um espaço de 372 centímetros quadrados (menos 20 por cento do que é correntemente atribuído) poderia ser lucrativo, mesmo que um espaço tão reduzido signifique que 6,4 por cento das aves morreriain (mais do que com densidades inferiores), que as aves não atingiriam o peso normal e que se registe grande incidência de feridas nos peitos. Como ressaltam os autores, a chave para o lucro na indústria das aves não reside no lucro por ave, mas no lucro da unidade industrial como um todo:

Os lucros médios por ave começaram a diminuir à medida que aumentou a densidade de ocupação. No entanto, quando os lucros eram calculados com base nos lucros por unidade de área, verificava-se o inverso: os lucros aumentavam à medida que a densidade de ocupação aumentava. Embora tivessem sido testadas densidades de ocupação extremamente elevadas, não foi alcançado o ponto em que os lucros começariam a diminuir, e isto apesar da redução verificada na taxa de crescimento. [24]

O leitor que, após ler esta secção, esteja tentado a considerar comprar peru em vez de frango deve ser advertido de que este tradicional prato familiar do almoço de Natal é agora criado seguindo os mesmos métodos que se aplicam aos frangos, e mesmo o corte de bico constitui já regra geral entre os perus. Segundo o Turkey World, verificou-se, ao longo dos últimos anos, uma "explosão na produção de peru" que se espera prossiga nos próximos. A indústria do peru, que movimenta 2 mil milhões de dólares, criou 207 milhões de perus em 1985, sendo que vinte grandes empresas fomeceram mais de 80 por cento do total. Os perus passam entre treze e vinte e quatro semanas em condições extremas, mais do dobro do tempo passado pelos seus familiares mais pequenos, antes de verem chegar o seu fim. [25]

"Uma galinha," escreveu em tempos Samuel Butler, "é apenas uma maneira de um ovo fazer outro ovo." Sem dúvida que Butler quis ser engraçado; mas quando Fred C. Haley, presidente de uma empresa avíco-
Ia do estado do Geórgia que controla as vidas de 225 mil galinhas poedeiras, descreve uma galinha como "uma máquina produtora de ovos", as suas palavras têm consequências mais graves. Para sublinhar a sua atitude virada para o negócio, Haley acrescenta: "O objetivo de produzir ovos é fazer dinheiro. Quando esquecemos este objetivo, esquecemo-nos de tudo o que é importante para esta indústria." [26]

E esta não é uma atitude apenas norte-americana. Uma revista britártica da especialidade disse aos seus leitores:
A poedeira modema é, afinal, apenas uma máquina transformadora muito eficiente, convertendo a matéria-prima rações - no produto final - o ovo - menos, claro, os requisitos de manutenção. [27]

A idéia de que a poedeira é uma forma eficiente de transformar ração em ovos é frequente nas publicações sobre estes assuntos, em especial nos anúncios. Como se poderia prever, as suas consequências para as galinhas poedeiras não são boas.

As galinhas poedeiras passam por muitos dos procedimentos aplicados aos frangos, mas existem algumas diferenças. Tal como os frangos, as galinhas têm de ser "desbicadas", para evitar o canibalismo que, de outra forma, poderia surgir devido à grande densidade de ocupação dos aviários; mas, uma vez que elas vivem muito mais tempo do que os frangos, as galinhas têm, muitas vezes, de sofrer esta operação duas vezes. Assim, vemos que Dick Wells, presidente do National Institute of Poultry Husbandry britânico, recomenda que o corte do bico se efetue "algures entre Os 5 e os lo dias de vida" porque, nesta altura, os pintos não sentirão tanta tensão como sentiriam se a operação fosse feita mais cedo e, além do mais, esta "é uma boa maneira de reduzir o risco de mortalidade precoce." [28] Quando as galinhas são transféridas do local de crescimento para as instalações de postura, entre as doze e as dezoito semanas de idade, faz-se-lhes frequentemente, de novo, o corte do bico. [29]

O sofrimento das galinhas poedeiras começa cedo. Os pintos recém-chocados são divididos em machos e fêmeas por um "seleccionador de pintos" Uma vez que os machos não têm valor comercial, são deitados fora. Algumas companhias gaseiam as pequenas aves, mas, a maior parte das vezes, são mandados vivos para dentro de um saco de plástico, ficando a sufocar sob o peso dos outros pintos empilhados sobre eles. Outros são moídos, ainda vivos, para servirem de comida às suas irmãs. Pelo menos 160 milhões de aves são anualmente gaseadas, sufocadas ou mortas desta forma, só nos Estados Unidos.[30] É impossível saber quantas têm cada destino específico, uma vez que não existem registos: os criadores consideram a eliminação dos pintos como nós consideramos a eliminação dos nossos detritos.

A vida das galinhas poedeiras é mais longa, mas isto não constitui um beneficio. As frangas (como são designadas as aves que ainda não estão aptas a pôr ovos) costumavam ser criadas em campo aberto, na convicção de que isto as tomava galinhas de postura mais fortes, mais capazes de suportar a vida nas capoeiras. Agora já foram transféridas para espaços fechados e, em muitos casos, são colocadas em gaiolas quase desde o nascimento, uma vez que é possível albergar mais aves em cada edificio se estas se encontrarem em camadas de gaiolas e, portanto, o espaço sobre as cabeças das galinhas é correspondentemente inferior. No entanto, uma vez que as aves crescem rapidamente, têm de ser transferidas para gaiolas maiores; isto constitui uma desvantagem porque "a mortalidade pode ser ligeiramente superior (...)   Quando se transfere aves, é inevitável que haja pemas partidas e cabeças feridas." [31]

Seja qual for o método de criação utilizado, todos os grandes produtores de ovos têm as suas galinhas poedeiras em gaiolas. (Estas são muitas vezes designadas em inglês como "batteries" ou "battery cages", não por haver algum componente elétrico envolvido, mas devido ao significado original de "battery" enquanto "conjunto de unidades de equipamento semelhantes ou relacionadas entre si")* Quando se começaram a utilizar as gaiolas, havia apenas uma ave por compartimento, sendo que com esta divisão o criador saberia quais as aves que não estavam a pôr um número suficiente de ovos para compensar a despesa com o alimento. Essas aves eram mortas. Depois descobriu-se que se podiam albergar mais aves e reduzir os custos por cabeça se se colocassem duas galinhas na mesma gaiola. Este foi apenas o primeiro passo. Agora já nem se pensa em fazer um registo da postura de cada ave. Utilizam-se gaiolas porque assim é possível albergar, aquecer e alimentar um grande número de aves num só edifício, podendo ser dada uma maior utilização ao equipamento automático que dispensa o trabalho humano. A exigência econômica relativamente à manutenção dos custos com o trabalho num mínimo absoluto implica que as galinhas poedeiras não tenham mais atenção do que os frangos de aviário. Alan Hainsworth, dono de uma empresa avícola no estado de Nova Iorque, disse a um jomalista local que necessitava apenas de quatro horas diárias para tratar das suas 36 mil galinhas poedeiras, ao passo que a mulher se ocupava das 20 mil frangas: "Toma-lhe cerca de 15 minutos por dia. Tudo o que ela tem a fazer é verificar os alimentadores automáticos, os recipientes da água e a ocorrência de mortes durante a noite."
Todavia, este tipo de cuidado não faz um grupo de galinhas felizes, como mostra a descrição do jomalista:

Entra-se nas instalações onde estão as frangas e a reação é imediata - completo pandemónio. Os pios são agudos e intensos enquanto umas 20 mil aves debandam para o canto mais afastado das duas gaiolas, aterrorizadas pelos intrusos humanos. [32]

A Egg City [Cidade dos Ovos] de Julius Goldman, a 75 quilômetros a noroeste de Los Angeles, foi uma das primeiras unidades de postura com números superiores a um milhão de ovos. já em 1970, quando a National Geographic Magazine fez uma peça entusiástica sobre aqueles que eram ainda métodos relativamente desconhecidos, consistia em dois milhões de galinhas distribuídas por edifícios com o comprimento de um quarteirão que continham go mil galinhas cada, o que dá cinco aves por gaiola de 40 por 43 centímetros. Ben Shames, o vice-presidente executivo da Cidade dos Ovos, explicou ao jomalista os métodos utilizados para tratar de tantas aves:

Mantemos registos da ração consumida e dos ovos postos em duas filas de gaiolas entre as tio filas que existem em cada edifício. Quando a produção alcança o ponto não lucrativo, as go mil aves são vendidas a processadores que as transformam em empadas ou sopa. Não compensa ter um registo de todas as filas, e muito menos das galinhas uma a uma; com 2 milhões de aves nas mãos, tem de se confiar em amostras estatísticas. [33]

Na maior parte das instalações avícolas, as gaiolas são colocadas umas sobre as outras, existindo ao longo das filas gamelas estreitas para comida e água, que são enchidas automaticamente a partir de um depósito central. As gaiolas têm um pavimento inclinado de arame. A inclinação - geralmente com um declive de um em cinco - toma mais dificil as aves ,nanterem-se de pé, mas permite que os ovos rolem até à parte dianteira da gaiola, onde podem ser facilmente recolhidos à mão ou, nas instalações inais modemas, transportados pela correia de transporte até às instalações de embalagem.

O chão de arame tem também unia razão económica. Os excrementos passam através dele e vão-se empilhando durante muitos meses, até serem removidos numa única operação. (Alguns produtores retiram-nos mais frequentemente; outros não.) Infelizmente, as unhas das galinhas não estão adaptadas à vida sobre o arame, sendo comuns os relatórios que referem ferimentos nas patas das aves sempre que alguém se dá ao trabalho de proceder a uma inspecção. Sem terreno sólido para se gastarem, as unhas das aves tomam-se muito longas e podem ficar permanentemente presas no arame. Um antigo presidente de uma organização avicola nacional evoca algumas recordações a este respeito numa revista especializada:

Descobrimos galinhas literalmente agarradas às gaiolas. Parece que os dedos das galinhas se tinham prendido na rede de arame e não se conseguiam soltar. Assim, com o tempo, a came dos dedos cresceu completamente à volta do arame. Felizmente para as aves, ficaram agarradas ,junto à parte dianteira das gaiolas, onde o alimento e a água lhes eram facilmente acessíveis. [34]

A seguir, vamos considerar a quantidade de espaço disponível para cada galinha, nas gaiolas. Na Grã-Bretanha, a Lei para a Protecção das Aves, aprovada em 1954, tem como finalidade a prevenção da crueldade para com as aves. A cláusula 8a da subsecção 1 desta lei tem a seguinte redação:

Se uma pessoa mantém ou confina uma qualquer ave numa gaiola ou outro receptáculo que não seja suficiente em altura, comprimento ou largura para permitir que a ave estenda as asas livremente, deverá ser considerada culpada de um delito que vai contra os termos da Lei, e ser sujeita a uma pena especial.

Embora qualquer confinamento em gaiola seja questionável, o princípio de que a gaiola deverá ser suficientemente grande para permitir às aves que estendam livremente as asas parece ser o requisito mínimo absoluto necessário à sua protecção relativamente ao grau intolerável de confinamento que frustra uma necessidade tão básica. Podemos, assim, supor que as gaiolas na Grã-Bretanha devem ser, pelo menos, suficientemente grandes para permitir aos animais esta liberdade mínima? Não. A subsecção supracitada inclui uma pequena mas significativa disposição sob a forma de adenda:

Estipula-se que esta subsecção não se aplica a aves de capoeira (…)

Esta disposição espantosa é testemunho da força relativa dos desejos que emanam do estômago relativamente àqueles que derivam da compaixão, num país que tem reputação de tratar bem os animais. Não existe nada na natureza daquelas aves a que chamamos "aves de capoeira"que as tome menos desejosas de estender as asas do que as outras. A única conclusão que podemos retirar daqui é que os membros do Parlamento britânico são contra a crueldade, exceto quando esta lhes traz o pequeno-almoço.

Existe um caso semelhante nos Estados Unidos. Nos termos da Lei relativa ao Bem-estar dos Animais, de 1970, e das suas alterações subsequentes, foram estabelecidas normas que determinam que as gaiolas destinadas a animais devem "fomecer espaço suficiente para permitir que cada animal realize ajustamentos normais em termos de postura e sociabilidade com a adequada liberdade de movimentos.' Esta lei aplica-se a jardins zoológicos, circos, lojas de animais e laboratórios, mas não a animais criados com o objetivo de servirem de alimento. [35]

Assim, de que modo as gaiolas das galinhas poedeiras se adequam aos requisitos mínimos estabelecidos em relação às aves em geral? Para responder a esta questão temos de saber que as asas do tipo mais comum de galinha têm uma envergadura média de cerca de setenta e cinco centímetros. O tamanho das gaiolas é variável mas, segundo a publicação Poultry Tribune,

> um tamanho típico é o de 30 por 50 centímetros, no qual são albergadas de uma a cinco poedeiras. O espaço disponível para cada ave varia entre 1548 e 310 centímetros quadrados, dependendo do número de aves por gaiola. Há tendência para juntar muitas galinhas, por forma a reduzir os custos em construção e equipamento por ave. [36]

Este tamanho é claramente insuficiente para apenas uma ave estender completamente as asas, quanto mais se estiverem cinco aves na mesma gaiola - e a última frase da citação aponta para quatro ou cinco aves, não uma ou duas, serem a regra.

Desde a publicação da primeira edição deste livro, as condições em que as galinhas se encontram na criação intensiva modema foram objeto de numerosos estudos realizados quer por comitês científicos quer por comitês govemamentais. Em 1981, o Agricultural Committee da Câmara dos Comuns britânica publicou um relatório sobre bem-estar animal no qual se afirmava: "vimos com os nossos próprios olhos aviários, tanto experimentais como comerciais, e não gostamos do que vimos." O comitê recomendava ao govemo britânico a eliminação gradual das gaiolas de aviários num prensejo de cinco anos. [37] Ainda mais revelador, contudo, foi o estudo conduzido na Houghton Poultry Research Station, na Grã-Bretanha, sobre o espaço necessário às galinhas na realização das suas várias atividades. Este estudo concluiu que uma galinha-tipo, em descanso, ocupa uma área de 637 centímetros quadrados, mas, se se pretender que a ave se mova com facilidade, precisará de um espaço de 1681 centímetros quadrados, se estiver só numa gaiola. Uma gaiola com cinco aves, afirma o estudo, deverá permitir que todos os animais possam estar na sua parte dianteira e, portanto, não poderá ter menos de 106,5 centímetros de comprimento e 41 de profundidade, dando a cada ave um espaço de 873 centímetros quadrados. [38] o espaço concedido no artigo citado do Poultry Tribune converte-se em apenas 30O centrímetros quadrados quando se colocam cinco aves nas gaiolas normais de 30 por 50. Com apenas quatro aves por gaiola, cada uma tem 375 centímetros quadrados.

Embora o govemo britânico não tenha tomado medidas relativamente à recomendação de eliminação gradual das gaiolas de aviários, é possível considerar algumas mudanças. Em 1981, a Suíça iniciou a eliminação das gaiolas de aviários, a efetuar no prensejo de lo anos. Em 1987, as aves que se encontravam em gaiolas tinham de ter um espaço mínimo de 50O centímetros quadrados e, no primeiro dia de 1992, as gaiolas tradicionais tomaram-se ilegais e todas as galinhas poedeiras passaram a ter acesso a caixas de postura protegidas e equipadas com pavimento macio. [39] Na Holanda, as gaiolas de aviário convencionais tomaram-se ilegais em 1994 e as galinhas passaram a ter como espaço mínimo obrigatório i00o centímetros quadrados, assim como acesso a áreas de postura e esgaravatação. Ainda de maior alcance é a lei sueca, aprovada em julho de 1988, que exige a abolição de gaiolas para galinhas nos io anos subsequentes e estipula que vacas, porcos e animais criados com o objetivo de lhes ser extraída a pele sejam mantidos "nun-i ambiente tão natural quanto possível".[40]

O resto da Europa debate ainda o futuro das gaiolas de aviário. Em 1986. os ministros da agricultura dos países-membros da União Europeia estabeleceram um espaço mínimo para galinhas poedeiras de 450 centímetros quadrados. Posteriormente, decidiu-se que este valor mínimo não se tomaria requisito legal até 1995. A Dra. Mandy Hill, vice~diretora da quinta experimental de Gleadthorpe, do Ministério da Agricultura británICO. calculou que 6,5 milhões de aves teriam de ser realojadas, indicando que todas elas têm, atualmente, menos do que este valor mínimo ridículamente baiXO. [41] Mas, uma vez que o número total de galinhas poedeiras e. na Grã-Bretanha, cerca de 50 milhões, e aproximadamente 90 por cento destas encontram-se em gaiolas, isto também mostra que o novo valor mínimo não fará mais do que fazer abranger pela lei as densidades de o,:upação muito elevadas que a maior parte dos produtores de ovos)á pratic,_ Apenas uma minoria, que comprime as suas aves ainda mais do que é regra nesta atividade, terá de proceder a alterações. Em 1987, o Parlamento Europeu recomendou a elin-iinação gradual das gaiolas de aviário na Uniã(, Europeia nos io anos seguintes . [42] Mas o Parlamento Europeu tem apenas poder consultivo e os europeus que anseiam por ver abolidas as gaiolas de aviário não podem ainda cantar vitória.

No entanto, os Estados Unidos estão muito aquém da Europa, mesmo no início da consideração do problema. O requisito mínimo aplicado na União Europeia é de 450 centímetros quadrados por galinha; nos Estados Unidos, a União de Produtores de Ovos recomendou um espaço de trezentos e dez centímetros quadrados como norma norte-americana. Mas o espaço de que dispõem as aves que se encontram nas unidades de criação intensiva é frequentemente inferior. Na unidade Hainsworth, em Mt. Morris, no estado de Nova lorque, encontraram-se quatro galinhas comprimidas numa gaiola de trinta por trinta centímetros - 225 centimetros quadrados por ave - e o relator acrescentou: "Algumas gaiolas passam a ter cinco aves quando Hainsworth tem mais aves do que espaço." [44] A verdade é que, sejam quais forem as recomendações oficiais ou semi-oficiais, nunca se sabe quantas galinhas estão nas gaiolas se não se for lá ver. Na Austrália, onde existe um "Código de Conduta" emitido pelo govemo que sugere que não deverá haver mais de quatro galinhas numa gaiola de quarenta e seis por quarenta e seis centímetros, uma visita-surpresa a uma unidade de criação do estado de Vitória, em 1988, revelou a existência de sete aves numa gaiola com estas dimensões, e cinco ou seis em muitas outras. No entanto, o Ministério de Agricultura do estado de Victoria recusou-se a processar o produtor . [45] Sete aves numa gaiola de quarenta e seis centímetros dispõem apenas de 30O centímetros quadrados. Com esta taxa de ocupação, uma única folha de papel A4 representa o espaço concedido a duas galinhas, ficando as aves praticamente uma em cima da outra.

Nas condições que são norma nas modemas unidades de produção de ovos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e em quase todas as nações desenvolvidas, com excepção da Suíça, dos Países Baixos e da Suécia, são frustrados todos os instintos naturais que as aves possuem. Não podem andar, esgaravatar o solo, tomar banhos de pó, construir locais de postura ou estender as asas. Não fazem parte de um grupo. Não podem afastar-se dos outros indivíduos, e as aves mais fracas não têm forma de escapar aos ataques de outras mais fortes, enlouquecidas pelas condições artificiais em que se encontram. O grau extraordinário de lotação resulta numa condição que os cientistas designam como "tensão", semelhante à tensão que os humanos sentem quando são sujeitos a condições de lotação excessiva de um espaço, encarceramento e frustração das atividades básicas. Vimos que, nos frangos, esta tensão provoca reacções agressivas como bicadas e canibalismo. Nas galinhas poedeiras, mantidas nestas condições durante períodos mais longos, um naturalista do Texas chamado Roy Bedichek observou outros sinais:

Observei atentamente as galinhas criadas desta forma e, quanto a mim, parecem ser infelizes (...)   As galinhas de aviário que observei parecem perder a cabeça por volta da altura em que normalmente deixariam de ser alimentadas pelas mães e iriam sozinhas pelo campo, caçando gafanhotos. Sim, na verdade, o aviário toma-se literalmente um manicômio de galinhas. [46]

O ruído é outro indicador de angústia. As galinhas que esgaravatam no campo são em geral silenciosas, emitindo apenas um cacarejo ocasional. As galinhas engaioladas tendem a ser muito ruidosas. Citei já o jomalista que visitou as instalações de Hainsworth e encontrou aí um "completo pandemónio." Eis a descrição que o mesmo jomalista faz das instalações das galinhas poedeiras:

As aves que se encontram nas instalações de postura são histéricas. A algazarra a que já assistíramos no local das frangas não nos preparou para isto. As aves gritam roucamente e cacarejam enquanto cambaleiam umas sobre as outras, tentando alcançar a gamela da comida automaticamente accíonada ou da água. É assim que as galinhas passam a sua curta vida de produção incessante. [47]

A impossibilidade de construírem um local de postura e de ali porem o seu ovo é outra fonte de angústia para as galinhas. Konrad Lorenz considerou o processo de postura como sendo a pior tortura a que se encontra exposta a galinha poedeira:

Para uma pessoa que saiba alguma coisa de animais, é verdadeiramente de partir o coração ver como uma galinha tenta vezes a fio rastejar para debaixo das suas companheiras de gaiola, procurando aí refúgio, em vão. Nestas circunstâncias, as galinhas tentarão, sem dúvida, reter os ovos tanto tempo quanto lhes for possível. A sua relutância instintiva em pôr os ovos no meio da multidão das suas companheiras de gaiola é certamente tão grande como aquela sentida por pessoas civilizadas em relação a defecar numa situação análoga. [48]

A opinião de Lorenz é apoiada por um estudo realizado, no qual as galinhas podiam ter acesso a um local de postura apenas após ultrapassarem com sucesso vários obstáculos de dificuldade crescente. A sua grande motivação para porem os ovos num local apropriado foi revelada pelo fato de elas fazerem tanto esforço para alcançar o ninho quanto o que faziam para conseguir alimento, depois de este não lhes ser dado durante vinte horas. [49] Talvez uma razão para as galinhas terem desenvolvido o instinto de pôr os ovos em privado seja o fato de o ânus ficar vermelho e húmido quando o ovo é posto e, se isso for visível às outras aves, elas poderem bicar esta zona. Se as bicadas fizerem sangue, seguir-se-ão outras, que poderão levar ao canibalismo.

As galinhas fomecem ainda outro tipo de prova de que nunca perdem o seu instinto de busca de um ninho. Alguns dos meus amigos adoptaram várias galinhas que se encontravam no final do seu período comercial de postura e se destinavam ao matadouro. Quando estas aves foram libertadas num quintal e lhes foi dada palha, trataram imediatamente de construir ninhos - mesmo depois de mais de um ano passado numa gaiola despida, de metal. Na Suíça, no final de iggi, a lei passa a exigir que as galinhas poedeiras tenham caixas de postura protegidas, escurecidas e equipadas com pavimento macio ou com cama. Os cientistas suiços investigaram mesmo o tipo de cama que as galinhas preferiam e concluíram que tanto as galinhas em gaiola como as galinhas que tinham sido criadas sobre uma cama preferiam cascas de aveia ou palha de trigo; mal descobriam que tinham outra opção, nenhuma punha os ovos em pavimentos de arame ou mesmo em relva sintética. Significativamente, o estudo concluiu que, enquanto quase todas as galinhas criadas com cama deixavam os ninhos quarenta e cinco minutos após terem tido acesso a eles, as galinhas de gaiolas pareciam tão encantadas com o conforto recém-descoberto que no final deste período de tempo 87 por cento delas ainda se encontravam ali! [50]

Esta história repete-se em relação a outros instintos básicos subvertidos pelo sistema de gaiolas. Dois cientistas observaram galinhas que tinham sido mantidas em gaiolas durante os primeiros seis meses das suas vidas e concluíram que, nos primeiros dez minutos de liberdade, metade das galinhas tinha já batido as asas, uma atividade que praticamente não é possível nas gaiolas.51 O mesmo se aplica aos banhos de pó - outra importante atividade instintiva que se provou ser necessária à manutenção da qualidade da penugem.52 Uma galinha de quinta descobrirá um local com bom solo e escavará aí um buraco, colocando-se depois dentro dele e arrastando terra para a penugem, que removerá em seguida, abanando-se vigorosamente. A necessidade de fazer isto é instintiva, encontrando-se mesmo nas aves engaioladas. Um estudo concluiu que as aves mantidas sobre pavimentos de arame registavam, "uma maior desnudação do abdómen" e sugeriu que "a falta de material adequado ao banho de pó pode constituir uma importante razão para isto acontecer, pois é sabido que as galinhas realizam os gestos de se banharem no pó diretamente sobre o pavimento de arame" 13 Na verdade, um outro investigador descobriu que as galinhas mantidas sobre arame adoptam realmente o comportamento correspondente ao banho de pó - sem pó para colocar entre as penas - mais frequentemente do que as aves que se encontram sobre areia, embora o façam durante períodos mais curtos de tempo.5' O impulso para tomar banhos de pó é tão forte que as galinhas tentam frequentemente fazê-lo, apesar dos pavimentos de arame, e, quando o fazem, provocam a queda das penas do abdômen. Uma vez mais, se forem libertadas das gaiolas, estas aves recomeçam as atividades de banho de pó com grande prazer. É maravilhoso ver como uma galinha deprimida, tímida e quase sem penas pode, num período de tempo relativamente curto, recuperar tanto as penas como a sua dignidade natural quando colocada num ambiente adequado.

Para compreender a frustração constante e aguda das vidas das galinhas nas modemas unidades de criação intensiva, o melhor é observar uma gaiola cheia de galinhas durante algum tempo. Parecem incapazes de ficar de pé ou empoleirar-se confortavelmente. Mesmo que duas ou três aves pareçam satisfeitas com as suas posições, basta as outras moverem-se para elas precisarem também de se movimentar. É como ver três pessoas a tentar passar uma noite confortável numa cama de solteiro - mas as galinhas estão condenadas a travar esta luta infrutífera durante um ano inteiro e não apenas durante uma única noite. Uma irritação adicional prende-se com o fato de as aves, após alguns meses passados nas gaiolas, começarem a perder as suas penas, em parte devido a roçarem-se no arame e em parte porque as outras aves as bicam. O resultado é a sua pele começar a roçar no arame, sendo comum ver aves que já estão nas gaiolas há algum tempo com poucas penas e a pele de um vermelho intenso e em came viva, especialmente na área à volta da cauda.

Tal como sucedia com os frangos, as bicadas são um sinal de tensão e revelam, como declara um estudo já citado anteriormente, "a inexistência de estímulos adequados por parte do ambiente fisico."[55] Foi demonstrado que num ambiente enriquecido, com acesso a poleiros, locais de esgaravatação e caixas de postura, as galinhas bicam-se menos e provocam menos danos nas penas do que se forem mantidas em gaiolas convencionais.[56] As bicadas nas penas são, em si mesmo, a causa de outros ferimentos porque, como observou um outro grupo de investigadores,

arranhões e pele torcida, especialmente no dorso (...) ocorrem mais provavelmente quando a pele do dorso já não se encontra protegida pelas penas. Assim, o medo, a perda de penas e a dor podem, por vezes, fazer todos parte da mesma síndrome.[57]

Finalmente, na maior parte das gaiolas existe uma ave - talvez mais do que uma nas gaiolas maiores - que perdeu a vontade de resistir, tendo sido posta de lado e empurrada para debaixo das patas das outras aves. Talvez estas sejam as aves que, numa quinta normal, se situariam nos últimos lugares da "ordem de bicos", mas, em condições normais, isso não seria muito importante. No entanto, dentro da gaiola estas aves nada mais podem fazer que não seja encolherem-se a um canto, geralmente junto ao fundo do pavimento inclinado, onde as suas companheiras se acumulam, sobre elas, na tentativa de alcançar as gamelas da comida ou da água.

Embora, depois de todas estas provas, possa parecer supérfluo considerar se as galinhas preferem as gaiolas ou locais exteriores, a Dra. Marian Dawkins, do departamento de z00logia da Universidade de Oxford, fez isso mesmo, e o seu trabalho fomece um suporte científico adicional para aquilo que já ficou dito. Se lhes for dado a escolher, as galinhas que conhecem tanto as gaiolas como os locais exteriores preferem estes últimos. Efetivamente, a maioria prefere um local exterior sem alimento a uma gaiola que contenha alimento. [58]

Em última análise, a forma mais convincente de uma galinha indicar que as condições em que se encontra são inadequadas é através da sua morte. Uma taxa de mortalidade elevada só se verificará nas condições mais extremas, uma vez que a esperança normal de vida de unia galinha é muito superior aos dezoito meses ou dois anos que se concedem a uma galinha poedeira. As galinhas, como os humanos nos campos de concentração, agarram-se tenazmente à vida, mesmo nas condições mais miseráveis. No entanto, é comum uma unidade de produção de ovos perder entre io a 15 por cento das suas galinhas num ano, muitas delas Çucumbindo claramente à tensão resultante da lotação excessiva e de problemas afins. Eis um exemplo:

Segundo o gerente de um rancho de produção de Ovos com 50 mil aves, próximo de Cucamonga, na Califómia, cinco a dez das suas galinhas morrem diariamente devido à tensão provocada pelo encarceramento. (Isto perfaz um total que se situa entre dois e quatro mil aves por ano.) "Estas aves", afirma ele, "não morrem devido a unia qualquer doença. Não conseguem simplesmente suportar a tensão da vida em condições de sobrelotação." [59]

Um estudo cuidadosamente controlado, conduzido por membros do departamento de ciência avícola da Universidade de Comell, confirmou que a sobrelotação faz aumentar as taxas de mortalidade. Num período de menos de um ano, a mortalidade entre as galinhas poedeiras instaladas à razão de três por gaiola de trinta por quarenta e cinco centímetros é de 9,6 por cento; quando se aumenta o número de aves para quatro por gaiola, verifica-se que morrem 23 por cento. Apesar destas conclusões, os investigadores aconselham a que, "na maior parte dos casos, as galinhas poedeiras Leghom sejam alojadas à razão de quatro aves por gaiola de 30 por 45 centímetros;'uma vez que, sendo superior, o número total de ovos conseguidos traduzia-se em rendimento acrescido do capital e do trabalho, compensando largamente os custos mais elevados respeitantes àquilo que os investigadores denominaram como "depreciação das aves"[60] Na verdade, se o preço dos ovos for elevado, concluiu o relatório, a existência de "cinco poedeiras por gaiola aumentará os lucros" Esta situação assemelha-se à que já vimos demonstrada relativamente aos frangos, provando, uma vez mais, que os gestores das instalações de criação de animais podem realizar lucros mais elevados se mantiverem os animais em condições de sobrelotação, mesmo que morram mais animais nestas condições. Uma vez que a postura de ovos é uma função física (como a ovulação, no caso das mulheres), as galinhas continuam a pôr ovos, mesmo quando se encontram em condições que lhes tolhem todas as necessidades comportamentais.

E assim vivem e morrem as galinhas que produzem os nossos ovos. As que morrem mais cedo têm talvez mais sorte, uma vez que às mais resistentes só lhes resta mais uns quantos meses de desconforto sobrelotado. Continuam a pôr ovos até a sua produtividade diminuir e, depois, são enviadas para serem abatidas e transformadas em empadas ou sopa, sendo então esse o seu único préstimo.

Existe apenas uma única altemativa a isto, e não se trata de uma altemativa agradável. Quando a produção de ovos começa a diminuir, é possível recuperar os poderes reprodutores das galinhas através de uma prática conhecida como "muda forçada" O objetivo desta prática é fazer a galinha passar pelos processos fisiológicos associados, em condições naturais, à perda sensejonal da plumagem e ao crescimento de novas penas. Após a muda, seja ela natural ou artificial, a galinha põe ovos mais frequentemente. Provocar a muda numa galinha que vive em instalações com ambiente controlado sem variações sensejonais de temperatura ou duração da luz obriga a que seja induzido um choque considerável no seu sistema. Geralmente, as galinhas descobrem que o alimento e a água, até então sempre disponíveis, são subitamente suspensos. Por exemplo, até muito recentemente, um folheto do Ministério da Agricultura britânico aconselhava que o segundo dia de muda forçada decorresse do seguinte modo:

Ausência de comida, luz e água. Assegure-se de que as gamelas de água estão realmente vazias, limpe os restos de comida, recolha os ovos e, depois, desligue as luzes e a água e deixe assim as aves durante 24 horas. [61]

A prática comum consistia em ligar de novo a água após dois dias e dar comida só depois de mais um dia. Ao longo das semanas seguintes, a luz voltava ao normal e esperava-se que as galinhas que tivessem sobrevivido - algumas sucumbiam devido ao choque - ficassem suficientemente produtivas para valer a pena mantê-las; durante mais uns seis meses. A partir de 1987, como resultado da pressão exercida pelos grupos preocupados com o bem-estar dos animais, este método de muda forçada tomou-se ilegal na Grã-Bretanha, tendo as galinhas direito ao acesso diário a comida e água. Nos Estados Unidos, a prática é ainda completamente legal. Todavia, muitos criadores de aves não consideram que valha a pena a realização de todo este processo: as galinhas são baratas, de forma que preferem reunir um novo grupo assim que o que possuem revele números insatisfatórios.

Até mesmo ao final, os produtores de ovos não permitem que qualquer sentimento afete as atitudes reveladas para com os animais que lhes deram tantos ovos. Ao contrário do carrasco, que concede uma refeição especial àquele que se destina ao cadafalso, as galinhas condenadas podem não ter acesso a qualquer alimento. "Retíre-se a comida às galinhas gastas" aconselha um título do Poultry Tribune, e o artigo que se lhe segue diz aos criadores que a comida dada às galinhas nas trinta horas anteriores ao abate é desperdiçada, uma vez que os processadores não pagam a comida que fica no aparelho digestivo. [62]

De todos os animais consumidos no mundo ocidental, o porco é, sem dúvida, o mais inteligente. A inteligência natural de um porco é comparável, e talvez seja mesmo superior, à de um cão; é possível ter porcos como animais de companhia e treiná-los para responder a ordens simples, tal como um cão. Ao atribuir aos porcos os lugares de comando no seu livro O Triunfo dos Porcos, George Orwell realizou uma escolha defensável dos pontos de vista científico e literário.

A elevada inteligência dos porcos deve ser tida em conta quando tentamos perceber se as condições em que estes são criados são satisfatórias. Embora qualquer ser senciente, inteligente ou não, deva ser objeto de igual consideração, os animais que possuem capacidades diversas têm requisitos diversos. O conforto físico é uma necessidade comum a todos eles. Vimos que este requisito elementar é negado às galinhas; e, como veremos, é negado também aos porcos. Para além do conforto físico, uma galinha exige um contexto social estruturado de um grupo normal; pode também sentir falta do calor e dos cacarejos tranquilizadores da mãe, imediatamente após sair do ovo; e a investigação fomeceu provas de que mesmo uma galinha pode sofrer de simples tédio.[63] Seja em que medida for que isto se aplica às galinhas, aplica-se certamente, e em maior medida, aos porcos. Investigadores da Universidade de Edimburgo realizaram estudos em porcos comerciais libertados numa cerca seminatural e concluíram que estes possuíam padrões coerentes de comportamento: formam grupos sociais estáveis, constroem ninhos comunitários, defecam em áreas próprias, afastadas do ninho, e são ativos, passando muito do seu tempo a fôssar raízes, junto a zonas arborizadas. Quando as porcas estão prestes a dar à luz, abandonam o ninho comunitário e constroem o seu próprio ninho, descobrindo um local adequado e aí fazendo um buraco que forram com erva e ramos. Aí dão à luz e vivem durante cerca de nove dias, altura em que elas e os leitões se reúnem ao grupo.[64] Como veremos, o sistema de criação intensiva toma impossíveis estes padrões instintivos de comportamento.

Os porcos das explorações pecuárias não têm mais nada que fazer a não ser comer, dormir, levantar-se e deitar-se. Geralmente, não têm palha ou qualquer outro material para fazer cama, uma vez que isto complicaria a tarefa da limpeza. Os porcos assim mantidos não podem deixar de ganhar peso, mas aborrecem-se e são infelizes. Ocasionalmente, os criadores apercebem-se de que os seus porcos gostam de estímulos. Um criador britânico escreveu para a publicação Farmers Weekly, descrevendo como tinha instalado alguns porcos numa casa de quinta abandonada e descoberto que eles brincavam no edifício, perseguindo-se mutuamente pelas escadas. Concluiu:

Os nossos animais necessitam de variedade no meio que os rodeia(...
Deveriam ter acesso a acessórios de vários tipos, tamanhos e formas (...
Tal como aos seres humanos, desagrada-lhes a monotonia e o tédio.[65]

Esta observação do senso comum foi agora apoiada por estudos científicos. A investigação francesa demonstrou que quando se fomece a porcos deprimidos ou frustrados correias de cabedal ou cadeias para puxar, eles apresentam níveis reduzidos de corticosteróides (uma hormona relacionada com a tensão) no sangue.[66] A investigação britânica demonstrou que os porcos que são mantidos num ambiente despido ficam tão entediados que quando lhes é oferecida comida e uma gamela cheia de terra, eles fôssam a terra antes de comer.[67]
Quando são mantidos em condições de sobrelotação e em ambientes despidos, os porcos tomam-se propensos ao "vício", tal como as galinhas. Em vez das bicadas nas penas e do canibalismo, os porcos mordem-se mutuamente as caudas. Isto origina lutas na pocilga e'reduz o ganho de peso. Uma vez que os porcos não têm bicos, os criadores não lhos podem retirar para evitar que isto suceda, mas encontraram uma outra forma de eliminar os sintomas sem alterar as condições que provocam o problema: cortam as caudas dos porcos.

Segundo o Ministério da Agricultura norte-americano:

O corte das caudas tomou-se prática corrente como forma de evitar que os porcos se mordam quando estão em espaços fechados. Deverá ser efetuado por todos os criadores de porcos de came. O corte deverá ser feito à distância de 1/4 a 1/2 polegada do corpo com um alicate de corte lateral ou outro instrumento rombo. A acção de esmagamento ajuda a estancar o sangue. Alguns criadores utilizam o instrumento de cortar o bico às galinhas para cortar as caudas aos porcos; isto também cauteriza a superfície do corte . [68]

Esta recomendação é duplamente infeliz. Mas antes de explicar porquê, apresento-vos a opinião cândida de um criador de porcos acerca do corte de caudas:

Eles odeiam aquilo! Os porcos odeiam aquilo! E creio que, provavelmente, tal não seria necessário se lhes déssemos mais espaço, porque eles não ficam tão enlouquecidos e maus quando têm mais espaço. Com mais espaço, eles tomam-se, na verdade, animais bastante simpáticos. Mas não podemos dar-nos a esse luxo. Os edifícios são caros. [69]

Para além de mais espaço, é sugerida outra solução possível por um conceituado investigador da área animal:

A provável causa que subjaz a este comportamento reside no fato de os porcos estarem a realizar as atividades típicas da espécie de uma forma invulgar porque não se encontra disponível um objeto adequado. A incidência reduzida de mordeduras nas caudas em unidades de criação que possuem camas de palha para os animais deve-se, provavelmente, e pelo menos em parte, aos efeitos "recreativos" da palha. [70]

Podemos perceber agora por que razão as recomendações frias do Ministério da Agricultura são infelizes. Em primeiro lugar, não é feita qualquer sugestão no sentido de serem administrados anestesia ou analgésicos aos porcos cujas caudas vão ser cortadas. Em segundo lugar, não se faz menção ao fato de a necessidade de cortar as caudas aos porcos constituir uma indicação de estes se encontrarem em condições de sobrelotação, estarem privados do acesso a palha ou qualquer outra coisa que atraia a sua atenção. O problema parece consistir no fato de os porcos entediados morderem qualquer objeto atraente, e se a mordedura na cauda de um outro porco fizer um ferimento e surgir sangue, alguns porcos serão atraídos pelo sangue e começarão a morder com mais convicção. [71] No entanto, é completamente característico da mentalidade da modema indústria pecuária que a resposta, tanto do Ministério da Agricultura como dos criadores, seja mutilar os animais, em vez de lhes proporcionar as condições de que eles precisam.

Outro aspecto em que os porcos mantidos em espaços fechados se assemelham às galinhas nas mesmas condições é na apresentação de sintomas de tensão, e, em muitos casos, acabam por morrer em sua consequência. Uma vez que na criação de porcos um só porco constitui uma contribuição muito mais importante para o lucro total do que aquela que uma única galinha representa, o criador de porcos tem de levar mais a sério este problema do que o criador de aves. Existe um nome para esta condição "síndrome da tensão suína" e os sintomas foram descritos numa publicação da especialidade como: "tensão extrema (...)   rigidez, pele manchada, arquejos, ansiedade e, frequentemente, morte súbita. [72] A afecção é especialmente angustiante para os criadores porque, como afirma o mesmo artigo, "Infelizmente, perde-se geralmente os porcos devido à STS quando eles registam um peso próximo do comercializável, tendo já sido feito o investimento total em alimentação.'

Há também provas convincentes de que a síndrome da tensão suína aumentou substancialmente à medida que a criação dos porcos em espaços fechados se foi tomando mais COMUM. [73] Os porcos mantidos em espaços fechados são tão frágeis que qualquer perturbação pode desencadear os sintomas, incluindo um ruído estranho, súbitas luzes intensas ou o cão do criador. Apesar disto, se se sugerisse a redução da tensão através da eliminação dos métodos de produção em reclusão, a resposta seria quase certamente aquela que foi expressa na publicação Farmer and Stockbreeder há alguns anos, quando a reclusão era ainda algo relativamente recente e se começavam apenas a perceber as mortes provocadas pela tensão:

Estas mortes não anulam de forma alguma o lucro adicional obtido devido ao rendimento total mais elevado. [74]

Na suinicultura, em contraste com a indústria avícola e dos ovos, a reclusão total não é ainda universal. Mas a tendência encaminha-se nessa direcção. Um estudo levado a cabo pela Universidade do Missouri revelou que, em 1979, 54 por cento de todos os produtores médios e 63 por cento dos grandes produtores dispunham de instalações de reclusão total .710S grandes produtores dominam cada vez mais a indústria. Em 1987, William Haw, presidente da National Farms, Inc., disse que Mentro de dez anos a suinicultura será aquilo que a indústria avícola é agora, existindo menos de i00 operadores com alguma expressão."16 É a mesma história: as pequenas quintas familiares são retiradas da corrida pelas grandes unidades, cada uma delas "fabricando" entre 50 mil e 30O mil porcos por ano. Tyson Foods, a maior empresa avícola do mundo, que abate mais de 8,5 milhões de aves por semana, entrou agora no mercado suíno. A empresa possui sessenta e nove complexos de parição e criação e envia para o matadouro mais de 60o mil porcos por ano. [77]

Assim, a maior parte dos porcos passa agora a sua vida num espaço fechado. Nascem e são amamentados numa unidade de parição, criados inicialmente numa unidade de criação e adquirem o peso necessário ao abate nurqa unidade de crescimento e alimentação. Com excepção dos casos em que podem ser utilizados para procriação, são enviados para o mercado entre os cinco e os seis meses de idade, com um peso de cerca l00 quilogramas.

A vontade de reduzir os custos com o trabalho constituiu uma importante razão para a mudança de método, adoptando-se o método de reclusão. Com um sistema intensivo, consegue-se que um homem dê conta de toda a operação, graças à alimentação automática e aos pavimentos laminados que permitem que os excrementos caiam pelas fendas e sejam facilmente removidos. Com este sistema de reclusão, assim como com outros, consegue-se poupar ainda mais porque os porcos, com menos espaço para se movimentarem, queimam menos alimento em exercício "desnecessário" e, portanto, ganham mais peso por cada quilograma de alimento que consomem. Com tudo isto, como afirmou um suinícultor, "O que estamos realmente a tentar é modificar o ambiente do animal para conseguir atingir o lucro máximo. [78]

Para além da tensão, do tédio e da sobrelotação, as unidades modemas de reclusão dos porcos criam problemas físicos aos animais. Um deles é a atmosfera. Eis uma citação de um trabalhador da Lehman Farms, de Strawn, Illinois:

O amoníaco come realmente os pulmões dos animais (…) O mau ar constitui um problema. Após ter trabalhado aqui algum tempo, consigo senti-lo nos meus próprios pulmões. Mas, pelo menos, eu saio daqui à noite. Os porcos não, e, por isso, temos de lhes administrar tetraciclina, que realmente ajuda a controlar o problema. [79]

E este nem é um produtor que tenha padrões particularmente maus. No ano anterior a esta afirmação ter sido proferida, Lehman fora nomeado Illinois Pork AII-American pelo National Pork Producers'Council.

Outro dos problemas dos porcos tem origem no fato de os pavimentos terem sido concebidos com o objetivo de facilitar a manutenção e possibilitar a eliminação de tarefas árduas como a remoção dos excrementos, e não de proporcionar conforto aos animais. Na maioria das pocilgas, os pavimentos são laminados ou de betão. Nenhuma destas versões é satisfatória: ambas provocam ferimentos nas patas e nas pemas dos porcos. Existem estudos que revelam a existência de taxas extraordinariamente elevadas de ferimentos nas patas, mas a discussão relativa aos pavimentos laminados conduzida pelo editor da Farmer and Stockbreeder expõe claramente a atitude dos produtores relativamente a esta questão:

A abordagem do senso comum neste estádio do nosso conhecimento é a de que em relação a animais consumíveis o pavimento laminado tem mais mérito do que desvantagens. O animal será geralmente abatido antes de qualquer deformação grave se manifestar. Por outro lado, os animais que se destinam à procriação, e que terão uma vida mais longa à sua frente, devem ter e manter as pemas em boas condições: nestes casos, o risco de ferimentos parece sobrepôr-se às vantagens. [80]

Um suinicultor norte-americano colocou a questão em termos mais lapidares:

Neste negócio, não somos pagos por criarmos animais com uma postura correta. Somos pagos pelo seu peso. [81]

Embora o fato de o animal ser geralmente abatido antes de se manifestar alguma deformação grave possa minimizar o prejuízo para o suinicultor, isso não servirá de conforto aos animais que têm de permanecer permanentemente sobre pavimentos inadequados, sofrendo de deformações nas patas e nas pemas que se tomariam graves se eles não fossem abatidos com tão pouca idade.

A solução, claro está, seria eliminar os pavimentos de betão. Um suinicultor britânico que possuía trezentas porcas fez exatamente isso, colocando os seus animais em recintos e pocilgas exteriores, com cama de palha. Relatou ele:

Durante o tempo em que as porcas prenhes estiveram confinadas ao espaço interior, sofremos grandes perdas provocadas por atrito, vólvulos, coxeio, inflamações e problemas da anca (...) Podemos demonstrar ter agora menos porcas coxas e ferimentos mínimos devidos a lutas no grupo [mantido no exterior]. [82]

Muito poucos porcos têm acesso ao luxo de recintos com palha e a tendência geral continua a apontar na direcção errada. Seguindo ainda as pisadas da indústria avícola, alguns suinicultores holandeses, belgas e ingleses começaram a criar leitões em gaiolas. Os suinicultores, norte-americanos estão agora a começar a fazê-lo. Para além do desejo habitual de obter lucros inais rápidos com menos alimento, e came mais tenra devido à existência de menos oportunidades para praticar exercício, a principal vantagem das gaiolas é possibilitar que os leitões sejam desmamados mais cedo. Isto significa que o leite da porca acabará, e em poucos dias ficará de novo fértil. Será então emprenhada de novo, por um porco ou por inseminação artificial. O resultado do desmame precoce é uma porca poder produzir uma média anual de 2,6 ninhadas, contra o máximo de 2 que podem ser produzidas se os leitões mamarem três meses, como fariam naturalmente. [83]

A maior parte dos suinicultores que optam pelas gaiolas permite que os leitões mamem pelo menos uma semana antes de serem transferidos para as gaiolas; mas o Dr. J. Frank Humick, um investigador agrícola canadiano, desenvolveu recentemente uma porca mecânica. Segundo um relatório, Iço sucesso de Humick poderá permitir que os esforços de criação intensiva se dirijam para o aumento do tamanho das ninhadas. Até agora, as ninhadas estiveram sempre limitadas à capacidade do sistema mamário da porca." [84] Através da combinação da amamentação mecânica e de novas outras tecnologias, como a super-ovulação que aumenta o número de óvulos férteis produzidos pela porca, os investigadores prevêem a existência de sistemas altamente automatizados de produção suína que produzam tantos como quarenta e cinco porcos por porca em cada ano, em vez dos dezesseis que têm constituído a média.

Há dois aspectos alarmantes destes desenvolvimentos. Em primeiro lugar, há a considerar o efeito que isto terá sobre os leitões, privados das suas mães e confinados às gaiolas de arame. Nos mamíferos, a separação precoce de mãe e filho provoca angústia a ambos. No que diz respeito às próprias gaiolas, o cidadão comum que tenha um cão em condições semelhantes durante toda a sua vida arrisca-se a ser processado por crueldade. No entanto, um suinicultor que tenha desta forma um animal de inteligência comparável conseguirá, provavelmente, benefícios fiscais ou, nalguns países, um subsídio govemamental direto.

O segundo aspecto alarmante das novas técnicas é o fato de a porca se estar a transformar numa máquina viva de reprodução. "A porca que procria deve ser considerada, e tratada, como uma valiosa peça de maquinaria cuja função é bombear leitões como unia máquina de salsichas." [85] Assim a definiu um importante gestor da Wall's Meat Company; e, na realidade, o Ministério da Agricultura norte-americano incentiva os suinicultores a pensarem na porca desta forma: "Se a porca for considerada uma unidade de fabrico de porcos, conseguir-se-à uma melhor gestão da criação e do desmame que terá, como resultado um maior numero anual de porcos por porca." [86] Mesino nas melhores condições, há pouca alegria numa existência dedicada à prenhe!., ao parto e separação das crias, e a nova prenhez, para que o ciclo se repita - e as porcas não vivem nas melhores condições. Encontram-se circunscritas de uma forma muito límitativa nas fases de prenhez e parto. Enquanto estão prenhes, são geralmente fechadas em compartimentos metálicos individuais com 60 centímetros de largura e cento e oitenta centímetros de comprimento, ou seJa, pouco maiores do que a própria porca; ou podem ser presas por uma corrente colocada à volta do pescoço; ou podem estar em compartimentos e, ainda assim, com a corrente. Vivem assim durante dois ou três meses. Durante todo este tempo, não podem andar mais do que um único passo para a frente e para trás, não podem voltar-se ou fazer exercício de qualquer outro tipo. Uma vez mais, são razões de poupança de alimento e trabalho que justificam esta forma brutal de reclusão solitária.

Quando a porca está prestes a dar à luz, é transferida - mas apenas para um recinto de parição. Aqui, a porca pode ainda ficar mais limitada em termos de movimentos do que quando se encontrava no compartimento. Existe um instrumento, alcunhado como "donzela de ferro", que consiste numa moldura metálica que impede a livre movimentação; este, foi introduzido e é amplamente utilizado em muitos países. O objetivo óbvio deste instrumento é impedir que a porca se deite sobre os leitões e os esmague, mas isto poderia ser conseguido se lhe fossem proporcionadas condições mais naturais.

Sendo a porca fechada tanto enquanto se encontra prenhe como enquanto amamenta - ou enquanto é privada da oportunidade de amamentar -, é confinada de modo muito limitativo durante quase toda a sua vida. Em condições de reclusão, o ambiente é muito monótono e a porca tem pouca ou nenhuma possibilidade de o escolher ou alterar. O Ministério da Agricultura norte-americano admite que "uma porca mantida num compartimento não consegue realizar o seu forte instinto de construir um ninho" e esta frustração pode conduzir a problemas de parto e de aleitamento. [87]

As próprias porcas exprimem claramente o que pensam desta forma de reclusão. Na Universidade de Wageningen, nos Países Baixos, G. Cronin obteve o Doutoramento com um estudo do comportamento de porcas em espaços fechados. Eis a descrição da forma como reagem quando postas pela primeira vez num compartimento, com correntes:

As porcas atiravam-se violentamente para trás, lutando contra as correntes. As porcas batiam com a cabeça em vários sítios, enquanto se contorciam e voltavam, na tentativa de se libertarem. Emitiam gritos frequentemente e alguns indivíduos batiam nas paredes laterais dos compartimentos. Isto provocava a queda de algumas porcas no chão. [88]

Estas tentativas violentas de fuga podem durar até três horas. Quando abrandam, relata Cronin, as porcas permanecem deitadas durante longos períodos de tempo, geralmente com o focinho sob as barras, emitindo ocasionalmente grunhidos suaves e queixumes. Após algum tempo, as porcas revelam outros sintomas de tensão, tais como morder as barras dos compartimentos, mastigar quando não há nada para mastigar, abanar as cabeças incessantemente, etc. Este tipo de comportamento é conhecido como comportamento estereotípico. Qualquer pessoa que já tenha estado num jardim zoológico que tenha leões, tigres ou ursos em zonas fechadas e com pavimento de betão terá assistido a este comportamento estereotípico - os animais andam constantemente de um lado para o outro, junto às barras das jaulas. A porca nem sequer tem esta possibilídade. Como vimos, em condições naturais, a porca é um animal extremamente ativo, passando várias horas por dia a procurar alimento, a comer e a explorar o que a rodeia. Agora, morder as barras do compartimento constitui, como observou um veterinário, "uma das poucas expressões físicas que lhe são permitidas no seu ambiente despido." [89]

Em 1986, a Scottish Farm Buildings Investigation Unit, uma organização de investigação financiada pelo govemo, publicou uma recensão das provas científicas relativas à questão: "A reclusão restritiva provoca angústia nas porcas?" Após ter analisado mais de vinte estudos diferentes, o relatório comparava o comportamento estereotípico das porcas com o comportamento compulsivo-obsessivo dos seres humanos neuróticos que lavam ou torcem constantemente as mãos. A sua resposta à questão investigada foi inequívoca: "A reclusão restritiva de porcas provoca angústia grave." [90] O British Farm Animal Welfare Council, um organismo oficial consultivo do govemo britânico, chegou à mesma conclusão, numa linguagem mais oficial, no seu relatório de 1988:

Tanto o sistema de compartimentos como o de correntes não obede

cem a determinados critérios de bem-estar aos quais atribuímos especial importância. Como resultado da sua concepção, não é permitido aos animais neles alojados o exercício ou a demonstração da maior parte dos padrões de comportamento natural; na grande gama de sistemas observados pelos nossos membros, existia pouca possibilidade de reduzir a tensão permanente que pode ser provocada pela reclusão em tais sistemas (...) Recomendamos (...) que o govemo aprove urgentemente medidas no sentido de impedir a futura instalação de unidades com esta concepção. [91]

Só quando a porca é colocada junto do porco lhe é permitida liberdade durante um curto período de tempo, num recinto maior - embora seja provável que mesmo este seja no interior de um edifício. Durante pelo menos dez meses em cada ano, a porca prenhe e a amamentar não poderá andar à vontade. Quando a inseminação artificial for utilizada mais amplamente, este animal sensível deixará de ter acesso à sua última oportunidade de se exercitar, assim como ao único contato natural que lhe resta, com um membro da sua espécie, para além do breve contato com as suas crias.

Em 1988, após mais de vinte anos de reclusão das porcas, foi publicado um importante estudo que mostra que os infelizes porcos e porcas em reclusão, destinados à procriação, têm ainda outra fonte de angústia: são mantidos permanentemente esfomeados. Os animais que estão sendo engordados para o mercado têm acesso a todo o alimento que consigam consumir; mas dar aos animais destinados à procriação mais do que o mínimo essencial à sua reprodução é, do ponto de vista do suinícultor, simplesmente uma perda de dinheiro. O estudo revelou que os porcos alimentados com as rações recomendadas pelo Agricultural, Research Couricil da Grã-Bretanha tinham acesso apenas a 60 por cento daquilo que consumiriam se o alimento se encontrasse disponível. Além disso, a sua prontidão em accionar as alavancas por forma a obter mais comida era igual antes e depois de terem consumido a sua ração diária, o que indica que se encontravam com fome imediatamente após terem sido alímentados. Como concluíram os cientistas:

Os níveis comerciais de alimento indicados para as porcas prenhes e para os porcos, embora tenham em conta as necessidades do produtor, não satisfazem a motivação alimentar. Tem sido frequentemente pressuposto que não é possível alcançar níveis elevados de produção na ausência de condições adequadas ao bem-estar. No entanto, a fome que resulta dos baixos níveis de alimento oferecido à população suína destinada à procriação pode constituir uma fonte importante de tensão. [92]

Uma vez mais, os lucros do produtor e os interesses dos animais entram em conflito. É verdadeiramente espantosa a frequência com que isto pode ser demonstrado - embora o grupo de pressão desta indústria alimentar nos assegure constantemente que apenas os animais felizes e bem tratados podem ser produtivos.

De todas as formas de agricultura intensiva atualmente praticadas, a indústria da criação das chamadas vitelas de leite conta-se como a mais repugnante em termos morais. Esta consiste fundamentalmente na criação bovina é a alimentação de vitelos anêmicos e reclusos com uma ração de elevado teor proteíco, por forma a produzir uma came tenra e pálida que será servida aos clientes dos restaurantes caros. Felizmente, esta indústria não se compara, em termos de dimensão, à produção de came de aves, vaca ou porco. Apesar disso, merece a nossa atenção porque representa uma situação extrema, tanto no grau de exploração a que sujeita os animais (.omo na sua ineficiência absurda enquanto método de fomecer alimento às pessoas.

A came de "vitela de leite" provém de crias muito jovens. A designação aplicava-se originalmente a crias abatidas antes de terem sido desmamadas. A came destes animais muito jovens era mais clara e mais tenra do que a daqueles que tinham começado a comer erva, mas isto não era significativo, pois os bezerros começam a comer erva quando têm apenas algumas semanas de vida e são ainda muito pequenos. A pequena quantidade disponível provinha dos bezerros inúteis produzidos pela indústria dos laticínios. Um dia ou dois após terem nascido, eram transportados para o mercado onde, esfomeados e amedrontados pelo ambiente estranho e pela ausência das mães, eram vendidos e imediatamente entregues no matadouro.

Depois, nos anos 50, Os produtores de vitela da Holanda descobriram uma maneira de manter vivos os animais durante mais tempo, sem que a sua came se tomasse vermelha ou menos tenra. O segredo está em manter o animal em condições extremamente pouco naturais. Se se permitisse que os vitelos crescessem no exterior, eles saltariam pelos campos, desenvolvendo músculos que endureceriam a came e queimariam calorias que os produtores teriam de substituir com o fomecimento de alimento dispendioso. Simultaneamente, comeriam erva, e a sua came perderia a cor pálida da came dos vitelos recém-nascidos. Assim, os produtores especialistas em vitelas levam os seus animais diretamente do recinto do leilão para uma unidade de reclusão. Ali, num celeiro reconvertido ou .num estábulo construido para esse fim, existem filas de compartimentos de madeira com cerca de 60 centímetros de largura e um metro e meio de comprimento. O pavimento é de lâminas de madeira, elevadas em relação ao piso de betão da instalação. Os bezerros são amarrados com uma corrente colocada à volta do pescoço, evitando-se, assim, que se voltem no compartimento enquanto ainda são pequenos. (A corrente pode ser retirada quando os bezerros se tomam suficientemente grandes para não se conseguirem voltar em tão estreito compartimento.) O compartimento não tem palha ou qualquer outra cama, pois os bezerros poderiam comê-Ia, estragando a palidez da came. Deixam os compartimentos apenas para serem transportados para o matadouro. É-Ihes administrada uma dieta completamente líquida, baseada em leite em pó magro suplementado com vitaminas, minerais e drogas indutoras do crescimento. Os bezerros vivem deste modo durante as dezesseis semanas seguintes. A beleza do sistema, do ponto de vista dos produtores, é que nesta idade o bezerro pode chegar a pesar 20O quilos, em vez dos quarenta e poucos que pesam os bezerros recém-nascidos; e, uma vez que esta came atinge preços elevadíssimos, a criação de bezerros desta forma é um negócio altamente rentável.

Este método de criação de vitelas de leite foi introduzido nos Estados Unidos em 1962 por Provimi, Inc., um fabricante de rações com sede em Watertown, no Wisconsin. A sua designação vem de "proteínas, vitaminas e minerais", a composição das suas rações - ingredientes que, poderia-se pensar, poderiam ter melhor utilização noutros campos. A Provimi, segundo a sua própria publicidade, criou este "conceito novo e completo de criação de viteld', sendo ainda, de longe, a maior empresa do ramo, e controlando 50 a 75 por cento do mercado intemo. O seu interesse em promover a produção de vitela reside em desenvolver o mercado das suas rações. Descrevendo o que considera a "produção óptima de vitela", a folha informativa - agora extinta - da Provimi (The Stall StreetJoumal) dá-nos uma idéia da natureza desta indústria que, nos Estados Unidos e na Europa, permaneceu praticamente inalterada desde a sua introdução:

Os dois objetivos da produção de vitela de leite são: primeiro, produzir um animal com o maior peso no menor espaço de tempo possível; segundo, manter a sua came tão clara quanto possível para responder às exigências do consumidor. Tudo isto conseguido com um lucro equivalente ao risco e investimento envolvidoS.[93]

Os compartimentos estreitos e os pavimentos laminados são causa de grande desconforto para os animais. Quando se tomam maiores, só conseguem levantar-se e deitar-se com grande dificuldade. Como é observado num relatório redigido por um grupo de investigação chefiado pelo Professor John MIebster do departamento de criação de animais da Escola de Ciência Veterinária da Universidade de Bristol, em Inglaterra:

Os vitelos mantidos em compartimentos de 750mm de largura não podem, como é óbvio, deitar-se com as pemas estendidas (...)   Os vitelos podem querer deitar-se desta forma quando se sentem quentes e pretendem perder algum calor (...)   Os vitelos já crescidos, a tempera turas superiores aos 20' C podem sentir~se extremamente desconfortáveis. A negação da oportunidade de adoptar uma postura adequada à maximização da perda de calor apenas toma as coisas piores (...)   Os vitelos com mais de dez semanas, que se encontravam em compartimentos, não conseguiam adoptar uma posição normal de repouso, com as cabeças sobre os flancos. Concluímos que a negação aos vitelos da oportunidade de adoptar uma postura normal de repouso é um insulto significativo ao seu bem-estar. Por forma a remediar isto, os compartimentos deveriam ter pelo menos g00mm de largura. [94]

Os leitores americanos deverão ter em conta que 750mm e g00mm é consideravelmente mais espaço do que aquele oferecido pelos compartimentos-padrão dos Estados Unidos.

Os compartimentos são igualmente demasiado estreitos para permitir que os vitelos se voltem. Isto constitui outra fonte de frustração. Além disso, um compartimento demasiado pequeno para o vitelo se poder voltar significa um compartimento demasiado pequeno para o vitelo proceder às suas atividades higiênicas de forma confortável: e um vitelo tem um desejo inato de virar a cabeça e limpar-se com a língua. Como afirmaram os investigadores da Universidade de Bristol:

Como os vitelos crescem muito depressa e produzem muito calor, a pelagem tende a cair às lo semanas de idade. Nesta altura, têm grande necessidade de se lamberem. Ficam também particularmente expostos a infestações de parasitas extemos, especialmente em ambientes húmidos e tépidos. Os vitelos que se encontram nos compartimentos não conseguem alcançar grande parte do seu corpo. Concluímos que a negação aos vitelos da oportunidade de se lavar completamente constitui um insulto inaceitável ao seu bem-estar, seja isto resultado de uma limitação dos seus movimentos ou, pior, da utilização de um açaimo. [95]

Um pavimento laminado sem qualquer cama é duro e desconfortável; maltrata os joelhos dos vitelos quando eles se levantam e deitam. Além disso, os animais com cascos não se sentem confortáveis sobre pavimentos laminados. Um pavimento laminado é como uma grade para gado, que o gado evita sempre que pode; a única diferença reside no fato de ter as lâminas mais próximas umas das outras. No entanto, os espaços têm de ser suficientemente grandes para permitir que a maior parte dos excrementos caia ou seja limpa através deles, e isto significa que os vitelos se sentirão desconfortáveis quando se encontram sobre eles. A equipa de Bristol descreveu os jovens animais como encontrando-se "inseguros durante alguns dias e relutantes em mudar de posição".
Os jovens vitelos sentem intensamente a falta das mães. Sentem também a falta de algo que sugar. O impulso para sugar é forte nos vitelos, como o é nos bebês humanos. Estes vitelos não têm uma teta para sugar, nem têm qualquer substituto. Logo desde o primeiro dia de reclusão - que pode muito bem ser apenas o terceiro ou quarto das suas vidas -, bebem de um balde de plástico. Foram feitas tentativas no sentido de alimentar os vitelos através de tetas artificiais, mas a tarefa de manter as tetas limpas e esterilizadas, aparentemente, não justifica o trabalho do produtor. É comum ver-se os vitelos a tentar desesperadamente sugar uma qualquer parte do compartimento, embora não exista geralmente nada adequado a essa atividade; se se oferecer um dedo a um vitelo, pode observar-se que ele imediatamente inicia a sucção, tal como os bebês humanos chupam os seus polegares.

Mais tarde, o vitelo desenvolve a necessidade de ruminar - ou seja, de ingerir forragem e mastigar o bolo alimentar vindo do rúmen. Mas a forragem é estritamente proibida na alimentação dos vitelos porque contém ferro e escurece a came. Assim, o vitelo está condenado a efetuar novas tentativas para mastigar as paredes laterais do compartimento. Por este motivo, são comuns entre os vitelos as perturbações digestivas, incluindo úlceras gástricas. O mesmo se aplica à diarreia crônica. Citando uma vez mais o estudo de Bristol:

Os vitelos são privados de forragem seca. Isto perturba completamente o desenvolvimento normal do rúmen e incentiva a formação de bolas de pêlo que podem levar à indigestão crónica. [96]

Como se tudo isto não bastasse, o vitelo é deliberadamente mantido inémico. A publicação The Stall Streajouma4 da empresa Provimi, explica porquê:

A cor da came de vitela de leite é um dos principais fatores envolvidos na obtenção de lucros substanciais nos mercados de came de luxo

...) A came de vitela de "cor clara" é um item de luxo muito procurado nos melhores estabelecimentos exclusivos, hotéis e restaurantes. A cor clara" ou rosada da vitela de leite está relacionada com o teor de ierro presente nos músculos dos animais. [97]

Assim, as rações Provimi, como aquelas de outros fabricantes de raçoes & vitela, têm deliberadamente um teor reduzido de ferro. Uma vitela nor=W obteria ferro a partir da erva e outras formas de forragem mas, uma m~z que as vitelas não têm acesso a esta comida, tomam-se anêmicas. A came rosa pálido é, na verdade, came anêmica. A procura de came com ~ coloração é uma questão de atracção snob. A cor não afeta o sabor e não toma, seguramente, a came mais nutritiva - significa apenas que têm falta de ferro.

A anemia é, obviamente, controlada. Sem nenhum ferro, as vitelas simplesmente morreriam. Com uma alimentação normal em termos de quantidade de ferro, a came não seria tão cara. Assim, procura-se um equilíbrio que mantenha a came clara e as vitelas - ou a maior parte delas - de pé o tempo necessário a atingirem o peso de mercado. Mantidas propositadamente neste estado de carência de ferro, desenvolvem grande desejo por este elemento e lambem qualquer acessório em ferro que exista nos compartimentos. Isto explica a utilização de compartimentos de madeira. Como declara a Provimi aos seus clientes:

A principal razão para se usar madeira em vez de metal é o metal poder afetar a cor clara da came da vitela de leite Mantenha o ferro bem longe do alcance das suas vitelas (...)[98]

E, de novo:

É também necessário que as vitelas não tenham acesso a uma fonte contínua de ferro. (A água fomecida deve ser verificada. Se se verificar a presença de um elevado teor de ferro (mais de 0,5 ppmj, terá de ser considerada a instalação de um filtro de ferro.) Os compartimentos devem ser construídos de forma aos animais não terem acesso a metal enferrujado. [99]

O desejo insaciável de ferro que demonstra a vitela anêmica é uma das razões por que o produtor tenta a todo o custo evitar que ela se volte no compartimento. Embora as vitelas, tal como os porcos, prefiram não se aproximar da sua própria urina ou dos seus excrementos, a urina contém algum ferro. O desejo de ferro é suficientemente forte para se sobrepor à repugnância natural e as vitelas anémícas lamberiam as tábuas saturadas de urina. Ao produtor não agrada esta perspetiva, uma vez que assim os animais teriam acesso a uma pequena fonte de ferro e poderiam, ao lamber as tábuas, contrair infecções provocadas pelos excrementos, que caem no mesmo local que a urina.

Vimos que, do ponto de vista da Provimi, Inc., os dois objetivos da produção de came de vitela são produzir vitela com o maior peso possível no mais curto espaço de tempo possível e manter a came com a coloração mais clara possível. Vimos o que é feito para atingir o segundo destes objetivos, mas há ainda mais a considerar quanto às técnicas utilizadas para conseguir um crescimento rápido.

Por forma a fazer os animais crescer depressa é necessário fazê-los ingerir tanta comida quanto possível, devendo essa comida ser utilizada o menos possível durante a sua vida quotidiana. Para ter a certeza de que as vitelas ingerem tanta comida quanta lhes é possível, não se fomece água à maior parte dos animais. A única fonte de líquido de que dispõem é o alimento - o substituto enriquecido de leite, com base em leite em pó e gordura adicionada. Uma vez que as instalações em que se encontram são mantidas aquecidas, os animais sedentos consomem mais alimento do que consumiriam se tivessem acesso a água. Um resultado comum desta sobre- alimentação é a ocorrência de suores, de forma muito semelhante - assim foi descrita - à de um executivo que tenha comido demasiado e demasiado depressa. [100] Ao transpirar, a vitela perde líquido e fica com sede, comendo demasiado, portanto, também da vez seguinte. Este processo é considerado, pela maior parte dos padrões, ,:omo não sendo saudável, nias, pelos padrões do produtor de came de vitela que tem como objetivo produzir a vitela mais pesada no menor espaço de tempo possível, a saúde a longo prensejo do animal é irrelevante, desde que sobreviva até ser íevado para o mercado; por isso, a Provimi declara que a transpiração é um sinal de que "o animal está saudável e aumenta de peso" [101]
Fazer o animal sobre- alimentar-se é apenas parte da batalha; a outra parte é assegurar-se de que, tanto quanto possível, tudo quanto é ingerido contribui para o arimento do seu peso. A reclusão do animal de forma a não poder exercitar-se é uni requisito indispensável à consecução deste ob)etivo. Manter as instalaçoes aquecidas também contribui para este tini, uma vez que uni arrinial com frio queima calorias para se manter quente. No entanto, mesmo os animais jovens aquecidos e mantidos nos , Ompartimentos podem ter tendência a ficar agitados pois nada têm para tazer durante todo o dia, corri excepção dos dois períodos diários de aflimentação. Um investiÍgador neerlandês escreveu:

Os bezerros sofrem com a sua incapacidade de fazerem algo) O período de ingestão de alimento dura apenas 20 minutos por dia (...) Além disso, não há nada que o animal possa fazer Observa-se ranger de dentes, abanos de CaLida, balancear da língua e outras formas de comportamento estereotípico (...) Tais movimentos estereotípicos podem ser considerados como reação à falta de ocupação (...)[102]

Para reduzir a agitação dos bezerros entediados, muitos produtores Ácixam os animais sempre às escuras, com excepção dos períodos de alimentação. Uma vez que os locais onde os bezerros se encontram muitas vezes não têm janelas, isto significa simplesmente o desligar completo de qualquer luz. Assim, os animais, sentindo já a falta de aféto, atividade e estímulo requeridos pela sua natureza, são privados de estímulo visual e do contato com os outros bezerros mais de vinte e duas horas em cada vinte e quatro. Descobriu-se que as doenças são mais persistentes em instalações escurecidas. [103]

Os bezerros assim mantidos são animais infelizes e doentes. Apesar de o produtor seleccionar à partida apenas os animais mais fortes e saudáveis, utilizar uma alimentação medicada como medida de rotina e administrar injeções suplementares ao mais pequeno sinal de doença, as afecções digestivas, respiratórias e infecciosas são generalizadas. É comum um produtor descobrir que um em dez, num carregamento de bezerros, não sobrevive às quinze semanas de reclusão. Esta percentagem de mortalidade - entre lo e 15 - em tão curto espaço de tempo seria desastrosa para quem criasse bezerros destinados ao consumo geral. No entanto, os produtores de vitela de leite podem suportar estas perdas porque os restaurantes luxuosos estão prontos a pagar bem pelos seus produtos.
Dada a relação próxima que geralmente existe entre os veterinários que trabalham com animais de aviários e pocilgas e os produtores intensivos (afinal, são os donos, e não os animais, que pagam as contas), é revelador das condições extremas em que se encontram estes bezerros saber que este é um aspecto da produção animal em que existem relações tensas entre veterinários e produtores. Um número de 1982 do The Vealer afirma:

Para além de deixarem passar demasiado tempo até chamarem um veterinário para assistir uma vitela doente, os veterinários não olham favorável [sic] as suas relações com os criadores de vitelas porque eles, desde há muito, desafiam os métodos agrícolas aceitos. A alimentação com feno, de forma a manter um bom sistema digestivo, tem sido, desde há anos, considerada uma prática correta. [104]

O único ponto luminoso nesta história triste é o fato de as condições criadas pelos compartimentos para bezerros serem tão horríveis para o bem-estar dos animais que as regulamentações oficiais britânicas atuais exigem que o animal tenha espaço para se voltar sem dificuldade, lhe seja administrada diariamente uma dieta que contenha "ferro suficiente para o manter em plena saúde e vigor" e receba fibra suficiente para permitir o desenvolvimento normal do rúmen. [105] Estes são requisitos essenciais para o seu bem-estar e ainda estão muito aquém da satisfação das necessidades dos bezerros, mas são violados em quase todas as unidades de produção de came de vitela de leite dos Estados. Unidos, e em muitas da Europa.

Se o leitor tiver em mente que todo este processo laborioso, supérfluo e doloroso de criação de vitela existe apenas com o único fim de satisfazer pessoas que insistem na preferência por came clara e tenra de vitela de leite, não será necessário qualquer outro comentário.

Como vimos, a indústria da vitela é uma ramificação da indústria dos laticinios. Os produtores têm de se assegurar de que as suas vacas leiteiras ficam anualmente prenhes para as manter a produzir leite. As crias são-lhes retiradas à nascença, uma experiência tão dolorosa para a mae como aterradora para a cria. A mãe, em geral, revela claramente os seus sentimentos, chamando e mugindo durante dias, após ter-lhe sido retirada a cria. Algumas vitelas são criadas com substitutos de leite, tomando-se também elas vacas leiteiras quando atingem a maturidade, cerca dos dois anos, para produzir leite. Outras crias são vendidas com uma a duas semanas de idade para serem criadas com o objetivo de produzir came, em unidades de engorda ou cercados. As restantes são vendidas a produtores de vitela de leite, que também se baseiam na indústria de laticínios para a obtenção da dieta de leite que é fomecida às crias para as manter anémicas. Mesmo que não sejam enviadas para uma unidade de criação de vitelas de leite, como escreveu o Professor John Wèbster, do departamento de criação de animais da Universidade de Bristol,

O bezerro nascido da vaca leiteira é sujeito de forma sistemática a mais insultos ao seu desenvolvimento normal do que outro animal de criação. É separado da sua mãe pouco tempo após ter nascido, é privado do alimento natural - leite gordo de vaca -, sendo-lhe oferecida uma variedade de substitutos líquidos menos dispendiosos. [106]

A vaca leiteira, outrora vista tranquilamente, mesmo idilicamente, a vaguear pelos montes, é agora uma máquina de produção de leite cuidadosamente vigiada e afinada. O quadro bucólico da vaca leiteira a brincar com a cria na pastagem não faz parte da produção comercial de leite. Muitas vacas leiteiras são criadas em ambientes fechados. Algumas são mantidas em compartimentos individuais que têm apenas o espaço sufi~ ciente para que elas permaneçam de pé e se deitem. O seu ambiente é completamente controlado: é-lhes fomecida uma quantidade calculada de ração, as temperaturas são ajustadas de forma a maximizar a produção de leite e a iluminação é determinada artificialmente. Alguns produtores descobriram que um ciclo de dezesseis horas de luz diárias - e apenas oito horas de escuridão - conduz a um maior rendimento.

Após ter-lhe sido retirada a primeira cria, dá-se início ao ciclo produtivo da vaca. É ordenhada duas vezes, por vezes três vezes, por dia, durante dez meses. Após o terceiro mês é de novo emprenhada. Será ordenhada até à sexta ou oitava semana antes da data prevista para o nascimento da cria, e voltará a sê-lo logo que a cria lhe seja retirada. Geralmente, este ciclo intenso de prenhez e hiperlactação pode apenas durar cinco anos, após os quais a vaca "gastd' será enviada para o matadouro, para se transformar em hambúrgueres ou alimento para cães.

Por forma a conseguir o maior rendimento, os produtores dão às vacas concentrados de alto teor energético, como sementes de soja, farinha de peixe, produtos derivados da destilação e mesmo excrementos de aves. o sistema digestivo particular da vaca não consegue processar adequadamente este tipo de alimentos. O rúmen destina-se a digerir erva de fermeritação lenta. Durante o pico da produção, poucas semanas após ter dado à luz, a vaca despende frequentemente mais energia do que aqueia que consegue ingerir. Uma vez que a sua capacidade de produzir ultrapassa a sua capacidade de metabolizar os alimentos, a vaca começa a emagrecer, passando a utilizar os tecidos do seu próprio corpo: começa a "transformar em leite a sua própria came".[107]

As vacas leiteiras são animais sensíveis que manifestam perturba~ões tanto psicológicas como físicas como resultado da tensací. Possuem uma forte necessidade de se iderítificar com quem "toma conta" delas. O sistema atual de produção leiteira não possibilita que o produtor passe mal, de cinco minutos por dia corri cada animal. Nuiri artigo intitulado"Ddin Farins That Dont Need Pastures", unia das maiores "fábricas de leite" vangloria-se de um procedimento inovador que "permite que um trabdlhador alimente 80o bezerros eM 45 minutos - uma tarefa que, vulgarmente, 'tomaria o dia todo de vários homens." [108]

Agora a preocupação é descobrir formas de interferir com os processo, normais hormonais e reprodutivos das vacas, por forma a fazê-las produzir ainda mais leite. A hormona do ciescimento bovino (conhecida ne Europa como somatotropina bovina, ou BST) tem sido estudada ria per spectiva de se aumentar drasticamente a produção leiteira, As vacas a, quais se administrou diariamente esta hormona através de injeção rex elaram um aumento de cerca de 20 por cento na produção de leite. Ma,, para além da ferida que provaveiniente se desenvolvera devido à aplica,, à Ç da iníecção dia' ria, os corpos das vacas terão ainda de trabalhar mais: ex, - girao uma dieta mais rica e poderão sofrer de mais doenças do que aclut - Ias que já afetam muitas vacas leiteiras. David Kronfeld, professor (1c riutr;ção e diretor do departamento de medicina dos grandes animais da Escola de Medicina Veterinária da Universidade da Pensilvânia, afirmou que, numa experiência, mais de metade das vacas às quais foi adrrimisirada a BST teve de receber tratamento a mastites (unia inflamação doloroNà da glândula mamária), comparada com nenhuma do grupo de controle. ao qual não tinha sido administrada a hormona. [109] A oposição à BST vem agora dos produtores leiteiros, assim como dos grupos de defesa do bem - -estar dos animais. Isto não é surpreendente, pois existe um estudo, conduzído pela Comell University e pelo Gabinete de Avaliação Técnológica do Congresso norte-americano, que indica que a adopção da BST pelos grandes produtores poderia pôr fora do negócio 80 mil produtores leiteiros norte-americanos --- metade do número atual. [110] Um produtor leiteiro do oeste da Inglaterra observou que "cís principais beneficiado" com estas injeções; seriam umas quantas importantes empresas farmacêuticas" e apelou: "Pelo menos, tenhamos leite vindo de vacas satisfeitas e não de almofadas de alfinetes pertencentes a industriais gananciosos."[111]

Mas os aumentos de produção provocados pela hormona bovina do crescimento não são nada, comparados com aqueles antecipados pelos entusiastas da nova tecnologia reprodutiva. Em 1952, foi concebida a primeira cria através de inseminação artificial. Atualinente, este é praticamente o método corrente. Nos anos 60, foram produzidos os primeiros bezerros a partir de embriões transferidos de uma vaca para outra. Esta tecnologia significa que, com a utilização das injeções de hormonas, uma vaca especialmente produtiva poderá ser levada a produzir dezenas de óvulos de uma só vez. Depois de ser inseminada artificialmente com sêmen de um boi de boa qualidade, pode retirar-se os embriões do seu útero e transplantá-los em vacas mais baratas através de incisões efetuadas nos flancos. Desta forma, pode ser rapidamente criada uma manada inteira a partir do melhor gado. A possibilidade de congelar embriões, desenvolvida durante os anos 70, tomou a transferência de embriões de comercialização mais fácil, sendo que atualmente são tentadas anualmente as transferências de 150 mil embriões nos Estados Unidos, resultando destas pelo menos i00 mil crias. A engenharia genética e, talvez, a cionagem constituirão os próximos passos nos esforços contínuos para a criação de animais cada vez mais produtivos. [112]

Tradicionalmente, o gado criado para came nos Estados Unidos vagueava livremente pelos grandes espaços que vemos nos filmes de cowboys. Mas, como um artigo supostamente humorístico do Peoria Joumal Star indica, a pastagem modema já não é o que era:

A casa do cowboy não é necessariamente na pradaria. Cada vez mais, a casa é um cercado onde o mais próximo que a vaca chega ao cheiro da salva é na panela do refogado. É isto o cowboy na sua versão modema. E é assim que Norris Farms em vez de ter 70O cabeças de gado em 20 Mil acres de pradaria de erva rala, tem 7 mil cabeças em li acres de betão. [113]

Em comparção com as galinhas, os porcos, os vitelos e as vacas leiteiras, o gado bovino destinado a came ainda vê mais dos grandes espaços extenores, mas o tempo que tem para o fazer tem vindo a diminuir. Há vinte .anos, o gado vagueava durante cerca de dois anos. Agora, o gado sortudo ,;~ consegue passear-se no exterior é recolhido após seis meses, para ser terminado" - ou seja, para atingir o peso e as condições de mercado írravés de uma alimentação mais rica do que a erva. Para isto, é transportaà-, através de longas distâncias até aos cercados. Aqui, e durante seis a oito meses, come milho e outros cereais. Depois é enviado para o matadouro.
O crescimento dos grandes cercados tem constituído a tendência na indústria da came de vaca. Dos 34 milhões de cabeças de gado abatidas em 1987 nos Estados Unidos, 70 por cento foram enviadas para o matadouro a partir de cercados. Os grandes cercados são atualmente responsáveis por um terço da came de vaca consumida neste país. Há enormes empreendimentos comerciais, frequentemente financiados pelas companhias petrolíferas ou por dinheiro da Bolsa em busca de benefícios fiscais, Os cercados são lucrativos porque os animais engordam mais rapidamente comendo cereais do que erva. No entanto, tal como as vacas leiteiras, o gado destinado a came não tem estômagos adequados à dieta concentrada que lhes é administrada nos cercados. Muitas vezes, por forma a obter mais fibra do que aquela fomecida pela dieta a que estão sujeitas, as vacas lambem o seu próprio pêlo e o pêlo das suas companheiras. A grande quantidade de pêlo que chega ao rúmen pode provocar abcessos. [114] No entanto, a mistura dos cereais com outras substâncias que os animais desejam e de que necessitam abrandaria o processo de aumento de peso.

Os cercados não restringem tanto os animais como os compartimentos limitam as galinhas, os porcos, os bezerros e, muitas vezes, as vacas leiteiras. A densidade de cabeças tem aumentado, mas, mesmo quando atingem os novecentos animais por acre, cada animal dispõe ainda de um metro e meio quadrado e pode caminhar em tomo da vedação, cujo interior pode ter uma área de um acre, e não está isolado dos outros animais. O problema é o tédio causado pelo ambiente estéril e sempre igual, não a restrição de movimentos.

Um problema grave é a exposição aos elementos. No Verão, o gado pode ficar ao Sol, sem zonas de sombra; no Invemo, pode não ter acesso a qualquer protecção das condições às quais não está naturalmente ajustadoDurante as tempestades de neve do ano de 1987, alguns criadores registaram pesadas perdas, calculando que tanto COMO 25 a 30 por cento dos animais jovens e 5 a io por cento do gado adulto se tinham perdido. Um criador do Colorado afirmou: "Quase não existia protecção para os bezerros. A maior parte destes animais perdeu-se devido à exposição a intempérie. Tivemos neve e, logo a seguir, um frio intenso.' Noutra ocasião, perderam-se numa tempestade setenta e cinco bezerros, de um total de cem. [115]

Na Europa, alguns produtores de came de vaca seguiram as pisadas das indústrias de aves, suína e de came de vitela e colocaram os seus animau em espaços interiores. Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Austrália, a reclusão permanente dos animais num espaço interior é considerada economicamente injustificada. Protege os animais das intempéries, mas sempre com o custo de uma maior densidade de ocupação, uma vez que o produtor de gado pretende extrair o maior rendimento possível do capital investido no edifício. O gado para came que se encontra intensivamente fechado em espaços interiores é geralmente mantido em grupos, em zonas coletivas; e não em compartimentos individuais. Os pavimentos Iaminados são utilizados para facilitar o processo de limpeza, embora o gado destinado a came, como os porcos e as vitelas, se sinta desconfortável sobre as tábuas e comece a coxear.

Não há aspecto da criação de animais que esteja a salvo das incursões da tecnologia e da pressão exercida no sentido de intensificar a produção. Os borregos, esses alegres símbolos da Primavera, entraram já nos interiores escuros das unidades de criação intensiva.[116] No Rabbit Research Center da Universidade do Estado do Oregon. os investigadores desenvolveram um sistema de gaiolas para criar coelhos e estão a efetuar experiências com uma densidade de ocupação de dois coelhos por espaço de trinta por trinta centímetros.[117] Na Austrália, há ovelhas seleccionadas, que produzem uma lã muito fina, que foram também colocadas em espaços fechados - em zonas individuais e coletivas -, por forma a manter a lã limpa e comprida. A lã proveniente destas ovelhas é vendida a um preço cinco ou seis vezes superior ao preço normal."' Embora os comerciantes de peles gostem de ressaltar que a criação dos animais se faz num sistema de "rancho" para minimizar a má imagem que obtiveram por colocar armadilhas e capturar animais selvagens, os 11 ranchos" de animais criados pelas suas peles são altamente intensivos. As martas, os guaxinins, os furões e outros animais são mantidos em pequenas jaulas metálicas. A bela raposa ártica, por exemplo, normalmente tem como território milhares de acres de tundra; numa instalação de produção intensiva de peles, tem uma gaiola que mede um metro por um metro e vinte centímetros.

Vimos as principais tendências da criação de animais que transformaram os métodos tradicionais em produção animal ao jeito industrial. Infelizmente, no que diz respeito aos animais, registaram-se poucas melhorias desde a primeira edição deste livro, há quinze anos. Nessa altura, era já claro que os métodos de produção modema são incompatíveis com qualquer preocupação genuína com o bem-estar dos animais. As provas disto foram primeiramente reunidas no livro pioneiro de Ruth Harrison, Animal Machines, publicado em 1964 e apoiado pelo comitê de Brambell, um comitê nomeado pelo ministro britânico da agricultura e que era formado pelos especialistas mais qualificados. Para além de Brambell, ele próprio um reconhecido zoólogo, o comitê incluía W. H. Thorpe, diretor do departamento de comportamento animal da Universidade de Cambridge, e outros especialistas em ciência veterinária, criação de animais e agricultura. Após uma investigação exaustiva, publicaram em 1965 um relatório oficial de oitenta e cinco páginas. No relatório, o comitê rejeitava categoricamente o argumento de a produtividade constituir uma indicação satisfatória. da ausência de sofrimento - o fato de um animal aumentar de peso, afirmavam, pode indicar uma "condição patológica". Rejeitavam igualmente o ponto de vista segundo o qual os animais de criação não sofrem com a sua reclusão porque são criados para ela e estão a ela acostumados. Num importante apêndice ao relatório, Thorpe sublinhava que as observações efetuadas do comportamento dos animais domésticos revelaram que eles são "ainda essencialmente aquilo que eram no ambiente selvagem da pré-história", registando ainda padrões e necessidades inatas de comportamento mesmo quando o animal nunca conheceu o seu meio natural. Thorpe conclui:

Alguns fatos básicos são suficientemente claros para justificar a adopção de medidas. Embora aceitando a necessidade de restrição, não devemos permitir a existência de condições que suprimem todos ou quase todos os impulsos naturais e instintivos e os padrões de comportamento característicos de acções próprias do elevado grau de organização social encontrado nas espécies selvagens ancestrais e que foram pouco, se o chegaram sequer a ser, eliminadas pelo processo de domesticação. Em particular, é claramente cruel limitar de tal forma um animal durante grande parte da sua vida que ele não possa utilizar qualquer dos seus padrões de comportamento locomotor normais.[120]

De acordo com isto, as recomendações do comitê baseavam-se no seguinte princípio, modesto mas fundamental:

Em princípio, desaprovamos a adopção de um grau de restrição de um animal que frustra necessariamente a maior parte das principais atívidades que constituem o seu comportamento normal (...)   Um animal deve dispor, pelo menos, de espaço suficiente para ser capaz de se voltar, limpar, levantar, deitar e estender os membros sem dificuldade. [121]

Estas "cinco liberdades básicas", como foram posteriormente designadas - voltar-se, limpar-se, levantar-se, deitar-se e estender os membros - são ainda negadas a todas as galinhas de aviário, a todos os suínos em compartimentos e acorrentados, a todas as vitelas em compartimentos. No entanto, desde que o comitê de Brambell emitiu o seu relatório, o veredito nele expresso foi já confirmado em grande parte dos seus aspectos por uma vasta quantidade de material científico. Vimos, por exemplo, o modo como os comentários de Thorpe acerca da privação dos padrões naturais de comportamento foram já completamente confirmados pelo estudo realizado na Universidade de Edimburgo sobre porcos que se encontram num ambiente seminatural. [122] A falácia do argumento de que os animais estão satisfeitos quando produzem é igualmente aceita por todos os cientistas. Um estudo de 1986, publicado na American Scientist, apresenta uma visão informada acerca deste tema:

No que diz respeito aos animais de criação, contudo, este argumento pode ser enganador por diversas razões. Os animais de criação foram seleccionados com base na sua capacidade de crescimento e reprodução numa vasta gama de condições e circunstâncias, algumas adversas. As galinhas, por exemplo, podem continuar a pôr ovos, normalmente, mesmo quando se encontram gravemente feridas. Além disso, o crescimento e a reprodução são frequentemente manipulados através de práticas como a alteração do fotoperíodo ou a adição de substâncias indutoras do crescimento, como antibióticos, à ração. Finalmente, numa unidade modema de criação intensiva, onde um único trabalhador pode tratar anualmente tantas COMO 2 mil cabeças de gado OU 250 mil frangos, a prática de medição do crescimento ou da reprodução em termos de ovos ou quilogramas de came produzidos em relação aos custos de construção, combustível ou ração fomece pouca informação sobre o estatuto produtivo de um animal individual. [123]

O Dr. Bill Gee, diretor do Bureau of Animal Health do govemo australiano, declarou:

Afirma-se que a produtividade dos animais em unidades de criação intensiva constitui um indicador direto do seu bem-estar. É necessário enterrar esta concepção errada de uma vez por todas. O "bem-estar" refere-se ao conforto sentido por animais individuais, enquanto a "produtividade" se refere ao rendimento por dólar gasto ou por unidade de recursos. [124]

Tive o cuidado de documentar a concepção errada existente neste argumento em vários locais do presente capítulo. Seria agradável pensar que o argumento podia ser enterrado de uma vez por todas, mas não restam dúvidas de que continuará a despontar sempre que os apologistas do negócio da criação de animais julgarem útil levar o cliente a acreditar que tudo está bem no ramo.

Em 1987, O Parlamento Europeu reconheceu de algum modo o peso das provas contra os métodos de criação intensiva ao considerar um relatório sobre o bem-estar dos animais e adoptar medidas que contemplavam os seguintes aspectos:

° Pôr fim à reclusão das vitelas em compartimentos individuais e à sua privação de ferro e forragem;
° Proceder à eliminação gradual das gaiolas de aviários no prensejo de dez anos;
° Deixar de colocar as porcas em compartimentos individuais ou de as acorrentar;
° Pôr fim às mutilações efetuadas de forma sistemática, como o corte das caudas e a castração dos porcos. [125]

Estas propostas foram aprovadas por 150 votos contra o, tendo havido duas abstenções. Mas, como já observamos, embora o Parlamento Europeu seja constituído por representantes eleitos de todas as nações da União Europeia, é apenas um organismo consultivo. O poderoso grupo de pressão do negócio, da criação de animais está a tentar fortemente que as medidas não sejam aplicadas. Apesar de tudo, a resolução constitui uma indicação da opinião pública europeia informada acerca destas questões. No que toca às acções, e nãh às palavras, as condições em que se encontram os animais conheceram apenas umas quantas melhorias reais desde a primeira publicação deste livro. Na Suíça, as gaiolas de aviários estão sendo eliminadas gradualmente, encontrando-se também já amplamente disponíveis para venda em muitos locais ovos provenientes de sistemas altemativos de alojamento de galinhas. Estes novos sistemas proporcionam aos animais a liberdade de se movimentarem, esgaravatarem, banharem-se em pó, empoleirarem-se e pôr ovos em caixas próprias, protegidas e equipadas com materiais adequados à postura. No entanto, os ovos provenientes das galinhas assim mantidas são apenas ligeiramente mais caros do que aqueles das galinhas instaladas em gaiolas. 116 Na Grã-Bretanha, o único sinal real de progresso relativo aos animais de criação é a proibição da utilização de compartimentos individuais para vitelas. É a Suécia que abre caminho em questões de bem-estar animal, como já o fez relativamente a muitas outras reformas sociais: as leis suecas aprovadas em 1988 transformarão as condições de vida de todos os animais de criação.
Neste capítulo, centrei-me nas condições existentes nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Os leitores de outros países poderão tender a pensar que as condições existentes no seu próprio país não são tão más; mas se viverem num outro país industrializado (que não a Suécia) não têm razões para pensar tal. Na maior parte dos países, as condições estão muito mais próximas das que se observam nos Estados Unidos do que daquelas acima recomendadas.
Por último, é importante recordar que, embora a implementação das "cinco liberdades" referidas pelo comitê de Brambell, ou das resoluções do Parlamento Europeu, ou mesmo da nova legislação sueca, constituísse um grande avanço na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, e em quase toda a parte onde existe a criação intensiva de animais, nenhuma destas reformas confere igual consideração de interesses semelhantes
dos animais e dos humanos. Elas representam, em graus variáveis, uma forma esclarecida e mais compassiva de especismo, mas, ainda assim, não deixam de ser uma manifestação de especismo. Ainda em nenhum país um organismo govemamental considerou a idéia de os interesses dos animais contarem menos do que os interesses humanos correspondentes. O problema gira sempre em tomo da existência ou não de sofrimento "evitável", e isto significa sofrimento que pode ser evitado enquanto são produzidos os mesmos produtos animais, com um custo que não seja significativamente superior ao existente anteriormente. O pressuposto não questionado é que os humanos podem utilizar animais para os seus próprios fins, podendo criá-los e matá-los para satisfazer a sua preferência por uma dieta que contenha came de animal.

Neste capítulo, centrei-me nos métodos de criação intensiva de animais porque as pessoas, em geral, são consideravelmente ignorantes no que diz respeito ao sofrimento que estes métodos implicam; mas não é apenas a criação intensiva de animais que provoca sofrimento. O sofrimento tem sido uma constante da criação de animais para proveito humano, seja esta criação efetuada com recurso a métodos tradicionais ou modemos. Algum deste sofrimento foi prática comum durante séculos. Isto pode levar-nos a esquecê-lo, mas isso não serve de consolo ao animal ao qual ele é infligido. Considere-se, por exemplo, algumas das práticas sistemáticas a que o gado ainda é submetido.

Quase todos os produtores de came de vaca retiram os chifres aos animais, marcam-nos e castram-nos. Todos estes processos,podem provocar dor física intensa. Os chifres são retirados porque com eles os animais ocupariam mais espaço quando se alimentam da gamela ou poderiam ferir-se quando são transportados de forma compacta, em grande número. As carcaças feridas e os flancos lesionados representam perdas financeiras consideráveis. Os chifres não são apenas osso insensível: há artérias e tecidos que têm de ser cortados quando o chifre é retirado, e o sangue jorra, especialmente quando se cortam os chifres ao animal pouco depois do nascimento.

A castração é praticada porque se crê que os animais castrados aumentam mais de peso do que os não castrados - embora, de fato, pareça que eles apenas aumentam de volume de gordura - e porque se teme que as hormonas masculinas alterem a came. Os animais castrados também são mais fáceis de manipular. A maioria dos criadores admite que a operação provoca choque e dor ao animal. Geralmente não é aplicada anestesia. O processo envolve imobilizar o animal, e, com uma faca, rasgar o escroto, expondo os testículos. De seguida, agarra-se cada um dos testículos e puxa-se, partindo o cordão que os liga ao corpo; em animais mais idosos, pode ser necessário cortar o cordão. [127] Alguns criadores, diga-se em seu abono, manifestam alguma perturbação em relação a esta cirurgia dolorosa. Num artigo intitulado "The Castration Knife Must Go" ["Abaixo a Faca de Castração"], C. G. Scruggs, editor da publicação The Progressive Farmer, refere a "extrema tensão da castração" e sugere que, uma vez que a came magra tem cada vez mais adeptos, se poderia deixar de mutilar os animais. [128] Esta mesma opinião foi também expressa em relação à indústria dos suínos, na qual a prática é semelhante. Segundo um artigo publicado na revista britânica Pig Farming,

A castração é, em si mesma, uma atividade brutal, mesmo para o suinicultor mais empedemido. Surpreende-me que o grupo de pressão antiviviseccionista não tenha ainda efetuado um forte ataque a estaprática.

E uma vez que a investigação já indicou uma forma de detectar a alteração que a came dos animais não castrados pode apresentar ocasionalmente, o artigo sugere que se "pense em dar descanso às facas de castrar".[129]

A marcação de gado com um ferro em brasa é amplamente praticada, como forma de protecção contra o tresmalho e os ladrões de gado (que ainda existem em alguns locais), assim como auxiliar de registo. Embora o gado bovino tenha a pele mais grossa do que os humanos, as peles dos animais não são suficientemente espessas para os proteger contra o ferro em brasa que é aplicado diretamente sobre a pele - tendo sido o pêlo tosquiado na zona a marcar - e aí mantido durante cinco segundos. Para ser possível realizar esta operação, o animal é lançado por terra e imobilizado. Altemativamente, pode prender-se o animal numa engenhoca designada como "calha de compressão" e que consiste num compartimento ajustável que pode ser firmemente apertado em tomo do animal. Mesmo assim, como observa um manual, "o animal, geralmente, salta quando lhe é aplicado o ferro . [130]

Como mutilação adicional, é muito provável que, com uma faca afiada, se recortem as orelhas aos animais com formas diversas de maneira a que, quando se encontram nas pastagens, possam ser identificados à distância ou quando são vistos frontalmente ou por trás, ocasiões em que a marca do ferro não seria visível. [131]

Estas são, portanto, algumas das práticas correntes dos métodos tradicionais de criar gado. Há outros animais que são tratados de forma semelhante quando são criados para came. E por último, considerando o bemestar dos animais nos sistemas tradicionais, é importante recordar que quase todos os métodos envolvem a separação da mãe e da cria em tenra idade, provocando isto uma angústia considerável a ambos. Nenhuma forma de criação de animais permite que os animais cresçam e se tomem parte de uma comunidade de animais de várias idades, como aconteceria em condições naturais.

Embora a castração, a marcação e a separação de mãe e cria tenham causado sofrimento aos animais durante Séculos, a crueldade do transporte e do abate originou os apelos mais desesperados por parte do movimento compassivo do século XIX. Nos Estados Unidos, os animais eram transportados das pastagens próximas das Rockies até aos pontos extremos das vias férreas e aí, amontoados, aguardavam em vagões durante vários dias, sem comida nem água, até o comboio chegar a Chicago. Nesta cidade, aqueles que tinham sobrevivido à viagem esperavam em cercados imensos que tresandavam a sangue e a came putrefacta, até chegar a sua vez de serem arrastados e empurrados por uma rampa, no cimo da qual se encontrava o homem com o machado de camiceiro. Se tivessem sorte, ele acertava em cheio; mas muitos não a tinham.

Desde então, houve algumas alterações. Em 1906, foi aprovada uma lei federal que limitava o tempo que os animais podiam passar nos vagões sem água e alimento a vinte e oito horas, ou trinta e seis horas em casos especiais. Após este tempo, os animais deviam ser descarregados e alimentados, devendo dar-se-lhes água e permitir-se-lhes um período de descanso de, pelo menos, cinco horas antes de prosseguirem viagem. É óbvio que vinte e oito ou trinta e seis horas dentro de um vagão instável, sem água e alimento, era ainda tempo suficiente para provocar angústia, mas já foi uma melhoria. No que conceme o abate, também se registaram alguns progressos. Atualmente, a maior parte dos animais encontra-se inconsciente no momento do abate, o que quer dizer, em teoria, que morre de forma indolor; no entanto, como veremos, há dúvidas quanto a isto, e também excepções importantes. Devido a estas melhorias, o transporte e abate são hoje em dia problemas menores, creio, que os métodos intensivos de produção que transformam os animais em máquinas de conversão de ração barata em came cara. Ainda assim, qualquer relato do que acontece ao seu jantar enquanto é ainda animal ficaria incompleto sem a descrição dos métodos de transporte e abate.

O transporte dos animais inclui mais do que a viagem final para o matadouro. Quando os matadouros estavam concentrados em centros importantes, como Chicago, esta viagem costumava ser a mais longa - e, em muitos casos, a única - que o animal fazia. Cresciam, até atingir o peso de mercado, nas pastagens em que tinham nascido. Quando as técnicas de refrigeração permitiram que o abate se tomasse menos centralizado, a viagem até ao matadouro tomou-se mais curta. No entanto, atualmente é muito menos comum que os animais - em especial o gado bovino - nasçam e cresçam até atingir o peso de mercado na mesma região. Os bezerros podem nascer num Estado - digamos, na Florida - e serem depois transportados para pastagens que ficam a muitas centenas de quilômetros de distância - talvez no oeste do Texas. O gado bovino que passou um ano nas pastagens do Utah ou do Wyoming pode ser reunido e enviado para cercados no lowa ou em Oklahoma. Estes animais fazem viagens de distâncias que podem ir até aos dois mil e quinhentos quilômetros. Para estes, a viagem até ao cercado será provavelmente mais longa e difícil do que a viagem até ao matadouro.

A lei federal de 1906 determinava, relativamente aos animais transportados por via férrea, a obrigação de se fomecer alimento, água e permitir um período de descanso em cada trinta e seis horas. Não dizia nada quanto aos animais transportados em camionetas. Nesse tempo, as camionetas não eram utilizadas para transporte de animais. Mais de oitenta anos decorridos sobre aquela data, o transporte de animais em camionetas não se encontra ainda regulamentado ao nível federal. Foram já realizadas diversas tentativas no sentido de elaborar uma lei correspondente à do transporte ferroviário de animais com aplicação ao transporte viário, mas nenhuma foi bem sucedida até à data. Assim, o gado passa frequentemente até quarenta e oito ou mesmo setenta e duas horas dentro de uma camioneta, sem ser descarregado. Nem todos os camionistas deixam o gado durante todo este tempo sem descanso, comida ou água, mas alguns estão mais preocupados em terminar a tarefa do que em entregar a carga em boas condições.

Quando os animais são colocados pela primeira vez dentro de uma camioneta sentem-se amedrontados, especialmente se foram manipulados apressada e rudemente pelos homens que efetuam o carregamento. O movimento da camioneta constitui também uma experiência nova, podendo fazê-los enjoar. Após terem passado um ou dois dias dentro da camioneta, sem alimento nem água, os animais ficam desesperadamente famintos e sequiosos. Normalmente, o gado bovino come frequentemente durante o dia: os seus estômagos especiais exigem uma ingestão constante de comida para permitir o bom funcionamento do rúmen. Se a viagem se efetuar no invemo, os ventos cortantes podem provocar um enregelamento grave; no Verão, o calor e o sol podem agravar a desidratação provocada pela falta de água. É-nos dificil imaginar como esta combinação de medo, enj00, sede, fome, cansaço e, possivelmente, enregelamento faz os animais sentirem-se. No caso dos bezerros jovens, que podem ter acabado de passar pela angústia do desmame e da castração, o efeito é ainda pior. Os especialistas veterinários recomendam que, por forma a simplesmente melhorar as perspectivas de sobrevivência, os jovens bezerros sejam desmamados, castrados e vacinados pelo menos trinta dias antes do transporte. Isto dá-lhes a possibilidade de recuperarem de uma experiência angustiante antes de serem submetidos a outra. No entanto, estas recomendações nem sempre são observadas. [132]
Embora os animais não consigam descrever as suas experiências, as reacções observadas nos seus corpos dizem-nos alguma coisa. Há duas reacções principais: perda de peso e "febre do transporte" Todos os animais perdem peso durante o seu transporte. Alguma desta perda de peso deve-se à desidratação e ao esvaziamento do trato intestinal. Esta perda é facilmente recuperada, mas registam-se perdas definitivas. Não é invulgar que um boi castrado de 40o quilos perca 45 quilos numa só viagem, podendo levar mais de três semanas a recuperar o peso perdido. Esta perda de peso é considerada pelos investigadores como indicação da tensão a que o animal esteve sujeito. A perda de peso constitui, claro, uma fonte de preocupação para a indústria cámea, uma vez que os animais são vendidos a peso.

A "febre do transporte", uma forma de pneumonia que ataca o gado após ter sido transportado, é o outro indicador principal da tensão sofrida durante o transporte. A febre do transporte está associada a um vírus ao qual o gado saudável não tem qualquer dificuldade em resistir; no entanto, a tensão extrema enfraquece a sua imunidade.

O emagrecimento e a susceptibílidade à febre são indicadores de que os animais se encontraram sujeitos a uma tensão extrema; todavia, os animais que emagrecem e contraem a febre do transporte são aqueles que sobrevivem. Outros morrem antes de alcançar o seu destino, ou chegam com membros partidos ou outros ferimentos. Em 1986, os inspetores da USDA consideraram inutilizáveis 740o bois e vacas, 310O vitelos e 550O porcos por estarem mortos ou gravemente feridos antes de chegarem ao matadouro; constataram ainda que 570 mil bois e vacas, 57 mil vitelas e 643 mil porcos estavam feridos de forma suficientemente grave para algumas partes dos seus corpos não poderem ser utilizadas. [133]

Os animais que morrem durante o transporte não têm uma morte fácil. Congelam durante o Invemo ou sucumbem à sede e ao calor no Verão. Morrem enquanto esperam nos cercados, devido a ferimentos provocados por quedas nas rampas de carregamento escorregadias. Sufocam quando os outros animais se amontoam sobre eles dentro de camionetas sobrelotadas e mal carregadas. Morrem de sede ou à fome quando alguém se esquece de lhes dar água e alimento. E morrem de pura tensão provocada pela experiência aterradora que vivem. O animal que o leitor vai comer hoje ao jantar não morreu de nenhuma destas formas, mas estas mortes sempre fizeram - e continuam a fazer - parte do processo global que fomece came às pessoas.

Matar um animal é, em si, um ato perturbante. Diz-se que se nós próprios tivéssemos de matar os animais que nos dão a came que comemos, todos nos tomaríamos vegetarianos. Certamente que muito poucas pessoas chegam alguma vez a visitar um matadouro e os documentários televisivos sobre os matadouros não são registam grande audiência. As pessoas têm esperança de que a came que compram provenha de um animal que tenha morrido de forma indolor, mas, na verdade, não estão muito interessadas no assunto. No entanto, aqueles que, pelas compras que efetuam, exigem que os animais sejam mortos, não devem ser protegidos deste ou de qualquer outro aspecto da produção da came que compram.

A morte, embora nunca seja agradável, não precisa de ser dolorosa. Se tudo se passar segundo o planejado, nas nações desenvolvidas que possuem leis de abate compassivo, a morte chega depressa e sem dor. Os animais são colocados em estado de inconsciência através da administração de choques elétricos ou com recurso a uma pistola de culatra, e é-lhes cortada a garganta enquanto ainda se encontram inconscientes. Podem sentir terror pouco antes da morte, quando são empurrados pela rampa para serem abatidos, ao cheirar o sangue dos que foram antes deles; mas o momento da própria morte pode ser, em teoria, completamente indolor. Infelizmente, existe sempre um hiato entre teoria e prática. Um jomalista do Washington Post descreveu um matadouro existente em Virginia, operado por Smithfield, o maior embalador de came da Costa Leste dos Estados Unidos:

O processo da came de porco termina numa fábrica altamente mecanizada e modema, onde saem da correia de transporte pacotes plásticos de toucinho fatiado e fiambre embalados no vácuo, limpos e arranjados. Mas começa no exterior, nas traseiras da fábrica, numa pocilga malcheirosa, lamacenta e ensanguentada. No matadouro de Gwaltney, da empresa Smithfield, é apenas permitido aos visitantes que permaneçam nas instalações durante alguns minutos, não vá o cheiro dos porcos mortos agarrar-se às roupas e aos corpos, permanecendo muito depois de a visita ter terminado.

O processo inicia-se quando os porcos, gritando, são empurrados desde os cercados por uma prancha de madeira, no cimo da qual um trabalhador os deixa inconscientes através da administração de choques elétricos na cabeça. À medida que caem, com o choque, outro trabalhador pendura rapidamente os porcos de cabeça para baixo, numa correia de transporte, prendendo as patas traseiras num gancho metálico. Por vezes os porcos inconscientes caem da correia de transporte e recobram os sentidos, tendo os trabalhadores de lutar para conseguir erguer as pemas dos animais de novo até aos ganchos metálicos antes de eles começarem a correr desordenadamente pela área circunscrita. Os porcos são mortos por um trabalhador que aplica um golpe de faca na veia jugular dos animais atordoados e frequentemente ainda a contorcer-se, e deixa escorrer a maior parte do sangue. Os porcos acabados de matar são depois transferidos do matadouro sujo de sangue para o local de escaldadura. [134]

Muito do sofrimento que tem lugar nos matadouros é resultado do ritmo alucinante a que tem de ocorrer a matança. A concorrência entre empresas significa que os matadouros tentam sempre matar mais animais por hora que os seus concorrentes. Entre 1981 e 1986, por exemplo, uma importante empresa americana aumentou a velocidade da correia de transporte de 225 para 275 corpos por hora. A pressão no sentido de trabalhar mais rapidamente implica que se tome menos cuidado com o que se faz - não apenas relativamente aos animais. Em 1988, o comitê do Congresso dos Estados Unidos declarou que em nenhuma outra indústria norte-americana existia uma tão elevada taxa de ferimentos ou doença do que na indústria do abate. Recolheram-se dados que provavam a existência de 58 mil trabalhadores de matadouros feridos anualmente, ou seja, cerca de 160 por dia. Se mesmo com os humanos se tem tão pouco cuidado, qual será o tratamento dado aos animais? Outro dos principais problemas enfrentados por esta indústria é que, devido ao trabalho ser tão desagradável, os empregados não permanecem nela muito tempo, encontrando-se as taxas anuais de rotação em muitas instalações entre os 60 e os l00 por cento. Isto significa o emprego sucessivo de trabalhadores inexperientes que têm de manipular animais aterrorizados num ambiente estranho. [135]

Na Grã-Bretanha, onde os matadouros são, em teoria, controlados estritamente por legislação compassiva referente ao abate, o Farm Animal Welfáre Couricil govemamental fiscalizou alguns matadouros e concluiu:

Concluímos que se está a pressupor a existência de um estado de inconsciência e insensibilidade durante muitas operações levadas a cabo nos matadouros quando, na realidade, é muito provável que o seu grau não seja suficiente para tomar o animal insensível à dor.

O conselho acrescentava que, embora existam leis que exigem que o estado de inconsciência seja atingido eficazmente e sem dor desnecessária, sendo provocado por pessoal qualificado com recurso à utilização de equipamento adequado, "não estamos convencidos de que elas sejam convenientemente aplicadas." [136]

Desde a publicação deste relatório, um experiente cientista britânico colocou dúvidas quanto ao caráter indolor do modo de induzir o estado inconsciente por choque elétrico, mesmo quando este é administrado corretamente. O Dr. Harold Hífiman, Professor de fisiologia e diretor do Laboratório de Neurobiologia Aplicada da Universidade de Surrey observa que as pessoas que experimentaram choques elétricos, sejam eles acidentais ou consequência da terapia por eletrochoques aplicada em casos de doença mental, referem terem sentido dores intensas. É significativo, declara este investigador, o fato de a terapia através de eletrochoques ser agora administrada sob efeito de anestesia geral. Se o choque elétrico tomasse imediatamente o paciente insensível à dor, isto não seria necessário. Por esta razão, o Dr. Hillman duvida de que a eletrocussão, utilizada como método de aplicação da pena de morte em alguns Estados americanos, seja humana: o prisioneiro que se encontra na cadeira elétrica pode, temporariamente, ficar paralisado, mas não inconsciente. Após estas considerações, o Dr. Hillman aborda o problema dos matadouros: "Crê-se que o ato de tomar inconsciente seja compassivo pois, devido a ele, os animais não sentem dor ou angústia. Isto é quase certamente incorreto, pelas mesmas razões que referi em relação à cadeira elétrica." [137] Portanto, é bem provável que o abate não seja nada indolor, mesmo quando é efetuado corretamente em instalações modemas.

Mesmo que fosse possível ultrapassar estes problemas, existe um outro com os animais dos matadouros. Muitos países, incluindo os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, admitem uma excepção relacionada com os rituais de abate judeus e muçulmanos, que exigem que os animais estejam completamente conscientes quando são mortos. Uma segunda excepção existente nos Estados Unidos e igualmente importante prende-se com o fato de a Lei Federal para o Abate Compassivo, aprovada em 1958, se aplicar exclusivamente a matadouros que vendam a came ao govemo norte-americano e aos seus vários ministérios e não se aplicar ao maior número de animais abatidos - as aves.

Consideremos em primeiro lugar o segundo caso. Existem cerca de 6100 matadouros nos Estados Unidos, no entanto, são apenas fiscalizados regularmente menos de 1400, no que diz respeito à observância da lei do abate compassivo. Por conseguinte, é inteiramente legal que os restantes 4700 utilizem o antigo e bárbaro machado de camiceiro; efetivamente, este método é ainda utilizado em alguns matadouros norte-americanos.

O machado de camiceiro, na verdade, é mais um martelo pesado do que um machado. A pessoa que maneja o martelo de cabo comprido fica sobre o animal e tenta deixá-lo inconsciente com um único golpe. O problema é que o alvo é móvel e o balanço dado ao martelo tem de ser cuidadosamente calculado: para o golpe ser bem sucedido, o martelo tem de atingir um ponto preciso da cabeça do animal, e os animais aterrorizados movimentam bastante a cabeça. Se o balanço for incorreto, um pouco que seja, o martelo pode atingir o olho do animal ou o seu nariz; depois, enquanto o animal se agita desesperadamente, em agonia e terror, podem ser necessários vários outros golpes para que o animal fique inconsciente. Mesmo o melhor camiceiro não consegue desferir sempre golpes certeiros. Como é necessário que se matem oito ou mais animais por hora, se o machado falhar apenas um em cada cem golpes, o resultado será, ainda assim, dores horríveis sentidas diariamente por vários animais. Também deve ter-se em mente que, para uma pessoa inexperiente adquirir destreza no manejo do machado, é necessário que pratique bastante. A prática efetuar-se-á com animais vivos.

Por que se utilizam ainda estes métodos primitivos, universalmente considerados inumanos? A razão é a mesma que explica outros aspectos da criação de animais: se as práticas compassivas são mais dispendiosas ou implicam a redução do número de animais que podem ser mortos em cada hora, uma empresa não poderá dar-se o luxo de adoptar métodos compassivos enquanto as suas rivais ainda utilizam os antigos métodos. O custo da munição utilizada nos disparos da pistola de culatra, embora seja apenas de alguns cêntimos por animal, é suficiente para impedir que muitas empresas a utilizem. Conseguir o estado de inconsciência através de eletrocussão é mais barato no longo prensejo, mas a sua instalação é cara. A menos que a lei obrigue os proprietários de matadouros a adoptar um destes métodos, eles poderão não ser utilizados.

A outra falha importante nas leis que regulamentam o abate compassivo diz respeito à excepção do abate que, segundo os rituais religiosos, não necessita de observar a disposição respeitante à obrigatoriedade de existência de um estado inconsciente no animal antes de este ser morto. As leis alimentares judaicas e muçulmanas proíbem o consumo da came de um animal que não esteja "saudável e em movimento" quando é morto. Os métodos utilizados para se conseguir o estado de inconsciência, que se crê provocarem lesões anteriores ao corte da garganta, são, portanto, inaceitáveis. A idéia que subjaz a estes preceitos pode ter sido proibir o consumo da came de um animal que tenha sido encontrado doente ou morto; todavia, tal como é hoje em dia interpretada pelos religiosamente ortodoxos, a lei também bane o caso de um animal tomado inconsciente alguns segundos antes de ser morto. A morte propriamente dita deverá ser efetuada com um único golpe de uma faca afiada nas veias jugulares e nas carótides. Na altura em que foi estabelecido pela lei judaica, este método de abate era provavelmente mais compassivo do que qualquer outro dos métodos altemativos; contudo, agora é menos compassivo, mesmo se efetuado corretamente, do que, por exemplo, a utilização da pistola de culatra que toma o animal insensível de forma instantânea.

Além disso, nos Estados Unidos existem circunstâncias especiais que tomam este método de abate um travesti grotesco de quaisquer intenções compassivas que o puderam ter ditado outrora. Isto resulta da combinação dos requisitos do abate ritual e da Lei relativa à Pureza dos Alimentos e dos Medicamentos de igo6 que, por razões sanitárias, estipula que um animal abatido não deve cair sobre o sangue de outro animal morto antes dele. Na realidade, isto significa que o animal deve ser morto enquanto está suspenso da correia de transporte, ou mantido acima do solo de uma outra forma qualquer, em vez de jazer no pavimento do matadouro. O requisito não afeta. o bem-estar de um animal que tenha sido tomado inconsciente antes de ser morto, uma vez que a suspensão só é feita depois de o animal se encontrar inconsciente; mas tem consequências horríveis quando o animal tem de estar consciente no momento em que é abatido. Em vez de ser lançado ao chão e morto quase no momento em que o atinge, o animal que é morto ritualmente nos Estados Unidos pode ser preso por uma pema traseira, erguido no ar e depois suspenso de cabeça para baixo, completamente consciente, na correia de transporte entre dois e cinco minutos - e ocasionalmente muito mais, se algo errado ocorre na Iinha de morte" antes de o camiceiro proceder ao corte. O processo foi descrito da seguinte forma:

Quando é colocada uma cadeia de ferro em tomo da pema de um pesado animal de came, que pode pesar entre 500 e l000 quilogramas, e o seu corpo é suspenso, a pele rasgar-se-á e desligar-se-á do osso.
Frequentemente, o osso da que vai do joelho à parte superior do casco parte-se ou fica fraturado.111

O animal, de cabeça para baixo, com rupturas nas articulações e muitas vezes com uma pema partida, contorce-se violentamente com dores e medo, de forma que se toma necessário agarrá-lo pelo pescoço e inserir-lhe um gancho nas narinas para o camiceiro o poder matar com um único golpe, como prescreve a lei religiosa. É dificil imaginar um exemplo mais claro de como a interpretação estrita da lei pode perverter o seu espírito. (Deve observar-se, contudo, que mesmo os rabis ortodoxos não aprovam unanimemente a proibição do estado inconsciente anterior à morte: na Suécia, na Noruega e na Suíça, por exemplo, os rabis aceitaram a legislação que exige que o animal se encontre inconsciente, sem abrir qualquer excepção para o abate ritual. Muitos muçulmanos aceitaram também já a inconsciência anterior à morte. [139])

A Society for the Prevention of Cruelty to Animals norte-americana propôs a adopção de um "cercado de arremesso" que permite que um animal consciente seja morto de acordo com as regulamentações sanitárias norte-americanas sem ser suspenso por uma pema. Este dispositivo é agora utilizado em aproximadamente 80 por cento dos grandes animais abatidos segundo os rituais, mas em menos de io por cento dos casos de abate de vitelas. Temple Grandin, dos Grandin Livestock Handling Systems, afirma: "Uma vez que o abate religioso está isento de aplicação da Lei para o Abate Compassivo, algumas empresas não mostram vontade de gastar dinheiro em compaixão. [140]

Aqueles que não seguem as leis alimentares judaicas ou muçulmanas acreditam que os animais mortos que compram não foram abatidos desta forma obsoleta, mas podem enganar-se. Para que a came seja aprovada como sendo "limpd' pelos rabis ortodoxos, deve, para além de provir de um animal abatido em estado de consciência, ter sido limpa dos tecidos proibidos, como as veias, os nós linfáticos e o nervo ciático e suas ramificações. O corte destas partes dos quartos traseiros de um animal é uma tarefa trabalhosa e, portanto, apenas os quartos dianteiros do animal são vendidos como came limpa, sendo que o restante acaba, geralmente, nas prateleiras dos supermercados sem qualquer indicação da sua origem. Isto significa que são abatidos muito mais animais sem previamente terem sido tomados inconscientes do que seria necessário para satisfazer a procura deste tipo de came. O Farm Animal Welfare Courícil britânico calculou que "uma grande proporção" da came obtida por abate ritual é distribuída nos mercados. [141]

O lema "liberdade religiosa" e a acusação de que os que atacam o abate ritual são movidos por anti-semitismo têm bastado para impedir qualquer interferência legislativa nesta prática nos Estados Unidos, na GrãBretanha e em muitos outros países. Mas é óbvio que não se é necessariamente anti-semita ou anti-muçulmano por se mostrar desagrado pela forma como os animais são tratados em nome da religião. É chegada a altura de os fiéis destas duas religiões reconsiderarem as interpretações das leis relativas ao abate, vendo se elas se encontram de acordo com o espírito do ensinamento religioso sobre a compaixão. Entretanto, aqueles que não desejarem consumir came proveniente de animais não abatidos segundo os atuais ensinamentos da sua religião têm uma altemativa simples: não comer qualquer came. Ao fazer esta sugestão, não estou a pedir mais aos crentes do que peço a mim próprio; mas as razões para que eles o façam são mais fortes devido ao sofrimento adicional envolvido na produção da came que eles comem.

Vivemos num tempo de correntes contrárias. Em simultâneo com aqueles que insistem em continuar a matar animais com recurso a métodos bíblicos, existem os cientistas que se ocupam com o desenvolvimento de técnicas revolucionárias, através das quais esperam alterar a natureza essencial dos próprios animais. Um importante passo para a existência de um mundo animal concebido pelos humanos foi dado em 1988, quando o Patent and Trademark Office [Gabinete de Patentes e Registos] norte-americano atribuiu aos investigadores da Universidade de Harvard a patente de um rato modificado geneticamente, concebido para ser mais susceptível ao cancro, de forma a poder ser utilizado na despistagem de possíveis agentes carcinogéneos. A patente foi atribuída na sequência de uma decisão do Supremo Tribunal norte-americano que possibilitou o registo de microorganismos fabricados pelo homem, mas esta foi a primeira instância em que a patente foi atribuída relativamente a um animal. [142]

Os líderes religiosos, os defensores dos direitos dos animais, os ambientalistas e os proprietários de ranchos (que estão alarmados com a perspectiva de terem de pagar direitos para continuarem sendo competitivos) formaram agora uma aliança contra a atribuição de patentes relativas a animais. Entretanto, as empresas de manipulação genética estão já a trabalhar com a indústria de criação de animais, investindo dinheiro em investigação destinada a criar novos animais. Se a opinião pública não se manifestar no sentido de impedir a continuação deste trabalho, conseguir-se-ão grandes fortunas a partir de animais que aumentam mais de peso ou produzem mais leite ou ovos em menos tempo.

A ameaça ao bem-estar dos animais é já óbvia. Os investigadores da unidade de criação do Ministério da Agricultura norte-americano de Beltsville, no Estado de Maryland, introduziram genes de hormonas de crescimento em porcos. Os porcos geneticamente modificados sofreram efeitos secundários graves, incluindo pneumonia, hemorragias intemas e uma forma grave de artrite. Só um destes porcos atingiu a idade adulta, tendo vivido apenas dois anos para além daquele limite. Este porco foi exibido na televisão britânica - bastante adequadamente - no Money Programme. O porco não se tinha de pé. [142] Um dos investigadores responsáveis por este projeto declarou ao The Washington Times

Estamos ainda no estado dos irmãos Wright, comparados com O 747.
Iremos cair e arder durante uns anos e voar a baixa altitude por uns tempos.

Mas serão os animais a "cair e arder", não os investigadores. The Washington Times também citava alguns defensores da engenharia genética, na sua rejeição dos argumentos relativos ao bem-estar dos animais:

Há já séculos que as pessoas fazem cruzamentos de raças, domesticam, matam e exploram os animais de muitas formas. Nada será fundamentalmente alterado. [144]

Como este capítulo demonstrou, isto é verdade. Há muito que tratamos os animais como coisas ao nosso serviço e, nos últimos trinta anos, temos utilizado as técnicas científicas mais avançadas para os fazer servir melhor os nossos fins. A engenharia genética, por revolucionária que seja em determinado sentido, é, noutro sentido, apenas mais uma forma de vergar os animais aos nossos objetivos. O que é realmente necessário é alterar radicalmente as atitudes e as práticas.

Capítulo 4

Ser vegetariano...

ou como produzir menos sofrimento e mais alimento com um custo reduzido para o ambiente

Agora que entendemos a natureza do especismo e vimos as consequências que tem para os animais não humanos, é altura de perguntar: O que podemos fazer? Há muitas coisas que podemos e devemos fazer acerca do especismo. Devemos, por exemplo, escrever aos nossos representantes políticos acerca das questões abordadas neste livro; devemos alertar os nossos amigos para estes problemas; devemos educar os nossos filhos de modo a mostrarem preocupação pelo bem-estar de todos os seres sencientes; e devemos manifestarmo-nos publicamente em nome dos animais não humanos sempre que tivermos uma boa oportunidade para o fazer.
Ao mesmo tempo que fazemos todas estas coisas, há uma outra que podemos fazer e é de suprema importância: é sobre ela que assentam e é ela que confere coerência e significado a todas as outras atividades desenvolvidas em nome dos animais. Essa coisa é assumirmos a responsabilidade das nossas próprias vidas, tomando-as tão isentas de crueldade quanto possível. O primeiro passo é deixarmos de comer animais. Muitas pessoas que se opõem à crueldade para com os animais detém-se frente ao vegetarianismo. Foi sobre estas pessoas que Oliver Goldsmith, ensaísta filantropo do século XVIII, escreveu: "Têm pena, e comem os objetos da compaixão que sentem." [1]
Enquanto questão de lógica estrita, talvez não exista contradição em demonstrar interesse pelos animais dos pontos de vista compassivo e gastronómico. Se alguém se opuser à inflicção de sofrimento aos animais, mas não à morte indolor destes, pode, coerentemente, comer animais que tenham vivido isentos de todo o sofrimento e sido mortos de forma indolor e instantânea. No entanto, prática e psicologicamente, é impossível ser coerente na sua preocupação relativa a animais não humanos enquanto se come os próprios animais. Se estamos preparados para tirar a vida de outro ser simplesmente para satisfazer o nosso gosto por um tipo particular de comida, esse ser não é mais do que um meio para alcançarmos o nosso objetivo. No devido tempo, começaremos a considerar os porcos, o gado bovino e as galinhas como coisas para nosso uso, por forte que seja a nossa compaixão. E quando descobrimos que, para continuar a obter o fomecimento dos corpos destes animais a um preço que possamos pagar, é necessário alterar ligeiramente as suas condições de vida, é pouco provável que consideremos de modo muito crítico estas alterações. As unidades de criação intensiva mais não são do que a aplicação da tecnologia à idéia de que os animais são meios para satisfazer os nossos objetivos. Os nossos hábitos alimentares estão muito arraigados e não se alteram facilmente. Temos grande interesse em convencermo-nos de que a preocupação pelos outros animais não exige que os deixemos de comer. Ninguém que tenha por hábito comer animais é completamente desprovido de parcialidade ao avaliar se as condições em que os animais são criados provocam sofrimento.

Do ponto de vista prático, não é possível criar animais como alimento, em grande escala, sem lhes infligir um sofrimento considerável. Mesmo que não fossem utilizados métodos intensivos, teríamos a criação animal tradicional que envolve castração, separação de mãe e cria, ruptura de grupos sociais, marcação a ferro, transporte para o matadouro e, finalmente, o próprio abate. É difícil imaginar um modo como os animais poderiam ser criados para servirem de alimento sem estas formas de sofrimento. Talvez pudesse ser feito em pequena escala, mas nunca conseguiríamos alimentar as enormes populações urbanas atuais com came obtida desta forma. Se isso fosse de algum modo possível, a came do animal assim criado seria muito mais cara do que a came o é atualmente - e a criação de animais é já um modo dispendioso e ineficiente de produção de proteínas. A came dos animais criados e mortos em obediência ao princípio da igual consideração do bem-estar dos animais seria uma iguaria apenas acessível aos ricos.
No entanto, tudo isto é bastante irrelevante para a questão imediata da ética da nossa dieta quotidiana. Sejam quais forem as possibilidades teóricas da criação de animais sem sofrimento, o fato é que a came disponível nos talhos e nos supermercados provém de animais que não foram tratados com qualquer consideração real enquanto foram criados. Assim, não devemos perguntar-nos: Nunca é certo comer came?, mas: É certo comer esta came? Aqui, creio que tanto aqueles que se opõem à morte desnecessária de animais como os que se opõem apenas à inflicção de sofrimento estão de acrodo e dão a mesma resposta negativa.

Ser vegetariano não é uma atitude meramente simbólica. Assim como não é uma tentativa de isolamento face às feias realidades do mundo, de se manter puro e, portanto, sem responsabilidades relativamente à crueldade e à camificina perpetradas em tomo de si. Ser vegetariano é uma medida altamente prática e eficaz que se pode adoptar para pôr fim tanto à morte como à inflicção de sofrimento a animais não humanos. Suponhamos, por momentos, que apenas desaprovamos o sofrimento, não a morte. Como podemos pôr cobro aos métodos intensivos de criação de animais descritos no capítulo anterior?

Enquanto houver pessoas dispostas a comprar os produtos obtidos através de criação intensiva, as formas habituais de protesto e acção política nunca desencadearão uma reforma substancial. Mesmo no país supostamente amigo dos animais - a Grã-Bretanha - e embora a vasta controvérsia provocada pela publicação do livro de Ruth Harrison, Aizimal Machines, tenha forçado o govemo a nomear um grupo de especialistas imparciais (o comitê de Brambell) para investigar a questão dos maus tratos de animais e redigir recomendações, quando o comitê apresentou o seu relatório, o govemo recusou-se a executar as recomendações nele contidas. Em 1981, o Agricultural Committee da Câmara dos Comuns procedeu ainda a outra investigação sobre a criação intensiva de animais e também esta conduziu também a recomendações no sentido de eliminar os piores abusos. Uma vez mais, nada foi feito.[2] Se foi este o destino do movimento reformador na Grã-Bretanha, não se pode esperar nada de melhor nos Estados Unidos, onde o grupo de pressão dos criadores é ainda mais forte.

Não se pretende com isto dizer que os canais habituais de protesto e acção política são inúteis e devem ser abandonados. Pelo contrário, eles constituem uma parte necessária da luta global para a alteração eficaz do tratamento dos animais. Na Grã-Bretanha, em especial, organizações como a Compassion in World Farming têm mantido a questão na esfera pública, tendo mesmo conseguido pôr fim aos compartimentos para vitelas. Mais recentemente, alguns grupos norte-americanos começaram também a agitar a opinião pública com questões relativas à criação intensiva de animais. Mas, isoladamente, estes métodos não bastam.

As pessoas que lucram com a exploração de grandes quantidades de animais não precisam da nossa aprovação. Precisam do nosso dinheiro. A aquisição dos cadáveres dos animais que criam é o principal apoio que os produtores pedem às pessoas em geral (o outro, em muitos países, é a atribuição de consideráveis subsídios por parte do govemo). Os produtores utilizarão métodos intensivos enquanto conseguirem vender o produto destes métodos: terão recursos para combater politicamente as reformas e poderão defender-se das críticas com a afirmação de que se limitam a dar às pessoas aquilo que elas querem.

Daí a necessidade de cada um de nós deixar de comprar os produtos da criação modema de animais - mesmo que estejamos convencidos de que não seria errado comer animais que tivessem vivido de modo agradável e morrido de forma indolor. O vegetarianismo é uma forma de boicote. Para a maioria dos vegetarianos, o boicote é definitivo visto que, uma vez tendo quebrado os hábitos de ingestão de animais, não conseguem aprovar a morte de animais por forma a satisfazer os desejos triviais dos seus palatos. Mas, atualmente, a obrigação moral de boicotar a came disponível nos talhos e nos supermercados é igualmente inescapável para aqueles que apenas desaprovam a inflicção de sofrimento, e não a morte. Até começarmos a boicotar o consumo de came e de todos os produtos afins, estamos, cada um de nós, a contribuir para a existência continuada, a prosperidade e o crescimento dos métodos de criação intensiva de animais e para outras práticas cruéis utilizadas na criação de animais com fins alimentares.

É neste ponto que as consequências do especismo interferem diretamente nas nossas vidas e somos forçados a provar pessoalmente a sinceridade da nossa preocupação relativamente aos animais não humanos. Temos, a este respeito, a oportunidade de fazer algo, em vez de simplesmente falar e desejar que os políticos façam algo. É fácil tomar posição acerca de uma questão remota, mas os especistas, como os racistas, revelam a sua verdadeira natureza quando a questão se toma mais próxima. Protestar em relação às touradas realizadas em Espanha, ao consumo de cães na Coreia do Sul ou ao abate de focas bebês no Canadá enquanto se continua a comer ovos de galinhas que passam as suas vidas amontoadas em gaiolas, ou came de vitelas que foram privadas das mães, do seu alimento natural e da liberdade de se deitarem com os membros estendidos, é como denunciar o apartheid existente na África do Sul enquanto se pede aos vizinhos para não venderem a casa a negros.

Para tomar mais eficaz o aspecto de boicote do vegetarianismo, não devemos esconder a nossa recusa em comer came. Numa sociedade omnívora, pergunta-se frequentemente aos vegetarianos a razão de tão estranha dieta. Isto pode ser irritante, ou mesmo embaraçoso, mas também possibilita que se refira às pessoas as crueldades de que podem não ter consciência. (A primeira vez que soube da existência de criação intensiva de animais foi através de um vegetariano que se dispôs a explicar-me por que razão não estava a comer o mesmo que eu.) Se o boicote for a única forma de fazer cessar a crueldade, temos de tentar que tantos quanto possível se juntem a ele. Só poderemos ser eficazes na persecução deste objetivo se nós próprios nos instituirmos como exemplo.

Por vezes, as pessoas tentam justificar o seu consumo de came dizendo que o animal já estava morto quando o compraram. A fraqueza desta racionalização - que ouvi formalizada muitas vezes, de modo bastante sério - deveria tomar-se óbvia no momento em que consideramos o vegetarianismo como forma de boicote. As uvas, colhidas por trabalhadores não sindicalizados, que se encontravam à venda durante o boicote às uvas inspirado pelos esforços de Cesar Chavez para aumentar os salários e as condições de trabalho dos trabalhadores nas vinhas, já tinham sido colhidas por trabalhadores com salários baixos e não era possível fazer aumentar esses salários, já recebidos, tal como não é possível fazer regressar à vida o nosso bife. Em ambos os casos, o objetivo do boicote não é alterar o passado, mas impedir a continuação das condições a que objetamos.

Sublinhei de tal forma o caráter de boicote do vegetarianismo que o leitor pode perguntar-se, se o boicote não se divulgar e se provar eficaz, se valerá a pena tomar-se vegetariano. Muitas vezes, é preciso arriscar quan~ do não estamos certos de ser bem sucedidos, e não é aceitável como argumento contrário a alguém tomar-se vegetariano, se isto for tudo o que se tem a dizer sobre o assunto: nenhum dos grandes movimentos contra a opressão e a injustiça teria alguma vez existido se os seus líderes não se tivessem esforçado enquanto não obtivessem uma certeza de sucesso. No caso do vegetarianismo, no entanto, acredito que conseguimos algo com os nossos atos individuais, mesmo que o boicote não atinja globalmente os seus objetivos. Numa ocasião, George Bemard Shaw afirmou que muitas ovelhas, vacas, porcos e galinhas e um cardume inteiro de peixes o haviam de seguir até à campa, agradecidos por terem sido poupados à morte devido à sua dieta vegetariana. Embora não seja possível identificar animais individuais que teremos beneficiado ao tomarmo-nos vegetarianos, podemos presumir que a nossa dieta, juntamente com as de muitos outros que já não comem came, terá algum impacto no número de animais criados em unidades intensivas e abatidos para servirem de comida. Esta suposição é rensejoável porque o número de animais criados e abatidos depende do lucro deste processo, dependendo o lucro, por sua vez e em parte, da procura do produto. Quanto menor for a procura, menores serão o preço e o lucro. Quanto menor for o lucro, menos animais serão criados e abatidos. Isto é economia básica, podendo facilmente observar-se - a partir das tabelas publicadas; nas revistas da indústria de aves, por exemplo - uma correlação direta entre o preço das aves e o número de galinhas colocadas em aviários para darem início à sua triste existência.

Assim, o vegetarianismo tem ainda uma base mais sólida do que outros boicotes ou protestos. A pessoa que boicota os produtos sul-africanos como forma de protesto contra o apartheid não consegue nada se o boicote não conseguir obrigar os brancos sul-africanos a modificar a sua política (embora tenha valido a pena o esforço, seja qual for o seu resultado); mas os vegetarianos sabem que, através das suas acções, contribuem para a redução do sofrimento e abate dos animais, quer eles cheguem ou não a assistir à propagação dos seus esforços até se alcançar um boicote maciço de came e o fim da crueldade na criação de animais.
Para além de tudo isto, ser vegetariano tem um significado especial porque o vegetariano é uma forma prática e viva de refutar uma defesa vulgar e, no entanto, completamente falsa, dos métodos de criação intensiva de animais. Por vezes, afirma-se que estes métodos são necessários para alimentar a população mundial crescente. Uma vez que a verdade é tão importante neste caso - de fato, suficientemente importante para justificar uma defesa convincente do vegetarianismo completamente independente da questão do bem-estar animal que tenho sublinhado neste livro - debruçar-me-ei brevemente sobre os pontos fundamentais da produção alimentar.

Neste momento, há milhões de pessoas em muitos locais do globo que não têm comida suficiente. Há outros milhões de pessoas que dispõem de quantidade suficiente de alimento, mas não do alimento certo: na maior parte dos casos, não ingerem um teor suficiente de proteínas. A questão é saber se a produção de comida através dos métodos utilizados nas nações, ricas contribui para a solução do problema da fome.

Os animais têm de comer até atingirem o tamanho e o peso que os toma adequados ao consumo humano. Se um vitelo, suponhamos, pasta num campo que tem apenas erva e não pode ser cultivado com milho ou qualquer outra cultura que seja comestível para os seres humanos, o resultado será um ganho líquido de proteína para os seres humanos, uma vez que o vitelo, uma vez adulto, fomecerá proteínas que - ainda - não podemos extrair da erva de modo econômico. Mas se considerarmos o mesmo vitelo e o colocarmos num cercado ou num outro sistema de reclusão, o cenário altera-se. O vitelo deve, agora, ser alimentado. Seja qual for o espaço em que se encontra o vitelo e os seus companheiros, o campo tem de ser utilizado no cultivo de milho, sorgo, soja ou qualquer outra coisa que o vitelo coma. Ora, assim, estamos a alimentar o vitelo com comida que nós próprios comeríamos. O vitelo precisa da maior parte da comida que consome para assegurar os processos fisiológicos normais da sua vida quotidiana. Mesmo que o vitelo seja drasticamente impedido de se exercitar, o seu corpo continua a precisar de queimar comida para ele poder, simplesmente, manter-se vivo. A comida também é utilizada para desenvolver partes não comestíveis do vitelo, como os ossos. Apenas a comida que sobeja após estas necessidades terem sido satisfeitas pode ser transformada em came, acabando por ser consumida por seres humanos.

Quanto do teor prote-Ico desta comida é utilizado pelo vitelo, e quantoestará disponível para os seres humanos? A resposta é surpreendente. São necessários cerca de onze quilogramas de proteínas em ração para produzir meio quilograma da proteína que chega aos humanos.
Recuperamos menos de 5 por cento daquilo que investimos. Não admira que Frances Moore Lappé tenha chamado a este tipo de criação "uma fábrica invertida de proteínas". [3]

Podemos colocar o problema de outra forma. Suponhamos que temos um acre de terra fértil. Podemos utilizar essa terra para cultivar um alimento vegetal com elevado teor proteico, como ervilhas ou feijões. Se fizermos isto, a terra produzirá entre cento e cinquenta e duzentos e cinquenta quilos de proteína. Em altemativa, podemos utilizar a terra para cultivar alimento de animais e, depois, matar e comer os animais. Assim, a nossa terra produzirá entre vinte e vinte e sete quilos de proteínas. É interessante notar que, embora a maior parte dos animais converta a proteína vegetal mais eficientemente do que o gado bovino - um porco, por exemplo, precisa "apenas" de quatro quilos de proteína para produzir meio quilo para os humanos -, esta vantagem é praticamente eliminada quando consideramos a quantidade de proteína que conseguimos produzir por acre, uma vez que o gado bovino consegue utilizar fontes de proteína que os porcos não apreciam. Assim, a maior parte dos cálculos conclui que os alimentos vegetais rendem dez vezes mais em termos de teor proteico por acre do que a came, embora os cálculos variem e a relação, por vezes, chegue a atingir vinte para um. [4]

Se, em vez de matar os animais e comer a sua came, os utilizássemos como fonte de leite e ovos, melhoraríamos consideravelmente os nossos rendimentos. Apesar disso, os animais precisariam ainda de usar proteínas para os seus próprios fins, e as formas mais eficientes de produção de leite e ovos não rendem mais do que um quarto da proteína por acre que pode ser conseguida. através dos alimentos vegetais.

É claro que a proteína é apenas um dos nutrientes necessários. Se compararmos o número total de calorias produzidas pelos alimentos vegetais e pelos alimentos derivados de animais, a vantagem pende ainda para o lado das plantas. Comparando o rendimento obtido a partir de um acre de terra cultivado com aveia ou bróculos com o rendimento de um acre de terra usado na produção de alimentos para porcos, de leite, aves ou came de vaca, percebemos que o acre de terra cultivado com aveia produz seis vezes as calorias obtidas através da came de porco, sendo esta o mais eficiente dos produtos derivados de animais. O acre de terra cultivado com bróculos rende quase três vezes mais do que as calorias conseguidas através da came de porco. Da aveia obtêm-se mais de vinte e cinco vezes mais calorias que se conseguem na came de vaca. Se considerarmos ainda outros nutrientes, destruímos outros mitos, alimentados pelas indústrias das cames e dos laticínios. Por exemplo, um acre de terra cultivado com bróculos produz vinte e quatro vezes mais ferro do que a mesma área utilizada na produção de came de vaca, alterando-se a proporção para dezesseis vezes mais se a planta cultivada for a aveia. Embora a produção de leite renda mais cálcio por acre do que a aveia, os bróculos são ainda melhores, fomecendo cinco vezes mais cálcio do que o leite. [5]

As implicações destes fatos para a situação mundial em termos alimentares; são imensas. Em 1974, Lester Brown, do Overseas Developinent Colincil, calculou que se os americanos reduzissem o seu consumo de came em io por cento durante um ano, libertariam pelo menos doze milhões de toneladas de cereal, que ficaria disponível para consumo humano - e seria suficiente para alimentar 60 milhões de pessoas. Don Paarlberg, ex-Secretário de Estado da Agricultura, afirmou que a mera redução da população de gado norte-americano para metade disponibilizaria comida suficiente para compensar cerca de quatro vezes o défice de calorias existente nas nações subdesenvolvidas não socialistas. [6] Na verdade, a comida desperdiçada na produção de animais nas nações ricas seria suficiente, se fosse adequadamente distribuída, para pôr fim tanto à fome como à malnutrição em todo o mundo. A resposta simples para a nossa questão é, portanto, que a criação de animais como fonte de alimento e segundo os métodos seguidos nos países industrializados não contribui para a solução do problema da fome.

A produção de came também afeta outros recursos. Alan Duming, um investigador do Worldwatch Institute (um grupo de especialistas em assuntos ambientais baseado em Washington D.C.), calculou que meio quilo de bife criado num cercado custa dois quilos e meio de cereal, 11 250 litros de água, a energia equivalente a 4,5 litros de gasolina e a erosão de cerca de 18 quilos do solo superficial. Mais de um terço da América do Norte está ocupada com pastagens, mais de metade das culturas dos Estados Unidos são forragens e mais de metade da água consumida nos Estados Unidos destina-se ao gado. [7] Em todos estes aspectos, os alimentos vegetais são muito menos exigentes em termos de recursos e do ambiente.

Consideremos em primeiro lugar a utilização de energia. Poderia-se pensar que a agricultura é uma forma de utilizar a fertilidade do solo e a energia fomecida pelo Sol para aumentar a energia disponível para consumo humano. A agricultura tradicional fá-lo. O milho cultivado no México, por exemplo, produz 83 calorias em alimentos por cada caloria de energia combustível fóssil utilizada. A agricultura dos países desenvolvidos, no entanto, baseia-se num grande dispêndio de combustível fóssil. A forma de produção alimentar mais eficiente nos Estados Unidos em termos de energia (a aveia, uma vez mais) apenas produz 2,5 calorias por caloria de combustível fóssil, enquanto as batatas rendem apenas 2 e o trigo e a soja cerca de 1,5- Mas mesmo estes fracos resultados são uma maravilha, comparados com a produção animal nos Estados Unidos: nesta, todas as formas despendem mais energia do que fomecem. A menos má - came de vaca criada nas pastagens - utiliza mais de 3 calorias de combustível fóssil por cada caloria que fomece; a pior - came de vaca criada em cercados - consome 33 calorias de combustível por cada caloria de alimento. Em termos de eficiência energética, os ovos, o borrego, o leite e as aves colocam-se no meio das duas formas de criação de came de vaca. Por outras palavras, e limitando-nos à agricultura praticada nos Estados Unidos, o cultivo de espécies vegetais é geralmente pelo menos cinco vezes mais eficiente do que a criação de gado em pastagens, cerca de vinte vezes mais eficiente do que a produção de galinhas e mais de cinquenta vezes mais eficiente do que a produção de came de vaca em cercados.' A produção de animais nos Estados Unidos só consegue vingar porque tem ao seu dispor milhões de anos de energia solar acumulada, armazenada no solo sob a forma de petróleo e carvão. Isto faz sentido para as empresas do setor porque a came vale mais do que o Petróleo, mas não faz qualquer sentido em termos de utilização racional a longo prensejo dos nossos recursos finitos.

A produção de animais também não se sai bem da comparação com o cultivo de espécies vegetais no que diz respeito ao consumo de água. Meio quilo de came exige cinquenta vezes mais água do que a quantidade equivalente de trigo. [9] A revista Newsweek descreveu de forma eloquente este volume de água ao afirmar: "A água necessária a um boi de 500 quilos faria flutuar um contratorpedeiro." [10] As exigências da produção de animais estão a secar os vastos lençóis freáticos dos quais dependem tantas regiões das partes mais secas da América, da Austrália e de outros países. No território da criação de gado que vai do Texas ocidental até ao Nebraska, por exemplo, os níveis de captação de água estão a baixar e os poços secam enquanto o enorme lago subterrâneo conhecido como Aquífero Ogalalla - outro recurso que, como o petróleo e o carvão, levou milhões de anos a criar-se - continua sendo utilizado exaustivamente para a produção de came. [11]

Também não devemos negligenciar as consequências que a produção de animais têm sobre a água que não utiliza. As estatísticas da British Water Authorities Association mostram que em 1985 houve mais de 350O casos de poluição hídrica originada por unidades de produção de animais. Eis um só exemplo desse ano: o rebentamento de um tanque de uma pocilga enviou 250 mil litros de excrementos suínos para o rio Perry, matando ilo mil peixes. Mais de metade dos processos movidos pelas autoridades da água devido a poluição fluvial grave tem agora como alvo os criadores de animais. [12] isto não surpreende, pois uma modesta unidade de produção de ovos que tenha 60 mil aves produz semanalmente oitenta e duas toneladas de excrementos e, no mesmo período, dois mil porcos produzirão vinte e sete toneladas de excrementos e trinta e duas de urina. As unidades holandesas produzem 94 milhões de toneladas de excremento por ano, mas apenas 50 milhões podem ser absorvidos pela terra com segurança. Calculou-se que o excedente encheria um comboio de mercadorias com 16 mil quilômetros, que se estenderia de Amesterdão até à costa mais distante do Canadá. Mas o excedente não é transportado: é lançado à terra, onde polui os recursos hídricos e mata a pouca vegetação natural que resta nas regiões agrícolas dos Países Baixos. [13] Nos Estados Unidos, os animais de criação produzem anualmente 2 Mil milhões de toneladas de excrementos - cerca de dez vezes mais do que a população humana - e metade destas provém de animais criados em unidades intensivas, não regressando naturalmente à terra. [14] Como afirmou um suinicultor: "Até o fertilizante ser mais caro do que o trabalho, os excrementos têm pouco valor para mim. [15] Assim, os excrementos que deveriam ser utilizados para restaurar a fertilidade dos solos acabam por ir poluir os nossos cursos de água.

No entanto, é a destruição das florestas que se revela a maior de todas as loucuras cometidas em nome da procura de came. Em termos históricos, foi o desejo de obter terrenos para pastagens que constituiu o principal motivo para o abate de árvores. Ainda é assim. Na Costa Rica, na Colômbia, no Brasil, na Malásia, na Tailândia e na Indonésia, são abatidas partes de florestas tropicais para se conseguir terra para pastagens. Mas a came do gado assim alimentado não beneficia os pobres desses países. Ao invés, é vendida aos ricos das cidades ou exportada. Nos últimos vinte e cinco anos, destruiu-se quase metade das florestas tropicais da América Central, em grande parte para fomecer came de vaca à América do Norte. [16] Talvez go por cento das espécies animais e vegetais do nosso planeta vivem nos trópicos, não tendo sido ainda muitas delas identificadas pelos cientistas. [17] Se o abate de árvores prosseguir à escala atual, serão levadas à extinção. Além disso, há ainda outras consequencias: o abate de árvores provoca erosão e o aumento da escorrência leva a inundações, os agricultores já não têm madeira para utilizar como combustível e as chuvas podem diminuir. [18]

Estamos a perder estas florestas na altura em que começamos a perceber como elas são verdadeiramente vitais. Desde a seca norte-americana de 1988, muitas pessoas ouviram falar da ameaça que o efeito de estufa representa para o nosso planeta, sendo provocado sobretudo pelo aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera. As florestas armazenam quantidades imensas de carbono: calculou-se que, apesar da imensa destruição que já ocorreu, as restantes florestas ainda retêm quatrocentas vezes a quantidade de carbono emitido anualmente para a atmosfera sob a forma de dióxido de carbono. Uma floresta nova, em crescimento, absorve dióxido de carbono da atmosfera e retém-no como matéria viva A destruição das florestas existentes vai intensificar o efeito de estufa; é na reflorestação em grande escala, combinada com outras medidas que visem a redução da emissão de dióxido de carbono, que reside a nossa única esperança. [19] Se não o fizermos, o aquecimento do nosso planeta provocará, nos próximos cinquenta anos, secas generalizadas, maior destruição das florestas devido às alterações climáticas, extinção de inúmeras espécies que não suportarão as alterações ocorridas no seu habitat, e degelo nos pólos que provocará o aumento do nível dos mares e a inundação das cidades e planícies costeiras. O aumento de um metro do nível do mar provocaria a inundação de 15 por cento do Bangladesh, afetando io milhões de pessoas; e ameaçaria a própria existência de algumas ilhas baixas do Pacífico, como as Maldivas, Túvalu e Kiribati. [20]

As florestas e os animais competem pela mesma terra. O apetite prodigioso de came dos países ricos significa que o negócio da criação de animais pode pagar mais do que aqueles que pretendem preservar ou restaurar as florestas. Estamos, literalmente, a jogar o futuro do nosso planeta - a hambúrgueres.

Quão longe deveremos ir? Os argumentos a favor de uma ruptura radical com os nossos hábitos alimentares são claros; mas deveremos, a partir de agora, não comer senão alimentos vegetais? Onde estabelecer a fronteira?
É sempre difícil traçar fronteiras precisas. Vou fazer algumas sugestões, mas o leitor poderá considerar que o que digo agora é menos convincente do que o que ficou dito atrás, acerca de casos mais concretos. Deve ser cada um a decidir onde estabelecerá a sua fronteira, e a decisão pode não coincidir com a minha. Isto não é muito importante. Conseguimos distinguir homens calvos de homens não calvos sem definir exatamente a linha de fronteira que os separa. O que é importante é a existência de acordo quanto aos princípios básicos.
Espero que todos os que leram este livro até este passo reconheçam a necessidade moral de recusar comprar ou comer a came ou outros produtos derivados de animais que foram criados em condições intensivas. Este é o ponto mais claro de todos, o mínimo absoluto que qualquer pessoa que possua a capacidade de ver para além de considerações de um interesse próprio mesquinho deverá ser capaz de aceitar.

Vejamos o que implica este princípio básico. Significa que, a menos que estejamos certos da origem daquilo que compramos, devemos abster-nos de consumir as cames de galinha, peru, coelho, porco, vitela, vaca e ovos. Atualmente, há poucos borregos produzidos intensivamente, mas alguns são-no e, no futuro, poderão ser mais ainda. A probabilidade de a came de vaca que compra provir de um cercado ou qualquer outra forma de reclusão - ou de terrenos de pastagens roubados à floresta - dependerá do país em que vive. É possível obter came de todos estes animais que não tenha origem em unidades intensivas de criação, mas, a menos que Viva numa área rural, é preciso fazer um grande esforço para a encontrar. A maior parte dos talhantes não faz a mais pequena idéia do modo como foram criados os animais cujos corpos eles vendem. Nalguns casos, como o das galinhas, os métodos tradicionais de criação desapareceram de tal forma que se tomou praticamente impossível comprar uma galinha que tenha conhecido a liberdade de vaguear ao ar livre; e a came de vitela, sim - plesmente, não se consegue já produzir compassivamente. Mesmo quando a came é descrita como sendo "orgânica" isto pode significar apenas que não foram administradas aos animais as àoses habituais de antibiótícos, hormonas e outras drogas: pouca consolação para um animal que não pôde caminhar livremente. No que diz respeito aos ovos, em muitos países os chamados "ovos de galinha de campo" encontram-se facilmente disponíveis, embora em muitas partes dos Estados Unidos seja ainda dificil obtê-los.
Assim que tenha deixado de comer came de aves, porco, vitela, vaca e ovos produzidos intensivamente, o próximo passo será recusar-se a comer qualquer ave ou mamífero abatido. Este é apenas um pequeno passo suplementar, uma vez que poucos dos animais que habitualmente se comem não são criados intensivamente. As pessoas que não fazem idéia da satisfação e variedade proporcionadas por uma dieta vegetariana podem considerar isto um sacrificio enorme. A isto, só posso responder. "Experimentem!" Comprem um bom livro de cozinha vegetariana (no apêndice 2 deste livro fomece-se os títulos de alguns) e verificarão que ser vegetariano não é sacrifício. A razão para dar este passo adicional pode ser a convicção de que é errado matar estas criaturas com o fim trivial de satisfazer os nossos palatos; ou pode ser o conhecimento de que, mesmo quando não são criados intensivamente, estes animais sofrem das várias maneiras descritas no capítulo anterior.

E agora surgem questões mais difíceis. Até onde deveremos ir, na escala da evolução? Deveremos comer peixe? E quanto aos camarões? E as ostras? Para responder a estas perguntas devemos ter em mente o princípio central sobre o qual assenta a nossa preocupação com os outros seres. Como disse no primeiro capítulo, a única fronteira legítima para a nossa preocupação com os interesses dos outros seres é o ponto em que deixa de ser correto afirmar que o outro ser tem interesses. Para ter interesses, num sentido estrito e não metafórico, um ser tem de ser capaz de sofrer ou experimentar prazer. Se um ser sofre, não pode haver justificação moral para desprezar esse sofrimento ou para recusar considerá-lo de forma igual ao sofrimento de qualquer outro ser. Mas o inverso é também verdadeiro. Ser um ser não for capaz de sofrer, ou de sentir prazer, não há nada a ter em conta.

Assim, o problema de traçar uma linha divisora é o problema de decidir quando se justifica supormos que um ser é incapaz de sofrer. Na minha discussão anterior sobre a prova de que os animais não humanos são capazes de sofrer sugeri dois indicadores desta capacidade: o comportamento do ser - se se contorce, grita, tenta fugir àquilo que provoca a dor, etc.; e a semelhança do sistema nervoso do ser com o nosso próprio sistema. À medida que recuamos na escala evolucional, descobrimos que em ambos estes parâmetros diminui a força das provas de existência de capacidade para sentir dor. No que respeita às aves e aos mamíferos, as provas são esmagadoras. Os répteis e os peixes têm sistemas nervosos que diferem dos dos mamíferos em aspectos importantes, mas partilham a estrutura básica das vias nervosas organizadas centralmente. Os peixes e os répteis revelam a maior parte dos aspectos comportamentais dos mamíferos no que toca à dor. Na maioria das espécies existe mesmo vocalização, embora esta não nos seja audível. Os peixes, por exemplo, emitem sons vibratórios, tendo sido já identificados diferentes "chamamentos" pelos investigadores, incluindo sinais que exprimem "alarme" e "irritação"[21] Os peixes evidenciam também sinais de angústia quando são retirados da água e são deixados a saltar na rede ou sobre a terra, até morrerem. Certamente que é apenas por os peixes não uivarem ou ganirem de forma a podermos ouvi-los que há pessoas - noutros aspectos bastante civilizadas - que consideram ser uma boa forma de passar a tarde estar-se sentado à beira da água com um anzol enquanto, ao lado, morrem lentamente os peixes já pescados.

Em 1976, a British Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals (RSPCA) nomeou um grupo independente de investigação da pesca e caça. O grupo era presidido pelo Lorde Medway, um reputado zoólogo, e era constituído por especialistas da RSPCA. A investigação debruçou-se detalhadamente sobre provas de capacidade de sensação de dor nos peixes e concluiu, inequivocamente, que as provas que atestam a existência de sensação de dor nos peixes são tão irrefutáveis como aquelas relativas a outros animais vertebrados?[22] As pessoas mais preocupadas com a inflicção de dor do que com a morte podem perguntar: Supondo que os peixes podem sofrer, qual é o seu sofrimento durante o processo de pesca comercial? Pode parecer que aos peixes, ao contrário das aves e dos mamíferos, não é infligido sofrimento durante o processo de criação que os conduz às nossas mesas porque os peixes não são criados: os seres humanos interferem nas suas vidas apenas para os pescar e matar. Na verdade, isto nem sempre é verdade: a criação em viveiros - que constitui uma forma intensiva de criação como a utilizada para a came de vaca criada em cercados - é uma indústria florescente. Começou com peixes de água doce, como a truta, mas os noruegueses desenvolveram uma técnica de produção de salmão em gaiolas, no mar, e há outros países que utilizam agora este método na criação de várias espécies de peixes de água salgada. Não foram ainda investigados os potenciais problemas de bem-estar relativos aos peixes assim criados - a densidade de ocupação, a negação do instinto migratório, a tensão provocada pelo manuseamento, etc. Mas, mesmo no caso dos peixes que não são criados intensivamente, a morte de um peixe que foi pescado é muito mais pavorosa do que a morte de, digamos, uriu galinha, porque os peixes são simplesmente içados no ar e abandonados à morte. Uma vez que as suas guelras conseguem extrair oxigênio da água mas não do ar, os peixes não conseguem respirar quando estão fora de água. O peixe que está à venda no seu supermercado pode ter morrido lentamente, de asfixia. Se se tratava de um peixe de águas profundas, arrastado para a superficie pela rede de um pesqueiro, pode ter morrido dolorosamente durante o processo de descompressão.
Quando os peixes são capturados e não criados intensivamente, o argumento ecológico contra o consumo de animais criados intensivamente deixa de ser válido. Não desperdiçamos cereais ou soja a alimentar os peixes do oceano. No entanto, existe um argumento ecológico diferente que vai contra a pesca comercial marítima extensiva que agora praticamos: estamos a esgotar rapidamente as reservas dos oceanos. Nos últimos anos, as pescarias têm diminuído drasticamente. Várias espécies piscícolas, outrora abundantes, como os arenques do Norte da Europa, as sardinhas da Califómia e o eglefim de Nova Inglaterra são agora tão raras que se consideram extintas, para fins comerciais. As modemas frotas pesqueiras praticam sistematicamente a pesca de arrasto nas zonas de pesca, com redes de malha apertada que apanham tudo o que se atravessa no seu caminho. As espécies não comerciais - conhecidas na indústria como "lixo" podem chegar a constituir metade da pescaria." Os seus cadáveres são lançados borda fora. Uma vez que a pesca de arrasto envolve o arrastamento de uma rede enorme ao longo de uma porção do fundo do oceano nunca antes perturbada, constitui uma atividade prejudicial à frágil ecologia do leito marinho. Como outras formas de produção de aliméritos animais, este tipo de pesca também desperdiça combustíveis fósseis, consumindo mais energia do que produz.[24] As redes utilizadas na pesca do atum, além do mais, capturam igualmente milhares de golfinhos todos os anos, prendendo-os debaixo de água e afogando-os. Para além da perturbação da ecologia marinha provocada por toda esta pesca excessiva, existem também consequências negativas para os seres humanos. Em todo o mundo, pequenas aldeias costeiras que vivem da atividade piscatória estão a ver secar a sua fonte tradicional de alimento e rendimento. A história repete-se desde as comunidades da costa ocidental irlandesa às aldeias piscatórias; birmanesas e malaias. A indústria das pescas dos países desenvolvidos tomou-se mais uma forma de redistribuição de recursos dos pobres para os ricos.
Assim, por uma questão de preocupação com os peixes e os seres humanos, deveríamos abster-nos do consumo de peixe. Certamente que aqueles que continuam a comer peixe enquanto se recusam a consumir outros animais deram já um importante passo na direcção oposta ao especismo; mas os que não comem nenhum destes animais deram ainda um passo maior.

Quando vamos para lá dos peixes e consideramos outras formas de vida marinha habitualmente consumidas pelos humanos, deixamos de ter tanta confiança na existência de uma capacidade para sentir dor. Os crustáceos - lagostas, caranguejos, gambas, camarões - têm sistemas nervosos muito diferentes dos nossos. Ainda assim, o Dr. John Baker, zoólogo da Universidade de Oxford e membro da Royal Society, afirmou que os seus órgãos sensoriais são altamente desenvolvidos, os seus sistemas nervosos são complexos, as suas células nervosas são muito semelhantes às nossas e a reação a determinados estímulos é imediata e vigorosa. Assim, o Dr. Baker crê que a lagosta, por exemplo, sente dor. Também é claro ao afirmar que o método mais utilizado para matar a lagosta - mergulhando-a em água a ferver - pode provocar dor durante dois minutos. Este investigador experimentou outros métodos, por vezes considerados mais compassivos, como colocar a lagosta em água fria e aquecê-la lentamente ou deixá-la imersa em água doce até cessar os movimentos, mas descobriu que ambos os métodos provocavam uma luta mais prolongada e, aparentemente, um sofrimento igualmente prolongado. [24] Se os crustáceos sofrem, deve existir grande sofrimento provocado não só pelo método utilizado para o seu abate mas também pelas formas em que são transportados e mantidos vivos nos mercados. Para que se mantenham frescos, são muitas vezes, simplesmente, embalados vivos, uns sobre os outros. Assim, mesmo que exista qualquer dúvida sobre a capacidade que estes animais possam ter para sentir dor, o fato de eles poderem sofrer tão intensamente, combinado com o caráter desnecessário do seu consumo, toma o veredito simples: deve ser-lhes dado o beneficio da dúvida.
As ostras, as castanholas, os mexilhões, as vieiras e afins são moluscos, e os moluscos, em geral, são organismos muito simples. (Há uma excepção: o polvo é um molusco muito mais desenvolvido e, supostamente, mais senciente, do que os outros moluscos, dos quais é parente distante.) No caso de criaturas como as ostras, as dúvidas quanto à sua capacidade de sentir dor são consideráveis. Na primeira edição deste livro, sugeri que a fronteira se definisse algures entre um camarão e uma ostra. Assim, continuei a comer ocasionalmente ostras, vieiras e mexilhões algum tempo depois de me ter tomado vegetariano em todos os outros aspectos. Mas, se não conseguimos afirmar confiantemente que uma criatura sente dor, também não conseguimos dizer confiantemente o contrário - que ela não sente dor. Mais, se elas sentirem dor, uma refeição de ostras e mexilhões pode infligir dor a um número considerável de criaturas. Uma ---a que é tão fácil evitar comê-las, considero agora melhor não o fazer. [25]
Isto leva-nos à base da escala evolucional, no que diz respeito às criaturas que normalmente comemos: essencialmente, resta-nos uma dieta vegetariana. No entanto, a dieta vegetariana tradicional inclui produtos animais, como ovos e leite. já tentaram acusar os vegetarianos de inco---rência, neste aspecto. "Vegetariano", dizem os objetores, é uma palavra que tem a mesma raiz de "vegetal", devendo um vegetariano consumir apenas alimentos que tenham origem vegetal. Tomada como subterfúgio verbal, esta crítica não é historicamente correta. O termo "vegetariano' tomou-se corrente como resultado da formação, em Inglaterra, da Vegetarian Society, em 1847. Uma vez que as regras da sociedade permitem o consumo de leite e ovos, o termo "vegetariano" aplica-se adequadamente àqueles que ingerem estes produtos animais. Reconhecendo este fait accompli linguístico, aqueles que não comem came de animais nem ovos ou leite ou alimentos produzidos com leite, autodenominam-se 11 veganos". O aspecto verbal, no entanto, não é o mais importante. O que devemos perguntar é se a utilização destes outros produtos de origem animal é moralmente justificável. A questão é pertinente porque é possível alimentarmo-nos adequadamente sem consumir qualquer produto de origem animal - um fato que não é muito conhecido, embora a maior parte das pessoas saiba agora que os vegetarianos podem ter vidas longas e saudáveis. Adiante direi algo mais sobre nutrição; de momento, é suficiente saber que podemos passar sem ovos e leite. Mas existe alguma razão para que o façamos?

Vimos que a indústria dos ovos é uma das formas mais cruamente intensivas de produção modema, explorando as galinhas incessantemente de forma a que produzam mais ovos com um custo mais reduzido. A nossa obrigação de boicotar este tipo de produção é tão forte como a obrigação de boicotar a came de porco ou galinha produzida intensivamente. Mas, e quanto aos ovos de galinha do campo, supondo que é possível adquiri-los? Neste caso, as objecções éticas são muito menores. As galinhas às quais é facultado abrigo e espaço livre para caminhar e esgaravatar vivem confortavelmente. Parecem não se importar com o fato de lhe-s serem retirados os ovos. O principal aspecto passível de objecção é os pintos machos da cadeia de postura serem mortos quando estão sendo chocados e as próprias galinhas serem mortas quando deixam de pôr ovos de forma produtiva. A questão, portanto, é saber se as vidas agradáveis das galinhas (mais o nosso beneficio de consumir os ovos) são suficientes para contrabalançar as mortes que fazem parte do sistema. A nossa resposta dependerá do que pensamos relativamente à morte, enquanto aspecto distinto da inflicção de sofrimento. No capítulo final deste livro discutem-se os aspectos filosóficos mais importantes desta questão. [27] De acordo com as razões aqui expostas, e tendo em conta todos os aspectos considerados, não me oponho à produção de ovos de "galinha do campo"

O leite e os produtos seus derivados, como o iogurte e o queijo, colocam questões diferentes. Vimos no capítulo 3 que a produção de laticínios pode ser dolorosa para as vacas e as suas crias de várias formas: a necessidade de emprenhar a vaca e a subsequente separação da mãe e da cria; a diminuição gradual do espaço disponível para os animais que se observa em muitas unidades; os problemas de saúde e de tensão provocados pelo fomecimento às vacas de uma dieta muito rica e a sua criação com vista a uma maior produção de leite; e, recentemente, a perspectiva de uma tensão ainda maior provocada pelas injeções diárias de hormona do crescimento.
Em princípio, não existe qualquer problema em abstermo-nos de laticínios. Na verdade, em muitos locais de África e da Ásia o único leite consumido é o leite humano, bebido pelas crianças. Muitos adultos destas regiões do globo não têm capacidade de digerir a lactose que o leite contém, adoecendo quando o bebem. Os chineses e os japoneses utilizam há muito a soja para fazer muitas das coisas que nós fazemos com leite. Os leites de soja encontram-se já disponíveis em muitos países ocidentais, e o gelado de tofu tomou-se popular entre aqueles que tentam reduzir a ingestão de gorduras e colesterol. Existem mesmo queijos, cremes de barrar e iogurtes feitos com soja.
Os veganos, portanto, têm razão ao afirmar que não precisamos de utilizar laticínios. Eles próprios são demonstrações vivas do caráter prático e da solidez nutricional de uma dieta completamente isenta de exploração dos outros animais. Ao mesmo tempo, deve dizer-se que no nosso mundo especista atual não é fácil seguir à risca aquilo que é moralmente correto. Um plano de acção rensejoável e defensável consiste em alterar a dieta a um ritmo com o qual cada um se sinta bem. Embora, em princípio, todos os laticínios sejam substituíveis, na prática, nas sociedades ocidentais é muito mais difícil alguém abster-se de came e laticínios do que apenas de came. Até começar a ler os rótulos das embalagens com a intenção de eliminar da sua dieta os produtos que contêm leite, ninguém acreditará na quantidade de alimentos que o incluem na sua composição. Comprar uma sanduíche de tomate pode tomar-se um problema, uma vez que também terá provavelmente manteiga ou margarina que contém soro de leite coalhado ou leite magro. Os animais não ganharão muito se desistir de comer came de animais ou ovos de produção intensiva e os substituir por uma quantidade equivalente de queijo. Por outro lado, a estratégia seguinte, se não ideal, é rensejoável e prática:

- substitua a came de animais por alimentos vegetais;
- substitua os ovos de produção intensiva por ovos de "galinha do campo", se os conseguir adquirir; de outra forma, abstenha-se de ovos;
- substitua o leite e o queijo que compra por leite de soja, tofu ou outros alimentos vegetais, mas não se sinta obrigado a fazer um grande esforço para evitar todos os alimentos que contenham leite e seus derivados.

A eliminação imediata e total do especismo dos hábitos alimentares e muito difícil. As pessoas que adoptarem a estratégia que aqui exponho terão assumido um compromisso público em relação ao movimento que se opõe à exploração dos animais. A tarefa mais urgente do movimento de Libertação Animal é persuadir tantas pessoas quanto possível a assuriur este compromisso, de forma que o boicote alastre e atraia as atenções gerais. Se, devido a um desejo admirável de fazer cessar imediatamente todas as formas de exploração dos animais, transmitirmos a impressão de que quem não se abstiver de laticínios não será melhor do que aqueles que comem came, o resultado poderá ser muitas pessoas deixarem, simplesmente, de fazer seja o que for, e a exploração dos animais continuara como antes.
Estas, pelo menos, são algumas das respostas para os problemas que os não especistas irão com certeza encontrar ao perguntarem-se que alimentos deverão ingerir. Como afirmei no início desta secção, as minhas observações não pretendem ser mais do que sugestões. Há não especistas sinceros que podem discordar relativamente a questões de pormenor. Desde que exista acordo quanto aos princípios básicos, isto não deverá perturbar os esforços desenvolvidos para alcançar um objetivo comum.

Muitas pessoas admitem facilmente que os argumentos a favor do vegetarianismo são fortes. Todavia, existe demasiado frequentemente um hiato entre a convicção intelectual e a acção necessária para quebrar os hábitos de toda uma vida. Não existe forma de os livros conseguirem eliminar este hiato: em última instância, cabe a cada um pôr em prática as suas convicções. Mas posso tentar, nas páginas seguintes, diminuir esse hiato. O meu objetivo é tomar a transição de uma dieta omnívora para uma dieta vegetariana muito mais fácil e atraente - assim, em vez de considerar a alteração da dieta como um dever desagradável, o leitor ansiará por praticar uma culinária nova e interessante, repleta de pratos frescos e de pratos invulgares, isentos de came, oriundos da Europa, da China e do Médio Oriente, pratos tão variados que farão a nossa came, came e mais came da maior parte das dietas ocidentais parecer repetitiva e insípida. O prazer que se retira desta prática culinária é realçado pelo conhecimento de que o seu bom sabor e as suas qualidades nutritivas foram fomecidos diretamente pela terra, não se desperdiçando o seu produto nem exigindo o sofrimento e a morte de seres sencientes.
O vegetarianismo traz consigo uma nova relação com a comida, com as plantas, com a natureza. A came toma amargas as nossas refeições. Por mais que o disfarcemos, o fato de o elemento principal do nosso jantar provir de um matadouro, pingando sangue, permanece inalterado. Se não for tratada e refrigerada, a came depressa começará a apodrecer e a cheirar mal. Quando a comemos, cai pesadamente nos nossos estômagos, bloqueando os nossos processos digestivos até, dias depois, lutarmos para a evacuar.[28]
Quando comemos plantas, a comida assume uma outra qualidade. Retiramos da terra comida que nos é verdadeiramente destinada e não luta connosco quando a ingerimos. Sem a came para insensibilizar o palato, experimentamos um prazer suplementar na ingestão de legumes frescos vindos diretamente da terra. Pessoalmente, considero a idéia de colher o meu próprio jantar tão agradável que, pouco tempo depois de me ter tomado vegetariano, comecei a trabalhar numa parte do meu quintal, plantando legumes - algo que nunca antes tinha pensado fazer, mas que vários dos meus amigos vegetarianos já faziam. Desta forma, a eliminação da came da minha dieta proporcionou-me um contato mais próximo com as plantas, o solo e as estações do ano.

Também só me comecei a interessar por culinária depois de me ter tomado vegetariano. Para aqueles que foram educados no contexto das habituais ementas anglo-saxónicas, nas quais o prato principal consiste em came acompanhada por duas qualidades de legumes demasiado cozidos, a eliminação da came coloca um desafio interessante à imaginação. Quando falo em público sobre as questões analisadas neste livro, perguntam-me frequentemente o que se pode comer em vez da came, sendo claro, pela forma como a questão é colocada, que quem interroga eliminou do seu prato a costeleta ou o hambúrguer e ficou com o purê de batata e a couve cozida, não sabendo agora como ocupar o lugar deixado vazio pela came. Um montinho de sementes de soja, talvez?

Pode haver quem gostasse de uma tal refeição, mas, para a maior parte dos gostos, a resposta reside em repensar toda a idéia de prato principal, de forma a consistir numa combinação de ingredientes, talvez com uma salada a acompanhar, e não em elementos soltos. Os bons pratos chineses, por exemplo, são combinações soberbas de um ou mais ingredientes de alto teor proteico - na cozinha vegetariana chinesa podem ser tofu, frutos secos, cogumelos, rebentos de soja ou glúten de trigo - com legumes frescos, pouco cozinhados, e arroz. Um prato indiano com caril, que utilize lentilhas como fonte de proteína, servido sobre arroz integral com fatias de pepino como refrescante, constitui também uma refeição equilibrada, assim como uma lasagna italiana vegetariana com salada. É até possível fazer "almôndegas de tofu", que se podem colocar sobre esparguete. Uma refeição mais simples pode ser constituída por cereais integrais e legumes. A maior parte dos ocidentais utiliza pouco milho-miúdo, trigo integral ou trigo mourisco, mas estes cereais podem constituir a base de um prato refrescantemente inovador. Na primeira edição deste livro fomeci algumas receitas e sugestões de cozinha vegetariana para ajudar os leitores a fazer a transição para o que ainda era, então, uma dieta invulgar. Contudo, nos anos intermédios, foram publicados tantos livros excelentes de cozinha vegetariana que a ajuda que eu poderia dar parece agora desnecessária. (Recomendo alguns livros no apêndice 2.) Algumas pessoas consideram difícil, no início, alterar a sua atitude relativamente a uma refeição. Pode decorrer algum tempo até nos habituarmos à idéia de uma refeição que não tenha a came como elemento principal, mas, uma vez ultrapassada esta fase, terá tantos pratos interessantes à disposição que se perguntará como pôde alguma vez pensar que seria difícil passar sem came.

Para além do gosto agradável das suas refeições, as pessoas que consideram a idéia de se tomarem vegetarianas podem perguntar-se se obterão a nutrição adequada. Estas preocupações não têm qualquer fundamento. Muitas regiões do globo têm culturas vegetarianas cujos membros são tão saudáveis - e muitas vezes mais saudáveis - do que os não vegetarianos que vivem em regiões similares. Os hindus rigorosos são vegetarianos há mais de dois mil anos. Gandhi, vegetariano durante toda a vida, estava perto dos oitenta anos quando a bala do assassino pôs fim à sua vida ativa. Na Grã-Bretanha, existe um movimento vegetariano oficial há mais de 140 anos, existindo vegetarianos de terceira e quarta gerações. Muitos vegetarianos distintos, como Leonardo da Vinci, Leão Tolstoi e George Bemard Shaw, viveram existências longas e imensamente criativas. Na verdade, a maior parte das pessoas que atingiram uma idade excepcionalmente avançada comeu pouca ou nenhuma came. Os habitantes do vale de Vilcabamba, no Equador, vivem frequentemente mais de cem anos, tendo sido encontrados por cientistas homens com as idades de 123 e 142 anos: estas pessoas comem menos de 28 gramas de came por semana. Um estudo realizado com todos os centenários húngaros concluiu que estes eram predominantemente vegetarianos? Que a came é desnecessária à resistência física é demonstrado pela extensa lista de atletas bem sucedidos que não a comem, uma lista que inclui o campeão olímpico de natação Murray Rose, o famoso corredor finlandês Paavo Nurmi, a estrela de basquetebol Bill Walton, o atleta de triatlo (o "homem de ferro") Dave Scott e o campeão olímpico de corrida de 400 metros barreiras Edwin Moses.

Muitos vegetarianos afirmam sentir-se mais em forma, mais saudáveis e mais animados do que quando comiam came. Há agora muitas provas a favor desta sua opinião. Em 1988, o Relatório sobre Nutrição e Saúde do Cirurgião-Geral dos Estados Unidos cita um importante estudo que indica que a taxa de mortalidade devida a ataques cardíacos em vegetarianos com idades compreendidas entre Os 35 e os 64 anos constitui apenas 28 por cento da taxa dos americanos em geral nesta faixa etária. Para os vegetarianos mais idosos, a taxa de mortalidade por ataques cardíacos era linda menos de metade dos não vegetarianos. O mesmo estudo mostrava que os vegetarianos que consumiam ovos e laticínios tinham níveis de colesterol 16 por cento mais baixos do que os consumidores de came, e os w-ganos tinham níveis de colesterol 29 por cento mais baixos. As principaís recomendações referidas no relatório iam no sentido da redução do ,jonsumo de colesterol e gorduras (em especial gorduras saturadas) e aumento do consumo de cereais integrais e derivados de cereais, legumes incluindo legumes secos) e fruta. Uma recomendação de redução de zolesterol e gorduras saturadas é, na verdade, uma recomendação no sentido da abstenção de consumo de came (com a excepção possível de galinha sem pele), de nata, de manteiga e de todos os laticínios, com excepção daqueles com baixo teor de gorduras.[30] O relatório foi amplamente criticado por não ser mais preciso na sua redação - o seu caráter vago dever-se-á, aparentemente, à pressão exercida com sucesso por grupos como a National. Cattlemen's Association. e o Dairy Board ,Associação Nacional de Criadores de Gado e Conselho dos Produtores de Laticínios].[31] No entanto, fosse qual fosse a pressão exercida, esta fracassou na tentativa de impedir que a secção relativa ao estudo do cancro relatasse a descoberta da associação entre cancro da mama e ingestão de came e entre a ingestão de came (em especial, came de vaca) e o cancro do intestino grosso. A American Heart Association [Associação Norte-Americana de Cardiologial também tem vindo a recomendar, há muitos anos a esta parte, a redução da ingestão de came por parte dos americanos.[32] As dietas que visam a longevidade e a saúde, como os planos Pritikin e McDougall, são substancial ou completamente vegetarianas.[33]

Os especialistas em nutrição já não discutem a necessidade da came: todos concordam quanto ao fato de esta não ser necessária. Se as pessoas comuns têm ainda dúvidas acerca da sua necessidade, tais dúvidas baseiam-se na ignorância. A maior parte das vezes, esta ignorância diz respeito à natureza das proteínas. É frequentemente afirmado que as proteínas são um elemento importante de uma boa dieta e que a came tem um teor elevado de proteínas. Ambas as afirmações são verdadeiras, mas há outras duas coisas que não são ditas tão frequentemente. A primeira é que o americano médio consome demasiadas proteínas. O consumo de proteínas do americano médio ultrapassa em 45 por cento o nível generoso recomendado pela Academia Nacional das Ciências. Há ainda outros cálculos que atestam que a maior parte dos americanos consome entre duas e quatro vezes mais came do que aquela que o corpo consegue utilizar. As proteínas em excesso não se armazenam. Algumas são evacuadas e outras são convertidas pelo corpo em hidratos de carbono, sendo esta unia forma dispendiosa de aumentar a ingestão de hidratos de carbono.[34]

A segunda coisa que é necessário saber acerca das proteínas é que a came é apenas um alimento entre muitos outros que contêm este nutriente; distingue-se dos outros, no entanto, por ser mais caro. Outrora pensou-se que as proteínas presentes na came eram de qualidade superior. mas, já em 1950 o comitê de nutrição da British Medical Association afirmava:

É geralmente aceito como irrelevante o fato de as unidades proteicas essenciais terem origem animal ou vegetal, na condição de os alimentos fomecerem uma mistura adequada das unidades sob forma assimilável.[35]

A investigação mais recente fomeceu uma confirmação adicional a esta conclusão. Sabemos agora que o valor nutritivo das proteínas consiste nos aminoácidos essencias que contêm, uma vez que estes determinam a quantidade de proteínas que o corpo consegue utilizar. Embora seja verdade que os produtos animais, em especial os ovos e o leite, têm uma composição bem equilibrada em aminoácidos, alguns alimentos vegetais, como a soja e os frutos secos, contêm igualmente uma gama vasta destes nutrientes. Além disso, ingerírindo simultaneamente diferentes tipos de proteínas vegetais toma-se fácil compor uma refeição que fomeça proteínas completamente equivalentes às proteínas de origem animal. Este princípio designa-se como "complementaridade proteica"' mas não é necessário saber muito de nutrição para o aplicar. O agricultor que come os seus feijões ou lentilhas com arroz ou milho está a praticar a complementaridade proteica. E da mesma forma a mãe que dá ao seu filho manteiga de amendoim numa sanduíche de pão integral - uma combinação de amendoim e trigo, ambos contendo proteínas. As diferentes proteínas presentes nos diferentes ingredientes combinam entre si de forma a serem absorvidas em maior quantidade pelo corpo se forem ingeridas em conjunto do que se o forem separadamente. Todavia, mesmo sem o efeito de complementaridade obtido ao combinarem-se diferentes proteínas, a maior parte dos alimentos vegetais que comemos - não apenas frutos secos, ervilhas e feijões, mas também trigo, arroz e batatas - contém em si proteínas suficientes para fomecer as proteínas necessárias aos nossos corpos. Se nos abstivermos de comidas rápidas, que têm elevado teor de açúcares ou gorduras e nada mais, a única forma que praticamente nos resta de não ingerirmos as proteínas suficientes é adoptarmos uma dieta insuficiente em calorias. [36]

As proteínas não são o único nutriente presente na came, mas os outros podem ser facilmente obtidos numa dieta vegetariana, sem preocupações especiais. Apenas os veganos, que não ingerem qualquer produto animal, necessitam de ter cuidados especiais. Há um, e apenas um, nutriente necessário que não se encontra normalmente disponível nos alimentos vegetais - a vitamina B12 - e que se encontra nos ovos e no leite, não existindo sob uma forma imediatamente assimilável nas plantas. No entanto, pode ser obtido em plantas marinhas, como a barrilheira, num molho de soja feito segundo o método tradicional japonês da fermentação, ou no tempeh, um produto fermentado de soja, consumido em algumas regiões orientais, que agora se encontra já à venda em diversas lojas ocidentais de comida saudável. É também possível que seja produzido por microorganismos nos nossos intestinos. Os estudos conduzidos em veganos que não tinham ingerido qualquer fonte conhecida de B12 durante muitos anos revelaram que os níveis desta vitamina presentes no seu sangue se encontravam ainda dentro do intervalo normal. Apesar disso, e para nos assegurarmos de que não desenvolveremos um estado de carência, é simples e barato tomar cápsulas de vitamina B12. A vitamina B12 presente nestas cápsulas provém de bactérias cultivadas em alimentos vegetais. Existem estudos efetuados em crianças de famílias veganas que revelaram o seu desenvolvimento normal com dietas que continham um suplemento de vitamina B12 e nenhum alimento de origem animal após o desmame. [37]

Neste capítulo, tentei responder às dúvidas acerca do vegetarianismo que são frequentemente colocadas e expressas. Mas há pessoas que têm uma resistência mais profunda que as faz hesitar. Talvez uma razão para essa hesitação seja o medo de ser considerado excêntrico pelos amigos. Quando eu e a minha mulher começamos a pensar tomar-nos vegetarianos, falamos deste aspecto. Preocupava-nos a possibilidade de nos podermos desligar dos nossos amigos não vegetarianos e, nessa altura, nenhum dos nossos amigos mais íntimos era vegetariano. Certamente que o fato de nos termos os dois tomado vegetarianos ao mesmo tempo tomou a decisão mais fácil para ambos mas, como depois se veio a verificar, não teria sido necessário preocuparmo-nos. Explicamos a decisão aos nossos amigos e eles perceberam que tínhamos boas razões para fazermos esta opção. Nem todos se tomaram vegetarianos, mas também não deixaram de ser nossos amigos; na verdade, penso que lhes agradava bastante convidar-nos para jantar e mostrar-nos como sabiam cozinhar bem sem came. Claro que é possível que encontre pessoas que o considerem um excêntrico. Mas isso é agora menos provável do que há alguns anos, uma vez que há cada vez mais vegetarianos. Mas, se acontecer, lembre-se de que está em boa companhia. Todos os melhores refôrmadores - os que primeiro se opuseram ao tráfico de escravos ou à exploração das crianças que trabalhavam catorze horas por dia nas fábricas durante a Revolução Industrial - foram primeiro considerados excêntricos pelos que tinham interesses nas atividades a que eles se opunham.

Capitulo 5

O domínio do Homem...

uma breve história do especismo

Para pôr fim à tirania temos, em primeiro lugar, de a compreender. Em termos práticos, o domínio do animal humano sobre os outros animais exprime-se da forma que vimos nos capítulo 2 e 3 e em práticas afins como o abate de animais selvagens por desporto ou com a finalidade de lhes extrair as peles. Estas práticas não devem ser entendidas como aberrações isoladas. Apenas podem ser devidamente compreendidas como manifestações da ideologia da nossa espécie - isto é, as atitudes que nós, enquanto animal dominante, assumimos para com os outros animais.

Neste capítulo, veremos como, em diferentes períodos, destacados pensadores ocidentais formularam e defenderam as atitudes relativas aos animais que nós herdamos. Centro-me no "Ocidente" não porque as outras culturas sejam inferiores - antes pelo contrário, no que diz respeito às atitudes demonstradas para com os animais - mas porque as idéias ocidentais, nos últimos dois ou três séculos, foram difundidas a partir da Europa e ainda hoje determinam a maneira de pensar da maior parte das sociedades humanas, tanto capitalistas como comunistas.

Embora o material que se segue seja histórico, o meu objetivo ao apresentá-lo não o é. Quando uma atitude se encontra tão profundamente enraizada no nosso pensamento que a tomamos como verdade inquestionável, a contestação séria e coerente dessa atitude corre o risco de ser tomada como ridícula. Pode ser possível estilhaçar a complacência com que a atitude é aceita através de um ataque frontal. Foi isto que tentei fazer nos capítulos anteriores. Uma estratégia altemativa consiste em tentar minar a plausibilidade da atitude dominante através da revelação das suas origens históricas.
As atitudes para com os animais evidenciadas pelas gerações anteriores já não são convincentes porque se baseiam em pressupostos - religiosos, morais e metafisicos - que são agora obsoletos. Uma vez que não defendemos as nossas atitudes para com os animais da mesma forma que S. Tomás de Aquino, por exemplo, defendia as suas, aceitamos que S. Tomás utilizou as idéias religiosas, morais e metafisícas do seu tempo para velar o interesse cru dos procedimentos dos humanos relativamente aos outros animais. Se conseguirmos compreender que as gerações passadas aceitaram como atitudes corretas e naturais aquilo que, para nós, são disfarces ideológicos de práticas que visam a satisfação de fins próprios - e se, ao mesmo tempo, não pudermos negar que continuamos a utilizar animais para servir os nossos próprios interesses menores, violando os seus interesses maiores - podemos ser levados a adoptar uma perspectiva mais céptica relativamente às justificações das práticas que nós próprios torriamos como corretas e naturais.
As atitudes ocidentais para com os animais têm raizes em duas tradições: a judaica e a da Antiguidade grega. Estas raizes reúnem-se no cristianismo e é através do cristianismo que se tomam predominantes na Europa. Há uma perspectiva mais iluminada das nossas relações com os animais que emerge apenas gradualmente, à medida que os pensadores, começam a tomar posições relativamente independentes da Igreja, e, em certos aspectos fundamentais, ainda não nos libertamos das atitudes que foram aceitas na Europa de forma inquestionável até ao século XVIII. Por conseguinte, podemos dividir a nossa análise histórica em três partes: pré-cristã, cristã, e Iluminismo e após este.

Pensamento pré-cristão

A criação do universo parece um bom ponto de partida. A história bíblica da criação estabelece de forma muito clara a natureza da relação entre o homem e o animal tal como o povo hebreu a via. Trata-se de um bom exemplo de mito que ecoa a realidade:

Deus disse: "Que a Terra produza seres vivos conforme a espécie de cada um: animais domésticos, répteis e feras, cada um conforme a sua espécie" , E assim se fez. Deus fez as feras da Terra, cada uma conforme a sua espécie; os animais domésticos, cada um conforme a sua espécie; e os répteis do solo, cada um conforme a sua espécie. E Deus viu que era bom.
Então Deus disse: "Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele domine os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra". Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus Ele o criou; e criou-os homem e mulher. Deus abençoou-os e disse-lhes: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra; dominai os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam sobre a terra"[1]

A Bíblia diz-nos que Deus fez o homem à Sua própria imagem. Podemos considerar isto como sendo o homem a criar Deus à sua própria imagem. De ambas as formas, esta criação atribui ao homem uma posiçao especial no universo, enquanto ser que, de entre todos os seres vivos, é semelhante a Deus. Além disso, diz-se explicitamente que Deus atribuiu ao homem o domínio de todos os seres humanos. É verdade que, no Jardim do Éden, este domínio pode não ter implicado a morte de outros animais para servirem de alimento. No Génesis 1:29 sugere-se que, no início, os seres humanos alimentavam-se de ervas e frutos das árvores e o Éden é, por vezes, representado como uma cena de paz perfeita, na qual todo o tipo de morte estaria deslocado. O homem dominava mas, neste paraíso terrestre, o seu despotismo era benévolo.

Após a queda do homem (pela qual a Bíblia responsabiliza uma mulher e um animal), passou a ser claramente permitido matar animais. O próprio Deus vestiu Adão e Eva com peles de animais antes de os expulsar do Paraíso. O filho deles, Abel, era pastor de ovelhas e sacrificava animais do seu rebanho em honra do Senhor. Depois veio o Dilúvio, e a restante criação foi quase eliminada para punir a maldade do homem.
Quando as águas baixaram, Noé agradeceu a Deus queimando oferendas de "animais e aves de toda a espécie pura". Como retribuição, Deus abençoou Noé e concedeu o selo final do domínio do homem:

Deus abençoou Noé e os seus filhos, dizendo: "Sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a Terra. Todos os animais da Terra vos temerão e respeitarão: as aves do céu, os répteis do solo e os peixes do mar estão sob o vosso poder. Tudo o que vive e se move servir-vos-á de alimento. Entrego-vos tudo, como já vos havia entregue os vegetais.

Esta é a posição básica dos antigos escritos liebreus relativamente aos não humanos. Existe uma nova referência intrigante ao fato de, no estado original de inocência, termos sido vegetarianos, comendo apenas "os vegetais", mas, após a queda, a maldade que se lhe seguiu e o dilúvio, foi-nos dada permissão para acrescentarmos os animais à nossa dieta. Sob o pressuposto de domínio humano que esta permissão implica, emerge por vezes um filão de pensamento mais compassivo. O profeta Isaías condenou os sacrifícios de animais e o livro de Isaías inclui uma visão idílica do tempo em que o lobo habitará com o cordeiro, o leão comerá palha como o bezerro, e "ninguém agirá mal nem provocará destruição no meu monte santo" No entanto, esta é uma visão utópica, não uma ordem a ser obedecida prontamente. Há outras passagens do Antigo Testamento que advogam o exercício de alguma compaixão em relação aos animais, de forma a ser possível defender que a crueldade gratuita é proibida e que o "domínio" é, ao invés, uma espécie de "intendência", sendo nós responsáveis perante Deus pelo cuidado e bem-estar daqueles cujo domínio nos foi atribuído. Apesar disso, nunca se põe verdadeiramente em causa a visão geral, estabelecida no Génesis, segundo a qual a espécie humana é o topo da criação, tendo a permissão de Deus para matar e comer os outros animais.
A segunda tradição clássica do pensamento ocidental é a grega. Nesta encontramos, de início, tendências contraditórias. O pensamento grego não é uniforme, dividindo-se em escolas rivais as quais recebem, cada uma, as suas doutrinas básicas de um grande fundador. Um destes, Pitágoras, era vegetariano e incentivava nos seus discípulos o tratamento respeitador dos animais, supostamente por acreditar que as almas dos homens mortos migravam para aqueles. Mas a escola mais importante é a de Platão e do seu discípulo Aristóteles.
A posição favorável de Aristóteles em relação à escravatura é bem conhecida: era convicção deste pensador que alguns homens eram escravos por natureza e a escravatura, por conseguinte, era não só correta como lhes convinha. Menciono este fato não para desacreditar Aristóteles, mas antes porque ele é essencial para compreender a atitude deste pensador relativamente aos animais. Aristóteles defende que os animais existem para servir os interesses dos seres humanos, embora, ao contrário do autor do Génesis, ele não estabeleça uma separação profunda entre os seres humanos e o restante mundo animal.
Aristóteles não nega que o homem é um animal: na verdade, ele define o homem como sendo um animal racional. Contudo, a partilha de uma natureza animal comum não é suficiente para justificar que a ambos seja dada igual consideração. Para Aristóteles, o homem que por natureza é escravo é indubitavelmente um ser humano, sendo capaz de sentir prazer e dor como qualquer outro homem; todavia, como é julgado inferior ao homem livre no que diz respeito ao poder de raciocínio, Aristóteles considera-o um "instrumento vivo" De forma bastante ostensiva, Aristóteles justapõe os dois elementos numa única frase: o escravo é alguém que "apesar de ser homem, se converte numa propriedade" [3]

Se a diferença de poder de raciocínio existente entre os seres humanos é suficiente para tomar alguns deles senhores e outros sua propriedade, Arístóteles deve ter considerado que o direito de os seres humanos dominarem os animais era demasiado óbvio para lhe dispensar grande argumentação. A natureza, defendia ele, é essencialmente uma hierarquia na qual os que têm menor capacidade de raciocínio existem para servir aqueles que a possuem em maior grau:

As plantas estão feitas para os animais e estes para o homem. Domesticados, prestam-lhe serviços e alimentam-no; no estado selvagem contribuem, se não todos, a maior parte pelo menos, para a sua subsistência e para satisfazer as suas diversas necessidades, fomecendo-lhe vestidos e outros recursos.
Se a natureza nada faz incompleto, se nada faz em vão, é necessário admitir que tenha criado tudo isto para o homem. [4]

Foram as convicções de Aristóteles, e não as de Pitágoras, que passaram para a tradição ocidental posterior.

O pensamento cristão

O cristianismo acabou por congregar as idéias grega e judaica acerca dos animais. Mas o cristianismo foi fundado e tomou-se poderoso durante o período do Império Romano, sendo possível avaliar melhor os seus efeitos iniciais se compararmos as atitutes cristãs com aquelas que elas substituíram.

O Império Romano foi formado através de guerras de conquista, tendo sido necessário dedicar muita da sua energia e do seu rendimento às forças militares que defendiam e ampliavam o seu vasto território. Estas condições não permitiam a existência de grande simpatia para corri os mais fracos. As virtudes marciais deram o tom à sociedade. Dentro da própria cidade de Roma, longe das lutas fronteiriças, o caráter dos cidadãos romanos era supostamente endurecido através daquilo que se designava como "jogos" Embora todo o estudante saiba como os cristãos foram lançados aos leões no Coliseu, é raramente referido o significado dos jogos enquanto indicação dos limites possíveis de simpatia e compaixão de pessoas aparentemente - e, noutros aspectos, genuinamente - civilizadas. Os homens e as mulheres consideravam a morte tanto de seres humanos como de outros animais como um motivo normal de diversão; e isto prosseguiu durante séculos, sem que se tenha feito ouvir praticamente nenhum protesto.
W. E. Lecky; historiador do século XIX, fomece a seguinte descrição daquilo que se passava nos jogos romanos desde o seu início, quando consistiam num combate entre gladiadores:
O combate simples acabou por se tomar insípido, tendo sido o interesse decrescente. Numa ocasião, um urso e um touro, acorrentados um ao outro, rolaram sobre a areia, num combate feroz; noutra vez, lançaram-se criminosos envoltos em peles de animais selvagens a touros enlouquecidos pela aplicação de ferros em brasa ou pelo arremesso de dardos com pontas embebidas em resina ardente. No tempo de Calígula, chegou a matar-se quatrocentos ursos num único dia (...) No tempo de Nero, quatrocentos tigres lutaram com touros e elefantes. Num único dia, o da dedicação do Coliseu a Tito, foram abatidos cinco mil animais. Sob o domínio de Trajano, os jogos chegaram a durar cento e vinte e três dias consecutivos. Por forma a incutir um caráter de novidade ao espetáculo, foram utilizados leões, tigres, elefantes, rinocerontes, hipopótamos, girafas, touros, veados, e até crocodilos e serpentes. E também não faltou nenhuma forma de sofrimento humano (...) Durante os jogos de Trajano lutaram dez mil homens. Nero iluminava os seus jardins, à noite, com cristãos a arder, envoltos nas suas túnicas embebidas em resina. No tempo de Domiciano, obrigou-se um exército de anões fracos a defrontar-se (...) O desejo de sangue era tão intenso que um príncipe tomaria-se menos impopular se negligenciasse a distribuição de milho do que se negligenciasse a organização dos jogos. [5]

Os romanos não eram desprovidos de sentimentos morais. Demonstraram grande respeito pela justiça, pelo dever público e mesmo alguma simpatia pelos outros. O que os jogos revelam, com uma clareza atroz, é que existia um limite preciso para esses sentimentos morais. Se um ser se situasse dentro desse limite, as atividades como aquelas que eram levadas a cabo nos jogos seriam consideradas uma injúria intolerável; no entanto, quando um ser se encontrava no exterior da esfera das preocupações morais, a inflicção de sofrimento passava a ser mera diversão. Não eram abrangidos por este limite alguns seres humanos - criminosos e prisioneiros de guerra, em especial - e todos os animais.

É neste contexto que o impacto do cristianismo deve ser avaliado, O cristianismo trouxe ao mundo romano a idéia da singularidade da espécie humana, idéia que tinha herdado da tradição judaica mas na qual insistia com grande ênfase devido à importàncía que atribuía à alma imortal dos homens. Aos seres humanos - e só a eles, de entre todos os seres vivos existentes na terra - estava destinada uma vida após a morte do corpo. Foi esta noção que introduziu a idéia caracteristicamente cristã do caráter sagrado de toda a vida humana.
Outras religiões, especialmente na Ásia, haviam ensinado o caráter sagrado da vida em geral; e, muitas outras ainda, haviam afirmado ser seriamente errado matar membros do próprio grupo religioso, social ou étnico; mas o cristianismo divulgou a idéia de que toda a vida humana - e apenas a vida humana - é sagrada. Mesmo o recém-nascido e o feto no útero têm almas imortais e, portanto, a sua vida é tão sagrada como a dos adultos.

Na sua aplicação aos seres humanos, a nova doutrina, em muitos aspectos, foi progressiva e levou a uma enorme expansão da limitada esfera moral dos romanos; todavia, no que conceme outras espécies, esta mesma doutrina serviu para confirmar e acentuar ainda mais a posição muito inferior que os não humanos ocupavam no Antigo Testamento. Embora estabelecesse o domínio humano sobre as outras espécies, o Antigo Testamento, pelo menos, revelava laivos de consideração pelo seu sofrimento. O Novo Testamento, ao invés, é completamente desprovido de referências contrárias ao exercício de crueldade para com os animais ou de recomendações no sentido de considerar os seus interesses. O próprio Jesus surge como mostrando uma aparente indiferença relativamente ao destino dos não humanos ao induzir dois mil porcos a afogarem-se no mar - um ato que, aparentemente, era completamente desnecessário, uma vez que Jesus devia ser capaz de exorcizar os demônios sem os transferir para outras criaturas.6 S. Paulo insistiu em reinterpretar a antiga lei inoisaica que proibia o açairríamento do boi que debulhava o grão: "Por acaso, é corri os bois que Deus Se preocupa?" [6] interroga Paulo, desdenhosamente. Não, responde, a lei foi escrita "Por nossa causa".[7]
O exemplo dado por Jesus foi seguido pelos cristãos posteriores. Em referência ao incidente relativo aos porcos e ao episódio em que Jesus amaldiçoa uma figueira, S. Agostinho escreveu:

O próprio Cristo mostra que o refreio na morte dos animais e na destruição das plantas constitui o auge da superstição, pois, julgando que não existem direitos comuns entre nós e os animais e as árvores, ele mandou os demônios habitarem uma vara de porcos e, com uma maldição, secou a árvore onde não achou fruto Certamente nem os porcos nem a árvore tinham pecado.

Jesus, segundo S. Agostinho, tentava mostrar-nos que não precisamos de reger a nossa conduta para corri os animais pelas regras morais que regem o nosso comportamento para com os humanos. Foi por essa razão que transferiu os demônios para os porcos, em vez de os destruir, como poderia ter facilmente feito. [8]

Nesta base, não é difícil adivinhar o resultado da interacção das atitudes cristã e romana. Pode ser avaliado claramente no que aconteceu aos jogos romanos após a conversão do Império ao cristianismo. Os ensinamentos cristãos opunham-se implacavelmente à realização de combates entre gladiadores. O gladiador que sobrevivia por ter morto o adversário era visto como um assassino. A simples presença nestes combates tomava o cristão passível de excomunhão, e, no final do século IV, tinham sido O totalmente eliminados os combates entre seres humanos. Por outro lado. o estatuto moral de matar ou torturar qualquer ser não humano permanecera inalterado. Os combates com animais selvagens prosseguiram durante a era cristã e, aparentemente, diminuíram gradualmente de número apenas porque a riqueza e a extensão decrescentes do Império tomaram cada vez mais difícil a obtenção de animais selvagens. Na verdade, é ainda possível assistir a combates deste gênero, sob a forma modema de tourada na Espanha e na América Latina.

O que se aplica aos jogos romanos aplica-se igualmente de um modo mais geral. O cristianismo deixou os seres não humanos fora dos limites da compaixão, tal como se encontravam no tempo romano. Consequentemente, ao mesmo tempo que as atitudes para com os humanos se suavizaram e melhoraram substancialmente, as atitudes para com os outros animais permaneceram tão brutais e cruéis como no tempo romano. Efetivamente, o cristianismo não só fracassou na temperança das piores atitudes romanas para com os animais como, infelizmente, conseguiu extinguir durante muito, muito tempo a centelha de uma compaixão mais abrangente que tinha sido mantida viva por um grupo de pessoas mais sensíveis.

Houve vários romanos que mostraram compaixão pelo sofrimento, fosse qual fosse o ser a ele sujeito, e repulsa pela utilização de criaturas sencientes para o simples prazer humano, tanto à mesa como na arena. Ovídio, Séneca, Porfirio e Plutarco escreveram nestes termos, tendo Plutarco tido a honra, segundo Lecky; de ser o primeiro a defender veementemente o tratamento compassivo dos animais com base numa benevolência universal, independentemente de qualquer crença na transmigração das almas.' Contudo, tivemos de esperar cerca de mil e seiscentos anos para ver um autor cristão atacar o exercício de crueldade para com os animais com semelhante ênfase e pormenor, utilizando outros argumentos que não a possibilidade de aquela incentivar o exercício de crueldade relativamente aos humanos.
Alguns cristãos exprimiram a sua preocupação em relação aos animais. Existe uma oração escrita por S. Basílio que apela à compaixão para com os animais, uma observação de S. João Crisóstomo que vai igualmente nesse sentido, assim como um sermão de S. Isaac, o Sírio. Houve mesmo alguns santos, como S. Neotério, que sabotaram caçadas, salvando veados e lebres de caírem nas mãos de caçadores. [10] Mas estas figuras não conseguiram desviar o curso do pensamento cristão da sua preocupação exclusivamente especista. Para demonstrar esta ausência de influência, e em vez de recons, tituir o desenvolvimento das idéias cristãs acerca dos animais desde os primeiros Doutores da Igreja até aos escolásticos medievais - um proc&---, no enfadonho, uma vez que existe mais repetição do que desenvolvimento - será melhor determo-nos, com mais pormenor do que de outra forma ana possível, na posição de S. Tomás de Aquino.

A imensa obra de S. Tomás intitulada Summa Theologica constituiu aum tentativa de apreensão da totalidade do conhecimento teológico e da conciliação com a sabedoria mundana dos filósofos, embora, para S. Tomás, Aristóteles fosse uma figura tão proeminente neste campo que é referido apenas como "o Filósofo" A existir um único autor que se possa considerar representante da filosofia cristã anterior à Reforma e da fuosofia Católica Romana até à presente data, ele é S. Tomás.

Podemos começar por perguntar se, segundo S. Tomás, a proibição aistã de matar se aplica a criaturas que não o homem, e, caso a resposta tew negativa, a razão para tal. S. Tomás responde:

Não é pecado utilizar uma coisa para o fim a que se destina. Ora, a ordem das coisas é tal que o imperfeito serve o perfeito (...) As coisas, como as plantas que têm simplesmente vida, são todas iguais para os animais, e todos os animais são iguais para o homem. Por conseguinte, não é proibido o homem utilizar as plantas para beneficio dos animais e os animais para beneficio do homem, como afirma o Filósofo. i Política, 1, 3).

Ora, a utilização mais necessária parece consistir no fato de os animais usarem as plantas, e os homens usarem os animais, como alimento, e isto não pode ser feito sem que aqueles sejam privados de vida, e, portanto, é permitido tanto tirar a vida às plantas para uso dos animais ,:omo aos animais para uso do homem. Efetivamente, assim se obedece ao mandamento do próprio Deus (Génesis, 1, 29,30 e Génesis, IX, 3). [11]

Para S. Tomás, o argumento não reside em matar para obter alimento ser, em si, necessário e, portanto, justificável (uma vez que S. Tomás conhecia seitas, como a dos maniqueus, que proíbem a morte de animais, não podia ignorar completamente que os seres humanos podem viver sem matar animais, mas vamos ignorar este fato por momentos); são apenas "os mais perfeitos" que podem matar por esta razão. Os animais que matam seres humanos para os comer situam-se numa categoria completamente diferente:

A selvajaria e a brutalidade tomam as suas designações da semelhança com os animais selvagens. Os animais deste tipo atacam os homens para se poderem alimentar com os seus corpos e não por um qualquer motivo de)ustiça, cuja consideração pertence apenas à razão. [12]

Os seres humanos, claro, não matariam para se alimentarem senão apos considerar a justiça desse ato!
Assim, os seres humanos podem matar outros animais e utilizá-los como alimento; mas existirão outras coisas que não possamos fazer-lhe. Será o sofrimento de outras criaturas um mal em si mesmo? E não será errado, por essa razão, fazê-las sofrer ou, pelo menos, fazê-las softer desnecessariamente?
S. Tomás nunca diz que a crueldade para com os "animais irracionais" e errada em à mesma. No seu esquema moral não exíste lugar para errm deste tipo, pois ele divide os pecados em pecados cometidos contra Deus. pecados cometidos contra si próprio, e pecados cometidos contra o seu próximo. Assim, os limites da moral excluem, uma vez mais, os seres não humanos. Não existe uma categoria de pecados cometidos contra eles. [13]

Mas, embora não seja pecado ser-se cruel para com os não humanos. será caridoso demonstrar compaixão para com eles? Não, S. Tomás também exclui explicitamente esta possibilidade. A caridade, afirma ele, não abrange as criaturas irracionais por três razões: estas "não são competentes, propriamente falando, para possuir o bem, sendo esta característica própria das criaturas racionais"; não temos sentimentos de congenendade para com elas; e, finalmente, "a caridade baseia-se na pertença a sociedade da felicidade etema, à qual não podem aspirar as criaturas irracionais. ' Apenas é possível amar estas criaturas, diz-nos S. Tomás, "se as considerarmos como coisas boas que desejamos para os outros, ' ou sei& para louvor de Deus e uso do homem." Por outras palavras, não pode~ alimentar caridosamente perus porque têm fome, mas apenas se pensarmos neles como parte da ceia de Natal de outrem. [14]

Tudo isto nos poderia levar a suspeitar de que S. Tomás simplesmente não acredita que outros animais que não o homem sejam capazes de sofrer. Esta opinião foi defendida por outros filósofos e, mesmo tendo em conta todo o seu aparente absurdo, atribuí-Ia a S. Tomás ilibá-lo-ia, pelo menos, da acusação de manifestar indiferença perante o sofrimento. No entanto, esta interpretação é afastada pelas suas próprias palavras. \o decurso de uma discussão acerca de algumas das frouxas injunções respeitantes à crueldade para com os animais presentes no Antigo Testamento, S. Tomás propõe a distinção entre razão e paixão. No que diz respeito a razão, diz-nos:

Não interessa o modo como o homem se comporta com os aniniaís, pois Deus submeteu todas as coisas ao poder humano e é neste sentido que o Apóstolo diz que Deus não se preocupa com os bois, porque Deus não pede contas ao homem daquilo que este faz aos bois ou a outro qualquer animal. Por outro lado, no que conceme a paixão, a nossa piedade é despertada -,elos animais porque "mesmo os animais racionais são sensíveis à dor"; ipesar disso, S. Tomás considera a dor sofrida pelos animais uma razão -11suficiente para justificar as injunções do Antigo Testamento e, por conseguinte, acrescenta:

Ora, é evidente que se um homem sente afeição piedosa pelos animais, .^-tará mais apto a sentir piedade pelos congéneres humanos, razão pela ,i ual está escrito (Provérbios, XII, 10) "O justo sabe cuidar de tudo o que os animais precisam."[15]

Deste modo, S. Tomás chega à conclusão que será tantas vezes repetida de que a única razão contrária ao exercício de crueldade para com os animais reside no fato de esta poder levar ao exercício de crueldade para com os seres humanos. Nenhum argumento poderia revelar de forma mais clara a essência elo especismo. .
A influência de S. Tomás foi duradoura. Em meados do século XIX, o papa Pio IX recusou o estabelecimento de uma organização contra a crueldade para com os animais em Roma, argumentando que a sua existència sugeriria que os seres humanos têm deveres para com os animais. 16 E podemos encontrar esta descrição ainda na segunda metade do século XX, sem grandes alterações da posição oficial da Igreja Católica Romana. A passagem seguinte, retirada de um texto catolico romano americano, estabelece uma comparação instrutiva com a passagem escrita há setecentos anos por S. Tomás, citada acima:

Na ordem da natureza, o imperfeito existe para servir o perfeito, o irracional para servir o racional. O homem, como animal racional, pode utilizar as coisas inferiores a ele nesta ordem da natureza para seu próprio beneficio. Ele necessita de comer plantas e animais para ter vida e vigor. Para que se possa comer as plantas e os animais, estes têm de morrer. De forma que matar, em si mesmo, não é um ato imoral ou injusto. [17]

O que é interessante notar neste texto é que o seu autor segue tão de perto S. Tomás que chega a repetir o pressuposto de que é necessário que os seres humanos comam plantas e animais. A ignorância de S. Tomás a este respeito é surpreendente, mas desculpável, dado o estado do conhecimento científico do seu tempo; mas é incrível que um autor modemo - que apenas precisaria de consultar um livro banal sobre nutrição ou aperceber-se da existência de vegetarianos saudáveis - labore neste erro.

Foi apenas em 1988 que uma declaração autorizada emitida pela Igreja Católica Romana fomeceu indícios de que o movimento ecológico começava a afetar os ensinamentos católicos. Na sua encíclica Solicitudo M Socialis (A Solicitude Social da Igreja), o papa João Paulo Il apelou a que o desenvolvimento humano incluísse o "respeito pelos seres que fazem parte do mundo natural" e acrescentou:

O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de uma liberdade de "usar e abusar", ou de dispor das coisas como melhor agrade (...) Nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem ser impunemente transgredidas. [18]

O fato de um papa rejeitar tão claramente a perspectiva de domínio absoluto é muito prometedor, mas é ainda demasiado cedo para saber se marca o início de uma alteração de sentido histórica e muito necessária no ensinamento católico relativo aos animais e ao ambiente.

Existiram muitos católicos, compassivos que fizeram o seu melhor para melhorar a posição da sua igreja no que diz respeito aos animais e que conheceram êxitos ocasionais. Ao ressaltar a tendência degradante da crueldade, alguns autores católicos sentiram-se legitimados na condenação das piores práticas humanas relativamente aos outros animais. No entanto, muitos permaneceram limitados à visão geral básica da sua religião. O caso de S. Francisco de Assis ilustra isto mesmo.

S. Francisco é a grande excepção à regra de o catolicismo desprezar a preocupação pelo bem-estar dos seres não humanos. "Se eu pudesse ser levado à presença do imperador," disse S. Francisco, segundo a tradição. "suplicar-lhe-ia, pelo amor de Deus, e por mim, que emitisse um edito proibindo a captura e prisão das minhas irmãs cotovias e ordenando que todos os donos de bois e burros os alimentassem particularmente bem no Natal.' Muitas lendas descrevem a sua compaixão e a história acerca do modo como pregava às aves parece significar que o fosso existente entre elas e os homens era menos profundo do que os outros cristãos supunham

Mas pode obter-se uma opinião enganadora sobre as idéias de S. Francisco se se considerar apenas a sua atitude para com as cotovias e os outros animais. Não eram apenas aos seres sencientes que S. Francisco tratava como irmãos: o sol, a lua, o vento, o fogo, todos eram seus irmãos e irmãs. Os seus contemporâneos descrevem-no como retirando "prazer interior e exterior de quase todas as criaturas e, quando lhes pegava ou as olhava, o seu espírito parecia mais estar no céu do que na terra." Este prazer estendia-se à água, às rochas, às flores e às árvores. Esta é unU descrição de uma pessoa em estado de êxtase religioso, profundamente tocada por um sentimento de unidade com toda a natureza. Parece que outras pessoas de várias tradições religiosas e místicas tiveram experiências semelhantes, tendo expresso sentimentos similares de amor universal.

Ver S. Francisco a esta luz, toma a amplitude do seu amor e da sua compaixão mais facilmente compreensível. Também nos permite ver como o seu amor por todas as criaturas podia coexistir com uma posição teológica que era bastante ortodoxa no seu aspecto especista. S. Francisco afirmou que "toda a criatura proclama: "Deus fez-me para te servir, ó homem!" O próprio sol, pensava ele, brilhava para o homem. Estas crenças faziam parte de uma cosmologia que nunca fora questionada; a força do seu amor por toda a criação, no entanto, não se vergava a estas considerações.

Embora este tipo de amor extático universal possa constituir uma fonte de compaixão e bondade, a ausência de reflexão racional pode também neutralizar as suas consequências benéficas. Se amarmos as rochas, as árvores, as plantas, as cotovias e os bois de igual forma, podemos perder de vista as diferenças essenciais que existem entre eles e, ainda mais importante, as diferenças que existem em grau de sensibilidade. Podemos pensar a seguir que, uma vçz que temos de comer para sobreviver, e já que não conseguimos comer sem matar algo que amamos, não interessa o que matamos. Possivelmente, terá sido por esta razão que o amor de S. Francisco por aves e bois não parece tê-lo levado a deixar de os comer; e quando estabeleceu as regras relativas à conduta dos frades na ordem que fundou, não lhes deu qualquer instrução no sentido de se absterem de came, exceto nalguns dias de jejum. [19]

Poderia pensar-se que o período do Renascimento, com o aparecimento do pensamento humanista em oposição à escolástica medieval, teria abalado a mundivisão medieval e derrubado as idéias acerca do estatuto dos humanos vis-à-vis os outros animais. Mas o humanismo renascentista era, afinal, humanismo; e o significado deste termo não tem nada a ver com humanitarismo, a tendência para agir com humanidade.
A principal característica do humanismo renascentista é a sua insistência no valor e dignidade dos seres humanos e na posição central ocupada pelo homem no universo. "O homem é a medida de todas as coisas," foi uma frase recuperada dos gregos clássicos no Renascimento e constitui o tema deste período. Em vez de se centrarem, algo deprimentemente, no pecado original e na fraqueza dos seres humanos em comparação com o poder infinito de Deus, os humanistas do Renascimento sublinhavam a singularidade dos seres humanos, o seu livre arbítrio, as suas potencialidades e a sua dignidade; e contrastavam tudo isto com a natureza limitada dos "animais inferiores" Do mesmo modo que a insistência cristã original na santidade da vida humana, esta era, de certa forma, um progresso valioso nas atitudes para com os seres humanos, mas deixava os não humanos tão abaixo dos seres humanos quanto já tinham estado.
Assim, os autores renascentistas escreveram ensaios descomedidos em que afirmaram que "nada se pode encontrar no mundo mais merecedor de admiração do que o homem"[20] e descreveram os humanos como "o centro da natureza, o meio do universo, a cadeia do mundo. "[21] se o Renascimento marca, sob determinados aspectos, o início do pensamento modemo, no que respeita às atitudes para com os animais os anteriores modos de pensar ainda continuaram a vigorar.
Por volta desta altura, rio entanto, podemos dar conta dos primeiros dissidentes genuínos: Leonardo da Vinci foi troçado pelos seus amigos por se preocupar tanto com o sofrimento dos animais e acabou por se tomar
vegetariano; [22] e Giordano Bruno, influenciado pela nova astronomia copémica que colocava a possibilidade de existência de outros planetas, alguns dos quais poderiam ser habitados, ousou dizer que "o homem mais não é do que uma formiga na presença do infinito." Em 1600, Giordano Bruno foi condenado a morrer na fogueira por ter recusado retratar-se das heresias proferidas.
O autor preferido de Michel de Montaigne era Plutarco, e o seu ataque dos pressupostos humanistas da sua época teriam sido recebidos com aprovação pelo romano:

A presunção é a nossa doença original e natural é pela mesma vaidade da imaginação que [o homem] se iguala a Deus, se atribuí qual idades divinas e se afasta e separa da multidão de outras criaturas. [23]

Não é certamente coincidência que o autor que rejeita tal auto-exaltação se encontre também, no seu ensaio "Da Crueldade", entre os poucos autores que, desde os tempos de Roma, declaram que a crueldade para com os animais é, em si mesma, errada, muito para além da sua tendèncía para conduzir à crueldade para com os seres humanos.
Talvez, então, a partir deste ponto do desenvolvimento do pensamento ocidental, o estatuto dos não humanos estivesse destinado a melhorar? O antigo conceito do universo e da posição central nele ocupada pelos humanos estava a ceder lentamente; a ciência modema estava prestes a encetar a sua emergência agora famosa; e, afinal, o estatuto dos não humanos era de tal forma inferior que se poderia pensar que só poderia melhorar.
Mas o nadir absoluto estava ainda para vir. O último, mais bizarro e - para os animais - mais doloroso resultado das doutrinas cristãs surgiu na primeira metade do século XVII, por via da filosofia de Renê Descartes. Descartes era um pensador claramente modemo. É considerado o pai da filosofia modema e também da geometria analítica, na qual tem origem grande parte da matemática modema. Mas era também cristão, e as suas convicções relativamente aos animais derivaram da combinação destes dois aspectos do seu pensamento.

Sob a influência da nova e excitante ciência da mecânica, Descartes afirmou que tudo o que era composto por matéria era regido por princípios mecanicistas, como aqueles que regiam o funcionamento de um relógio. Um problema óbvio que esta perspectiva colocava prendia-se com a nossa própria natureza. O corpo humano é composto por matéria e faz parte do universo fisico. Portanto, podia pensar-se que os seres humanos também deveriam ser máquinas cujo comportamento era determinado pelas leis da ciência.
Descartes conseguiu evitar a conclusão herética e desagradável de que os humanos são máquinas introduzindo a idéia de alma. Este filósofo afirmou haver não um mas dois tipos de coisas no universo: as coisas do espírito ou alma e coisas de natureza fisica ou material. Os seres humanos têm consciência, e a consciência não pode ter a sua origem na matéria. Descartes identificou a consciência com a alma imortal, que sobrevive à decomposição do corpo físico, e declarou que esta fora criada especialmente por Deus. De todos os seres materiais, disse Descartes, apenas os seres humanos possuem alma. (Os anjos e os outros seres imateriais têm consciência e nada mais.)

Assim, na filosofia de Descartes, a teoria cristã de que os animais não têm almas imortais conhece a consequência extraordinária de eles também não terem consciência. Eles são, afirma Descartes, meras máquinas, autômatos. Não experimentam prazer nem dor, nem nada. Embora possam guinchar quando são cortados por uma faca ou contorcer-se na tentativa de escapar ao contato com um ferro quente, isto não significa que eles sintam dor nestas situações, afirmou Descartes. São regidos pelos mesmos princípios que regem o funcionamento de um relógio e, se as suas acções são mais complexas do que as de um relógio, é porque o relógio é uma máquina feita pelos humanos, ao passo que os animais são máquinas infinitamente mais complexas, tendo sido criadas por Deus. [24]
Esta "solução" para o problema da localização da consciência num mundo materialista parece-nos paradoxal, como pareceu a muitos contemporâneos de Descartes, mas, ao mesmo tempo, também se considerou possuir muitas vantagens importantes. Fomecia uma razão para se acreditar na vida após a morte, algo que Descartes considerava ser "de grande importância" uma vez que "a idéia de as almas dos animais terem a mesma natureza das nossas, e de nós não termos mais a temer ou a esperar após esta vida do que as moscas e as formigas" constituía um erro que poderia conduzir a uma conduta imoral. Também anulava a velha e humilhante perplexidade teológica de como um Deus justo tinha permitido que os animais - que não tinham herdado o pecado de Adão nem eram recompensados com uma vida posterior - sofressem. [25]

Descartes também se apercebeu de vantagens mais práticas:

A minha opinião não é tão cruel para os animais como condescendente para os homens - pelo menos para aqueles que não são dados às superstições de Pitágoras - uma vez que os absolve da suspeita de crime quando comem ou matam animais. [26]

Para Descartes, o cientista, a teoria tinha ainda outro resultado feliz. Foi nesta altura que a prática de experimentação com animais vivos se divulgou na Europa. Uma vez que então não existiam anestesias, estas experiências devem ter provocado comportamentos nos animais que indicariam, à maior parte de nós, o sofrimento de dor atroz. A teoria de Descartes permitia que os experimentadores ignorassem quaisquer escrúpulos que pudessem sentir nestas circunstâncias. O próprio Descartes dissecou animais vivos por forma a aumentar o seu conhecimento de anatomia, e muitos dos fisiólogos mais destacados do seu tempo declararam-se cartesianos e mecanicistas. O seguinte testemunho ocular de alguns destes experimentadores, a trabalhar no seminário jansenista de Port-Royal no final do século XVII, toma clara a conveniência da teoria de Descartes:

Batiam nos cães com perfeita indiferença e troçavam daqueles que se apiedavam das criaturas, como se elas sentissem dor. Diziam que os animais eram relógios; que os gritos que emitiam quando eram golpeados era o ruído de uma pequena mola que tinha sido accionada, mas o corpo não tinha sensibilidade. Pregavam as quatro patas dos pobres animais a tábuas para os dissecar e observar a circulação do sangue, que constituía o tema da conversa. [27]

A partir deste ponto, era realmente verdade que o estatuto dos animais só poderia melhorar.

Iluminismo e após este

A nova onda de experimentação com animais pode ter sido, em si mesmo, parcialmente responsável pela alteração da atitude para com os animais, pois os experimentadores descobriram uma semelhança extraordinária entre a fisiologia dos seres humanos e a dos outros animais. Estritamente falando, isto não contradizia o que Descartes havia dito mas tomava as suas opiniões menos plausíveis. Voltaire formalizou isto de forma clara:

Algumas criaturas bárbaras agarram nesse cão, que excede o homem em sentimentos de amizade; pregam-no numa mesa, dissecam-no vivo ainda, para te mostrarem as veias mesentéricas. Encontras nele todos os orgãos das sensações que também existem em ti. Atreve-te agora a argumentar, se és capaz, que a Natureza colocou todos estes instrumentos de sensação no animal, para que ele não possa sentir! [28]

Embora não tenha ocorrido qualquer alteração radical, houve diversas influências que se combinaram para melhorar as atitudes relativas aos animais. Assistiu-se ao reconhecimento gradual de que os outros animais sofrem e merecem alguma consideração. Não se pensava que tivessem quaisquer direitos, e os interesses humanos sobrepunham-se aos seus interesses. Ainda assim, o filósofo escocês David Hume exprimia um sentimento bastante comum ao afirmar que estamos "obrigados pelas leis da humanidade a utilizar gentilmente estas criaturas".[29]

"Utilizar gentilmente" é, na verdade, uma expressão que resume bem a atitude que começou a divulgar-se nesta altura: podemos utilizar os animais, mas devemos fazê-lo gentilmente. A tendência que se verificava então era de maior refinamento e civilidade, mais benevolência e menos brutalidade, e os animais beneficiaram desta tendência juntamente com os humanos.

O século XVIII foi também o período de redescoberta da "Natureza": o bom selvagem de Jeari-Jacques Rousseau, vagueando nu pelos bosques, colhendo frutos e bagas pelo caminho, constituiu o apogeu desta idealização da natureza. Ao vermo-nos a nós mesmos como parte da natureza, reconquistamos um sentido de parentesco com "as bestas" Este parentesco, no entanto, não era de forma alguma igualitário. Na melhor das hipóteses, o homem era visto como pai benevolente da família dos animais.

As idéias religiosas que diziam respeito ao estatuto especial do homem face aos animais não tinham desaparecido. Entrelaçavam-se com a nova atitude, mais benevolente. Alexander Pope, por exemplo, opôs-se à prática de dissecação de cães completamente conscientes, argumentando que, embora "a criação inferior" tivesse sido "submetida ao nosso poder", nós teríamos de prestar contas pela sua "má administração".[30]

Por fim, e especialmente em França, o crescimento do sentimento anticlerical favoreceu o estatuto dos animais. Voltaire, que tinha especial prazer em atacar dogmas de todos os tipos, comparou as práticas cristãs com as hindus, concluindo desfavoravelmente em relação às primeiras. Foi mais longe do que os seus contemporâneos ingleses que advogavam o tratamento correto dos animais quando se referiu ao costume bárbaro de nos alimentarmos com a came e o sangue de seres semelhantes a nós, embora, aparentemente, ele próprio tenha continuado a praticá-lo. [31] Também Rousseau parece ter reconhecido a força dos argumentos favoráveis ao vegetarianismo sem realmente ter adoptado a sua prática: o seu tratado sobre educação intitulado Emile contém uma longa e muito importante passagem retirada de Plutarco que ataca a utilização de animais como alimento, considerando-a não natural, desnecessária e um assassínio sangrento. [32]

O Iluminismo não afetou todos os pensadores de igual modo nas suas atitudes em relação aos animais. Iminanuel Kant, nas suas lições sobre ética, dizia ainda aos estudantes:

No que diz respeito aos animais, não temos deveres diretos. Os animais não possuem autoconsciência e são apenas meios para alcançar um fim. Esse fim é o homem. [33]

Mas, no ano em que Kant dava estas lições - 1780 - Jeremy Bentham completava a sua Introduction to the Principies of Morais and Legislatíon e, nesta obra, numa passagem que já citei no primeiro capítulo deste livro, fomecia uma resposta definitiva a Kant: " A questão não é: Podem eles raciocinar? nem: Podem eles falar? mas: Podem eles sofrer?" Ao comparar a posição dos animais com a dos escravos negros, e ao desejar ver chegar o dia "em que em que o resto da criação animal adquirirá aqueles direitos que nunca lhe poderiam ter sido retirados senão pela mão da tirania", Bentham foi talvez o primeiro a denunciar o "domínio do homem" como tirania, não o considerando govemo legítimo.
O progresso intelectual realizado no século XVIII foi seguido, no século XIX, de algumas melhorias; práticas na condição dos animais. Estas tomaram a forma de leis contrárias à crueldade gratuita para com os animais. As primeiras batalhas a favor dos direitos dos animais foram travadas na Grã-Bretanha, e a reação inicial do Parlamento britânico revela que as idéias; de Bentham tinham tido pouco impacto nos seus compatriotas.
A primeira proposta de lei no sentido de impedir o exercício de crueldade para com os animais foi um projeto de proibição do "desporto" de luta de touros com cães. Foi apresentado à Câmara dos Comuns em 1800. George Carming, Ministro dos Negócios Estrangeiros, descreveu-o como sendo "absurdo" e perguntou retoricamente: "O que poderá ser mais inocente do que a luta de touros com cães, o boxe ou a dança?" Uma vez que não havia sido apresentada uma proposta de proibição do boxe ou da dança, parece que este astuto político não tinha compreendido o que estava em jogo na proposta a que se opunha - considerou-a uma tentativa de ilegalizar os ajuntamentos "da ralé" que poderiam conduzir a uma conduta imoral. [34] O pressuposto que tomava possível este erro era que o comportamento que atingia apenas um animal não podia de forma alguma ser merecedor de legislação própria - um pressuposto partilhado por The Times, que dedicou um editorial ao princípio de que "tudo o que interfere com a disposição pessoal e privada do tempo ou propriedade de um homem é tirania. Não existe lugar a interferências até ao momento em que outra pessoa seja atingida" A projeto de lei foi derrotado.
Em 1821, Richard Martin, proprietário fundiário irlandês e deputado por GaIway, avançou com uma lei que propunha a proibição de inflicção de maus tratos a cavalos. O relato seguinte transmite o tom do debate subsequente:

Quando Alderman C. Smith sugeriu que se deveria proteger os burros, houve tamanhos uivos de riso que o repórter de The Times quase não conseguia ouvir o que estava sendo dito. Quando o Presidente repetiu a sua proposta, o riso intensificou-se. Outro deputado disse que, a seguir, Martin proporia uma lei relativa aos cães, o que provocou nova explosão de hilariedade, e o grito "E gatos!" lançou a Câmara numa convulsão generalizada. [35]

Este projeto de lei foi também derrotado mas, no ano seguinte, Martin viu aprovada uma proposta que tomava criminoso o mau trato "gratuito" de determinados animais domésticos, "propriedade de qualquer pessoa ou pessoas". Pela primeira vez, a crueldade para com os animais era um crime punível. Apesar da hilariedade do ano anterior, os burros estavam incluídos na proposta; os cães e gatos, no entanto, situavam-se ainda fora dos limites. Mais revelador é o fato de Martin ter tido de dar à proposta uma redação que a tomasse semelhante a uma medida de protecção de objetos que constituíam propriedade privada, para beneficio do proprietário, e não por consideração para com próprios animais. [36]

A proposta era agora lei, mas tomava-se ainda necessário implementá-Ia. Uma vez que as vítimas não podiam apresentar queixa, Martin e um grupo de notáveis humanitaristas formaram uma sociedade com o fim de reunir provas e dar início a acções ;udiciais. E assim começou a primeira organização para o bem-estar dos animais, que se tomaria mais tarde a Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals (RSPCA).
Poucos anos após a aprovação desta primeira proibição modesta e oficial da crueldade para com os animais, Charles Darwin escrevia no seu diário: "O homem, na sua arrogância, considera-se uma grande obra, merecedora da intermediação de uma divindade. É mais humilde e, julgo, verdadeiro, considerar que foi criado a partir dos animais" [37] Mais vinte anos se passariam até Darwin considerar, em 1859, que tinha reunido suficientes provas a favor da sua teoria para a poder tomar pública. Mesmo então, na obra Origem das Espécies, Darwin evitou cuidadosamente qualquer debate sobre o ponto até ao qual a sua teoria da evolução de uma espécie a partir de outra se poderia aplicar aos humanos, afirmando apenas que o seu trabalho iria lançar luz sobre "a origem do homem e a sua história" Efetivamente, Darwín possuía já numerosas anotações que apoiavam a teoria de o Homo sapiens ter descendido de outros animais, mas decidiu que se publicasse este material "não faria com isso senào aumentar as prevenções contra o meu intento". [38] Só em 1871, quando muitos cientistas tinham já aceitado a teoria geral da evolução, Darwin publicou A Origem do Homem, tomando deste modo explícito o que tinha ocultado numa única frase do seu trabalho anterior.

Foi desta forma que começou a revolução do conhecimento humano sobre a relação existente entre nós e os animais não humanos... ou não? Esperaria-se que a convulsão intelectual desencadeada pela publicação da teoria da evolução conduzisse a alterações profundas nas atitudes humanas relativamente aos animais. Uma vez tomada evidente a importância da fundamentação científica a favor da teoria, praticamente todas as) ustificações anteriores da nossa posição suprema na criação e do nosso domínio sobre os animais teriam de ser reconsideradas. Intelectualmente, a revolução darwiniana era verdadeiramente revolucionária. Os seres humanos sabiam agora que não eram uma criação especial de Deus, concebida à imagem divina e distinta dos animais; pelo contrário, os seres humanos apercebiam~se de que eles próprios eram animais. Além disso, fundamentando a sua teoria da evolução, Darwin observou que as diferenças existentes entre os seres humanos e os animais não eram tão grandes como geralmente se supunha. O capítulo 3 de A Origem do Homem é dedicado à comparação dos poderes mentais dos homens com os dos "animais inferiores"; Darwin resume os resultados da comparação da seguinte forma:

Vimos já que os sentimentos e intuições, emoções diversas e faculdades tais como a amizade, a memória, a atenção, a curiosidade, a imitação, a razão, etc., de que o homem se orgulha, podem observar-se em estado nascente, e por vezes bastante desenvolvidas, nos animais inferiores. [39]

No quarto capítulo dessa mesma obra o autor vai mais longe, afirmando que o sentido moral humano também pode ser já encontrado nos instintos sociais dos animais que os fazem retirar prazer da companhia mútua, sentir compaixão uns pelos outros e realizar serviços de auxílio mútuo. Numa obra posterior intitulada The Expression of the Emotions m Man and Animals, Darwin fomeceu provas suplementares da existência de numerosas semelhanças entre a vida emocional dos seres humanos e a dos outros animais.
A violenta resistência oferecida à teoria da evolução e da ascendência da espécie humana dos outros animais - uma história demasiado bem conhecida para ser necessário contá-la de novo - constitui uma indicação do ponto até ao qual as idéias especistas dominavam já o pensamento ocidental. A idéia de que somos produto de um ato criativo especial e de que os outros animais foram criados para nos servir não iria ser abandonada sem resistência. Todavia, as provas científicas que abonavam a favor da existência de uma origem comum entre a espécie humana e as outras eram esmagadoras.
Com a aceitação da teoria de Darwin, finalmente, atingimos um conhecimento modemo da natureza, conhecimento esse que, desde então, apenas conheceu modificações de pormenor e não de princípios. Apenas aqueles que preferem a fé religiosa a convicções baseadas no raciocínio e em provas, podem ainda defender que a espécie humana é a favorita de todo o universo, ou que os animais foram criados para nos fomecer comida, ou ainda que temos autoridade divina sobre eles e permissão divina para os matar.
Se adicionarmos esta revolução intelectual ao crescimento do sentimento humanitário que a precedeu, poderíamos pensar que tudo correria bem a partir de então. No entanto, como espero ter ficado claro nos capítulo anteriores, a "mão da tirania" humana está ainda cravada nas outras espécies e, provavelmente, infligimos agora mais sofrimento às outras espécies do que em qualquer outro tempo histórico. Onde é que o caminho se desviou da rota certa?

Se analisarmos o que pensadores relativamente avançados escreveram sobre os animais desde o tempo em que, nos finais do século XVIII, o direito dos animais a um certo grau de consideração estava a começar a ser aceito, verificamos um fato interessante. Com excepções muito raras, estes autores - mesmo os melhores de entre eles - detiveram-se perante o ponto em que os seus argumentos os conduziriam a enfrentar a escolha entre quebrar o hábito profundamente enraizado de consumo da came de outros animais e a acusação de que não agiam de acordo com as conclusões dos seus próprios argumentos morais. Este é um padrão frequente. Quando lemos as fontes escritas posteriores ao final do século XVIII, encontramos frequentemente passagens em que o autor revela o erro existente no nosso tratamento dos outros animais em termos tão fortes que temos a certeza de que, finalmente, alguém se libertou completamente das idéias especistas, e, portanto, se libertou também da mais generalizada de todas as práticas especistas que é o hábito de comer outros animais. Com uma ou duas excepções notáveis (Lewis Gompertz e Henry Salt, no século XIX) [40] , acabamos sempre por nos desapontar. Subitamente, surge uma qualificação ou introduz-se uma nova consideração, e o autor esquiva-se aos possíveis escrúpulos quanto a sua dieta alimentar que a linha de argumentação parecia prestes a criar-lhe. Quando se escrever a história do movimento de Libertação Animal, a era iniciada com Bentham ficará conhecida como a era dos pretextos.
Os pretextos evocados variam, e alguns deles revelam alguma habilidade. Vale a pena analisar espécimes dos tipos principais, pois ainda é possível encontrá-los hoje em dia. Em primeiro lugar, o que não deverá surpreender, surge o Pretexto Divino. Este pode ser ilustrado pela seguinte passagem, retirada da obra de William Paley intitulada Principles of Moral and Political Philosopky (1785). Ao estabelecer "os Direitos Gerais da Humanidade", Paley pergunta-se se temos direitos sobre a came dos animais:

Parece ser necessário um pretexto para a dor e a privação que infligimos aos animais inferiores, limitando-lhes a sua liberdade, mutilando os seus corpos e, por último, pondo fim às suas vidas (que nós supomos constituírem a integralidade da sua existência) para nosso prazer e conveniência.

[É] referido como justificação desta prática que as várias espécies de animais inferiores, ao serem criadas de forma a alimentar-se umas das outras, fomecem uma espécie de analogia que prova que os seres humanos foram destinados a alimentar-se delas (...) [mas) a analogia alegada é extremamente frouxa: os animais inferiores não podem subsistir de outra forma e nós podemos - toda a espécie humana poderia sobreviver alimentando-se apenas de frutos, legumes, ervas e raízes, como muitas tribos hindus fazem (...)
Parece-me que seria difícil defender este direito através de quaisquer argumentos que a compreensão e a ordem da natureza permitem; e que o devemos à permissão consagrada nas Escrituras, Génesis, IX, 1, 2, 3. [41]

Paley é um dos muitos que recorreram à revelação quando se viram incapazes de fomecer uma justificação racional para uma dieta alimentar que consiste noutros animais. Henry Salt, na sua autobiografia intitulada Seventy Years Ainong Savages (um relato da sua vida em Inglaterra), transcreve uma conversa que teve enquanto professor em Eton College. Tinha-se tomado vegetariano havia pouco tempo; nesse momento, e pela primeira vez, debatia a sua prática com um colega, um destacado professor de ciência. Com alguma inquietação, aguardava o veredito da mente científica em relação às suas recentes convicções; quando este chegou, foi nestes termos: "Mas não acha que os animais nos foram enviados como alimento?" [42]
Outro autor, Lorde Chesterfield, recorreu à natureza em vez de Deus:

Os meus escrúpulos opunham-se à ingestão de tão horrífica refeição até, após seria reflexão, me ter convencido da sua legitimidade considerando a ordem geral da natureza, que institui a captura universal dos mais fracos como um dos seus princípios fundamentais. [43]

Não há registos de que Lorde Chesterfield considerasse esta prática como canibalismo justificado.
Benjamin Franklin utilizou o mesmo argumenio - a fraqueza que Paley desautorizara enquanto fundamentação - como justificação para regressar à dieta camívora após alguns anos de vegetarianismo. Na sua autobiografia, conta como vira uns amigos a pescar e percebera que alguns dos peixes apanhados tinham comido outros peixes. Concluíra, daí, que "Se vocês se comem uns aos outros, não vejo por que razão eu não vos poderei comer." No entanto, Franklin, pelo menos, foi mais honesto do que outros que utilizaram este argumento, pois admite que chegou a esta conclusão apenas depois de o peixe estar na frigideira e ter começado a cheirar "admiravelmente bem",- e acrescenta que uma das vantagens de se ser uma "criatura razoáve" é conseguir encontrar uma razão seja para o que for que se quiser fazer . [44]

Também é possível ver um pensador profundo evitar confrontar-se com a questão perturbadora da dieta alimentar considerando-a demasiado profunda para que a mente humana a apreenda. Como escreveu o Dr. Thomas Amold de Rugby:

O tema da criação dos animais inferiores é, para mim, um mistério tão doloroso que não me atrevo a abordá-lo. [45]

Esta atitude foi partilhada pelo historiador francês Michelet; sendo francês, exprime-a de uma forma menos prosaica:

Vida Animal, mistério sombrio! Mundo imenso de pensamentos e sofrimentos mudos. Toda a natureza protesta contra a barbaridade do homem, que não compreende, que humilha, que tortura os seus irmãos inferiores. Vida, morte! O assassínio diário implicado na nossa ingestão de animais - esses problemas difíceis e amargos perfilavam-se teimosamente perante a minha mente. Contradição miserável. Esperemos que haja outra esfera em que as fatalidades baixas e cruéis de tudo isto nos possam ser poupadas. [46]

Michelet parece ter acreditado não ser possível vivermos sem matar; sendo assim, a sua angústia perante a "contradição miserável" deve ter conhecido uma proporção inversa ao tempo que dedicou a examiná-la.
Arthur Schopenhauer foi outro a aceitar o erro confortável de que temos de matar para viver. Schopenhauer foi importante na introdução das idéias orientais no Ocidente, e, em várias passagens, contrastou as atitudes "revoltantemente cruéis" para com os animais prevalecentes na filosofia e na religião ocidentais com aquelas dos budistas e dos hindus. A sua escrita é contundente e desdenhosa e muitas das críticas mordazes que dirige às atitudes ocidentais são ainda hoje pertinentes. Contudo, após uma passagem particularmente corrosiva, Schopenhauer considera apenas brevemente a questão de matar para comer. Não pode negar que os homens possam viver sem matar - sabe demasiado sobre os hindus para afirmar isso - mas diz que "sem alimentos de origem animal, a raça humana não poderia sequer existir no Norte." Schopenhauer não fomece qualquer fundamento para esta distinção geográfica, embora sugira que a morte do animal deveria ser tomada "ainda mais fácil" através da aplicação de clorofórmio.[47]
Mesmo Bentham, que declarou de forma tão clara a necessidade de ampliação dos direitos aos não humanos, se encolheu neste ponto:

Existe uma boa razão para nos ser permitido comer aqueles que gostamos de comer: nós ficamos melhor e eles não ficam pior. Eles não têm nenhuma daquelas demoradas antecipações de suplícios futuros que nós conhecemos. A morte que têm às nossas mãos, geralmente, é e poderá sempre ser, mais rápida e, portanto, menos dolorosa, do que aquela que os esperava no curso inevitável da natureza.

Não se pode deixar de pensar que nestas passagens a argumentação de Schopenhauer e Bentham é de qualidade inferior à habitual. Para além da questão moral da morte indolor, nem Schopenhauer nem Bentham consideram o sofrimento necessariamente envolvido na criação e abate de animais a um nível comercial. Sejam quais forem as possibilidades puramente teóricas de morte indolor, a morte de animais para consumo levada a cabo em grande escala não é e nunca foi indolor. Na altura em que Schopenhauer e Bentham escreveram, o abate era uma atividade ainda mais horrível do que hoje. Os animais eram obrigados a cobrir grandes distâncias a pé, conduzidos ao matadouro por homens cuja única preocupação era chegar ao destino tão rapidamente quanto possível; depois, podiam passar dois ou três dias nos pátios dos matadouros, sem comida e talvez sem água; e, de seguida, eram mortos através de processos bárbaros, sem que antes tivessem ficado inconscientes.[48] Apesar do que diz Bentham, eles tinham algum conhecimento prévio do que os esperava, pelo menos a partir do momento em que entravam no pátio do matadouro e cheiravam o sangue dos seus congéneres. Bentham. e Schopenhauer não teriam aprovado isto, com certeza, e, no entanto, continuaram a apoiar o processo consumindo os seus produtos e justificando a prática geral do qual ela fazia parte. Neste aspecto, Paley parece ter tido uma concepção mais precisa do que implicava o consumo de came. Todavia, ele podia olhar os fatos de frente porque tinha uma permissão divina a que recorrer; Schopenhauer e Bentham não podiam recorrer a este pretexto e, portanto, desviaram o olhar da horrível realidade.

Quanto a Darwin, também ele reteve as atitudes morais relativas aos animais das gerações anteriores, embora tenha demolido as fundações intelectuais dessas atitudes. Continuava a alimentar-se da came dos seres que, afirmara ele, eram capazes de amar, possuíam memória, curiosidade, razão e compaixão mútua; e recusou-se a assinar uma petição que apelava a que a RSPCA exercesse pressão no sentido de fazer aprovar legislação relativa ao controle das experiências com animais.[49] Os seus seguidores esforçaram-se por sublinhar que, embora fizéssemos parte da natureza e descendêssemos dos animais, o nosso estatuto não se tinha alterado. Em resposta à acusação de que as idéias de Darwin tinham retirado dignidade ao homem, T. H. Huxley, o maior campeão do darwinismo, afirmou:

Ninguém está mais firmemente convencido do que eu da vastidão do fosso que separa o homem civilizado dos animais inferiores; a nossa reverência pela nobreza da humanidade não será diminuída pelo conhecimento de que o homem é, em substância e estrutura, igual aos animais inferiores. [50]

Huxley é um verdadeiro representante da atitude modema: sabe perfeitamente que as antigas razões para pressupor a existência de um vasto fosso entre o "homem" e o "animal inferior" já não são válidas, mas continua a crer na existência de tal fosso. Vemos aqui com toda a clareza a natureza ideológica da nossa justificação para a utilização dos animais. A resistência à refutação é uma característica distintiva de uma ideologia. Se os fundamentos de uma posição ideológica lhe forem retirados, encontrar-se-ão novas construções ou, então, a posição ideológica permanecerá suspensa, desafiando o equivalente lógico da lei da gravidade. No caso da atitude para com os animais, parece ter sucedido o último caso. Embora a idéia da nossa posição no mundo tenha sido substancialmente alterada relativamente às concepções primitivas que analisamos, no que toca à matéria prática que diz respeito ao modo como agimos relativamente aos animais pouco mudou. Se os animais já não se encontram completamente fora da esfera moral, estão ainda numa secção especial, próxima do limite exterior. Permite-se que os seus interesses sejam considerados apenas quando não entram em conflito com os interesses humanos. Se existir conflito - mesmo que este seja entre uma vida inteira de sofrimento de um animal não humano e a preferência gastronómica de um ser humano -, opta-se por ignorar os interesses dos não humanos. A atitude moral do passado está demasiado profundamente enraizada no nosso pensamento e nas nossas práticas para ser perturbada por uma mera alteração do nosso conhecimento de nós e dos outros animais.

Capítulo 6

O especismo hoje...

defesas, racionalizações e objecções ao movimento de Libertação Animal, e progressos efetuados na sua resolução

Vimos como, violando o princípio moral fundamental de igualdade de consideração de interesses que deveria reger a nossas relações com todos os seres, os humanos infligem sofrimento aos não humanos por razões triviais; e vimos como, geração após geração, os pensadores ocidentais procuraram defender o direito dos seres humanos a fazê-lo. Neste capítulo final, considerarei algumas das formas através das quais as práticas especistas são atualmente mantidas e promovidas, e os vários argumentos e pretextos que ainda hoje são evocados em defesa da escravatura animal. Algumas destas defesas surgiram como reação à posição que assumi neste livro e, portanto, este capítulo oferece-me a oportunidade de responder a algumas das objecções mais frequentemente colocadas em relação à causa da Libertação Animal; mas também se pretende que o capítulo seja uma extensão do anterior, revelando a existência continuada da ideologia cuja história remonta à Bíblia e aos gregos clássicos. É importante desmontar e criticar esta ideologia porque, embora a atitude contemporânea face aos animais seja suficientemente benévola - numa base muito seletiva - para permitir a introdução de melhorias nas condições de vida dos animais sem questionar a nossa atitude básica, estas melhorias estarão sempre em perigo se não conseguirmos alterar a posição subjacente que sanciona a exploração brutal dos não humanos para fins humanos. Só poderemos construir uma fundação sólida para a abolição desta exploração se conseguirmos romper radicalmente com mais de dois mil anos de pensamento ocidental relativo aos animais.

A nossa atitude face aos animais começa a formar-se quando somos ainda pequenos, sendo dominada pelo fato de começarmos a comer came desde muito novos. É bastante interessante o fato de muitas crianças, de início, se recusarem a comer came, acostumando-se a isso apenas após grandes esforços dos pais que acreditam, erradamente, que ela é necessária a uma boa saúde. No entanto, independentemente da reação inicial da criança, o que devemos pensar é que começamos a comer came de animais muito antes de sermos capazes de compreender que o que estamos a comer é o corpo morto de um animal. Assim, e relativamente à ingestão de came, nunca tomamos uma decisão consciente, informada e isenta da parcialidade que acompanha qualquer hábito há muito adquirido e reforçado por todas as pressões no sentido da conformidade social. Simultaneamente, as crianças sentem afeição natural pelos animais e a nossa sociedade incentiva-as a ser afetuosas para com animais como cães e gatos e animais felpudos de brincar. Estes fatos ajudam a explicar a característica mais evidente das atitudes das crianças face aos animais - ou seja, em vez de ter uma atitude uniforme, a criança revela duas atitudes contraditórias que coexistem, cuidadosamente separadas para que a contradição inerente raramente suscite interrogações.

Não há muito tempo, as crianças cresciam a ouvir contos de fadas em que os animais, especialmente os lobos, eram representados como inimigos astutos do homem. Um final feliz característico era aquele em que o lobo se afogava no lago, amarrado às pedras que o herói habilidoso lhe cosera à barriga enquanto aquele dormia. E, no caso de as crianças não perceberem as implicações destas histórias, podiam dar as mãos e cantar uma cantiga infantil deste gênero:

Três ratos cegos. Vejam como correm. Correm todos atrás da mulher do agricultor. Elas corta-lhes as caudas com uma faca de trinchar. Alguma vez na vida viste algo assim, como Três ratos cegos?*

Para as crianças criadas a ouvir estas histórias e lengalengas, não existia qualquer incoerência entre aquilo que lhes era ensinado e o que comiam. No entanto, hoje em dia estas histórias e lengalengas são já consideradas

* Embora esta cantiga infantil não tenha correspondente exato em português, não é dificil pensar em exemplos semelhantes, como o "Atirei o pau ao gato,/ Mas o gato não morreu./ Dona Chica assustou-se/ Com o berro que o gato deu" (N. da T.) antiquadas e, aparentemente, tudo é uma maravilha no que diz respeito às atitudes das criança face aos animais. Daqui surge um problema: então, e os animais que comemos?

Uma resposta para este problema é a simples fuga. A afeição da criança pelos animais é dirigida para os animais que não são comidos: cães, gatos e outros animais de companhia. Estes são os animais que a criança urbana ou suburbana terá mais hipóteses de ver. Os animais de peluche serão com maior probabilidade ursos ou leões, em vez de vacas ou porcos. Quando os animais de quinta surgem referidos nos livros ilustrados, nas histórias e nos programas infantis de televisão, a fuga pode tomar-se, ao invés, uma tentativa de enganar a criança sobre a natureza da criação modema de animais e, portanto, de lhe ocultar a realidade que analisamos no capítu10 3. Um exemplo disto mesmo é o livro popular da editora Hallmark intitulado Animais da Quinta, que apresenta à criança imagens de galinhas, perus, vacas e porcos, todos rodeados pelas respectivas crias, sem se vislumbrar uma gaiola, um compartimento ou um cercado. O texto diz que os porcos "apreciam uma boa refeição, depois rebolam na lama e de seguida emitem um grunhido!", ao passo que "As vacas não têm nada para fazer, a não ser abanar as caudas, comer erva e mugir." [1] Os livros infantis britânicos, como A Quinta, da popular coleção Ladybird, transmitem a mesma idéia de simplicidade rural, mostrando a galinha a correr livremente pelo pomar com os pintainhos, e todos os outros animais vivendo com as suas crias em espaços amplos. [2] Com este tipo de leitura precoce, não surpreende que as crianças cresçam a pensar que, mesmo que os animais "tenham de" morrer para fomecer comida aos seres humanos, vivem felizes até verem chegada a sua hora.

Reconhecendo a importância da atitude que formamos desde muito novos, o movimento feminista conseguiu incentivar a emergência de uma nova literatura infantil em que por vezes são princesas corajosas que salvam príncipes indefesos e as raparigas desempenham os principais papéis ativos que costumavam estar reservados aos rapazes. Não será fácil alterar as histórias de animais que lemos aos nossos filhos, uma vez que a crueldade não constitui um tema ideal de histórias infantis. No entanto, deveria ser possível evitar os pormenores mais aterradores e, ainda assim, dar às crianças histórias que incentivassem o respeito pelos animais enquanto seres independentes, e não representando-os como pequenos objetos engraçadinhos que existem para nossa diversão e para figurar à nossa mesa; e, à medida que as crianças vão crescendo, pode dizer-se-lhes que a maior parte dos animais vive em condições não muito agradáveis. A dificuldade adivinha-se no fato de os pais não vegetarianos sentirem relutância em deixar que os filhos conheçam a história toda, temendo que a afeição da criança pelos animais perturbe as refeições familiares. Ainda agora, ouve-se dizer com frequência que, sabendo que se matam animais para fomecer came, o filho de um amigo se recusou a comer came. Infelizmente, esta revolta instintiva encontrará certamente uma forte resistência por parte de pais não vegetarianos, e a maior parte das crianças não consegue persistir na recusa perante a oposição de quem lhes dá as refeições e lhes diz que não crescerão e serão grandes se não comerem came. Resta esperar que, à medida que se for difundindo o conhecimento das questões nutricíonais, mais pais admitam que, neste assunto, talvez os filhos sejam mais sábios do que eles.3 Estas crianças, que tomam contato com livros infantis que as levam a pensar na quinta como um local onde os animais se deslocam livremente, em condições idílicas, conseguem viver toda uma vida sem serem obrigadas a rever esta imagem cor-de-rosa Este fato é revelador do isolamento que as pessoas sentem agora em relação aos animais que comem. Não existem quintas nos subúrbios e nas cidades onde as pessoas vivem, e, quando se passeia pelo campo, vê-se muitos edifícios agrícolas e relativamente poucos animais; quantas pessoas conseguem distinguir um celeiro de um aviário?

Os meios de comunicação social também não educam as pessoas no que diz respeito a este assunto. A televisão americana passa documentários que mostram animais no meio selvagem (ou supostamente no seu meio selvagem, pois, por vezes, os animais são capturados e libertados num espaço mais restrito, para facilitar as filmagens) quase todas as noites da semana; mas as referências a unidades de criação intensiva de animais limitam-se a breves momentos de filmagem, emitidos durante raros documentários "especiais" sobre agricultura ou produção alimentar. O telespectador médio deve saber mais sobre a vida das chitas e dos tubarões do que sobre a vida dos bezerros e das galinhas. O resultado é que a maior parte da "informação" acerca de animais domésticos obtida através da televisão assume a forma de publicidade paga, indo de ridículos desenhos animados com porcos que querem ser transformados em salsichas e atuns que tentam desesperadamente ser enlatados a mentiras descaradas sobre as condições em que são criados os frangos de aviário. Os jomais fazem pouco melhor. A sua cobertura dos temas relativos aos animais não humanos é dominada por acontecimentos de "interesse humano", como o nascimento de um gorila bebê no jardim z00lógico, ou a ameaça de extinção que paira sobre algumas espécies; assim, os desenvolvimentos das técnicas de criação de animais que privam milhões de seres de liberdade de movimento não merece qualquer atenção.

Antes dos recentes êxitos do movimento de Libertação Animal, obtidos ao desmascarar um ou dois laboratórios conhecidos pelas suas atividades inumanas, também não se sabia o que se passava no campo da investigação com animais. As pessoas, claro, não têm acesso aos laboratórios. Embora os investigadores publiquem os seus relatórios em revistas da especialidade, apenas informam a imprensa das suas atividades quando julgam ter feito uma descoberta importante. Desta forma, até o movimento de Libertação Animal ter conseguido atrair a atenção dos meios de comunicação nacionais, o público não fazia idéia de que a maior parte das experiências realizadas com animais não chega sequer a ser publicada e a maioria dos trabalhos que se publicam revela uma investigação trivial.
Uma vez que, como vimos no capítulo 2, ninguém sabe ao certo quantas experiências se realizam nos Estados Unidos com recurso a animais, não é de admirar que as pessoas não façam a mais pequena idéia da dimensão da experimentação animal. As instalações destinadas à investigação são geralmente concebidas de forma a que as pessoas quase não vejam os animais vivos que entram, e os animais mortos que saem. (Um conhecido manual para a utilização de animais em experiências aconselha os laboratórios a instalar um fomo crematório, uma vez que a visão de dezenas de corpos de animais mortos despejados no lixo como resíduos comuns certamente não favorecerá a imagem que o centro de investigação ou escola tem junto do público." [4])

A ignorância é, portanto, a primeira linha de defesa do especista. No entanto, esta é facilmente transposta por qualquer pessoa que tenha tempo e determinação para descobrir a verdade. A ignorância prevaleceu durante tanto tempo apenas porque as pessoas não querem saber a verdade. "Não me fale nisso, vai estragar-me o jantar" é a resposta habitual que se obtém quando se tenta revelar a alguém a forma como o seu jantar foi produzido. Mesmo as pessoas que têm consciência de que a quinta familiar tradicional foi dominada pelos grandes interesses económicos e que se realizam experiências duvidosas nos laboratórios, agarram-se a uma crença vaga, recusando-se a aceitar que as condições sejam assim tão más, pois, se o fossem, o govemo ou as sociedades para o bem-estar dos animais já teriam feito algo em relação a isso. Há alguns anos, o Dr. Bemhard Grzimek, diretor do jardim z00lógico de Francoforte e um dos mais conhecidos opositores alemães à criação intensiva de animais, comparou a ignorância dos alemães relativamente às unidades de criação intensiva com a ignorância que a geração anterior tinha manifestado perante outra forma de atrocidade, também ocultada da maioria das pessoass; em ambos os casos, a responsabilidade pela ausência de consciência não é, seguramente, da incapacidade de saber o que se passa, mas do desejo de nada saber sobre os fatos que, uma vez conhecidos, poderiam pesar substancialmente na nossa consciência - assim como, evidentemente, o conhecimento reconfortante de que, afinal, as vítimas de seja o que for que se esteja a passar nesses locais não são membros do grupo a que se pertence.

A idéia de podermos confiar nas organizações em prol do bem-estar dos animais enquanto denunciadoras da crueldade praticada para com os animais é igualmente reconfortante. A maior parte dos países tem já pelo menos uma sociedade de protecção dos animais de dimensões consideráveis e bem estabelecida; nos Estados Unidos existem a American Society for the Prevention of Cruelty to Animals, a American Humane Association e a Humane Society of the United States; na Grã-Bretanha, a Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals continua sendo a organização de maior dimensão. É rensejoável perguntar: Por que razão estas sociedades não conseguiram impedir a prática de crueldades indiscutíveis, descritas nos capítulos 2 e 3 deste livro?

Há várias razões para o fracasso das várias organizações de bem-estar animal no que diz respeito às formas mais importantes de crueldade. Uma dessas razões é histórica. Quando foram fundadas, a RSPCA e a ASPCA eram grupos radicais, muito avançadas em relação à opinião pública da época, e opunham-se a todas as formas de crueldade, incluindo aquela praticada para com os animais de criação, que, então como agora, eram vítimas dos piores tratos. No entanto, à medida que estas organizações foram crescendo em recursos económicos, número de membros e respeitabilidade, perderam gradualmente o seu caráter radical e tomaram-se parte do "establishment" Estabeleceram contatos próximos com membros do govemo, assim como com empresários e cientistas. Tentaram utilizar estes contatos na melhoria das condições de vida dos animais e conseguiram a introdução de algumas pequenas modificações; mas, ao mesmo tempo, os contatos com aqueles cujos interesses fundamentais residiam na utilização de animais como comida ou para fins de investigação suavizou a crítica radical à exploração dos animais que tinha inspirado os fundadores. As sociedades foram sucessivamente comprometendo os seus princípios básicos para conseguir reformas menos importantes. Afirmavam ser melhor conseguir imediatamente algumas melhorias do que nada; mas, frequentemente, as reformas revelaram-se ineficazes no respeitante à melhoria das condições de vida dos animais e funcionaram, perversamente, como garantia perante o público de que não era necessário fazer mais nada.[6]

À medida que a sua riqueza aumentava, adquiriu importância uma consideração de outra ordem. As organizações em prol do bem-estar dos animais tinham sido registadas como organizações sem fins lucrativos e com objetivos humanitários. Este estatuto possibilitou-lhes o acesso a grandes beneficios fiscais. No entanto, esta classificação, tanto nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha, obriga a que a organização não se envolva em atividades políticas. A acção política, infelizmente, é por vezes a única forma de melhorar as condições em que vivem os animais (especialmente se a organização for demasiado prudente para apelar a boicotes públicos a produtos com origem animal), e a maior parte das grandes organizações preocupou-se em manter-se afastada de tudo o que pudesse pôr em perigo esse seu estatuto. Isto levou-as a dedicar-se a atividades seguras, como recolher cães abandonados e denunciar atos isolados de crueldade gratuita, em vez de levar a cabo grandes campanhas contra a crueldade sistemática.
Finalmente, algures durante os últimos cem anos, as maiores organizações para o bem-estar animal deixaram de se interessar pelos animais de criação. Talvez isto se tenha devido ao fato de os apoiantes e funcionários das sociedades serem urbanos e saberem mais e preocuparem-se mais com cães e gatos do que com porcos e bezerros. Fosse por que razão fosse, durante a maior parte deste século, a literatura e a publicidade produzidas pelos grupos mais antigos contribuíram significativamente para a perspectiva dominante que considera que os cães, os gatos e os animais selvagens precisam de ser protegidos, ao passo que os outros animais não. Deste modo, as pessoas passaram a encarar o "bem-estar animal" como algo a que se dedicavam senhoras caridosas doidas por gatos e deixaram de o ver como uma causa assente em princípios de justiça e moral.

A última década assistiu a uma alteração. Em primeiro lugar, surgiram dezenas de grupos mais radicais, defensores da Libertação Animal e dos direitos dos animais. Juntamente com algumas organizações já existentes, e que até então não tinham conhecido grande impacto, estes novos grupos aumentaram substancialmente a consciência pública da crueldade imensa e sistemática que é praticada na criação intensiva de animais, nos laboratórios, nos circos, nos jardins z00lógicos e na caça. Em segundo lugar, talvez como reação a esta nova onda de interesse pelas condições de vida dos animais, grupos mais estabelecidos como a RSPCA da Grã-Bretanha e a ASPCA dos Estados Unidos assumiram uma posição mais marcada contra a crueldade para com os animais de criação e de laboratório, chegando mesmo a apelar à realização de boicotes a produtos como a vitela, o toucinho e os ovos produzidos intensivamente. [7]

Entre os fatores que dificultam o despontar da preocupação pública relativamente aos animais, talvez o mais difícil de ultrapassar seja o pressuposto de que "os seres humanos vêm em primeiro lugar" e que qualquer problema relativo a animais não pode ser comparado, enquanto questão moral ou política grave, com os problemas dos seres humanos. Pode dizer-se muita coisa sobre este pressuposto. Em primeiro lugar, ele constitui, em si mesmo, um indicador de especismo. Como pode alguém que não efetuou uma análise séria da questão saber que o problema é menos grave do que os problemas do sofrimento humano? Só se pode afirmar que se sabe isto se se supuser que os animais não interessam verdadeiramente e portanto, por muito que eles sofram, o seu sofrimento é menos importante do que o sofrimento de um ser humano. Mas dor é dor, e a importância de evitar a inflicção de dor desnecessária não diminui só porque o ser que sofre não pertence à nossa espécie. O que pensaríamos se alguém dissesse "Os brancos vêm em primeiro lugar" e, portanto, a pobreza em África não constitui um problema tão grave como a pobreza na Europa?

É verdade que há muitos problemas no mundo que merecem o nosso tempo e a nossa energia. A fome e a pobreza, o racismo, a guerra e a ameaça nuclear, o sexismo, o desemprego, a preservação do nosso ambiente frágil - todos estes são problemas graves, e quem pode dizer qual é o mais grave? No entanto, se nos libertarmos das tendências especistas, conseguiremos ver que a opressão dos não humanos pelos humanos se situa algures no meio destas questões. O sofrimento que infligimos aos seres não humanos pode ser extremo e os números envolvidos são gigantescos: mais de l00 milhões de porcos, vacas e ovelhas sofrem anualmente o processo descrito no capítulo 3, apenas nos Estados Unidos; o mesmo se aplica a milhares de milhões de galinhas; e, anualmente, pelo menos 25 milhões de animais são utilizados em experiências. Se mil seres humanos fossem obrigados a sujeitar-se ao tipo de testes aplicados aos animais para avaliar a toxicidade de produtos domésticos assistiria-se certamente a um tumulto nacional. A utilização de milhões de animais para este fim deveria originar pelo menos igual reação, especialmente uma vez que este sofrimento é desnecessário e poderia ser facilmente cessado, se assim o desejássemos. A maioria das pessoas rensejoáveis pretende evitar a guerra, a desigualdade entre as raças, a pobreza e o desemprego; o problema é que se tem tentado evitar tudo isto desde há muito tempo e, agora, temos de admitir que, em grande medida, não sabemos como fazê-lo. Comparativamente, a redução do sofrimento dos animais às mãos dos humanos seria relativamente fácil de conseguir, se os humanos estivessem determinados a isso.
De qualquer modo, a idéia de que "os humanos vêm em primeiro lugar" constitui geralmente um pretexto para não se fazer nada quer em relação aos animais não humanos quer em relação aos próprios animais humanos, não se impondo como verdadeira escolha entre altemativas incompatíveis. A verdade é que não existe qualquer incompatibilidade nesta questão. É certo que todos temos uma quantidade limitada de tempo e energia, e o tempo ocupado em trabalho ativo a favor de uma causa reduz o tempo que se pode dedicar a outra, mas nada impede que aqueles que dedicam o seu tempo e a sua energia aos problemas humanos adiram ao boicote aos produtos da crueldade praticada pela indústria da criação de animais. Ser vegetariano não ocupa mais tempo do que comer came de animais. Na verdade, como vimos no capítulo 4, aqueles que afirmam preocupar-se com o bem-estar dos seres humanos e com a preservação do ambiente deveriam tomar-se vegetarianos por essa mesma razão. Assim, contribuiriam para o aumento da quantidade de cereal disponível para alimentar as pessoas necessitadas, para a redução da poluição, para a poupança de água e energia e deixariam de contribuir para a desflorestação; além disso, uma vez que uma dieta vegetariana é menos dispendiosa do que uma dieta camívora, disporiam de mais dinheiro para dedicar à causa da fome, ao controle da população ou a outra qualquer causa que considerassem mais urgente. Não questiono a sinceridade dos vegetarianos que não se interessam pela causa dos animais porque dão prioridade a outras causas; mas, quando os não vegetarianos dizem que "os problemas humanos vêm em primeiro lugar", não posso deixar de me interrogar sobre o que estarão eles exatamente a fazer pelos seres humanos que os obrigue a prosseguir a exploração supérflua e cruel dos animais de criação.
Chegados aqui, será adequado fazer uma digressão histórica. Frequentemente, diz-se como corolário da idéia de que "os humanos vêm em primeiro lugar" que as pessoas do movimento em prol do bem-estar animal preocupam-se mais com os animais do que com os seres humanos.

É verdade que isto se aplica a algumas pessoas. Historicamente, no entanto, os líderes do movimento para o bem-estar dos animais preocuparam-se muito mais com os seres humanos do que os outros humanos que não se preocuparam nada com os animais. Efétivamente, é enorme a coincidência que existe entre líderes de movimentos contra a opressão dos negros e das mulheres e os líderes dos movimentos contra a crueldade para com os animais; esta coincidência é tão grande que fomece um forma inesperada de confirmação do paralelismo que existe entre racismo, sexismo e especismo. Entre o punhado de membros fundadores da RSPCA, por exemplo, encontram-se William Wilberforce e Fowell Buxton, dois dos líderes da luta contra a escravatura negra no império britânico. [8] Quanto às primeiras feministas, Mary Wollstonecraft escreveu, para além da obra Vindication of the Rights of Women, uma coleção de histórias infantis intitulada Original Stories, especialmente pensada para incentivar a prática de atos compassivos para com os animais; [9] e várias das primeiras feministas americanas, incluindo Lucy
Stone, Amelia Bl00mer, Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton, estiveram ligadas ao movimento vegetariano. Chegaram a encontrar-se com Horace Greeley, editor reformista e antiesclavagista de The Tribune,
para fazer um brinde a "Direitos das Mulheres e Vegetarianismo". [10]

Também se deve ao movimento em prol do bem-estar dos animais o início da luta contra a crueldade para com as crianças. Em 1874, pediu-se a Henry Bergh, pioneiro das sociedades americanas para o bem-estar dos animais, que fizesse algo por um animal pequeno que tinha sido batido cruelmente. O pequeno animal, afinal, era uma criança; apesar disso, Bergh processou com sucesso o guardião da criança por crueldade para com um animal, nos termos do estatuto de protecção animal de Nova Iorque, que ele tinha redigido e cuja aprovação ele conseguira ferozmente.
A seguir surgiram outros casos, acabando por se fundar a New York Society for the Prevention of Crueity to Children. Quando a notícia chegou à Grã-Bretanha, a RSPCA fundou a correspondente britânica - a National Society for the Prevention of Cruelty to Chüdren." Lorde Shaftesbury foi um dos fundadores deste grupo. Shaftesbury, enquanto destacado reformador social e autor das leis fabris que puseram fim ao trabalho infantil e às catorze horas de trabalho diário, e enquanto ativista contra a experimentação descontrolada e outras formas de crueldade para com os animais, refuta claramente a idéia, como outros humanitaristas, de que aqueles que se preocupam com os não humanos não se preocupam com os humanos, ou que trabalhar em prol de uma causa impossibilita o trabalho a favor de outra.
As nossas concepções quanto à natureza dos animais não humanos, e o raciocício incorreto acerca das implicações que advêm da nossa concepção da natureza, contribuem igualmente para o apoio da nossa atitude especista. Sempre gostamos de nos considerar menos selvagens do que os outros animais. Dizer que as pessoas são "humanas" significa que elas são gentis; dizer que são "bestiais", "brutais" ou, simplesmente, que se comportam como "animais" é sugerir que são cruéis e malévolas. Raramente nos detemos a considerar que o animal que mata com menos razão para o fazer é o animal humano. julgamos os leões e os lobos como selvagens porque eles matam; mas eles têm de matar: se não o fizerem, morrem à fome. Os humanos matam outros animais por desporto, para satisfazer a sua curiosidade, para embelezar o seu corpo e para agradar ao seu palato. Os seres humanos também matam membros da sua própria espécie por ganância ou sede de poder. Mais, os seres humanos não se satisfazem com a simples morte. Nota-se, através da história, a sua tendência para atormentar e torturar tanto os seus congéneres como os outros animais, antes de os matarem. Nenhum outro animal revela grande interesse nesta prática.

Ao mesmo tempo que ignoramos a nossa própria selvajaria, exageramos aquela dos outros animais. O lobo de má fama, por exemplo, vilão em tantos contos populares, tem sido considerado por muitos estudos levados a cabo por zoólogos como um animal altamente sociável, um cônjuge fiel e afetuoso - não apenas durante a época de acasalamento, mas durante toda a vida -, um progenitor dedicado e um membro leal da alcateia. Os lobos quase nunca matam nada que não,seja para comer. Quando os machos lutam entre si, a luta termina com um gesto de submissão no qual o vencido oferece ao vencedor a parte posterior do pescoço - a zona mais vulnerável do seu corpo. Com as presas apenas a centímetros da veia jugular do inimigo, o vencedor considera-se satisfeito com a submissão e, ao contrário do conquistador humano, não mata o adversão derrotado. [12]

Ao insistirmos na nossa visão do mundo dos animais como um cenário sangrento de combate, ignoramos o ponto até ao qual as outras espécies revelam uma vida social complexa, reconhecendo e relacionando-se com outros membros da sua espécie enquanto indivíduos. Quando os seres humanos se casam, atribuímos a sua proximidade mútua ao amor, lamentando profundamente quando um ser humano perde o seu cônjuge. Quando os outros animais acasalam para a vida inteira, dizemos que é apenas o instinto que os leva a fazer isso e, se um caçador mata ou captura um animal para fins de investigação ou de exibição num zoo, nem pensamos que o animal poderia ter um parceiro que sofrerá com a ausência súbita do animal morto ou capturado. De modo semelhante, sabemos que a separação de mãe e filho é trágica para ambos; no entanto, nem os agricultores nem os criadores de animais de companhia e de animais de laboratório pensam duas vezes nos sentimentos das mães não humanas e das suas crias, que separam sistematicamente como parte da atividade que desenvolvem. [13]

Curiosamente, ao passo que as pessoas muitas vezes rotulam aspetos complexos do comportamento animal como "mero instinto", e, portanto, não os julgam merecedores de comparação com o comportamento semelhante observado nos humanos, estas mesmas pessoas também ignoram ou desvalorizam a importância de simples padrões de comportamento instintivo quando lhes convém. Assim, é muitas vezes dito relativamente a galinhas poedeiras, vitelas e cães enjaulados para fins experimentais que isso não os faz sofrer porque nunca conheceram outras condições. Vimos no capítulo 3 que isto é uma falácia. Os animais necessitam de fazer exercício, quer tenham ou não vivido em condições que lhes tenham permitido isto. Os animais gregários ficam perturbados em condições de isolamento, embora nunca tenham conhecido outras condições, e um grupo demasiado grande tem também este efeito, uma vez que não permite o reconhecimento de cada indivíduo. Estas perturbações revelam-se através de "vícios" como o canibalismo.

A ignorância generalizada quanto à natureza dos animais não humanos permite que aqueles que tratam desta forma os animais neguem as críticas que lhes dirigem afirmando que, afinal, "eles não são humanos" Na verdade, não são, mas também não são máquinas de conversão de ração em came nem instrumentos de investigação. Considerando a distância a que se encontra o conhecimento das pessoas em geral relativamente às mais recentes descobertas efetuadas por zoólogos e etólogos que passaram meses e, por vezes, anos a observar animais de bloco de apontamentos e câmara em punho, os perigos do antropomorfismo sentimental são menos graves do que o perigo representado pela idéia conveniente e útil de que os animais são pedaços de barro que podemos moldar da forma que nos aprouver.

A natureza dos animais não humanos serve de base para outras tentativas de justificação do tratamento que lhes infligimos. É frequentemente afirmado, como objecção ao vegetarianismo, que tendo em conta que outros animais matam para comer, também nós podemos fazer isso. Esta analogia estava já ultrapassada em 1785, quando William Paley a demoliu ao referir-se ao fato de os seres humanos poderem viver sem matar e os outros animais terem de o fazer para sobreviver. [14] Isto é verdadeiro em relação à maioria dos casos; é possível apontar algumas excepções - animais que poderiam sobreviver sem comer came, mas que o fazem ocasionalmente, como os chimpanzés, por exemplo - mas não são estas as espécies que habitualmente encontramos nos nossos pratos. De qualquer forma, mesmo que outros animais que podem viver com uma dieta vegetariana por vezes matem para comer, isso não apoiaria a afirmação de que o mesmo é moralmente defensável em relação a nós. É estranho que os humanos, normalmente considerando-se superiores aos outros animais, recorram (se isso legitimar as suas preferências alimentares) a argumentos que impliquem olhar para os outros animais em busca de orientação e inspiração moral. Claro que o que está em causa é que os não humanos não são capazes de considerar as altemativas ou de refletir em termos morais sobre a correcção ou incorrecção de matar para comer - fazem~no, simplesmente. Podemos lamentar que o mundo seja assim, mas não faz sentido responsabilizar moralmente ou culpabilizar os animais por aquilo que eles fazem. Pelo contrário, qualquer leitor deste livro é capaz de fazer uma escolha moral sobre esta matéria. Não podemos fugir à responsabilidade da nossa escolha imitando seres que são incapazes de fazer este tipo de escolha.
(Com certeza que alguém dirá agora que admiti a existência de uma diferença signíficativa entre os humanos e os outros animais e, assim, revelei uma falha na minha argumentação a favor da igualdade de todos os animais. As pessoas a quem tenha ocorrido esta crítica deverão ler mais atentamente o capítulo 1. Perceberão então que não entenderam a natureza da argumentação que expus a favor da igualdade. Nunca fiz a afirmação absurda de que não existe uma diferença significativa entre seres humanos adultos normais e outros animais. O que pretendo dizer não é que os animais são capazes de agir moralmente, mas que o princípio moral da consideração igual de interesses se aplica a eles como se aplica aos humanos. Frequentemente é correto incluir na esfera da consideração igual de interesses seres que não são capazes de efetuar escolhas morais, como se vê pelo tratamento que damos às crianças pequenas e a outros humanos que, por uma ou outra razão, não possuem a capacidade mental para compreender a natureza da escolha moral. Como Bentham teria dito, o que interessa não é saber se eles podem escolher, mas saber se eles podem sofrer.)
Talvez a afirmação seja de outra ordem. Como vimos no capítulo anterior, Lorde Chesterfield utilizou o fato de os animais comerem outros animais como forma de argumentar que isso constituía "a ordem geral da natureza" [15] Não nos disse por que razão deveríamos imaginar que a nossa natureza é mais semelhante à do tigre camívoro do que à do gorila vegetariano ou à do chimpanzé virtualmente vegetariano. Mas, para além desta objecção, devemos precaver-nos relativamente a apelos à "natureza" na argumentação ética. A natureza pode muitas vezes ser mais "sábid, mas devemos utilizar o nosso próprio julgamento ao decidir quando devemos seguir a natureza. Tanto quanto sei, a guerra entre os homens é "natural" - constituiu indubitavelmente uma preocupação para muitas sociedades, em circunstâncias muito diferentes, durante um longo período histórico - mas eu não tenho intenção de me envolver numa guerra para me assegurar de que estou a agir em conformidade com a natureza. Temos a capacidade de raciocinar acerca daquilo que devemos fazer. Devemos utilizar esta capacidade (e, se realmente gostar muito de apelos à "naturezd', pode dizer que a atividade do raciocínio nos é natural).

Tem de se admitir que a existência de animais camívoros coloca um problema à ética da Libertação Animal: o de saber se devemos fazer algo quanto a isso. Supondo que os seres humanos podiam erradicar as espécies camívoras da terra e que o sofrimento total entre os animais do mundo seria, assim, reduzido, deveríamos fazê-lo?

Uma resposta breve e simples é dizer que, uma vez tendo abandonado a nossa afirmação de "domínio" sobre as outras espécies, deveríamos deixar de interferir nas suas vidas. Deveríamos, tanto quanto possível, deixá-las entregues a si mesmas. Tendo abandonado o papel de tiranos, também não deveríamos assumir o papel de Deus. Embora contenha parte da verdade, a resposta é demasiado breve e simples. Quer gostemos da idéia quer não, os seres humanos sabem mais do que os outros animais relativamente ao que poderá acontecer no futuro, e este conhecimento pode colocar-nos numa situação em que seria cruel não interferir. Em Outubro de 1988, telespetadores de todo o mundo aplaudiram o êxito dos esforços americanos e russos para libertar duas baleias cinzentas califomianas, presas no gelo do Alasca. Alguns críticos notaram a ironia da realização de esforços tão impressionantes para salvar duas baleias, quando caçadores humanos matam anualmente cerca de duas mil baleias, para já não falar dos 125 mil golfinhos que se calcula ficarem presos anualmente nas redes de pesca do atum e morrerem afogados. [16] Apesar disso, seria malvadez considerar que o salvamento tinha sido uma má acção.
Assim, pode pensar-se que a interferência humana melhoraria as condições de vida dos animais e, portanto, seria justificável. Mas o caso muda de figura quando se considera um programa como o da eliminação das espécies camívoras. A julgar pelos nossos feitos passados, qualquer tentativa realizada no sentido de alterar ecossistemas em grande escala trará mais danos do que benefícios. Por essa razão, se não por outra, é verdadeira a afirmação de que, exceptuando alguns casos pontuais, não podemos e não devemos tentar regulamentar toda a natureza. já faremos suficiente se eliminarmos as nossas próprias práticas de morte e crueldade para com os outros animais. [17]

Uma outra justificação avançada para o tratamento que damos aos animais assenta no fato de, no seu estado natural, alguns animais matarem outros. As pessoas afirmam frequentemente que por muito más que sejam as condições nas unidades de criação intensiva, elas não são piores do que as condições existentes no meio natural, onde os animais se encontram expostos ao frio, à fome e aos predadores; pretende-se com isto afirmar que não devemos opor-nos às condições existentes na criação modema de animais. É interessante observar que os defensores da escravatura imposta aos negros africanos utilizaram frequentemente este argumento. Um deles escreveu:

No geral, e tendo em conta que é evidente para lá de qualquer controvérsia que a retirada dos africanos, do estado de brutalidade, miséria e infelicidade em que se encontram tão submersos nos seus locais de origem, para esta terra de iluminação, humanidade e conhecimento cristão é, para eles, uma bênção imensa; mesmo que alguns indivíduos tenham exercido crueldade desnecessária na prática desta atividade, saber se o estado de subordinação que encontram aqui, e que é uma consequência necessária da sua retirada, está ou não de acordo com a lei da natureza já não pode constituir, de forma alguma, uma questão pertinente. [18]
Ora, é difícil comparar dois conjuntos de condições tão diferentes como aquelas que se encontram no meio natural e as das unidades de criação intensiva (e aquelas dos africanos livres e as dos escravos nas plantações); mas, sendo necessário fazer a comparação, com certeza que será preferível a vida em liberdade. Os animais em criação intensiva não podem andar, correr, estender-se ou fazer parte de uma família ou grupo. É verdade que muitos animais morrem devido a condições naturais adversas ou são mortos por predadores; mas os animais fechados nas instalações de criação também não vivem mais do que uma fracção do seu tempo normal de vida. O fomecimento regular de comida numa unidade de criação intensiva não constitui uma bênção, uma vez que priva o animal da sua atividade natural mais básica - a busca de alimento. O resultado é uma vida de tédio absoluto, sem nada para fazer a não ser deitar-se encolhido num compartimento e comer.

De qualquer forma, a comparação entre as condições das unidades de criação intensiva e as condições naturais é completamente irrelevante para a justificação da necessidade da existência de tais unidades, uma vez que não é esta a escolha que somos chamados a fazer. A abolição das unidades de criação intensiva não significaria devolver ao meio natural os animais que se encontram no seu interior. Os animais que se encontram ali foram criados por seres humanos para crescerem nessas instalações e serem vendidos como comida. Se o boicote aos produtos da criação intensiva a que se faz apelo neste livro for eficaz, conseguir-se-á uma redução da procura destes produtos. Isto não significa que, da noite para o dia, se vá passar da situação atual. para uma situação em que ninguém adquire os produtos. (Estou optimista relativamente à Libertação Animal, mas não estou completamente iludido.) A redução será gradual. Tomará a criação de animais menos lucrativa. Os produtores considerarão outros tipos de atividade e as grandes empresas investirão o seu capital noutros ramos. O resultado será a criação de um menor número de animais. O número de animais existentes nas unidades de criação intensiva diminuirá porque não se substituirão aqueles entretanto mortos, e não porque os animais foram "devolvidos" ao seu meio natural. Talvez, um dia (e agora estou a dar rédea solta ao optimismo), as únicas manadas e varas existentes se encontrem em reservas, semelhantes às zonas naturais protegidas. Portanto, a escolha não é entre a vida na unidade de criação intensiva e a vida no meio natural; trata-se, ao invés, de saber se os animais destinados à vida nas unidades de criação intensiva e depois mortos para servirem de comida deverão sequer nascer.
Neste ponto, é possível que surja outra objecção. Pensando que se todos fôssemos vegetarianos haveria muito menos porcos, vacas, galinhas e ovelhas, alguns consumidores de came afirmaram que, na verdade, estavam a fazer um favor aos animais que comiam, pois, sem o seu desejo de comer came, aqueles animais nunca teriam vivido! [19]
Na primeira edição deste livro, rejeitei esta opinião afirmando que ela nos exige que pensemos que dar a existência a um ser confere um beneficio a esse ser - e para pensarmos isto teríamos de aceitar que é possível beneficiar um ser não existente. Isto, pensava eu, era um tremendo disparate. Mas agora já não estou assim tão certo. (A minha rejeição inequívoca desta perspectiva é, aliás, a única posição filosófica que defendi na edição anterior e sobre a qual alterei a minha maneira de pensar.) Afinal, a maior parte de nós concordaria com a afirmação de que seria errado trazer uma criança ao mundo se soubéssemos, antes da sua concepção, que ela seria portadora de um defeito genético que tomaria a sua vida breve e infeliz. Conceber uma criança nestas condições é fazer-lhe mal. Poderemos então realmente negar que trazer ao mundo um ser que terá uma vida agradável é conferir-lhe um beneficio? Para negarmos isto, teríamos de explicar por que razão os dois casos são diferentes, e eu não encontro uma forma satisfatória de o fazer. [20]
O argumento que estamos agora a considerar coloca a questão do caráter errado de matar - uma questão que, por ser muito mais complicada do que a questão do caráter errado de infligir sofrimento, mantive até agora em segundo plano. Contudo, a breve análise que se situa no final do primeiro capítulo foi suficiente para demonstrar que pode haver algo particularmente errado em matar um ser que é capaz de ter desejos para o futuro, algo que não se pode igualar à criação de outro ser. A verdadeira dificuldade surge quando consideramos seres que não são capazes de ter desejos para o futuro - seres que se podem considerar como vivendo momento a momento, e não como tendo uma existência mental contínua. Mesmo neste caso a morte parece repugnante. Um animal pode lutar contra uma ameaça à sua vida, mesmo que não compreenda que tem "uma vida", no sentido que exige o conhecimento do que é existir durante um espaço de tempo. Mas, na ausência de alguma forma de continuidade mental, não é fácil explicar por que razão a perda para o animal morto não é, de um ponto de vista imparcial, compensada pela criação de um novo animal que conhecerá uma vida igualmente agradável. [21]

Ainda tenho dúvidas relativamente a esta questão. A proposição de que a criação de um novo ser deveria compensar, de alguma forma, a morte de outro tem um travo peculiar. Claro que se tivéssemos uma base clara para afirmar que todas as criaturas sencientes têm direito à vida (mesmo aquelas incapazes de ter desejos para o futuro), seria fácil dizer por que razão matar uma criatura senciente é uma acção errada que não pode ser tomada correta pela criação de uma nova criatura. Mas essa posição tem as suas próprias dificuldades práticas e filosóficas profundas, como eu e outros referimos noutra obra .[22]

A um nível puramente prático, pode dizer-se: matar animais para os comer (exceto nos casos em que tal é necessário à sobrevivência) faz-nos pensar neles como objetos que podemos utilizar futilmente, para os nossos próprios fins supérfluos. Sabendo o que sabemos sobre a natureza humana, enquanto continuarmos a pensar nos animais desta forma não conseguiremos alterar a atitude que, quando posta em prática por seres humanos comuns, conduz ao desrespeito - e, daí, ao tratamento incorreto - dos animais. Portanto, talvez seja melhor instituir como princípio geral simples evitar matar animais para comer, exceto quando tal for necessário à nossa sobrevivência.

Este argumento contrário à morte de animais como meio de conseguir comida baseia-se numa previsão relativa às consequências de assumir uma posição. É impossível provar que uma previsão está correta; apenas podemos fazer um juízo sobre ela com base no nosso conhecimento dos nossos congéneres humanos. Contudo, se esta previsão não for convincente, o argumento que estamos a considerar continuará sendo muito restrito em termos de aplicação. Não justifica, obviamente, o consumo de came proveniente de animais criados intensivamente, pois estes têm vidas de privação e tédio, incapazes de conseguir satisfazer as necessidades básicas de se voltarem, limparem, estenderem, exercitarem ou participarem nas interacções sociais próprias da sua espécie. Fazê-los existir para viverem uma vida deste tipo não lhes confere qualquer beneficio; causa-lhes, antes, grande malefício. Na melhor das hipóteses, o argumento apresentado poderia justificar a continuação do consumo de animais criados ao ar livre (de uma espécie incapaz de ter desejos para o futuro), que conhecessem uma vida agradável num grupo social adequado às suas necessidades comportamentais e fossem, depois, mortos rapidamente e sem dor. Respeitaria as pessoas conscienciosas que se preocupassem em comer apenas a came de tais animais - mas suspeito de que, a menos que vivessem numa quinta onde pudessem tratar dos seus próprios animais, teriam de ser, na prática, quase vegetarianas.[23]

Um ponto final sobre o argumento de que a perda de um animal é compensada pela criação de outro. Aqueles que utilizam esta defesa ardilosa do seu desejo de comer porco ou vaca raramente seguem as suas implicações. Se fosse positivo fazer existir seres, então, presumivelmente, sendo tudo o resto igual, deveríamos fazer existir tantos seres humanos quanto fosse possível. E se a isto acrescentarmos a opinião de que as vidas humanas são mais importantes do que as vidas dos animais - uma opinião certamente partilhada pelos consumidores de came - o argumento poderia ser invertido, para embaraço dos seus proponentes líniciais. Uma vez que seria possível alimentar mais seres humanos se não déssemos os nossos cereais aos animais, a consequência do argumento seria, afinal, que todos os seres humanos teriam de tomar-se vegetarianos!

O especismo é uma atitude tão insinuante e generalizada que mesmo aqueles que atacam uma ou duas das suas manifestações - como o abate de animais selvagens efetuado por caçadores, ou a experimentação cruel ou as touradas - participam, eles próprios, noutras práticas especistas. Isto permite que os atacados acusem os seus adversários de incoerência. "Acusam-nos de crueldade porque caçamos veados, mas vocês comem came. Qual é a diferença, senão que vocês pagam a outra pessoa para matar?", perguntam os caçadores. "Colocam objecções a matarmos animais para nos vestirmos com as suas peles, mas vocês usam sapatos de cabedal", dizem os que negoceiam em peles. Os experimentadores, plausivelmente, perguntam por que razão, se aceitam matar animais para agradar aos seus palatos, as pessoas desaprovam a morte de animais com o fim de fazer progredir o conhecimento; e se a desaprovação se aplicar apenas ao sofrimento, eles podem contra-argumentar que os animais mortos para servir de alimento também vivem em sofrimento. Mesmo o aficionado de touradas pode afirmar que a morte de um touro na arena dá prazer a milhares de espectadores, ao passo que a morte de um " num matadouro apenas dá prazer às poucas pessoas que comem alguma parte dele; e, embora no final da sua vida o touro possa sofrer mais do que o boi, durante a maior parte da vida é o touro que é tratado da melhor forma.
A acusação de incoerência, na verdade, não fomece qualquer suporte lógico aos defensores de práticas cruéis. Como observou Brigid Brophy, é verdade que é cruel partir pemas a pessoas, mesmo que esta afirmação seja proferida por alguém que costume partir os braços dos outros. [24] No entanto, as pessoas cuja conduta não está de acordo com as suas convicções expressas terão dificuldade em convencer os outros de que estas convicções estão corretas; e terão ainda mais dificuldade em convencer os outros a agir de acordo com essas convicções. Claro que é sempre possível apontar uma razão para fazer a distinção entre, digamos, vestir peles e calçar cabedal: muitos animais usados na indústria das peles morrem apenas muitas horas ou mesmo dias após terem caído nas armadilhas metálicas denteadas, enquanto os animais de cujas peles é feito o cabeda) não conhecem esta agonia. [25] Contudo, há tendência para estas distinções subtis enfraquecerem a crítica original; e, nalguns casos, não creio que seja possível estabelecer sequer qualquer distinção. Por exemplo, por que razão o caçador que abate um veado para comer estará sujeito a mais críticas do que a pessoa que compra um presunto no supermercado? Afinal, foi provavelmente o porco criado intensivamente que sofreu mais.
O primeiro capítulo deste livro estabelece um claro princípio ético - a igual consideração dos interesses de todos os animais - através do qual é possível determinar quais práticas que afetam os animais não humanos são justificáveis e quais não são. Aplicando este princípio nas nossas vidas, tomamos as nossas acções completamente coerentes. Desta forma, poderemos negar àqueles que ignoram os interesses dos animais a oportunidade de nos acusar de incoerência.

No que conceme os habitantes urbanos e suburbanos dos países industrializados, por todas as razões práticas, a obediência ao princípio da igual consideração de interesses exige que nos tomemos vegetarianos. Este é o passo mais importante, ao qual dei maior atenção; mas devemos também, se queremos ser coerentes, cessar de utilizar outros produtos de origem animal que são resultado da morte e do sofrimento dos animais. Não devemos usar peles. Também não devemos usar objetos de cabedal, uma vez que a venda das peles à indústria dos curtumes desempenha um papel significativo no lucro total da indústria cárnea.

Para os vegetarianos pioneiros do século XIX, deixar de usar objetos de cabedal implicava um verdadeiro sacrifício, uma vez que eram raros os sapatos e botas feitos com outro material. Lewis Gompertz, segundo secretário da RSPCA e vegetariano estrito que se recusava a ser conduzido em veículos puxados por cavalos, sugeriu que os animais deveriam ser criados em pastagens, onde envelheceriam e morreriam de morte natural; só após esta morte as suas peles seriam retiradas para serem utilizadas como cabedal.11 A idéia é um tributo à humanidade de Gompertz e não às suas noções de economia, mas, hoje em dia, a economia é diferente do que era então. já se encontram disponíveis sapatos e botas fabricados a partir de materiais sintéticos, a preços consideravelmente inferiores do que aqueles feitos de cabedal; aliás, os tênis feitos de lona e borracha constituem hoje o tipo de calçado mais utilizado pelos jovens norte-americanos. E atualmente é possível encontrar facilmente cintos, malas e outros bens, outrora feitos de cabedal, fabricados a partir de outros materiais.
Há ainda outros problemas que costumavam assombrar os mais avançados opositores da exploração dos animais e que entretanto desapareceram. As velas, que eram feitas com sebo, deixaram de ser indispensáveis; aqueles que ainda as procuram, podem comprar as versões realizadas com materiais de origem não animal. Também é possível encontrar sabonetes feitos a partir de óleo vegetal, e não de gordura animal. Podemos passar sem lã e, embora as ovelhas geralmente vagueiem livremente pelos campos, é preferível fazê-lo, tendo em conta as crueldades a que são sujeitos estes animais dóceis. [27] Quanto aos cosméticos e aos perfumes, outrora feitos com recurso à utilização de animais selvagens como o almiscareiro e a civeta etíope, apesar de serem artigos supérfluos, os que os desejarem usar podem adquirir cosméticos "isentos de crueldade", que não contêm produtos de origem animal e também não foram testados em animais. [28]
Embora mencione estas altemativas a produtos de origem animal para mostrar que não é dificil recusarmo-nos a participar nos tipos mais importantes de exploração dos animais, não é minha convicção que a coerência seja, ou implique, uma insistência rígida em padrões de pureza absoluta em relação a tudo o que consumimos ou usamos. O objetivo mais importante de alterarmos os hábitos de consumo não é mantermo-nos intocados pelo mal, mas reduzirmos o apoio econômico à exploração dos animais e tentarmos convencermos os outros a fazer o mesmo. Portanto, não é pecado continuar a usar os sapatos de cabedal que já tinha comprado antes de ter começado a pensar na Libertação Animal. Quando esses se gastarem, compre sapatos que não sejam de cabedal: não reduzirá o lucro envolvido na morte de animais deitando fora os sapatos que já tem. Também em relação à alimentação é mais importante ter em mente os objetivos principais do que prender-se com pormenores como seja o interrogar-se quanto à origem dos ovos utilizados para confeccionar o bolo que lhe oferecem numa festa.
Estamos ainda muito longe da altura em que será possível pressionar os restaurantes e os fabricantes de produtos alimentares no sentido da eliminação total dos produtos de origem animal nas suas atividades. Essa altura chegará quando uma parte significativa da população boicotar a came e os outros produtos que são resultado da criação intensiva. Até Ia, e a bem da coerência, não devemos contribuir significativamente para a procura de produtos de origem animal. Demonstraremos assim que não temos necessidade desses produtos. É mais provável que convençamos outros a partilhar a nossa atitude se temperarmos os nossos ideais com senso comum do que se advogarmos um tipo de pureza mais próprio de uma lei alimentar religiosa do que de um movimento ético e político.

De um modo geral, não é difícil ser-se coerente nas atitudes para com os animais. Não é necessário sacrificar nada de essencial porque na nossa vida normal não existe qualquer conflito sério entre os nossos interesses e os interesses dos animais não humanos. No entanto, é forçoso admitir que é possível pensar em casos mais raros em que existe um verdadeiro conflito de interesses. Por exemplo, precisamos de cultivar legumes e cereais para nos alimentarmos; mas estas culturas podem ser ameaçadas por coelhos, ratos ou outras "pragas" Existirá, neste caso, um claro conflito de interesses entre humanos e não humanos. Como reagir nestas circunstâncias, tendo em conta o princípio da igual consideração de interesses?

Em primeiro lugar, consideremos o que é feito atualmente em situações semelhantes. O agricultor tenta eliminar as "pragas" recorrendo ao método disponível que se revele menos dispendioso. Este consistirá, provavelmente, na administração de veneno. Os animais comem iscos envenenados e morrem lenta e dolorosamente. Não é dada qualquer consideração aos interesses das "pragas" - a própria designação ("praga") parece excluir toda a preocupação com os animais? Mas a classificação de uma espécie como "praga" deve-se aos humanos, e um coelho que é considerado parte da praga é tão capaz de sofrer - e merece tanta consideração - como um coelho branco que seja animal de estimação. O problema está em defender as nossas reservas alimentares essenciais e, simultaneamente, respeitar os interesses destes animais da melhor forma possível. Não nos deveria ser tecnologicamente impossível resolver este problema de forma a, se não satisfazer totalmente todas as partes envolvidas, pelo menos provocar menos sofrimento do que aquele envolvido na "solução" atual. A utilização de iscos indutores de esterilidade, em vez de causadores de uma morte agonizante, constituiria uma melhoria óbvia.
Ao termos de defender as nossas reservas alimentares dos coelhos, ou as nossas casas e a nossa saúde dos ratos e ratazanas, é tão natural tratá-los de forma violenta como é natural eles procurarem comida onde a podem encontrar. No estado atual da nossa atitude, seria absurdo esperar que as pessoas alterassem a sua conduta relativamente a estes casos. No entanto, talvez com o passar do tempo, quando os abusos principais tiverem sido eliminados e as nossas atitudes para com os animais se tiverem alterado, as pessoas comecem a ver que mesmo os animais que, em certo sentido, são "ameaçadores" do nosso bem-estar não merecem as mortes cruéis que lhes infligimos; e, assim, talvez acabemos por desenvolver métodos mais humanos de limitação das populações destes animais cujos interesses são verdadeiramente incompatíveis com os nossos.

Pode dar-se uma resposta semelhante aos caçadores e aos vigilantes das zonas que são engariadoramente designadas como "refúgios da vida selvagem" que afirmam que, para se evitar a sobrepopulação de veados, focas ou qualquer outro animal, lhes deve ser permitida periodicamente a "colheita da população excessiva - e isto, alegamente, no próprio interesse dos animais. A utilização do termo "colheita" - frequentemente encontrado nas publicações especializadas - serve de base à declaração de que estes abates são motivados por razões do interesse dos próprios animais. Pelo contrário, o termo indica que os caçadores consideram que os veados ou as focas são o mesmo que milho ou carvão, objetos com valor apenas na medida em que sirvam os interesses humanos. Esta atitude que, em larga medida, é partilhada pelo Fish and Wildlife Service norte-americano, ignora o fato vital de os veados e os outros animais caçados serem capazes de sentir prazer ou dor. Eles não são, portanto, meios para alcançar os nossos fins, mas seres com interesses próprios. Se é verdade que, em circunstâncias especiais, a sua população cresce de forma a prejudicar o seu próprio ambiente e as suas perspectivas de sobrevivência, ou de outros animais que partilhem o mesmo habitat, então pode justificar-se que os humanos desenvolvam uma qualquer acção de supervisão; mas, se considerarmos os interesses dos animais, é óbvio que esta acção não consistirá em permitir que os caçadores matem alguns animais, ferindo inevitavelmente outros - seria antes preferível reduzir a fertilidade dos animais. Se fizermos um esforço no sentido de desenvolver métodos mais humanos de controle populacional dos animais selvagens das reservas, não será difícil encontrar algo melhor do que aquilo que agora é feito. O problema é que as autoridades responsáveis pela vida selvagem têm uma mentalidade de "colheita" e não estão interessadas em encontrar técnicas .de controle populacional que reduzam o número de animais a serem "colhidos" pelos caçadores. [30]

Afirmei que a diferença que existe entre animais como o veado - ou, no que diz respeito a este aspecto, porcos e galinhas -, que não deveríamos pensar em "colher", e as culturas como o milho, que podemos colher, é que os animais são capazes de sentir prazer e dor, ao passo que as plantas não o são. Neste ponto, alguém poderá perguntar: "Como sabemos que as plantas não sofrem?"
Esta objecção pode ser colocada como expressão de uma preocupação genuína com as plantas; mas o que é mais comum é aqueles que a colocam não contemplarem seriamente a ampliação da consideração às plantas, a provar-se o seu sofrimento; ao invés, esperam que se demonstre que, se atuássemos segundo o princípio que defendi, teríamos de deixar de comer também plantas, e não apenas animais, e, portanto, morreríamos a fome. A conclusão a que chegam é que, se é impossível viver sem violar o princípio da consideração igual de interesses, mais vale ignorá-lo e fazer o que temos feito: comer plantas e animais.
A objecção é fraca, tanto fatual como logicamente. Não existem provas concludentes de que as plantas são capazes de sentir prazer e dor. Ha alguns anos, o livro amplamente divulgado intitulado The Secret Lífie o , Í Plants, afirmou que as plantas possuem vários tipos de capacidades notáveis, incluindo a capacidade de ler a mente das pessoas. As mais fascinantes experiências descritas no livro não foram conduzidas em institutos sérios de investigação, tendo-se verificado que as tentativas levadas a cabo por investigadores das principais universidades no sentido de repetir as experiencias não conseguiram obter os mesmos resultados positivos. As afirmações contidas no livro foram já completamente refutadas. [31]
No primeiro capítulo deste livro referi três razões distintas para acreditar que os animais não humanos sentem dor: o comportamento, a natureza dos sistemas nervosos e a utilidade evolucional da dor. Nenhuma destas se pode aplicar às plantas. Na ausência de conclusões experimentais cientificamente credíveÍs, não existe qualquer comportamento observável que sugira a sensação de dor; não se encontrou nas plantas nada que se assemelhe a um sistema nervoso central; e é difícil ver por que razão espécies que não podem evitar uma fonte de dor ou utilizar a percepção da dor para evitar a morte teriam desenvolvido a capacidade de sentir dor. Por conseguinte, a convicção de que as plantas sentem dor parece completamente injustificada.
Considera-se assim tratada a base fatual desta objecção. Consideremos agora a lógica. Suponhamos que, apesar de parecer completamente improvável, os investigadores conseguiam apresentar provas de que as plantas sentem dor. Mesmo assim, não se poderia concluir que deveríamos comer o que sempre comemos. Se as altemativas fossem infligir dor ou morrer à fome, teríamos de escolher o mal menor. Presumivelmente, seria verdadeiro, ainda assim, que as plantas sofreriam menos do que os animais e, portanto, seria melhor comer plantas do que comer animais. Na verdade, esta conclusão seria válida mesmo que as plantas sofressem tanto como os animais, uma vez que a ineficiência da produção de came significa que aqueles que comem came são pelo menos dez vezes mais responsáveis pela destruição indireta de plantas do que os vegetarianos' Neste ponto, admito, a argumentação assume um aspecto de farsa, e só prossegui até aqui para mostrar que aqueles que colocam esta objecção mas não consideram as suas implicações estão, na verdade, apenas a procurar um pretexto para continuar a comer came.

Até agora, e neste capítulo, analisamos as atitudes que são partilhadas por imensas pessoas das sociedades ocidentais, assim como as estratégias e argumentos que são comummente empregues na defesa destas atitudes. Vimos que, de um ponto de vista lógico, estas estratégias e argumentos são muito fracos. Constituem racionalizações e pretextos mais do que argumentos. Contudo, poderia-se pensar que a sua fraqueza se deve à falta de conhecimento especializado que as pessoas comuns revelam na discussão de questões éticas. Por essa razão, na primeira edição deste livro analisei aquilo que alguns dos mais eminentes filósofos dos anos 60 e início dos anos 70 disseram acerca do estatuto moral dos animais não humanos. Os resultados não abonam em favor da filosofia.

A filosofia deve questionar os pressupostos básicos de cada época. A completa consideração, crítica e cuidadosa, daquilo que a maioria de nós toma como adquirido constitui, segundo creio, a principal tarefa da filosofia. E esta tarefa que toma a filosofia uma atividade gratificante. Infelizmente, a filosofia nem sempre cumpre o papel que lhe foi destinado pela história. A defesa aristotélica da escravatura permanecerá sempre como uma advertência relativamente ao fato de os filósofos serem seres humanos sujeitos a todos os preconceitos da sociedade a que pertencem. Por vezes conseguem libertar-se da ideologia dominante; mas, mais frequentemente, tomam-se os seus defensores mais sofisticados.
Foi isto que se passou com os filósofos do período imediatamente anterior à publicação da primeira edição deste livro. Não questionaram as idéias preconcebidas acerca das nossas relações com as outras espécies. Através das suas obras, os filósofos que trataram problemas relacionados com a questão revelaram que, como a maioria dos seres humanos, também eles adoptavam os mesmos pressupostos inquestionados; assim, o que diziam confirmava os confortáveis hábitos especistas dos leitores.
Nessa altura, os debates sobre a igualdade de direitos que se travavam no campo da filosofia moral e política eram quase sempre formulados como problemas de igualdade entre os homens e de direitos humanos. A consequencia disto foi a questão da igualdade dos animais nunca ter sido colocada pelos filósofos ou pelos seus discípulos como problema em si - o que constitui já uma indicação do fracasso da filosofia que se praticara até então na contestação de convicções aceitas. Todavia, os filósofos tiveram dificuldade em analisar a questão da igualdade humana sem se interrogar sobre o estatuto dos não humanos. A razão para tal - que poderá já conhecer-se do primeiro capítulo deste livro - tem a ver com a forma como o princípio da igualdade deve ser interpretado e defendido, se se pretender defendê-lo.
Para os filósofos dos anos 50 e 60, o problema residia em interpretar a idéia de todos os seres humanos serem iguais de maneira a não a tomar manifestamente falsa. Os seres humanos não são iguais de muitas formas, e, se procurarmos alguma característica que todos eles possuam, esta característica tem de ser uma espécie de denominador mínimo comum, tão reduzido que todos os seres humanos o partilhem. O obstáculo está no fato de uma tal característica, possuída por todos os seres humanos, não ser possuída apenas pelos seres humanos. Por exemplo, todos os seres, humanos, mas não apenas eles, são capazes de sentir dor; e embora apenas os seres humanos sejam capazes de resolver problemas matemáticos complexos, nem todos possuem esta capacidade. Assim, o único sentido em que podemos verdadeiramente dizer, como constatação de um fato, que todos os seres humanos são iguais também inclui outros alguns membros de outras espécies - esses membros serão "iguais" a alguns humanos.

Por outro lado, se decidirmos, como afirmei no capítulo 1, que estas características são realmente irrelevantes para o problema da igualdade e que a igualdade se deve basear no princípio moral da igual consideração de interesses e não na possessão de uma determinada característica, toma-se ainda mais difícil encontrar uma base para excluir os animais da esfera da igualdade.
Esta conclusão não é aquela que os filósofos igualitários da época pretenderam originalmente reivindicar. Em vez de aceitarem o resultado para o qual os seus próprios raciocínios naturalmente apontavam, tentarani conciliar a sua crença na igualdade humana com a desigualdade animal através de argumentos que são ou desonestos ou míopes. Por exemplo, um importante filósofo de questões da igualdade da altura foi Richard Wasserstrom, então professor de filosofia e direito na Universidade da Califómia, em Los Angeles. No seu artigo "Rights, Human Rights and Racial Discrimination", Wasserstrom definiu os "direitos humanos" como aqueles direitos que os seres humanos têm e os seres não humanos não têm. De seguida, afirmava a existência do direito humano ao bem-estar e à liberdade. Ao defender a idéia do direito humano à liberdade, Wasserstrom disse que não proporcionar a alguém o alívio de uma dor física intensa toma impossível a essa pessoa uma vida completa e satisfatória. E prosseguia: "Num verdadeiro sentido, o usufruto destes bens diferencia entidades humanas de entidades não humanas' "[32] O problema

é que, quando lemos mais atrás para descobrir a que se refere a expressão "estes bens", o único exemplo que encontramos é o alívio de uma dor física intensa - algo que os não humanos podem apreciar tanto como os humanos. Assim, se os seres humanos têm direito ao alívio de uma dor física intensa, esse não seria um direito especificamente humano, no sentido avançado por Wasserstrom. Os animais também o teriam.
Confrontados com uma situação em que havia a necessidade de encontrar uma base para o fosso moral que ainda hoje se julga comummente separar os seres humanos dos animais, mas incapazes de encontrar uma diferença concreta entre ambos que o justificasse sem fragilizar a posição de igualdade dos seres humanos, os filósofos mostraram tendência a falar pelos cotovelos. Recorreram a expressões sonantes como "a dignidade intrínseca do indivíduo humano" ' 33 Falaram do "valor intrínseco de todos os homens" (o sexismo era tão posto em causa como o especismo), como se todos os homens (humanos?) possuíssem algum valor não especificado que os outros seres não tinham. 34 E disseram que os seres humanos, e apenas os seres humanos, constituem "fins em si mesmos", enquanto "algo que não uma pessoa apenas pode ter valor para uma pessoa". [35]
Como vimos no capítulo anterior, a idéia de uma dignidade e de um valor humano distintivo tem unia longa história. No século XX, até aos anos 70, os filósofos tinham retirado as grilhetas metafisicas e religiosas originais desta idéia, tendo-a invocado livremente sem sentirem qualquer necessidade de justificação. Por que razão não deveríamos atribuir-nos uma "dignidade intrínseca" ou um "valor intrínseco"? Por que razão não deveríamos considerar-nos as únicas coisas no universo a ter valor intrínseco? É bastante improvável que os nossos congéneres humanos rejeitem a promoção que tão generosamente lhes estendemos; e aqueles a quem negamos essa honra não são capazes de se opor. Efetivamente, quando pensamos apenas nos seres humanos, pode ser muito liberal e muito progressista falar da dignidade de todos eles. Ao fazermos isso, condenamos implicitamente a escravatura, o racismo e as outras violações dos direitos humanos. Admitimos que nós próprios nos encontramos, num sentido fundamental, em condições de igualdade relativamente aos mais pobres e mais ignorantes membros da nossa própria espécie. É apenas quando pensamos nos seres humanos enquanto pequeno subgrupo de todos os seres que habitam o nosso planeta que podemos perceber que ao elevarmos a nossa espécie estamos simultaneamente a reduzir o estatuto relativo de todas as outras espécies.
A verdade é que o apelo à dignidade intrínseca dos seres humanos parece resolver os problemas do filósofo igualitário apenas enquanto permanece inquestionado. Quando perguntamos por que razão todos os seres humanos - incluindo bebês, intelectualmente incapacitados, psicopatas criminosos, Hitler, Estaline e os outros - têm um tipo de dignidade ou valor a que nenhum elefante, porco ou chimpanzé poderá alguma vez aspirar, vemos que esta questão é tão difícil de responder como o nosso pedido inicial de apresentação de um qualquer fato relevante que justifique uma desigualdade entre os humanos e os outros animais. De fato, estas duas questões são na verdade apenas uma: falar de dignidade intrínseca ou valor moral não ajuda porque qualquer defesa satisfatoru da afirmação de que todos os seres humanos, e apenas eles, têm dignida intrínseca precisaria de incluir algumas características ou capacidades relevantes apenas possuídas pelos seres humanos que justificassem à existência dessa dignidade ou desse valor singulares. A introdução das idéias de dignidade e valor como substituto de outras razões para a distinção entre humanos e animais não é válida. As expressões elaboradas são o último recurso de quem não tem argumentos.

Para o caso de alguém julgar ainda possível encontrar alguma característica relevante que permita distinguir todos os seres humanos de todos os membros das outras espécies, consideremos de novo o fato de haver alguns seres humanos que claramente possuem um nível de entendimento, autoconsciência, inteligência e sensibilidade inferiores a muitos seres não humanos. Estou a pensar em seres humanos com lesões cerebrais graves e irrecuperáveis e também em bebês humanos; no entanto, para evitar a complicação das potencialidades dos bebês centrar-me-ei nos seres humanos com deficiências mentais definitivas e profundas.

Os filósofos que tentaram encontrar unia característica que distinguisse os seres humanos dos outros animais raramente resolveram eliminar estes grupos de seres humanos, juntando-os aos outros animais. É fácil ver por que não o fazem: tomar este caminho sem repensar as nossas atitudes para com os outros animais significaria que temos o direito de realizar experiências dolorosas coni humanos mentalmente deficientes para fins triviais; de forma semelhante, teria de se concluir que temos o direito de os criar e matar para nos servirem de alimento.

Para os filósofos que analisavam o problema da igualdade, a forma mais fácil de resolver a dificuldade colocada pela existência de seres humanos profunda e definitivamente incapacitados mentalmente era ignorando-a. John Rawls, filósofo de Harvard, no seu extenso livro intitulado A Theory of Justice, defrontou-se com este problema quando tentava explicar por que razão devemos aplicar a justiça aos seres humanos, mas não aos outros animais, mas afastou-o, com o comentário: "Não posso tratar este problema aqui, mas presumo que a descrição da igualdade não seria materialmente afetada".[36]

Este é um modo extraordinário de tratar a questão do tratamento igual: parece implicar que ou podemos tratar as pessoas profunda e definitivamente incapacitadas intelectualmente como tratamos agora os animais ou que, em oposicao as proprias afirmacoes de Rawls, devemos aplicar a justica aos animais.

Que outra coisa poderiam fazer os filosofos? Se enfrentassem honestamente o problema colocado pela existecia dos seres humanos sem cariteriscicas morais relevantes que nao sao tambem possuidas pelos seres nao humanos, seria impossivel agarrarem-se a igualdade dos seres humanos sem sugerirem uma revisão radical do estatuto dos não humanos. Numa tentativa desesperada para salvar as idéias geralmente aceitas, chegou mesmo a ser defendido que se deve tratar os seres de acordo com o que é normal "para a espécie", e não de acordo com as suas características reais.[37] Para vermos como isto é revoltante, imaginemos que numa qualquer data futura se conseguiam reunir provas de que, mesmo na ausência de qualquer condicionante de ordem cultural, era normal, numa sociedade, que mais mulheres do que homens ficassem em casa a tomar conta dos filhos em vez de saírem para trabalhar. Esta conclusão seria perfeitamente compatível com o fato óbvio de haver algumas mulheres menos dispostas a tomar conta dos filhos e mais dispostas a sair para trabalhar do que alguns homens. Será que algum filósofo afirmaria, nestas circunstâncias, que estas mulheres excepcionais deveriam ser tratadas de acordo com o que é "natural para o sexo" - e, portanto, digamos, não ser admitidas na escola de medicina - em vez de serem tratadas conforme as suas características? Não me parece. É difícil ver algo neste argumento para além da preferência pelos interesses dos membros da nossa própria espécie precisamente por eles serem membros da nossa própria espécie.

Tal como os outros argumentos filosóficos comuns antes de a idéia da igualdade dos animais ter sido seriamente considerada pelos filósofos, este surge como sinal de como não apenas as pessoas comuns mas também aquelas mais habilitadas para o raciocínio moral podem ser vítimas da ideologia dominante. Agora, contudo, tenho a grande satisfação de afirmar que a filosofia se livrou dos seus antolhos ideológicos. Muitos dos atuais cursos universitários de ética incentivam verdadeiramente os estudantes a repensar as suas atitudes relativamente a várias questões éticas, sendo o estatuto moral dos animais não humanos uma das principais. Há quinze anos, tinha de procurar muito até encontrar um punhado de referências de filósofos acadêmicos que se tivessem debruçado sobre a questão do estatuto dos animais; atualmente, poderia ter preenchido este livro com o relato do que tem sido escrito sobre este tópico nos últimos quinze anos. Nas bibliografias de praticamente todos os cursos de ética aplicada encontram-se artigos sobre o modo como devemos tratar os animais. Agora, são os pressupostos complacentes e injustificados acerca da insignificância moral dos animais não humanos que se tomaram escassos.

Efetivamente, ao longo dos últimos quinze anos, a filosofia acadêmica desempenhou um importante papel no incentivo e no apoio ao movimento da Libertação Animal. A atividade desenvolvida neste campo pode ser apreciada na recente bibliografia de Charles Magel que contempla livros e artigos sobre direitos dos animais e questões afins. Magel descobriu apenas 95 obras dignas de menção no período que medeia entre a Antiguidade e os anos 70, sendo que destas apenas duas ou três são da autoria de filósofos profissionais. No entanto, para os dezoito anos seguintes Magel fomece os títulos de 240 obras sobre direitos dos animais, muitas das quais de filósofos que ensinam em universidades. [38] Além disso. os trabalhos publicados são apenas uma parte do que se tem feito: nos departamentos de filosofia das universidades dos Estados Unidos, Austrália, Grã-Bretanha, Canadá e de muitos outros países, há filósofos que ensinam aos seus alunos o estatuto moral dos animais. Muitos deles trabalham também ativamente em prol da mudança de atitudes através da participação em grupos de defesa dos direitos dos animais, nas universidades e fora delas.

É claro que não existe unanimidade entre os filósofos no que diz respeito ao vegetarianismo e ao movimento da Libertação Animal - alguma vez terá existido unanimidade entre eles? Mas mesmo aqueles filósofos que se têm mostrado críticos relativamente a afirmações proferidas por colegas sobre os animais aceitaram argumentos importantes da causa da alteração de atitudes. Por exemplo, R. G. Frey da Universidade de Bowling Green, que, mais do qualquer outro filósofo, expressou a oposição às minhas opiniões, inicia um dos seus artigos afirmando terminantemente: "Não sou um antivivisseccionista (...) " Mas prossegue, admitindo que:

Não tenho e não sei de nada que me permita dizer, a priori, que unia vida humana de qualquer qualidade, por inferior que seja, é mais valiosa do que uma vida animal de qualquer qualidade, por superior que seja.

Consequentemente, Frey reconhece que "a causa a favor do antivivisseccionismo é muito mais forte do que a maior parte das pessoas admite.Conclui que, se se pretender justificar a experimentação com animais não humanos recorrendo aos beneficios que esta produz (e que é, segundo este autor, o único modo de justificar a prática), não se encontra uma razão intrínseca para que tais beneficios não justifiquem a realização de experiências com "humanos cuja qualidade de vida seja inferior ou igual à dos animais" Assim, ele aceita a realização de experiências com animais nos casos em que os beneficios sejam suficientemente importantes, mas coloca a condição de se aceitar também a possibilidade de realização de experiências similares com humanos. [39]

Ainda mais drástica foi a alteração de postura revelada pelo filósofo canadiano Michael Allen Fox. Em 1986, a publicação do seu livro intitulado The Case for Animal Experimentation parecia garantir-lhe um lugar destacado nas conferências acadêmicas como principal defensor filosófico da indústria da investigação com animais. As empresas de drogas e os grupos de pressão a favor da experimentação com animais que julgaram ter encontrado, finalmente, um filósofo dócil, que poderiam utilizar para se defender das críticas de natureza ética que lhes dirigiam, devem ter sofrido uma grande desilusão quando Fox, subitamente, se retratou das opiniões expressas no seu livro. Em resposta a uma recensão extremamente crítica publicada em The Scientist, Fox escreveu uma carta ao editor da publicação manifestando o seu acordo com o autor da recensão: tinha chegado à conclusão de que os argumentos avançados no livro eram errados, não sendo possível justificar a experimentação com animais em termos éticos. Posteriormente, Fox levou até às últimas consequências a sua corajosa mudança de perspectiva e tomou-se vegetariano. [40]

A ascensão do movimento de Libertação Animal deve ser único entre as modemas causas sociais na medida em que tem estado ligada ao desenvolvimento da questão enquanto tópico de discussão nos círculos filosóficos acadêmicos. Ao considerar o estatuto dos animais não humanos, a própria filosofia sofreu uma transformação notável: abandonou o conformismo confortável do dogma aceito e regressou ao seu antigo papel socrático.

O fulcro deste livro reside na afirmação de que discriminar os seres apenas com base na sua espécie é uma forma de preconceito, imoral e indefensável do mesmo modo que a discriminação com base na raça é imoral e indefensável. Não me limitei a avançar esta afirmação como simples pressuposto, ou como uma declaração da minha opinião pessoal, que os outros poderiam ou não partilhar. Fomeci argumentos, apelando à razão e não à emoção ou ao sentimento. Escolhi esta via não por não ter consciência da importância dos bons sentimentos de respeito para com as outras criaturas, mas porque a razão é mais universal e mais exigente no seu apelo. Por muito que admire aqueles que aboliram o especismo das suas vidas apenas porque a sua preocupação pelos outros abrange todas as criaturas sencientes, não creio que somente um apelo à compaixão e à bondade bastasse para convencer a maioria das pessoas relativamente ao caráter errado do especismo. Mesmo nos casos em que são outros seres humanos que estão em jogo, as pessoas mostram-se surpreendentemente adeptas de limitar a sua compaixão àqueles da sua própria nação ou raça. No entanto, quase todos, pelo menos nominalmente, estão dispostos a dar ouvidos à razão. É verdade que existem pessoas que tendem para um subjetivismo excessivo no que diz respeito à moral, dizendo que uma moralidade é tão boa como qualquer outra; mas quando estas mesmas pessoas são pressionadas no sentido de dizerem se consideram que a moralidade de Hitler ou dos mercadores de escravos era tão boa como a de Albert Schweitzer ou a de Martin Luther King, descobrem que, afinal, há moralidades melhores do que outras.
Assim, ao longo do livro procurei sempre apresentar uma argumentação racional. A menos que consiga refutar o argumento central deste livro, o leitor deverá agora reconhecer que o especismo é errado e isto significa que, se considerar a moral seriamente, deverá tentar eliminar as práticas especistas da sua própria vida e opor-se a elas em todas as instâncias. De outra forma, não possuirá qualquer base para, sem hipocrisia, criticar o racismo ou o sexismo.

Em geral, evitei argumentar que devemos ser compassivos para com os animais porque a crueldade que demonstramos para com eles conduz à crueldade para com os seres humanos. Talvez seja verdade que a compaixão revelada em relação aos seres humanos e aos animais esteja frequentemente relacionada; mas, seja isto verdadeiro ou não, dizer - como S. Tomás de Aquino e Kant fizeram - que esta é a verdadeira razão para sermos compassivos para com os animais constitui uma posição completamente especista. Temos de considerar os interesses dos animais porque eles têm interesses e é injustificável excluí-los da esfera de preocupação moral; fazer esta consideração depender das consequências benéficas que tal possa ter para os seres humanos é aceitar a implicação de que os interesses dos animais não merecem consideração por si mesmos.
De modo semelhante, evitei apresentar uma análise exaustiva sobre a questão de saber se a dieta vegetariana é mais saudável do que uma dieta que contenha came de animais. Existe um volume considerável de provas que atestam que assim é, mas limitei-me a demonstrar que um vegetariano pode ser pelo menos tão saudável como alguém que coma came. Se se insistir demasiado neste ponto toma-se dificil não transmitir a idéia de que, a existirem estudos que demonstrassem que uma dieta que contenha came seria aceitável do ponto de vista da saúde, o vegetarianismo deixaria de ser defensável. No entanto, nos termos do movimento de Libertação Animal, desde que se possa viver sem provocar existências desgraçadas aos animais, é isso que temos de fazer.

Acredito que a argumentação a favor da Libertação Animal é logicamente forte e não pode ser refutada; mas a tarefa de derrotar o especismo na prática é imensa. Vimos que o especismo tem raízes históricas que se encontram profundamente arraigadas na consciência da sociedade ocidental. Vimos que a abolição das práticas especistas ameaçaria os interesses instituídos de enormes empresas da indústria alimentar, das associações profissionais de investigadores e veterinários. Se tal se revelar necessário, estas empresas e organizações dispor-se-ão a despender milhões de dólares em defesa dos seus interesses e as pessoas serão bombardeadas com anúncios de rejeição às acusações de crueldade. Além disso, as pessoas têm - ou pensam ter - interesse na continuação da prática especista de criação e abate de animais para alimentação e isto fá-Ias estar dispostas a aceitar as garantias de que, pelo menos neste campo, não existe muita crueldade. Como vimos, as pessoas estão ainda dispostas a aceitar formas falaciosas de raciocínio, do tipo daquelas que analisamos neste capítulo, formas essas que não aceitariam de modo nenhum, se estas não parecessem justificar a sua dieta alimentar preferida.

Terá o movimento de Libertação Animal alguma possibilidade de sucesso, tendo em conta estes preconceitos antigos, os poderosos interesses instituídos e os hábitos enraizados? Para além da razão e da moral, haverá algo mais que abone em seu favor? Há uma década, não existia qualquer base concreta para esperar que os seus argumentos vingassem, para além da confiança na vitória final da razão e da moral. Desde então, o movimento conheceu um crescimento impressionante ao nível do número de apoiantes, da visibilidade pública e, mais importante ainda, da lista de beneficios obtidos para os animais. Há dez anos, o movimento de Libertação Animal era visto em geral como um conjunto de alucinados, e o número de associados dos grupos que possuíam uma filosofia genuinamente libertadora era reduzido. Atualmente, o grupo People for the Ethical Treatment of Animals tem 250 mil membros e a Humane Farming Association - que desenvolve neste momento uma forte campanha contra a reclusão de vitelas em compartimentos -, tem 45 Mil.41 O Trans-Species Unlimited, que era um pequeno grupo com um gabinete no centro da Pensilvânia, é agora uma organização nacional com secções em Nova Iorque, Nova Jersey, Filadélfia e Chicago. A Coalition to Abolish the LD50 and DraizeTest reuniu os grupos dos direitos dos animais e do bem-estar dos animais, tendo um número total de membros da ordem dos milhões. Em 1988, o movimento de Libertação Animal obteve aquilo que se tomou um símbolo de reconhecimento: uma respeitosa reportagem extensa e com honras de capa na revista Newsweek.[42]

Fomos apontando alguns dos beneficios obtidos para os animais à medida que tratamos os tópicos com eles relacionados, mas vale a pena referi-los em conjunto. Estes incluem a proibição de utilização de compartimentos para vitelas na Grã-Bretanha e a eliminação gradual das gaiolas de aviário na Suíça e nos Países Baixos, assim como a legislação sueca, mais abrangente, que abolirá os compartimentos para vitelas, as gaiolas de aviário, os compartimentos para porcas e todos os outros dispositivos que impeçam os animais de se movimentar livremente. Também tomará ilegal a criação de gado bovino que não permita que os animais pastem ao ar livre durante os meses mais quentes. A campanha mundial contra o comércio de peles conseguiu reduzir substancialmente a quantidade de peles comercializadas, especialmente na Europa. Na Grã-Bretanha, a House of Fraser, uma importante cadeia de armazéns, foi alvo de protestos contra o comércio de peles. Em Dezembro de 1989 anunciou que encerraria os estabelecimentos de peles em cinquenta e nove dos seus sessenta armazéns, permanecendo apenas um aberto nos famosos armazéns londrinos Harrods.

Nos Estados Unidos, os animais de criação ainda não colheram benefícios, mas já cessaram algumas séries de experiências particularmente objeccionáveis. O primeiro êxito foi alcançado em 1977, quando uma campanha conduzida por Henry Spira convenceu o Museu Americano de História Natural a cessar uma série de experiências inúteis que envolviam a mutilação de gatos como forma de investigar o efeito que isto produzia sobre as suas vidas sexuais.[43] Em 1981, foi revelado por Alex Pacheco, ativista do movimento de Libertação Animal, o estado terrível de dezassete macacos que se encontravam no Edward Taub's Institute for Behavioral Research, em Silver Springs, no estado de Maryland. Os Institutos Nacionais de Saúde cortaram o financiamento a esta instituição e Edward Taub tomou-se o primeiro a ser condenado por crueldade nos Estados Unidos - embora a condenação tenha sido posteriormente anulada com base no argumento técnico de que os experimentadores que recebem financiamento federal não são obrigados a obedecer às leis anticrueldade vigentes no estado a que pertencem.[44] Entretanto, o caso deu proeminência nacional a um grupo incipiente designado People for the Ethical Treatment of Animals, que, em 1984, presidiu aos esforços desenvolvidos no sentido de impedir as experiências relativas a lesões cerebrais realizadas com macacos pelo Dr. Thomas Germarelli, na Universidade da Pensilvânia. Estes esforços foram despoletados pelas extraordinárias gravações em vídeo do abuso dos animais, atingidos por disparos efetuados pelos próprios investigadores, tendo estes sido resgatados do laboratório durante um *raid* noturno levado a cabo pela Animal Liberation Front. A bolsa de investigação de Germarelli foi-lhe retirada.[45] Em 1985, após meses de vigilância realizada pelo Trans-Species Unlimited, um investigador da Comell University desistiu de uma bolsa de 530 mil dólares que lhe tinha sido concedida para investigar a viciação em barbitúricos utilizando gatos.[46] Por esta altura, a Benetton, cadeia de moda italiana, anunciou que ia deixar de realizar testes de segurança de novos cosméticos e produtos de higiene em animais. A Benetton tinha sido alvo de uma campanha intemacional, coordenada pelo People for the Ethical Treatment of Animals, que envolveu membros de movimentos de Libertação Animal de sete países. A Noxell Corporation, fabricante americano de cosméticos, não tendo sido alvo de uma tal campanha, tomou a decisão de se basear em culturas de tecido em vez de realizar testes de Draize em coelhos, para determinar a nocividade ocular dos seus produtos. A decisão da Noxell inseriu-se num movimento de consideração de altemativas a que aderiram importantes fabricantes de cosméticos, produtos de higiene e produtos farmacêuticos, iniciado e continuamente incentivado pela Coalition to Abolish the LD50 and Draize Tests.[47] Os anos de trabalho árduo foram compensados quando, em 1989, as empresas Avon, RevIon, Fabergé, Mary Kay, Amway, Elizabeth Arden, Max Fator, Christian Dior e outras de menor dimensão anunciaram o fim, ou, pelo menos, suspensão, de todas as experiências com animais. Nesse mesmo ano, a Comissão Europeia, responsável pelos testes de segurança em dez países da União Europeia, anunciou que aceitaria altemativas aos testes LD50 e Draize, apelando a todas as nações da OCDE (grupo que inclui os Estados Unidos e o Japão) para que trabalhassem no sentido de encontrarem uma altemativa comum aos testes de segurança. Tanto o teste LD50 como o teste de Draize foram já abolidos através de regulamentação govemamental em Victoria e South Wales, estados australianos mais populosos e onde se efetuava a maior parte da experimentação com animais.[48]
Nos Estados Unidos, ganha agora importância o debate sobre a questão da dissecação nas escolas secundárias. A teimosa resistência oferecida aquando da realização de uma dissecação por uma estudante de um liceu califomiano - Jenifer Graham -, e a sua insistência em não ser prejudicada na classificação devido à objecção de consciência invocada, levou à aprovação, em 1988, da Declaração dos Direitos dos Estudantes da Califómia, que confere aos estudantes do ensino básico e secundário da Califómia o direito de se recusarem a realizar uma dissecação, não sendo penalizados por esse fato. Estão agora sendo aprovadas em Nova Jersey, Massachusetts, Maine, Havaí e vários outros estados declarações semelhantes.

À medida que o movimento ganha maior visibilidade e apoio, a opinião pública vai também aderindo. Alguns músicos de rock ajudaram a transmitir a mensagem do movimento de Libertação Animal. Estrelas de cinema, manequins e estilistas comprometeram- se a não utilizar peles. O sucesso intemacional da cadeia de lojas Body Shop tomou os cosméticos isentos de crueldade mais atraentes e amplamente disponíveis. Os restaurantes vegetarianos proliferam, e mesmo os restaurantes não vegetarianos possuem já pratos vegetarianos. Tudo isto toma mais fácil para os recém-chegados juntarem-se àqueles que já fazem tudo o que podem nas suas vidas quotidianas para limitar a crueldade para com os animais.

Apesar de tudo isto, o movimento de Libertação Animal vai exigir mais altruísmo por parte dos seres humanos do que qualquer outro movimento de libertação. Os animais são incapazes de exigir a sua própria libertação ou de protestar contra a sua condição através de votações, manifestações ou boicotes. Os seres humanos têm o poder de continuar a oprimir as outras espécies etemamente ou até tomarem este planeta impróprio para seres vivos. Continuará a nossa tirania, provando que a moral de nada vale quando entra em conflito com os interesses próprios, como sempre disseram os mais cínicos poetas e filósofos? Ou mostrare mos estar à altura do desafio, provando a nossa capacidade de altruísmo genuíno ao pôr fim à exploração cruel das espécies que estão sob nosso domínio, não por sermos forçados a fazê-lo por rebeldes ou terroristas mas por reconhecermos que a nossa posição é moralmente indefensável?
A forma como coletivamente respondemos a esta questão depende da forma como cada um, individualmente, lhe responde.

Apêndice I

Bibliografia

Esta não é uma lista completa das fontes - referências às quais podem descobrir-se na bibliografia deste livro - mas sim uma lista seleccionada de livros especialmente valiosos, incluindo livros sobre os argumentos a favor do vegetarianismo. No apêndice 2 indicam-se alguns livros sobre cozinha vegetariana. Para um guia detalhado e anotado da literatura relevante, ver o magnificamente abrangente Kèyguide to Information Sources in Animal Rights, de Charles Magel (Londres: Mansell, and jefferson, North Carolina: McFarland, 1989).

Geral

Godlovitch, Stanley e Roslind, e John Harris, eds. Animais, Men and Morais. Nova Iorque, Grove, 1974. Inovadora recolha de artigos.

Gompertz, Lewis. Moral Inquiries on the Situatíon of Man and of Brutes. Londres, 1824. Uma das primeiras propostas cuidadosamente argumentadas a favor de uma atitude radicalmente diferente para com os animais.

Gruen, Lori, Peter Singer, e David Hine. Animal Liberation: A Graphic Guíde. Londres, Camden Press, 1987. Breve relato popular, ilustrado, sobre o movimento de Libertação Animal na teoria e na prática.

Midgley, Mary. Animais and IVhy They Matter. Athens, University of Georgia Press, 1984. Análise inteligente da importância da espécie.

Rachels, James. Created from Animais: The Moral Implications of Darwinism. Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press, iggo. Expõe as implicações morais ainda geralmente ignoradas da teoria da evolução relativamente à forma como tratamos os animais.

Regan, Tom. Tize Case For Animal Rights. Berkeley, University of Califomia Press, 1983. A mais completa elaboração dos argumentos filosóficos a favor do reconhecimento dos direitos dos animais.
Regan, Tom e Peter Singer, eds. Animal Rights and Human Obligations. Englew00d Cliffs, N.I., Prentice-Hall, 2a ed., 1989. Uma antologia de escritos, antigos e recentes, oriundos de ambas as facções.

Rollin, Bemard. The Unheeded Cry. Oxford, Oxford University Press, 1989. Relato muito acessível das tentativas de negar a capacidade de sensação dos animais, e da razão por que estas falham.

Ryder, Richard D. Animal Revolution: Changing Attitudes Towards Speciesism. Oxford, Blackwefl, 1989. Resenha histórica da mudança de atitude para com os animais, sublinhando as duas últimas décadas, da autoria de um proeminente pensador e ativista deste período.

Salt, Henry. Animal's Rights Considered in Relation to Social Progress. Clarks Sunimit, Pensilvânia, Society for Animal Rights; Fontwell, Sussex, Centaur Press/State Mutual Book, 1985 (publicado pela primeira vez em 1892). Um clássico, agora de novo disponível.

Sapontzis, Steve. Morals, Reason and Animals. Filadélfia, Têmple University Press, 1987. Pormenorizada análise filosófica dos argumentos sobre a Libertação Animal.

Singer, Peter, ed. In Defense of Animals. Nova lorque, Harper and Row, 1986. Ensaios especialmente redigidos por ativistas e pensadores.

Thomas, Keith, Man and the Natural World: ChangingAttitudes in England i50o-180o. Londres, Allen Lane, 1983. Estudo acadêmico mas muito acessível sobre as atitudes para com os animais durante este período.

Tumer, E. S. Ali Heaven in a Rage. Londres, Michael Joseph, 1964. História informativa e aliciante do movimento em prol da protecção dos animais.

Wynne-Tyson, J., ed. The Extended Circle: A Commonplace Book ofAnimal Rights. Nova Iorque, Paragon House, 1988; Londres, Penguin, 1989. Centenas de breves extratos da autoria de pensadores humanitaristas, ao longo dos tempos.

Animais na Investigação

Rowan, Andrew. Of Mice, Models, and Men: A Critical Evaluation of Animal Research. Albany, State University of New York Press, 1984. Análise atualizada, conduzida por um cientista.

Ryder, Richard. Victims of Science. Fontwell, Sussex, Centaur Press/State Mutual Book, 1983. Ainda uma das melhores descrições gerais da experimentação com animais.

Sharpe, Robert. The Cruel Deception. Wellingborough, Northants, Thorsons, 1988. Argumentação científica contra a experimentação com animais que considera a sua irrelevância nos progressos na área da saúde, sendo que, por vezes, é francamente enganadora.

Sperlinger, David, ed. Animais in Research: New Perspectives in Animal Experimentation. Chichester e Nova Iorque, John Wiley, 1983 Recolha de ensaios da autoria de cientistas e filósofos.

Os Animais de Quinta e a Indústria da Came

Agricultural Committee, Câmara dos Comuns. Animal Welfare in Poultry, Pig and Veal Calf Production. Londres, Her Majestys Stationery Office, 1981. Relatório govemamental fundamentado, que se opõe firmemente a muitas práticas correntes.

Brambefl, E W. R., Chairman. Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animais Kept Under Intensive Livestock Husbandry Systems. Londres, Her Majestys Stationery Office, 1965. O relatório do primeiro inquérito detalhado sobre a criação intensiva de animais.

Dawkins Marian. Animal Sufiéring. The Science of Animal Welfare. Nova lorque, Routiedge, Chapman and Hafi, 1980. Análise científica dos modos de medir objetivamente o sofrimento animal.

Druce, Clare. Chicken and Egg. Mo Pays the Price? Londres, Merlin, 1989. Denúncia das indústrias de produção de ovos e aves, com respostas aos argumentos apresentados a seu favor.

Fox, Michael W. Farm Animais: Husbandry, Behavior, and Veterinary Practice. Baltimore, University Park Press, 1984. Relato documentado sobre as questões de bem-estar dos animais de quinta.

Gold, Mark. Assault and Battery. Londres, Pluto Press, 1983. Análise crítica da criação intensiva de animais.

Harrison, Ruth. Animal Machines. Londres, Vincent Stuart, 1964. O livro que lançou a campanha contra a criação intensiva de animais.

Mason, Jim e Peter Singer. Animal Fatories. Nova Iorque, Crown, 1980. Análise das implicações sanitárias, ecológicas e para o bem-estar dos animais da criação intensiva, com uma recolha excepcional de fotografias.

Schell, Orville. Modem Meat. Nova Iorque, Random House, 1984. Um proeminente jomalista debruça-se sobre a "quinta farmacêutica" e os seus produtos,

Vegetarianismo

Akers, Keith. A Vegetarian Sourcebook: The Nutrition, Ecology, and Ethics of a Natural Foods Diet. Arlington, Va., Vegetarian Press, 1989. Recolha exaustiva e atualizada de informação científica sobre a dieta vegetariana.

Gold, Mark. Living Without Cruelty. Basingstoke, Hants, Green Print, 1988. Cobre todas as questões detalhadas de viver sem abusar dos animais.

Kapleau, Roshi P. To Cherish All Life: A Buddhist View ofAnimal Slaughter and Meat Eatíng. Rochester, N.I., The Zen Center, 1981. O autor é um eminente budista norte-americano.

Lappé, Francis M00re. Diet for a Small Planet. New York, Ballantine, ed. l00 Aniversário, 1985. Este livro argumenta contra a produção de came utilizando uma fundamentação ecológica.

Moran, Victoria. Compassion the Ultimate Ethic: An Exploration of Veganism. Wellingborough, Northants, Thorsons, 1985. Como viver sem explorar os animais, incluindo também uma análise dos aspectos ecológicos e sanitários do veganismo.

Robbins, John. Diet for a New America: How Your Food Choices Affect Your Health, Happiness and the Future of Life on Earth. Walpole, N.H., Stfflpoint, 1987. O autor reúne grande quantidade de provas contra o consumo de produtos animais.

Wynne-Tyson, Jon. Food For a Future. How World Hunger Could Be Ended by the Twenty-first Century. Wellingborough, Northants, Thorsons, ed. rev., 1988. Argumentação a favor do vegetarianismo, partindo de bases humanas e ecológicas.

Vida selvagem

Amory, Cleveland. Man Kind? Nova lorque, Dell, 1980. Crítica mordaz da guerra à vida selvagem.

Batten, Peter. Living Trophies. Nova Iorque, Crowell, 1976. Consideração crítica dos jardins zoológicos e das consequências; que eles têm sobre os animais.

Day, David. The Doomsday Book of Animals. Nova lorque, Viking Press, 1980. Como estamos a provocar a extinção de numerosas espécies.

McKenna, Virginia, Will Travers, e Jonathan Wray, eds. Beyond the Bars. Wellingborough, Northants, Thorsons, 1988. Recolha de ensaios sobre jardins z00lógicos e questões afins, focando-se em especial na conservação da vida selvagem.

Regenstein, Lewis. The Politics of Extinction. Nova lorque, Macmillan, 1975. Relato de como temos provocado, e continuamos a provocar, a extinção de várias espécies.

Apêndice 2

Viver sem crueldade

Produtos Isentos de Crueldade

É agora relativamente fácil obter sabonetes, artigos de higiene e cosméticos isentos de crueldade. A cadeia mundial Body Shop disponibiliza uma vasta gama de produtos que não foram nem testados em animais nem usam ingredientes de origem animal. Há outras marcas que se encontram também já disponíveis em lojas de alimentação natural. Revistas como ne Animals Agenda publicam anúncios de produtos isentos de crueldade. Muitas das maiores organizações fomecem listas de produtos isentos de crueldade aprovados; em particular, escreva-se para: Beauty Without Cruelty (ver endereços em Austrália, Reino Unido, e Estados Unidos na lista abaixo) ou, no Reino Unido, à British Union for the Abolition of Vivisection, ou à Vegan Society, e, nos Estados Unidos, à National Anti-Vivisection Society ou à People for the Ethical Treatment of Animals. Ver também Living Without Cruelty, de Mark Gold, indicado na bibliografia sobre vegetarianismo.

Aqueles que estiverem interessados em dietas vegetarianas para cães e gatos deverão contatar Harbingers of a New Age, Box 146, Swisshome, OR 97480, EUA, devendo, porém, obter também o conselho de um veterinário.

Alimentação

Quando surgiu a primeira edição deste livro havia tão pouca informação geralmente disponível sobre vegetarianismo que foi necessário fomecer um apêndice detalhado contendo informação nutricional e receitas vegetarianas. Felizmente, encontram-se agora disponíveis excelentes livros de cozinha vegetariana na maioria das livrarias, não sendo já posta em causa a adequação nutricional de uma dieta vegetariana. Fomecerei, assim, apenas uma lista dos melhores livros de culinária. Para mais informações sobre aspectos nutritivos de viver sem crueldade, ver os livros abaixo enumerados sobre vegetarianismo, em especial A Vegetarían Sourcebook, de Keith Akers.

Bl00dr00t Collective. 7he Pólitical Palate: A Fêminist Vegetarian Cookbook. Bridgeport, Conn., Sanguinaria Publishing, 1980.

The Second Seasonal Political Palate. Bridgeport, Conn., Sanguinaria Publishing, 1984.

Dinshah, Freya. The Vegan Cookbook. American Vegan Society; endereço na página 249. Exatamente o que o nome indica.

Ewald, Eflen Buchman. Recipesfor a Small Planet. Nova Iorque, Ballantine, 1988. Uma continuação de Diet for a Small Planet, de Francis M00re Lappé; mais informação sobre proteínas, e muitas mais receitas.

Grossinger, Jennie. The Art of JewiA Cooking. Nova Iorque, Random House, 1958. Não é um livro vegetariano, mas descobrem-se nele receitas vegetarianas suficientes para nos fazer continuar a ganhar peso alegremente, caso gostemos de comida judaica.

Hagler, Louise, ed. Tofu Cookery. Summertown, Tenn., The Book Publishing Co., 1982. Caso não esteja ainda a usar tofu regularmente, compre este livro. Ficará espantado com o que pode fazer-se com este versátil alimento.

Hurd, Dr. Frank e Sr. Ten Talents Vegetarian Natural Foods Cookbook. Edição dos autores, Chisholm, Minn; disponível através da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Um livro de cozinha natural, além de manual de saúde. É mais caro do que os outros livros nesta lista, mas vale a pena para veganos, já que a maioria das receitas que contém são veganas.

Jaffrey, Madhur. Madhur Jaffreys World-of-the-East Vegetarian Cooking. Nova Iorque, Knopf, 1984.

Katzen, Mollie. M00se~d Cookbook. Berkeley, Calif., Ten Speed Press, 1977. Receitas de um famoso restaurante vegetariano.

. The Enchanted Broccoli Forest. Berkeley, Calif., Ten Speed Press, 1982. A continuação de Moosewood Cookbook.

Lager, Mildred e Dorothea van Gundy Jones. The Soybean Cookbook. Nova Iorque, Arco, 1968; também publicado em livro de bolso pela Arc Books. Trezentas e cinquenta receitas que incluem soja, assim como instruções para fazer crescer rebentos de soja e fazer coalhada de soja.

Lappé, Frances M00re e Ellen Buchman Ewald. Great Meafless Meals. Nova lorque, Ballantine, 1981. Trinta ementas completas, com receitas, para confeccionar excelentes e nutritivas refeições vegetarianas.

Lemlin, Jearme. Vegetarian Pleasures: A New Cookbook. Nova Iorque, Knopf, 1986. Outro livro de cozinha organizado por ementas, repleto de tentadoras invenções culinárias.

Roden , Claudia. A Book of MiddIe Eastem Food. Nova Iorque, Knopf, 1974; igualmente publicado em edição de bolso pela Vintage Books. Não é vegetariano, mas tem receitas que incluem húmus, felafel, e legumes recheados de todos os tipos. útil em especial para aqueles que usam um substituto de came picada, dado que muitos dos pratos de came usam came picada, e funcionam bem substituindo-a por proteína vegetal texturizada.

Thomas, Anna. The Vegetarian Epícure. Nova lorque, KnoPf, 1972; também publicado em edição de bolso pela Vintage Books. Muitas receitas gourmet deliciosas. Especialmente bom em pães e sopas. Não é muito recomendado para "veganos", já que coloca demasiado ênfase em receitas com queijo e ovos.

Organizações

É importante ter um estilo de vida isento de crueldade, mas é igualmente essencial trabalhar ativamente para pôr fim à exploração dos animais. Algumas pessoas podem fazê-lo trabalhando sozinhas, ou formando o seu próprio grupo com amigos de idéias afins; mas outra forma é integrar uma organização existente. Refiro a seguir algumas organizações ativas e eficazes, e algumas revistas (em itálico) que promovem o ponto de vista da Libertação Animal. As organizações aparecem e desaparecem, e o fato de uma organização não ser aqui referida não deve entender-se como querendo dizer que ela não é útil.

Austrália

Libertação Animal As delegações estatais são como segue:

Canberra, PO Box 1875, ACT 260i
New South Wales, 20 Enmore Rd., Newtown, NSW 2402
Northem Territory, PO BOx 49277, Casuarina, NT 5792
Queensland, GPO Box 1787, Brisbane, Qld. 4001
South Australia, PO Box 114, Rundle Mall, Adelaide, SA 5000
Tasmânia,102 Bathurst St., Hobart, Tas. 7000
Victoria, GPO Box 1196 K, Melboume, Vic. 3001
Westem Australia, PO Box 146, Inglew00d, WA 6052

Animal Liberation: The Magazine
PO BOX 221 Mitcham, Vic- 3132

Australian and New Zealand Federation of Animal Societies
PO Box 1023
Collingw00d, Vic- 3066

Beauty Without Cruelty
GPO Box 1787
Brisbane, Qld. 4001

Canadá

ARK II-Canadian Animal Rights Network 542
Mt. Pleasant Road #104
Toronto, Ontario M4S 2M7

Lifeforce
PO BOx 3117
Main Post Office
Vancouver, BC V6B 3X6

Alemanha

Mobilisation fúr Tiere e.V.
Postfach 977 3400
Gõttingen

Verein Gegen Tierqualerische Massentierhaltung e.V.
Teichtor io
2305 Heikendorf b. Kiel

Israel

Animal Liberation
PO BOx 519
Givatayim 53104

Itália

Etica & Animali
Via Marradi, 2
20123 Milano

México

Associacion de Lucha para Evitar Ia Crueldad con Ios Animales
Av. Presidente Masarik 350-201
Col. Polanco Chapoltepec
11560 Mexico SDF

Holanda

Nederlandse Bond tot Bestrijding van de Vivisectie Jan van Nassaustraat 81 2596 BWs-Gravenhage

Nova Zelândía

Save Animals; from Exploitation PO BOx 30139 Takapuna North Auckland 9

Portugal*

Sociedade Protetora dos Animais Rua Sociedade Protetora dos Animais 4050 Porto

Liga Portuguesa de Defesa dos Animais Rua José Costa Mamede, 9 2775 Carcavelos

Movimento Anti-Touradas; de Portugal Apartado 455102 E. C. da Galiza

Suécia

Nordiska Samfúndet Mot Plagsamma Djurforsok Drottninggatan 102 1u60 Estocolmo

Suíça

Konsumenten Arbeítsgruppe zur Fõrderung tierfreundlicher umweltgerechter Nutzung von Haustieren (KAG) Engelgasse 12a g00i St. Gallen

* As organizações portuguesas não figuram na edição original desta obra. (N. do E.)
Stiftung Fonds flir versuchstierfreie Forschung FFVFF
Biberlingstr. 5
8032 Zurich

Reino Unido

Animal Aid
7 Castle Street
Tonbridge
Kent TN91BH
Publica a revista Outrage

Animal Liberation Front
BCM Box 1160
London WCIN 3XX

Beauty Without Cruelty
ii Lime HW Road
Tunbridge Wells
Kent TNi ILJ

Beauty Without Cruelty
King Henry's Walk
London N14 NH

British Union for the Abolition of Vivisection
16a Crane Grove, Islington
London N7 8LB
Publica a revista Liberator

Chicker~s Lib
PO BOX 2, Holmfirth
Huddersfield HD7 IQT

Compassion in World Farming
20 Lavant St.
Petersfield
Hampshire GU32 3EW
Publica a revista Agscene

Vegan Society
33-35 George St.
Oxford 0X1 2AY

Vegetarian Society
Parkdale, Dunham Road
Altrincham
Cheshire WA14 4QG

Estados Unidos

American Vegan Society
Box H
Malaga, Nj o8328

The AnimaIs'Agenda
456 Monroe Tumpike
Monroe, CT o6468

The AnimaIs'Voice
PO BOx 341347
Los Angeles, CA 90034

The Animal Legal Defense Fund
1363 Lincoln Avenue
San Rafael, CA 94901

Animal Rights Coalitions
(Coalition to Abolish the LD50 and Draize Tests e Coalition for Nonviolent Food)
BOX 214 Planetarium Station
New York, NY 10024

Association of Veterinarians for Animal Rights
15 Dutch St., Suite 500-A
New York, NY 10038-3779

Beauty Without Cruelty
175 West 12th St., #16G
New York, NY l00u

Between the Species
PO Box 254
Berkeley, CA 94701

CEASE
(Coalition to End Animal Suffering and Exploitation)
PO BOX 27
Cambridge, MA 02238

Farm Animal Reform Movement
PO 130x 70123
Washington, DC 20o88

The Fund for Animals
20O W. 57th Street
Nova Iorque, N.I. i0019

Humane Farming Association
1550 Califómia St.
San Francisco, CA 94109

The Intemational Primate Protection League
PO 130x 766
Summerville, SC 29484

Intemational Society for Animal Rights
421 South State St.

Clarks Summit, PA 18411

National Anti-vivisection Society
53 West Jackson Blvd., Suite 1550
Chicago, IL 60604

People for the Ethical Treatment of Animals
PO BOX 42516
Washington, DC 20015

Physicians Committee for Responsible Medicine
PO Box 6322
Washington, DC 20015

Psychologists for the Ethical Treatment of Animals
PO Box 87
New Gloucester, ME 04260

Trans-Species Unfimited
PO Box 1553
Williamsport, PA 17703

Trans-Species Unfimited
New York Office
PO BOX 20697
Columbus Cirde Station
New York, NY 10023

United Action for Animals
205 East 42nd St.
New York, NY 10017

Vegetarian Times
PO BOx 570
Oak Park, IL 60603

Notas

Capítulo 1

i. Para a filosofia moral de Bentham, ver o seu Introduction to the Principies of Morais and Legislation, e para a de Sidgwick, ver The Methotis of Ethics, 1907 (a passagem é citada da sétima edição; reedição, Londres: Macinillan, 1963), P. 382. Como exemplos de proeminentes filósofos da moral contemporâneos que referem o requisito de igual consideração de interesses, ver R.M. Hare, Freedom and Reason (Nova lorque: Oxford University Press, 1963), e John Rawls, A Theory of Justice (Cambridge: Harvard University Press, Belknap Press, 1972). Para um breve relato sobre o consenso essencial existente entre esta e outras posições quanto a esta questão, ver R. M. Hare, "Rules of War and Moral Reasoning,' Philosophy and Public Affairs 1 (2) (1972).

2. Carta a Henry Gregoire, 25 de Fevereiro de 1809.

3. Reminiscências de Francis D. Gage, retiradas de Susan 13. Anthony, The History of WÔman Suflrage, vol. i; a passagem encontra-se na citação feita em Leslie Tarmer, ed., Voices From Women's Liberation (Nova lorque: Signet, 1970).

4. Devo o termo "especismo" a Richard Ryder. Foi adoptado na utilização corrente desde a primeira edição deste livro, e surge agora no The Oxford English Dictionary, 2a edição (Oxford: Clarendon Press, 1989).

5. Introduction to the Principles of Morais and Legislatíon, capítulo 17.

6. Ver M. Levin, "Animal Rights Evaluated," Humanist 37: 14-15 (julho/Agosto de 1977); M.A. Fox, "Animal Liberation: A Critique," Ethícs 88:134-138 (1978); C. Perry e G. E. Jones, "On Animal Rights," Intemational Joumal of Appited Philosophy 1: 39-57 (1982).

7. Lord Brain, "Presidential Address," em C. A. Keele e R. Smith, eds., The Assessment of Paín in Men and Animais (Londres: Universities Federation for Animal Welfare, 1962).

8. Lord Brain, "Presidential Address," p. ii.

9. Richard Serjeant, The Spectrum ofPain (Londres: Hart Davis, 1969), P. 72. io. Ver os relatórios do Committee on Cruelty to Wild Animals (Cominand Paper 8266,1951), parágrafos 36-42; do Departinental Committee on Experiments on Aninials (Cominand Paper 2641, 1965), parágrafos 179-182; e do Technical Committee to Inquire into the Welfare of Animals Kept under Intensive Livestock Husbandry Systenis (Cominand Paper 2836, 1965), parágrafos 26-28 (Londres: Her Majesty's Stationery Office).

ii. Ver Stephen Walker, Animal Thoughts (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1983); Donald Griffin, Animal Thinking (Cambridge: Harvard University Press, 1984); e Marian Stamp, Dawkins, Animal Suffering: The Science of Animal Welfare (,Londres: Chapman and Hafl, 1980).

12. Ver Eugene Linden, Apes, Men and Language (Nova lorque: Penguin, 1976); para descrições acessíveis de algum trabalho mais recente, ver Erik Eckholm, "Pygmy Chimp Readily Learris Language Skill ' '1 The New York Times, 24 de Junho de 1985; e "The Wisdom of Animals," Newsweek, 23 de Maio de 1988.

13. 111 the Shadow of Man (Boston: Houghton Mifflin, 1971), p. 225. Michael Peters faz uma observação semelhante em "Nature and Culture," em Stanley e Roslind Godlovitch e John Harris, eds., Animals, Men and Morals (Nova lorque: Taplinger, 1972). Para exemplos de algumas das incoerências na recusa de que as criaturas sem linguagem possam sentir dor, ver Bemard Rollin, Uze Unheeded Cry: Animal Consciousness, Animal Pain, and Science (Oxford: 0,Úord University Press, 1989).

14. Estou aqui a deixar de lado as opiniões religiosas, por exemplo a doutrina de que todos e apenas os seres humanos possuem almas imortais, ou são feitos à imagem de Deus. Historicamente, estas opiniões foram muito importantes, sendo sem dúvida parcialmente responsáveis pela idéia de que a vida humana possui um caráter sagrado especial. (Para uma análise histórica adicional, ver capítulo 5) Do ponto de vista da lógica, porém, estas opiniões religiosas são insatisfatórias, já que não propõem uma explicação racional para a razão por que todos os seres humanos e nenhuns seres não-humanos deverão ter almas imortais. Por conseguinte, também esta crença se encontra sob suspeita de constituir uma forma de especismo. Seja como for, os defensores do ponto da vista da "santidade da vida" mostram geralmente relutância em basear a sua posição em doutrinas puramente religiosas, já que estas doutrinasjá não são agora tão amplamente aceitas como o foram outrora.

15. Para uma análise geral destas questões, ver o meu Ética Prática (Gradiva, Lisboa, 2000), e para uma análise mais detaihada do tratamento de crianças deficientes, ver Helga Kuhse e Peter Singer, Should the Baby Live? (Oxford: Oxford University Press, 1985).

16. Para um desenvolvi mento deste tema, ver o meu ensaio, "Life's Uncertain Voyage," em P. Pettit, R. Sylvan e J. Norman, eds., Metaphysics and Morality (Oxford: Blackwell, 1987), PP. 154-172.

17. A análise precedente, que apenas ligeiramente modificada desde a primeira edição, foi muitas vezes ignorada pelos críticos do movimento de Libertação Animal. É, uma tática comum. procurar ridicularizar a posição da Libertação Animal sustentando que, nas palavras recentes de um experimentador com animais, "Algumas destas pessoas acreditam que cada inseto, cada rato, tem tanto direito à vida como um ser humano" (Dr. lrving Weissman, citado em Katherine Bishop, "From Shop to Lab to Farril, Animal Rights Battle is Felt," The New York Times, 14 de janeiro de 1989.) Seria interessante ver o Dr. Weissman nomear alguns proeminentes defensores do movimento de Libertação Animal que sustentem esta opinião. A posição descrita não é certamemente a minha (assumindo apenas que se referia ao direito à vida de um ser humano com capacidades muito diferentes daquelas do inseto e do rato). Duvido que seja sustentada por muitos - se alguns - no movimento de Libertação Animal.

Capítuli) 2

i. Força Aérea dos E.U., Escola de Medicina Aeroespacial, Relatório NUSAFSAM-TR-82-24, Agosto de 1982.

2. Força Aérea dos E.U., Escola de Medicina Aeroespacial, Relatório No USAFSAM-TR-87-19, Outubro de 1987.

3. Força Aérea dos E.U., Relatório NOUSAFSAM-TR-87-19, p. 6

4. Donald J. Bames, " A Matter of Change," em Peter Singer, ed., In Defense of Animals (Oxford: Blackwell, 1985).

5. Air Force TimeS, 28 de Novembro de 1973; The New York Times, 14 de Novembro de 1973.

6. B. Levine et al., "Determination of the Chronic Manimalian Toxicological Effects of TNT: Twenty-six Week Subchronic Oral Toxicity Study of Trinitrotoluene (TNT) in the Beagle Dog," Fase 11, Relatório Final (U.S. Army Medical. Research and Development Corrimand, Fort Detrick, Maryland, Junho de 1983).

7. Carol G. Frariz, "Effects of Mixed Neutron--gamma Total-body Irradiation on Physical Activity Performance of Rhesus Monkeysl" Radíation Research ioi: 434-441 (1985).

8. Proceedíngs of the National Academy of Science 54: 90 (1965).

9. Engineering and Science 33: 8 (1970).

10. Matemal Care and Mental Health, Série de Monografias da Organização Mundial de Saúde, 2: 46 (1951).

11. Engincering and Science 33: 8 (1970).

12. Joumal of Comparative and Physiological Psychology 80 'li): li (1972).

13. Behavior Research Methods and Instrumentation 1: 247 (1969).

14. Joumal of Autism and Childh00d Schizophrenia 3 (3): 299 (1973).

15. Joumal of Comparative Ps),chology 98: 35 -44 (1984).

16. Developmental Psychology 17: 313-318 (1981).

17. PrimateS 25: 78-88 (1984).

18. Dados da investigação compilados por Martin Stephens, Ph.D., como indicados em Matemal Deprivation Experiments in Psychology: A Critique ofAnimal Models, um relatório preparado para a American, National and New England Anti-Vivisection Socíeties (Boston, 1986).

19. Statistics of Scientific Procedures on Living Animais, Grã-Bretanha, 1988, Cominand Paper 743 (Londres: Her Majestys Stationery Office, 1989).

20. Gabinete de Avaliação Técnológica do Congresso Norte-Americano, Altematives to Animal Use in Research, Testing and Education (Washington, D.C.: Govemment Printing Office, 1986), p. 64.

21. Depoimentos prestados perante o Subcommittee on Livestock and Feed Grains do Committee on Agriculture, Câmara dos Representantes dos E.U., 1966, p. 63.

22. Ver A. Rowan, Of Míce, Models and Men (Albany: State Univeristy of New York Press, 1984), P. 71; a sua revisão posterior encontra-se numa comunicação pessoal ao Gabinete de Avaliação Técnológica; ver Altematives to Animal Use in Research, Testing and Education, P. 56.

23. OTA, Altematives to Animal Use in Research, Testing and Education, P. 56. 24. Experimental Animais 37:105 (ig88).

25. Nature 334: 445 (4 de Agosto de 1988).

26. The Harvard Bioscience Mole Rat Catalog (South Natick, Mass.: Harvard Bioscience, 1983).

27. Relatório do Littlew00d Committee, PP. 53, 166; citado por Richard Ryder, "Experiments on Animals," em Stanley e Roslind Godlovitch e john Harris, eds., Animais, Men, and Morais (Nova lorque: Taplinger, 1972), P. 43.

28. Números calculados por Lori Gruen a partir de relatórios de dados fomecidos pelo Serviço de Saúde Pública dos E. U., relatórios Computer Retrieval of Information on Scientific Projects (CRISP).

29. Joumal of Comparative and Physiologícal Psychology 67 (1): M (Abril de 1969).

30. Bulletin of the Psychonomic Society 24: 69-71 (1986).

31. Behavioral and Neural Biology 101: 296-299 (1987).

32. Pharmacology, Biochemistry, and Behavíor 17: 645-649 (1982).

33. Joumal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes 10: 307-323 (1984).

34. Joumal of Abnormal and Social Psych0109Y 48 (2): 291 (Abril de 1953).

35. Joumal ofAbnormal Psych0109Y 73 (3): 256 (junho de 1968).

36. Animal Leaming and Mavior 12: 332-338 (ig84).

37. Joumal of Experimental Psychology. Animal Behavior and Processes 12: 277-290 (ig86).,

38. Psychologícal Reports 57: 1027-1030 (ig85).

39. Progress in Neuro-Psychopizarmacology and Biological Psychiatry 8: 434-446 (ig84).

40. Joumal of the Experimental Analysis of Mavior ig (1): 25 (1973).

41. joumal of the Experimental Anaiysis of Behavior 41: 45-52 (1984).

42. Aggressive Mavior 8: 371-383 (ig82).

43. Animal Leaming and Behavior 14: 305-314 (1986).

44. Behavioral Neuroscience l00 (2): go-99 and 98 (3): 541-555 (1984).

45. OTA, Altematives to Animal Use in Research, Testíng and Education, P. 132. 46. A. Heim, Intelligence and Personality (Baltímore: Penguin, 1971) P. 150; para uma magnífica análise do fenómeno no seu conjunto, ver Bemard Rollin, The Unheeded Cry: Animal Consciousness, Animal Pain, and Science (Nova Iorque: Oxford University Press, 1989).

47. Chris Evans, "Psychology Is About People," New Scientist, 31 de Agosto de 1972, P. 453.

48. Statistics ofScientificProcedures on LivingAnimals, Grã-Bretanha, 1988 (Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1989), tabelas 7, 8, e 9.

49. J. P. Griffin e G. E. Diggle, British Joumal of Clinical Pharmacology 12: 453-463 (1981).

50. OTA, Altematives to Animal Use in Research, Testing and Education, p. 168.

51. Joumal of the Society of Cosmetic Chemists 13: 9 (ig62).

52. OTA, Altematives to Animal Use in Research, Testing and Education, p. 64. 53. Toxicology 15 (1): 31-41 (1979).

54. David Bunner et al., "Clinical and Hematologic Efféćts; of T-2 Toxin on Rats," Relatório Preliminar (U.S. Army Medical Research and

Development Command., Fort Detrick, Frederick, Maryland, 2 de Agosto de 1985). As citações do Departamento de Estado são do Report to the Congress for Secretary of State Alexander Haig, March 22, 1982: Chemical Warfare in S.E. Asia and Affianistan (U.S. Department of State Special. Report No 98., Washington, D.C., 1982).

55. M. N. Gleason et al., eds., Clinical Toxicology of Commercial Produas (Baltimore: Wilhams and Wilkins, 1969).

56. PCRM Upilate (Newsletter do Physicians Committee for a Responsible Medicine, Washington, D.C.), Julho-Agosto de 1988, P. 4.

57. S. E Paget, ed., Methods ín Toxicology (Blackwell Scientific Publications, 1970), PP. 4,134-139-

58. New Scientist, 17 de Março de 1983.

59. Sobre o Practolol, ver W. H. lnman e F. H. Goss, eds., Drug Monítoring (Nova Iorque: Academic Press, 1977); sobre o Zipeprol, ver C. Moroni et al., The Lancet, 7 de janeiro de 1984, p. 45. Devo estas referências a Robert Sharpe, The Cruel Deception (Wefiingborough, Northants: Thorsons, 1988). 60. S. E Paget, ed., Methods in Toxicology, P. 132.

61. G. E Somers, Quantitative Method in Human Narmacology and Therapeutics (Elmsford, N.I.: Pergamon Press, 1959), citado por Richard Ryder, Victims ofScience (Fontwell, Sussex: Centaur Press / State Mutual Book, 1983), P.153.

62. Artigo surgido em West County Times (Califómia), 17 de janeiro de 1988.

63. Como noticiado em DVM. The Newsmagazine of Veterinary Medicine 9: 58 (junho de 1988).

64. The New York Times, 15 de Abril de 1980.

65. Para mais pormenores, ver Henry Spira, "Fighting to Win," em Peter Singer, ed., In Defense of Animals.

66. PETA News (People for the Ethical Treatment of Animais, Washington, D. C.) 4 (2):19 (Março/Abril de 1989).

67. "Noxell Significantly Reduces Animal Testing," Comunicado à imprensa, Noxell Corporation, Hunt Valley, Maryland, 28 de Dezembro de 1988; Douglas McGill, "Cosmetics Companies Quietly Ending Animal Tests;' The New York Times, 2 de Agosto de 1989, p. 1.

68. "Avon Validates Draize Substitute, ' Comunicado à imprensa, Avon Products, Nova lorque, 5 de -Abril de 1989.

69. The Altematives Report (Center for Animais and Public Policy, Tufts School of Veterinary Medicine, Grafton, Massachusetts) 2: 2 (julho /Agosto de 1989); "Facts about Amway and the Environment," Amway Corporation, Ada, Michigan, 17 de Maio de 1989.

70. "Avon Announces Permanent End to Animal Testingf Comunicado à imprensa, Avon Products, Nova lorque, 22 de junho de 1989.

71. Douglas McGill, "Cosmetics Companies Quietly Ending Animal Tests," The New York Tímes, 2 de Agosto de 1989, p. i.

72. "Industry Toxicologists Keen on Reducing Animal Use," Science, 17 de Abril de 1987-

73. Bamaby J. Feder, "Beyond "te Rats and Rabbits," The New York Times, 28 de Fevereiro de 1988, Secção de negócios, p. i; ver também Constance Holden, "Much Work But Slow Going on Altematives to Draize Test," Science, 14 de Outubro de 1985, p. 185-

74. Judith Hampson, "Brussels Drops Need for Lethal Animal Tests," New Scientíst, 7 de Outubro de 1q89.

75. Coalition to Abolisli LD50, Relatório dos C00rdenadores 1983 (Nova lorque, 1983), p. 1

76. H. C. W00d, Fever: A Study of Morbid and Normal Physiology, Smithsonian Contributions to KnowIedge, No. 357 (Lippincott, 1880).

77. The Lancet, 17 de Setembro de 1881, P. 551.

78. Joumal of the American Medical Association 89 (3): 177 (1927).

79. Joumal of Pediatrics 45: 179 (1954).

80. Indian Joumal of Medícal Research 56 (1): 12 (ig68).

81. S. Cleary, ed., Biological Eflêm and Health Implications of Microwave Radiations, U.S. Public Health Service Publication PB 193: 898 (ig69).

82. Thrombosís et Diathesis Haemorphagica 26 (3): 417 (1971).

83. Archives of Intemal Medicine 131: 688 (1973).

84. G. Hanneman e J. Sershon, "Tolerance Endpoint for Evaluating the Effects of Heat Stress in Dogs," FAA Report #FAA-AM84-5, Junho de 1984.

8,5. Joumal of Applied Physi0109Y 53: 1171-1174 (1982).

86. Aviation, Space and Environmental Medicine 57: 659-663 (1986).

87. 13. Zweifach, "Aspects of Comparative Physiology of Laboratory Animals Relative to Problems of Experimental Shock;' FederaIProcedings 20, SUPPI. 9: 18-29 (1961); citado em Aviation, Space and Enviromnental .Vedicine 50 (8):8-19 (1979).

88. Armual Review of Physiology 8: 335 (1946).

89. Pharmacological Review 6 (4): 489 (1954).

go. K. Hobler e R. Napodano, Joumal of Trauma 14 (8): 716 (1974).

91. Martin Stephens, A Critique ofAnimal Experiments on Cocaine Abuse, um relatório preparado para a American, National and New England Anti-vivisection Societies (Boston, 1985).

92. Health Care 2 (26), 28 de Agosto-lo de Setembro de 1980.

93. Joumal of Marmacology and Experimental Therapeutics 226(3): 783-789 (ig83).

94. Psychopharmacology 88: 500-504 (1986).

95. Bulletin of the Psychonomíc Society 22 (1): 53-56 (ig84).

96. European Joumal of Pharmac0109Y 40: 114-115 (1976).

97. Newweek, 26 de Dezembro de 1988, P. 50; "TSLJ Shuts Down Comell Cat Lab," The Animals'Agenda 9 (3): 22-25 (Março de 1989).

98. S. Milgram, Obedience to Authority (Nova Iorque: Harper and Row, 1974). A propósito, estas experiências foram amplamente criticadas em termos éticos por utilizarem seres humanos sem o seu consentimento. É, de fato, questionável que Milgram devesse ter enganado participantes na sua experiência como o fez; mas quando comparamos o que lhes foi feito com o que é vulgarmente feito a animais não-humanos, podemos apreciar o ponto até ao qual a maior parte das pessoas é sensível ao avaliar a ética de fazer experiências com humanos.

99. Monitor (publicação da Associação Americana de Psicologia), Março de 1978.

100. Donald J. Bames, "A Matter of Change em Peter Singer, ed., In Defense ofAnimaIs, pp. 160, 166. loi. The Death Sciences M Vetermary Research and Education, (Nova Iorque: United Action for Animals), p. iii.

102. Joumal ofthe American Veterinary Medical Assocíation 163 (9): 1 (1 de Novembro de 1973).

103. Ver endereço no apêndice 3.

104. Joumal of Comparative and Physiological Psychology 55: 896 (1962).

105. Scope (Durban, çfrica do Sul), 30 de Março de 1973.

106. Robert J. White, "Antivivisection: The Reluctant Hydra," The American Scholar 40 (1971); reeditado em T. Regan e P. Singer, eds., Animal Rights and Human Obligations, ia edição, (Englew00d Cliffs, N.J.: Prentice-Hail, 1976), p. 169.

107. The Plain Dealer, 3 de julho de 1988.

108. Birmingliam News, Birmingham, Alabama, 2 de Fevereiro de 1988.

109. "The Price of Knowiedge," transmitido em Nova Iorque, 12 de Dezembro de 1974, WNET/13, transcrição obtida por cortesia de 14'NET/13 c Henry Spira.

110. Citado no relatório da OTA, Altematives to Animal 11se ín Research, Testing and Education, P. 277.

111. National. Heaith and Medical Research Courícil, Code of Practice for the Care and Use ofAnimais for Experimental Pu rposes (Australian Goverriment Publishing Service, Canberra, 1985). Foi recentemente aprovado um código revisto: ver "Australian Code of Practice," Nature 339: 412 (8 de junho de 1989).

112. OTA, Altematives to Animal Use in Research, Testing and Education, p. 377.

113. Pat Monaghan, "The Use of Animais in Medical. Research;' New Scientist, 19 de Novembro de 1988, p. 54.

114. Para um resumo das alterações introduzidas em 1985, e da lei e regulamentos vigentes nesta altura, ver OTA, Altematives to Animal Use in Rescarch, Testing and Education, pp. 280-286.

115. OTA, Altematives to Animal Use in Research, Testíng, and Education, pp. 286-287.

116. OTA, Altematives to Animal Use in Research, Testing, and Filucation, PP.287, 298.

117. National Research Courícil, Use of Laboratory Animals in Biomedical and Behavioral Research (Washington, D.C.: National. Academy Press, 1988). Ver em especial Individual Statement" de C. Stevens.

118. The Washington Post, ig de julho de 1985, p. Aio. Para um relato mais detalhado do caso Germarelli, ver Lori Gruen e Peter Singer, Animal Liberation: A Graphic Guide (Londres: Carríden Press, 1987), PP. 10-23.

119. "Group Charges Gillette Abuses Lab Animais," Chemical and Engineering News, 6 de Outubro de 1986, P. 5.

120. H. Beecher, "Ethics; and Clinical Research , ' ivew England Joumal of Medicine 274: 1354-1360 (1966); D. Rothman, "Ethics and Human Experimentation: Henry Beecher Revisited," New England joumal of Medicine 317:1195-1199 (1987).

121. Da transcrição do "Julgamento dos Médicosf Caso 1, Estados Unidos vs. Brandt et al. Citado por W. L. Shirer, The Rise and Fall of the Third Reich (Nova Iorque: Simon and Schuster, 1960), p. 985. Para descrições adicionais destas experiências, ver R. J. Lifton, The Nazi Doctors (Nova lorque: Basic Books, 1986).

122. British joumal of Experimental Páthology 61: 39 (igSo); citado por R. Ryder, "Speciesism in the Laboratory," em Peter Singer, ed., In Defense of Anímals, P. 85.

123. 1. B. Singer, Enemies: A Love Story (Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 1972).

124. Ver james Jones, Bad Blood: The Tüskegee Syphilis Experiment (Nova lorque: Free Press, 1981).

125. Sandra Coney, The Unfortunate Experiment (Auckland: Penguin Books, 1988).

126. E. Wynder e D. Hofiman, em AtIvances in Gancer Research 8 (ig64); ver também o relatório do Royal College of Physicians, Smoking and Health (Londres, 1962) e estudos feitos pelo Ministério de Saúde dos E.U. Devo estas referências a Richard Ryder, "Experiments on Animals," em Stanley e Roslind Godlovitch e John Harris, eds., Animals, Men and Morals, P. 78.

127. "U.S. Lung Cancer Epidemic Abating, Death Rates Show," The Washington Post, 18 de Outubro de 1989, pa.

128. "The Cancer Watch U.S. News & World Report, 15 de Fevereiro de 1988.

129. Science 241: 79 (1988).

130. "Colombians Develop Effective Malaria Vaccine," The Washington Post, io de Março de 1988.

131. "Vaccine Produces AIDS Antibodies," Washington Times, ig de Abril de1988.

132. "AIDS Policy in the Making," Science 239: 1087 (ig88).

133. T. McKeown, The Role of Medicíne: Dream, Mirage or Nemesis? (Oxford: Blackwell, 1979).

134. D. St. George, "Life Expectancy, Truth, and the ABPI," The Lancet, 9 de Agosto de 1986, P. 346.

135. J. B. McKinlay, S. M. McKinlay e R. Beaglehole, "Trends in Death and Disease and the Contribution of Medical Measures" em H. E. Freeman e S. Levine, eds., Handbook of Medical Sociology (Englew00d Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1988), pa6.

136. Ver William Paton, Man and Mouse (Oxford: Oxford University Press, 1984); Andrew Rowan, Of Mice, Models and Men: A Critícal Evaluation of Animal Research (Albany: State University of New York Press, 1984), capítu10 12; Michael DeBakey, "Medical Advances Resulting From Animal Research em J. Archibald, J. Ditchfield, e H. RowselI, eds., The Contribution of Laboratory Animal Science to the IVelfare of Man and Animals: Past, Present and Future (Nova Iorque: Gustav Fischer Veriag, 1985); OTA, Altematives to Animal Use in Research, Testing and Education, capítulo 5; e National Research Couricil, Use o Animals ín Biomedical and Behavioral Research (National Academy Press, Washington, D.C., 1988), capítulo 3.

137. Provavelmente a melhor das obras que argumentam contra a defesa da experimentação com animais é o livro de Robert Sharpe, The Cruel Deception.

138. "The Costs of AIDS;'New Sõentíst, 17 de Março de 1988, P. 22.

Capítu10 3

i. The Washington Pôst, 3 de Outubro de 1971; ver também os depoimentos prestados, durante Setembro e Outubro de 1971, perante a Subcomissão para o Estudo do Monopólio, da Comissão Especial de Inquérito sobre Pequenas Empresas, no Senado dos E.U., nas Audições sobre o Papel das Grandes Empresas, em especial o testemunho de Jim Hightower, do Projecto de Responsabilização da Indústria de Criação Intensiva de Animais. Para informações relativas à dimensão dos produtores de ovos, ver Poultry Tribune, Junho de 1987, P. 27.

2. Ruth Harrison, Animal Machines (Londres: Vincent Stuart 1964), P. 3. 3. Broiler Industry, Dezembro de 1987, P. 22.

4. Konrad Lorenz, King Solomon's Ring (Londres: Methuen and Company, 1964), P. 147.

5. Farming Express, 1 de Fevereiro de 1962; citado por Ruth Harrison, Animal Machines, p. 18.

6. E D. Thomberry, W. 0. Crawley, e W. E Krueger, "Debeaking: Laying Stock to Control Cannibalism;'Poultry Digest, Maio de 1975.

7. Como noticiado em The Animal Welfare Institute Quarterly, Outono de 1987, P. 18.

8. Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare ofAnimals Kept Under Intensive Livestock Husbandry Systems, Conimand Paper 2836 (Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1965), parágrafo 97.

9. A. Andrade e J. Carson, "The Effect of Age and Methods of Debeaking on Future Performance of White Leghom Pufiets." Poultry Science 54: 666-674 (1975); M. Gentle, B. Huges, e R. Hubrecht, "The Effect of Beak Triniming on Food Intake, Feeding Beliavior and Body Weight in Adult Hens' " Applied Animal Ethology 8: 147-159 (1982); M. Gentle, "Beak Triniming in Poultry," World's Poultry Science Joumal 42: 268275 (1986).

10. J. Breward e M. Genfle, Seuroma Formation and Abriormal Afferent Nerve Discharges After Partial Beak Amputation (Beak Trinuning) in Poultry," Experien ta 41: 1132-1134 (ig85).

11. Gende, "Beak Triniming in Poultry," World's Poultry Science Joumal 42: 268-27-5 (1986).

12. Anuário de 1970 do Ministério da Agricultura dos E.U., p. xxxiii. 13. Poultry World, 5 de Dezembro de 1985.

14. American Agriculturist, Março de 1967.

15. C. Riddell e R. Springer, "An Epizootiological Study of Acute Death Syndrome and Leg Weakness in Broiler Chickens in Westem Canada;' Avian DiseaseS 29: 90-102 (1986); P. Steele e J. Edgar, Importance of Acute Death Syndrome in Mortalities in Broiler Chicken Flocks," Poultiy Scíence, 61: 63-66 (1982).

16. R. Newberry, J. Hunt, e E. Gardiner, "Light Intensity Effects on Performance, Activity~ Leg Disorders, and Sudden Death Syndrome of Roaster Chickens, ' Poultry Science 66: 1446-1450 (1987).

17. Trevor Bray, como noticiado em Poultry World, 14 de junho de 1984.

18. Ver os estudos feitos por Riddell e Springer, e por Steele e Edgar, citados na nota 15 acima.

19. D. Wise e A. Jermings, "Dyschondroplasia in Domestic Poultry," Veterinary Record 91: 285-286 (1972).

20. G. Carpenter et al., "Effect of Intemal Air Filtration on the Performance of Broilers and the Aerial Concentrations of Dust and Bacteria," British Poultry Joumal 27: 471-480 (1986).

2.1. "Air in Your Shed a Risk to Your Health," Poultry Digest, Dezembro /janeiro de 1988.

22. The Washington Times, 22 de Outubro de 1987.

23. Broíler Industry, Dezembro de 1987, e Hippocrates, Setembro/Outubro de 1988. Perdue confirmou que as suas galinhas são desbicadas numa carta que me enviou. Ver também o anúncio da Animal Rights Intemational,
"Frank, estás a dizer a verdade sobre as tuas galinhas?" lhe New York Times, 20 de Outubro de 1989, p. A17-

24. E. Proudf00t, H. Hulan, e D. Ramey, "The Effect of Four Stocking Densities on Broiler Carcass Grade, the Incidence of Breast Blisters, and Other Performance Traits," Poultry Science 58: 791-793 (1979).

25. Turkey World, Novembro/Dezembro de 1986.

26. Poultry Tribune, Janeiro de 1974.

27. Farmer and Stockbreeder, 30 de janeiro de 1982; citado por Ruth Harrison, Animal Machines, p -50.

28. FeedstUfls, 25 de julho de 1983.

29. American Agriculturist, Julho de 1966.

30. As estatísticas do Ministério de Agricultura dos E.U. indicam que em 1986 a população de poedeiras comerciais era 246 milhões, Assumindo que o rácio de incubação macho/fêmea é aproximadamente 50 por dento, e que cada ave é substituída aproximadamente a cada seis meses, a estimativa acima fomecida é mínima.

31. American Agriculturist, Março de 1967.

32. Upstate, 5 de Agosto de 1973, relatório de Mary Rita Kiereck.

33. National Geographic Magazine, Fevereiro de 1970.

34. Poultry Tribune, Fevereiro de 1974.

35. Federal Register, 24 de Dezembro de 1971, p. 24 926.

36. Poultry Tribune, Novembro de 1986.

37. Primeiro relatório do Comitê para a Agricultura, Câmara dos Comuns, 1980-i98i, Animal Welfare in Poultry, Pig and Veal Production (Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1981), parágrafo 150.

38. B. M. Freeman, "Fl00r Space Allowance for the Caged Domestic Fowl;' The Veterinary Record, ii de junho de 1983, PP. 562-563.

39. Poultry Tribune, March 1987, P. 30; "Swiss Federal Regulations on Animal Protection," 29 de Maio de 1981.

40. Informação sobre situação nos Países Baixos fomecida por Compassion in World Farming, e pela Embaixada dos Países Baixos, em Londres.
(Ver também Farmers Guardian, 29 de Setembro de 1989.) Sobre situação na Suécia, ver Steve Lohr, "Swedish Farm Animals Get a New Bill of Rights' " The New York Times, 25 de Outubro de 1988.

41. Poultry Tribune, Março de 1987.

42. Parlamento Europeu, Sessão 198617, Atas da Sessão de 20 de Fevereiro de 1987, Documento A2-211 /86.

43. Poultry Tribune, Novembro de 1986.

44. Uptate, 5 de Agosto de 1973.

45. Animal Liberation (Victoria) Newsletter, Maio de 1988 e Fevereiro de 1989. 46. Roy Bedichek, Adventures with a Naturalist, citado por Ruth Harrison, Animal Machines, P. 154.

47. Qpstate, 5 de Agosto de 1973.

48. Der Spiegel, 1980, no. 47, P. 264; citado em Intensive Egg and Chicken Production, Chickens'Lib (Huddersfield, Reino Unido.)

49. L Duncan e V. Kite, "Some Investigations into Motivation in the Domestic Fowl," Applied Animal Behaviour Science 18: 387-388 (1987).

50. New Scientist, 30 de Janeiro de 1986, P. 33, noticiando um estudo de H. Huber, D. Folsch, e U. Stahli, publicado em British Poultry Science 26: 367 (1985).

51. A. Black e B. Hughes, "Pattems of Corrifort Behaviour and Activity in Domestic Fowls: A Comparison Between Cages and Pens," British Veterinary Joumal 130: 23-33 (1974).

52. D. van. Liere e S. Bokma, "Short-term Feather Maintenance as a Function of Dust-bathing in Laying Hens," Applied Animal Behaviour Science 18:197-204 (ig87).

53. H. Simonsen, K. Vestergaard, e R Willeberg, "Effect of Fl00r Type and Density on the Integument of Egg Layers,' Poultry Science 59: 2202-2206 (1980).

54. K. Vestergaard, "Dustbathing in the Domestic FowlóDiumal Rhythm and Dust Deprivation, ' Applied Animal Behaviour Science 17: 380 (1987).

55. H. Simonsen, K. Vestergaard, e P. Willeberg, "Effect of Fl00r Type and Density on the Integument of Egg Layers.'

56. J. Bareham, "A Comparison of the Behaviour and Production of Laying Hens in Experimental and Conventional Battery Cages, ' Applied Animal Ethology 2: 291-303 (1976).

57. J. Craig, T. Craig, e A. Dayton, "Fearful Behavior by Caged Hens of Two Genetic Stocks " Applied Animal Ethology 10: 263-273 (1983).

58. M. Dawkins, "60 Hens Suffer in Battery Cages? Environmental Preferences and Welfaref Applied Animal Behaviour 25: 1034-1046 (1977). Ver também M. Dawkins, Animal Sufféring.- The Science ofAnimal Welfare (Londres: Chapman and Hall, 1980), capítulo 7.

59. Plain Truth (Pasadena, Califómia), Março de 1973.

60. C. E. Ostrander e R. J. Ybung, "Effects of Density on Caged Layers," New York Food and Lifie Sciences 3 (3) (1970).

61. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação do Reino Unido, Folheto de Informação Técnica no 13, sobre avicultura; citado em Intensive Egg and Chicken Production, Chickens'Lib (Huddersfield, Reino Unido). 62. Poultry Tribune, Março de 1974.

63. Ian Duncan, "Can the Psychologist Measure Stress?" New Scientist, 18 de Outubro de 1973.

64. R. Duribar, "Farming Fit for Animals," New ScientiSt, 29 de Março de 1984, PP. 12-15; D. W00d-Gush, "The Attainment of Humane Housing for Farm Livestock em M. Fox e L. Mickley, eds., Advances in Animal Welfare Science (Washington, D.C.: Humane Society of the United States, 1985).

65. Farmers WeeklY, 7 de Novembro de 1961, citado em Ruth Harrison, Animal Machínes, P. 97.

66. R. Dantzer e R Mormede, "Stress in Farm Animals: A Need for Reevaluation," Joumal ofAnimal Science 57: 6-18 (ig83).

67. D. W00d-Gush e R. Befiharz, "The Enrichment of a Bare Environment for Animals in Confined Conditions" Applied Animal EthOlOgy 20: 209-217 (1983).

68. Ministério da Agricultura dos E.U., Boletim de Dados: Gestão de Suiniculturas, AFS-3-8-12, Ministério da Agricultura, Secção de Assuntos Govemamentais e Públicos, Washington, D.C.

69. E Butler, citado em John Robbins, Diet for a New America (Walpole, N.H.: Stillpoint, 1987). P. 90.

70. D. Fraser, "The Role of Behaviour in Swine Production: a Review of Research," Applied Animal Ethology 11: 332 (1984).

71. D. Fraser, "Attraction to Bl00d as a Fator in Tail Biting by Pigs," Applied Animal Behaviour Science 17: 61-68 (ig87).

72. Farm Joumal, Maio de 1974.

73. Os estudos relevantes são sumariados em Michael W. Feix, Farm Animals: Husbandry, Mavior, Veterinary Practice (University Park Press, 1984),P.126.

74. Farmer and Stockbreeder 22 de janeiro de 1963; citado em Ruth Harrison, Animal Machines, p. 95.

75. "Swine Production Management,' Hubbard. Milling Company, Mankato, Minnesota, 1984.

76. William Robbins, "Down on the Superfarm: Bigger Share of Profits," The New York Times, 4 de Agosto de 1987.

77. Feedstufis, 6 de janeiro de 1986, p. 6.

78. Hog Farm Management, Dezembro de 1975, P. 16.

79. Bob Frase, citado em Orville Schell, Modem Meat (Nova lorque: Random House, 1984), p. 62.

80. Farmer and Stockbreeder, ii de Julho de 1961; citado em Ruth Harrison, Animal Machines, P. 148.

81. J. Messersmith, citado em J. Robbins, Díetfôr a New America, p. 84.

82. Agscene (Petersfield, Hampshire, Inglaterra), junho de 1987, P. 9.

83. Farm Joumal, Março de 1973.

84. "Mechanical Sow Keeps Hungry Piglets Happy," The Westem Producer, 11 de Abril de 1985.

85. National Hog Farmer, Março de 1978, p. 27.

86. Ministério da Agricultura dos E.U., Boletim de Dados: Gestão de Suiniculturas, AFS-3-8-12, Ministério da Agricultura, Secção de Assuntos Govemamentais e Públicos, Washington, D.C.

87. Ministério da Agricultura dos E. U., Boletim de Dados: Alojamento de Suínos, AFS-3-8-9, Ministério da Agricultura, Secção de Assuntos Govemamentais e Públicos, Washington, D.C.

88. G. Cronin, "The Development and Significance of Abnormal Stereotyped Behaviour in Tethered Sows," tese de mestrado, Universidade de Wageningen, Holanda, p. 25.

89. Roger Ewbank, "The Trouble with Being a Farm Animalf New Scientist, 18 de Outubro de 1973.

go. "Does Close Confinement Cause Distress in Sows?" Scottish Farm Buildings Investigation Unit, Aberdeen, Julho de 1986, p. 6.

gi. Farm Animal Welfare Courícil, Assessment of Pig Production Systems (Farm Animal Welfare Courícil, Surbiton, Surrey, Inglaterra, 1988), p. 6.

92. A. Lawrence, M. Appleby, e H. MacLeod, "Measuring Hunger in the Pig Using Operant Conditioning: The Effect of Food Restriction;' Animal Production 47 (ig88).

93. TheStaliStreajoumal, julho de1972.

94. J. Webster, C. Saville, e D. Welchman, Improved Husbandry Systems for Veal Calves," Animal Health Trust and Farm Animal Care Trust, s/d, P- 5; ver também Webster et al., "The Effect of Different Rearing Systems on the Development of Calf Behavior," e "Some Effects of Different Rearing Systems on Health, Cleanliness and Injury in Calves," British Veterinary Joumal 1141: 249 e 472 (1985).

95. J. Webster, C. Saville, e D. Welchman, "Improved Husbandry Systems for Veal Calves," p. 6.
96. J. Webster, C. Saville, e D. Welchman, "Improved Husbandry Systems for Veal Calves," P. 2.
97. The Stall Street Joumal, Novembro de 1973. 98. The Stall Street Joumal, Abril de 1973.
99. The Stall Street Joumal, Novembro de 1973.
l00. Farmer and Stockbreeder, 13 de Setembro de 1960, citado em Ruth Harrison, Animal Machines, P. 70.
101. The Stall Street Joumal, Abril de 1973.
102. G. van Putten, "Some General Remarks Conceming Farm Animal Welfáre in Intensive Farming Systems," artigo não publicado do Instituto de Investigação de Criação de Animais, "Sch00n00rd," Driebergseweg, Zeist, Países Baixos, p. 2.
103. G. van Putten, "Some General Remarks Conceming Farm Animal Welfare in Intensive Farming Systems," P. 3.
104. The Vealer, Março/Abril de 1982.
105. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação do Reino Unido, Regulamentações relativas ao Bem-estar das Vitelas, 1987 (Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1987).
106. J. Webster, "Health and Welfare of Animals in Modem Husbandry Systems - Dairy Cattle," In Practice, Maio de 1986, p. 85.
107. Gordon Harvey, "P00r Cow," New ScientiSt, 29 de Setembro de 1983, PP- 940-943.
108. The Washington POSt, 28 de Março de 1988.
109. D.S.Kronfeid,"BiologicandEconomicRisksAssociatedwithBovine Growth Hormone," Conferência sobre Hormonas de Crescimento, Parlamento Europeu, 9 de Dezembro de 1987, artigo não publicado) P. 4
110. D. S. Kronfeld, "Biologic aild Economic Risks Associated with Bovine Growth Hormone," P. 5.
111. Bob Holmes, "Secrecy Over Cow Hormone Experiments;' Westem Moming News, 14 de janeiro de 1988.
112. Keith Schneider, "Better Farm Animals Duplicated by Cloning," The New York Times, 17 de Fevereiro de 1988; ver também lan Wilinut, John Clark, e Paul Simons, "A Revolution in Animal Breeding, ' New Scientist, 7 de julho de 1988.
113. The Peoria Joumal Star, 5 de junho de 1988.
114. 1s Pain the Price of Farm Efficiency?" New Scientist, 13 de Outubro de 1973, P.171.
115. Feedstufis, 6 de Abril de 1987.
116. Farm Joumal, Agosto de 1967, Março de 1968.
117. S. Lukefahr, D. Caveny, P. R. Checke, e N. M. Patton, "Rearing Weanling Rabbits in Large Cages," The Rabbit Rancher, citado em Federação Australiana de Sociedades Animais, Submission to the Senate Select Committee of Inquiry into Animal Welfare in Australia, vol. 2, Melboume, 1984.
118. The Age (Melboume), 25 de Maio de 1985.
119. Esta dimensão da jaula foi recomendada pela Associação Finlandesa dos Criadores de Animais para Extracção de Peles. Para a marta, a Associação dos Criadores de Animais para Extracção de Peles do Reino Unido recomenda jaulas Com 76cm por 23cm. Ver Fur Trade Fact Sheet, Lynx (ig86), Great Dunmow, Essex.

120. Report of the Tecímical Committee to Enquire into the Welfare of Animais Kept Under Intensive Livestock Husbandry Systems, apêndice.
121. Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animais Kept Under Intensive Livestock Husbandry Systems, parágrafo 37.
122. Ver página 120, acima.
123. Joy Mensch e Ari van Tienhove, "Farm Animal Welfare;'American Scientist, Novembro/Dezembro de 1986, P. 599, citando o relatório de D. W. Folsch, "Egg Production-Not Necessarily a Reliable Indicator for the State of Health of Injured Hens," na 5 a Conferência Europeia sobre Avicultura, Malta, 1976.
124. B. Gee, The 1985 Muresk Lecture, Muresk Agricultural College, Westem Australian Institute of Technology, p. 8.
125. Parlamento Europeu, Sessão 1986/7, Atas da Assembleia de 20 de Fevereiro de 1987, Documento A2-21i186.
126. D. W. Folsch, et ai, "Research on Altematives to the Battery System for Laying Eggs," Applied Animal Behaviour Science 20: 29-45 (1988).
127. Dehoming, Castrating, Branding, Vaccinating Caffie, Publicação No 384 da Mississippi State University Extensíon Service, em c00peração com a USDA; ver também Beef Caffie: Dehoming, Castrating, Branding and Marking, USDA, Farmers'Bulietin No. 2141, Setembro de 1972.
128. Progressive Farmer, Fevereiro de 1969.
129. Pig Farming, Setembro de 1973.
130. Hot-iron Branding, University of Georgia College of Agriculture, Circular 551.
131. Beef Caffie. Dehoming, Castrating, Branding and Marking.
132. R. E. Bristol, Vreconditioning of Feeder Cattle Prior to Interstate Shipment," Relatório de um Seminário sobre Pré-condicionamento realizado na Oklahoma State University, Setembro de 1967, p. 65.
133. Resumo Estatístico de Ministério da Agricultura dos E.U., Inspecção Federal de Came e Aves do Ano Fiscal de 1986.
134. The Washington Pôst, 30 de Setembro de 1987.
135. Colman McCarthy, "Those Who Eat Meat Share in the Guflt,' The Washington Pôst, 16 de Abril de 1988.
136. Farm Animal Welfare Council, Report on the Welfare of Livestock (Red MeatAnimals) at the Time of Slaughter (Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1984) parágrafos 88,124.
137. Harold Hillman, "Death by Electricit)~" The Observer (Londres) 9 de Julho de 1989.
138. "Animals into Meat: A Report on the Pre-Slaughter Handling of Livestock , ' Argus Archives (Nova lorque) 2: 16-17 (Março de 1970); a descrição é de John MacFarlane, vice-presidente da Lívestock Conservation, Inc.
139. Farm Animal Welfare Council, Report on the Welfare of Livestock Men Slaughtered by Religious Methods (Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1985), parágrafo 50.
140. Temple Grandin, carta datada de 7 de Novembro de 1988.
141. Farm Animal Welfare Council, Report on the Welfare of Livestock When Slaughtered by Refigious Methods, parágrafo 27.
142. Science 240: 718 (6 de Maio de 1988).
143. Caroline Murphy, "The'New Genetics'and the Welfare of Animals," New Scientist, lo de Dezembro de 1988, p. 20.
144. "Genetic Juggling Raises Concems," The Washington Times, 30 de Março de 1988.

CapítulO 4

1. Oliver Goldsmith, The Citizen of the World, em Collected Works, ed. A. Friedman (Oxford: Clarendon Press, 1966), V01. 2, p. 60. Porém, aparentemente o próprio Goldsmith inclui-se nesta categoria, pois, segundo Howard Williams em The Ethics of Diet (edição abreviada, Manchester e Londres, 1907, P. 149), a sensibilidade de Goldsmith era mais forte do que o seu auto-controle.

2. Ao tentar refutar o argumento a favor do vegetarianismo apresentado neste capítulo da primeira edição, R. G. Frey descreveu as reformas propostas pelo Comitê para a Agricultura da Câmara dos Comuns em 1981, e escreveu: "No seu conjunto, a Câmara dos Comuns nada decidiu ainda sobre este relatório, e é bem possível que ele seja atenuado; mas, ainda assim, é indubitável que representa um significativo progresso no combate aos abusos da criação intensiva" De seguida, Frey afirma que o relatório mostrava que estes abusos podiam ser cessados através da adopção de táticas que quase exigiam um boicote aos produtos de origem animal. (R. G. Frey, Rights, KiIIing and Suflêríng, Oxford: Black well, 1983, P. 207.) Este é um daqueles casos em que desejava sinceramente que o meu crítico tivesse razão; mas a Câmara dos Comuns não se preocupou sequer em "atenuar" o relatório do seu Comitê Agrícola - limitou-se a ignorá-lo. Oito anos decorridos, nada mudou para a enorme maioria dos animais produzidos intensivamente na Grã-Bretanha. As vitelas constituem uma excepção: um boicote de consumidores desempenhou de fato um papel significativo.
3. Frances M00re Lappé, DietJor a Sma11 Planet (Nova Iorque: Friends of the Earth/Ballantine, 1971), PP. 4-11. Este livro é a melhor introdução ao tópico (os dados nesta secção que não se encontram referenciados foram retirados deste livro, do qual foi publicada uma edição revista em 1982). As principais fontes originais são The World Food Problem, um Relatório da Comissão Científica Consultiva do Presidente (1967); Feed Situation, Fevereiro de 1970, Ministério da Agricultura dos E.U.; e National and State Livestock-Feed Relationships, Ministério da Agricultura dos E.U., Departamento de Investigação Económica, Boletim Estatístico No. 446, Fevereiro de 1970.
4. O rácio mais elevado provém de Folke Dovring, "Soybeans," Scientific American, Fevereiro de 1974. Keith Akers apresenta um conjunto diferente de dados em A Vegetarían Sourcebook (Nova lorque: Putríam, 1983), capítulo lo. As suas tabelas comparam rendimentos nutritivos por acre para aveia, brócolos, came de porco, leite, aves e came de vaca. Embora a aveia e os brócolos não sejam alimentos de elevado teor proteico, nenhum dos alimentos animais produzia sequer metade da proteína dos alimentos vegetais. As fontes originais de Akers são: Ministério da Agricultura dos E.U., Agricultural Statistics, 1979; Ministério da Agricultura dos E.U., Nutritive Valiie of American Foods (Washington, D.C., U.S. Govemment Printing Office, 1975); e C. W. Cook, "Use of Rangelands for Future Meat Production," Joumal ofAnimal Science 45: 1476 (1977).
5. Keith Akers, A Vegetarian Sourcebook pp. go-91, usando as fontes acima mencionadas.
6. Boyce Rensberger, "Curb on U.S. Waste Urged to Help World's Hungry," The New York Times, 25 de Outubro de 1974.
7. Science News, 5 de Março de 1988, p. 153, citando Worldwatch, Janeiro/Fevereiro de 1988.
8. Keith Akers, A Vegetarian Sourcebook, p. l00, baseado em D. Pimental. e M. Pimental, Food, Energy and Society (Nova lorque: Wiley, 1979), PP. 56, 59, Ministério da Agricultura dos E.U.; Nutritive Value of American Foods (Washington, D.C.: U.S. Goverriment Printing Office, 1975).
9. G. Borgstrom, Harvesting the Earth (Nova lorque: Abelard-Schuman, 1973) pp. 64-65; citado em Keíth Akers, A Vegetarian Sourcebook.
10. "The Browning of America," Newsweek, 22 de Fevereiro de 1981, p. 26; citado em John Robbins, Diet for a New America (Walpole, N.H.: Stülpoint, 1987), P. 367.
11. "The Browning of America," P. 26.
12. Fred Pearce, "A Green Unpleasant Land," New ScientiSt, 24 de julho de 1986, P. 26.
13. Sue Armstrong, "Mar00ned in a Mountain of Manure;'New Scientist, 26 de Novembro de 1988.

14. J. Mason e R Singer, Animal Fatories (Nova Iorque: Crown, 1980), p. 84, citando R. C. Loehr, Pollution Implications of Animal Wastes-A Forward Oriented Review, Water PoIlution Control Research Series (U.S. Environmental Protection Agency, Washington, D.C., 1968), pp. 26-27; H. A. Jasiorowski, Intensive Systems of Animal Production,' em R. L. Reid, ed., Proceedings of the II World Conference on Animal Production (Sydney: Sydney University Press, 1975), P. 384; e J. W. Robbins, Environmental Impact Resulting from Unconflined Animal Production (Cincirmati: Environmental Research Information Center, U.S. Environmental Protection Agency~ 1978) p. 9.
15. "Handling Waste Disposal Problems, ' Hog Farm Management, Abril de 1978, p. 17, citado em J. Mason e P. Singer, Animal Fatories, p. 88.
16. Informação da Rainforest Action Network, The New York TimeS, 22 de janeiro de 1986, P. 7.
17. E. 0. Williams, Biophilia (Cambrídge: Harvard University Press, 1984), P.137.
18. Keith Akers, A Vegetarian Sourcebook, pp. gg-i00; baseado em H. W. Anderson, et al., Forests and Water. Effeas of Forest Management on Fl00ds, Sedimentation and Water Supp1y, Ministério da Agricultura dos E.U., Departamento de Florestas, Relatório Técnico PSW-18/ 1976; e J. Kittridge, "The Influence of the Forest on the Weather and other Environmental Fatores," em Organização das Nações Unidas (Alimentação e Agricultura), Forest Influences (Roma, 1962).
19. Fred Pearce, "Planting Trees for a C00ler World,' New Scientist, 15 de Outubro de 1988, P. 21.
20. David Dickson, V00r Countries Need Help to Adapt to Rising Sea Level," New Scientíst, 7 de Outubro de 1989, P. 4; Sue Weüs e Alasdair Edwards, "Gone with the Waves;'New Scientist, ii de Novembro de 1989, pp. 29-32.
21. L. e M. Milne, The Senses of Men and Animals (Middlesex e Baltimore: Penguin Books,1965), capítulo 5.
22. Report of the Panel of Enquiry into Sh00ting and Angling, publicado pela comissão em 1980 e disponível através da Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals (Reino Unido), parágrafos 15-57.
23. Geoff Maslen, "Bluefin, the Making of the Mariners, ' The Age (Melboume), 26 de janeiro de 1985.
24. D. Pimental e M. Pimental, Food, Energy and Society (Nova Iorque: Wiley, 1979), capítulo 9; devo esta referência a Keith Akers, A Vegetarian Sourcebook, p. 117.
25. Ver J. R. Baker: The Humane Killíng of Lobsters and Crabs, The Humane Education Centre, Londres, s/d; J. R. Baker e M. B. Dolan, "Experiments on the Humane KiUing of Lobsters and Crabs," Scientific Papers of the Humane Educatíon Centre 2:1-24 (1977).
26. A minha mudança de opinião sobre os moluscos teve origem em conversas havidas; com R. I. Sikora.
27. Ver pp. 230-231, abaixo.
28. A escolha da palavra "lutarem" não é, de modo algum, uma piada. Segundo um estudo comparativo publicado na The Lancet (30 de Dezembro de 1972), o "tempo médio de trânsito" dos alimentos através do tubo digestivo de um grupo-amostra de não-vegetarianos praticando um tipo ocidental de dieta foi entre setenta e seis e oitenta e três horas; para os vegetarianos, esse tempo foi de quarenta e duas horas. Os autores sugerem a existência de uma ligação entre o, tempo que as fezes se mantém no cólon e a incidência de cancro no cólon e doenças relacionadas, as quais aumentaram rapidamente em nações cujo consumo de came aumentou mas são quase desconhecidas entre os africanos rurais que, à semelhança dos vegetarianos, praticam uma dieta com reduzido teor de came e elevado teor de substâncias vegetais.
29. David Davies, "A Shangri-La in Ecuador," New Scientist, i de Fevereiro de 1973. Baseando-se noutros estudos, Ralph Nelson, da Mayo Medical School, sugeriu que uma elevada ingestão de proteína faz "abrandar o ritmo do nosso motor metabólico" (Medical World News, 8 de Novembro de 1974, p. io6). Isto explicaria a correlação entre longevidade e consumo mínino ou nulo de came.
30. The Surgeon General`s Report on Nutrition and Health (Washington, D.C.: U.S. Govemment Printing Office, 1988).
31. Segundo um despacho telegráfico citado na Vegetarian Times,

Novembro de 1988.
32. The New York Times, 25 de Outubro de 1974.
33. N. Pritikin e P. McGrady, The Pritikin Program for Diet and Exercise (Nova Iorque: Bantam, 1980); J.). McDougall, The McDouga11 Plan (Piscataway, N.J.: New Century, 1983).
34. Francis M00re Lappé, Dietfôr a Smali Planet, pp. 28-29; ver também The New York Times, 25 de Outubro de 1974; Medical World News, 8 de Novembro de 1974, p. 106.
35. Citado em F. Wokes, "Proteins," Plant Foods for Human Nutrition, 1: 38
(1968).
36. Na primeira edição de Diet for a Small Planet (1971), Frances M00re Lappé sublinhou a complementaridade das proteínas para mostrar que uma dieta vegetariana pode fomecer suficientes proteínas. Na edição revista (Nova Iorque: Ballantine, 1982), esta ênfase desapareceu, substituída por uma demonstração de que uma dieta vegetariana saudável conterá proteínas suficientes, mesmo na ausência de complementaridade. Para outro testemunho sobre a adequação dos alimentos vegetais no tocante às proteínas, ver Keith Akers, A Vegetarian Sourcebook capítulo 2.
37. E R. Ellis e W. M. E. Montegriffo, "The Health of Vegans," Plant Foods for Human Nutrition, vol. 2, PP. 93-101 (1971). Alguns veganos pretendem que suplementos de B12 são desnecessários, baseado-se no fato de o intestino humano conseguir sintetizar esta vitamina a partir de outras vitaminas do grupo B. A questão, porém, é esta síntese ocorrer suficientemente cedo no tubo digestivo para que a B12 seja absorvida, e não excretada. Presentemente, a adequação nutricional de uma dieta composta exclusivamente por plantas, sem suplementos, é uma questão científica em aberto; assim sendo, parece ser mais seguro tomar doses suplementares de B12. Ver também E Wokes, "Proteins," Plant Foodsfor Human Nutrition, P. 37.

CapítulO 5

1. Génesis 1:24-28.
2. Génesis 9:1-3.
3. A Política. (Círculo de Leitores, Lisboa, 1975), P. 15.
4. A Política, p. 23.
5. W. E. H. Lecky, History of European Morals from Augustus to Charlemagne (Londres: Lorigmans, 1869),1: 280-282.
6. Mateus 5:1-13.
7. Coríntios 9:9-10.
8. Santo Agostinho, The Catholic and Manichaean Ways of Lifie, trad. D. A. GaHagher e 1. J. Gallagher (Boston: The Catholic University Press, 1966), P. 102. Devo esta referência a John Passmore, Man's Responsibility for Nature (Nova Iorque: Scribner's, 1974), pai.
9. History of European Morals, VOI. 1, P. 244; para Plutarco ver em especial o ensaio "On Eating FlesW, no seu livro Moral Essays.
10. Para Basílio, ver John Passmore, "The Treatment of Animals," The Joumal of the History of Ideas 36: 198 (1975); para Crisóstomo, Andrew Linzey, Animal Rights: A Christian Assessment of Man's Treatment of Animals (Londres: SCM Press, 1976), p. 103; e para São Isaías, o Sírio, A. M. Allchin, The World ís a Wedding. Explorations in Christian Spirituality (Londres: Darton, Longman and Todd, 1978), p. 85. Devo estas referências a R. Attfield, "Westem Traditions and Envirorunental Ethics," em R. Elliot e A. Gare, eds., Environmental Phílosophy (St. Lucia: University of Queensland Press, 1983), pp. 201-230. Para uma análise adicional, ver o livro de Attfield, The Ethics of Envíronmental Concem (Oxford: Blackwell, 1982); K. Thomas, Man and the Natural World. Changing Attitudes in England 1500-180O (Londres: Allen Lane, 1983), PP. 152-153; e R. Ryder, Animal Revolution: Changing Attitudes Towards Speciecism (Oxford: Blackweli, 1989), PP 34-35.
11. Summa Theologica 11, 11, Q64, art.i.
12. Summa Theologica II, Il, Q159, art. 2.
13. Summa Theologica 1, 11, Q72, art. 4.

14. Summa Theologica 11, Il, Q25, art. 3.
15. Summa Theologica 11, 1, Q102, art. 6; ver também Summa contra Gentiles III, lI, 112 para uma posição semelhante.
16. E. S. Tumer, All Heaven in Rage (Londres: Michael Joseph, 1964), P. 163.
17. V. J. Bourke, Ethics (Nova Iorque: Macinifian, 1951), P. 352.
18. João Paulo Il, A Solicitude Social da Igreja (Secretariado Geral do Episcopado, ed. Rei dos Livros, 1988), sec. 34, P. 73.
19. São Francisco de Assis, His Lifie and Writings as Recorded by His Contemporaries, trad. L. Sherley-Price (Londres: Mowbray, 1959), ver em especial p. 145.
20. Pico della Mirandola, Oratíon on the Dignity of Man.
21. Marsílio Ficino, Theologica Platoníca 111, 2 and XVI, 3; ver também Giannozzo Manetti, The Dignity and Excellence of Man.
22. E. McCurdy, The Mind ofLeonardo da Vinci (Londres: Cape, 1932), P. 78.
23. "Apology for Raymond de Sebonde"1 no seu Essays.
24. Discurso do Método, v01. 5; ver também a carta que escreveu a Henry More, 5 de Fevereiro de 1649. Eu usei a leitura normalizada de Descartes, da forma como as suas posições eram entendidas na altura, e foram entendidas pela maioria dos seus leitores até à atualidade; foi, porém, alegado recentemente que esta leitura normalizada é um erro, no sentido em que Descartes não tencionava negar que os animais podem sofrer. Para mais pormenores, ver John Cottingham, " 'A Brute to the Brutes?' Descartes' Treatment of Animals)" PhilosophY 53: 551-559 (1978).
25. John Passinore descreve a pergunta "por que sofrem os animais?" como "durante séculos, o problema dos problemas. Ela engendrou soluções fantasticamente elaboradas. Malebranche [um contemporáneo de Descartes] é bastante explícito ao dizer que, por razões puramente teológicas, é necessário negar que os animais possuem capacidade de sofrimento, já que todo o sofrimento é resultado do pecado de Adão, e os animais não descendem de Adão." Ver john Passinore, Man's Responsibility for Nature, p. 114n.
26. Carta a Henry More, 5 de Fevereiro de 1649.
27. Nicholas Fontaine, Mémoires pour servir à Phistoire de Port Royal (Colônia, 1738), 2: 52-53; citado em L. Rosenfield, From Beast-Machine to Man-Machine. The Theme ofAnimal Soul in French Lettersfrom Descartes to La Mettrie (Nova Iorque: Oxford University Press, 1940).
28. Dicionário Filosófico, "Animais (Os).'
29. Enquiry Conceming the Principles of Morals, capítulo 3.
30. The Guardian, 21 de Maio de 1713.
31. Elements of the Philosophy of Newton, v01. 5; ver também Essay on the Morals and Spirit of Nations.
32. Emile, Everymali~s Library (Londres: J. M. Dent & Sons), 1957,2:118-120.
33. Lecture on Ethics, trad. L. Infield (Nova lorque: Harper Torchbooks, 1963), pp. 239-240.
34. Hansard's Parliamentary History, 18 de Abril de imo.
35. E. S. Tumer, All Heaven in a Rage, P. 127. Outros pormenores nesta secção provém dos capítulos 9 e lo deste livro.

36. Foi afirmado que a primeira legislação protegendo os animais da crueldade havia sido promulgada pela Colônia da Baía de Massachusetts, em 1641. A Secção 92 de "The Body of Liberties," impresso nesse ano, diz: "Homem algum exercerá qualquer Tirania ou Crueldade para com qualquer Criatura bruta que seja em geral mantida para uso do homem"; e a secção seguinte requer um período de descanso para animais que sejam cavalgados. Este é um documento notavelmente avançado; é discutível se tecnicamente era uma "lei", mas certo é que Nathaniel Ward, compilador de "The Body of Liberties", merece ser recordado juntamente com Richard Martin como um pioneiro legislativo. Para um relato mais completo, ver Emily Leavitt, Animals and Their Legal Rights (Washington, D. C.: Animal Welfare Institute, 1970).

37. Citado em E. S. Tumer, All Heaven in a Rage, p. 162. Para uma análise das implicações desta observação que constitui um útil suplemento a este debate, ver James Rachels, Created From Animals: The Moral Implications of Darwinism (Oxford: Oxford University Press, lggo).
38. Charles Darwili, A Origem do Homem (Companhia Portugueza Editora, Porto, 1917), p. v (Introdução).
39. Charles Darwin, A Origem do Homem, p. iii.
40. Ver Lewis Gompertz, Moral Inquiries on the Situation of Man and of Brutes (Londres, 1824); H. S. Salt, Animals' Rights (Londres, 1892; nova edição, Clark~s Summit Pennsylvania, Society for Animal Rights, 1980) e outras obras. Agradeço à Animals' Rights a referência de algumas das citações feitas nas páginas seguintes.
41. Livro 2, capítulo li; para a mesma idéia, ver Francis Wayland, Elements of Moral Science (1835), reimpressão, J. L. Blau, ed. (Cambridge: Harvard University Press, 1963), P. 364, talvez a obra sobre filosofia moral mais vastamente utilizada na América do século XIX.
42. Citado por S. Godlovitch, "Utüities;'em Stanley e Roslind Godlovitch e John Harris, eds., Animals, Men and Morals (Nova Iorque: Taplinger, 1972).
43. Citado em H. S. Salt, Animals'Rights, p. 15.
44. Benjamin Franklin, Autobiography (Nova Iorque: Modem Library, 1950), P. 41.
45. Citado em H. S. Salt, Animals'Rights, p. 15.
46. La Bible de 1'humanité, citado em H. Williams, The Ethics of Diet (ed. abreviada, Manchester e Londres, 1907), p. 214.
47. On the Basis of Morafity, trad. E. E J. Payne (Library of Liberal Arts, 1965), P. 182; ver também Pargera und Paralipomena, capitulo 15.
48. Ver E. S. Tumer, A11 Heaven in a Rage, P. 143.
49. E. S. Tumer, A11 Heaven in a Rage, p. 205.
50. T. H. Huxley, Man's Place in Nature (Ann Arbor: University of Michigari Press,1959), capítulo 2.

Capítulo 6

1. Dean Walley e Frieda Staake, Farm Animals (Karisas City: Hallmark Children's Editions, sem data).
2. M. E. Gagg e C. F. Tárinicliffé, The Farm (Loughborough, Inglaterra: Ladybird Books, 1958).
3. Um exemplo: Lawrence Kohlherg, um psicólogo de Harvard notado pelo seu trabalho sobre desenvolvimento moral, conta como o seu filho, aos quatro anos, assumiu a sua primeira posição moral, recusando-se a comer came porque, como disse, "matar animais é mau." Kohlherg demorou seis meses a convencer o filho a abandonar a sua convicção, a qual, diz Kohlherg, se baseava numa incapacidade de fazer uma distinção correta entre matar j ustificada e inj ustificadamente, e indica que o seu filho se encontrava apenas na fase mais primitiva do desenvolvimento moral. (L. Kohlherg, "From Is to Ought," em T. Mischel, ed., Cognitive Development and Epistemology, Nova Iorque: Academic Press, 1971, PP. 191-192.) Moral da história: se rejeitarmos um preconceito humano disseminado, não somos moralmente desenvolvidos.
4. W. L. Gay, Methods ofAnimalExperimentation (Nova lorque:Academic Press, 1965), p. igi; citado em Richard Ryder, Victims of Science (Londres: Davis-Poynter, 1974).
5. Bemhard Grzimek, "Gequalte Tiere: Unglück für díe Landwirtschaft," em Das Tier (Bema, Suíça), suplemento especial.
6. Como exemplos temos a Lei britânica relativa à Crueldade para com os Animais, de 1876 e a Lei relativa ao Bem-Estar dos Animais, de 1966-1970, dos Estados Unidos, ambas promulgadas em resposta a preocupações sobre a utilização de animais em experiências; estas, no entanto, pouco fizeram em beneficio desses animais.
7. Para uma lista de algumas das organizações mais radicais, ver apêndice 3.
8. E. S. Tumer, All Heaven in a Rage (Londres: Michael Joseph, 1964), P.129.

9. E. S. Tumer, All Heaven in a Rage, p. 83.
10. Gerald Carson, Comflake Crusade (Nova Iorque: Rinellart, 1957), PP. 19,53-62.
11. E. S. Tumer, All Heaven in a Ra-ge, PP. 234-235; Gerald Carson, Men, Beasts and Gods (Nova Iorque: Scribners 1972), P.103.
12. Ver Farley Mowat, Never Cry Wolf (Boston: Atlantic Monthly Press, 1963), e Konrad Loreliz, King Solomon's Ring (Londres: Methuen, 1964), pp. 186-189. Devo a primeira referência a Mary Midgley, "The Concept of Beastliness: Phüosophy, Ethics and Animal Behavior," PhilosophY 48: 114 (1973).
13. Ver, para além das referências acima, obras de Niko Tinbergen, Jane van Lamick-G00dalI, George Schaller e Irenaus Eibl-Eibesfeldt.
14. Ver pp. 207-208, acima.
15. Ver p. 208.
16. Ver Judy Mann, "Whales, Hype, Hypocrisy," The Washington POSt, 28 de Outubro de 1988.
17. Perguntam-me muitas vezes: Que procedimento devemos adoptar com os nossos gatos é cães? Alguns vegetarianos sentem-se compreensivelmente relutantes em comprar came para os seus companheiros animais, pois fazê-lo é ainda apoiar a exploração dos animais. Na verdade, não é difícil alimentar um cão vegetariano - camponeses irlandeses, que não podiam dar-se ao luxo de comprar came, fizeram-no com leite e batatas durante séculos. Os gatos apresentam um problema maior, já que precisam de taurina, um aminoácido não facilmente disponível nas plantas. É agora possível, porém, obter um suplemento vegetariano do grupo americano Harbinger of a New Age. Afirmou-se que isto toma possível que os gatos sejam saudáveis com uma dieta vegetariana, mas a saúde de gatos submetidos a tal dieta deve ser observada de perto. Pode também obter-se informações junto da British Vegetarian Society. Ver apêndices 2 e 3 para os endereços.
18. "On the Legality of Enslaving the Africans;' da autoria de um estudante de Harvard; citado em Louis Ruchames, Racial Thought in America (Amherst: University of Massachusetts Press, 1969), PP. 154-156.
19. Ver Leslie Stephen, Social Rights and Duties (Londres, 1896) citado em Henry Salt, "The Logic of the Larder," surgido na obra de Salt The Humanities of Diet (Manchester: The Vegetarian Society, 1914), PP. 34-38, e reimpresso em T. Regan e P. Singer, eds., Animal Rights and Human Obligations (Englew00d Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1976).
20. S. F. Sapontzis; argumentou que a vida hipoteticamente feliz de uma criança normal e a vida hipoteticamente infeliz de uma criança deficiente são razões para os pais terem ou não a criança apenas quando a criança já existe, não havendo, pois, assimetria. (S. F. Sapontzis, Morals, Reason and Animals, Filadélfia: Temple University Press, 1987, PP. 193-194.) Mas isto significaria que não é errado decidir conceber uma criança infeliz, embora seja errado decidir manter a criança viva uma vez ela existindo. E se soubermos, na altura em que a criança é concebida, que não teremos oportunidade de fazer um aborto ou de praticar eutanásia depois da criança nascer? Teremos então uma criança infeliz, de modo que aparentemente teria sido praticado um mal. Mas, na opinião de Sapontzis, não parece existir uma altura em que esse mal possa ser praticado. Sou incapaz de perceber como esta sugestão resolveria o problema.
21. Ver o meu Ética Prática (Gradiva, Lisboa, 2000), capítulos 4 e 6. Para uma análise adicional, ver Michael Lockw00d, "Singer on Killing and the Preference for Life," Inquiry 22 (1-2): 157-170; Edward Johnson, "Life, Death and Animals," e Dale Jamieson, "Killing Persons and Other Beings," ambos em Harlan Miller e William Williams, eds., Ethics and Animals (Clifton, N. J.: Humana Press, 1983); o ensaio de Johnson foi reeditado em T. Regan e P. Singer, eds., Animal Rights and Human Oblígations (Englew00d Cliffs, N. J.: Prentice 11a11, 2a edição, 19.89). Ver também S. E Sapontãs, Aforals, Reason and Animals, capítulo lo. Porém, para compreender os argumentos subjacentes a todo o debate, a fonte indispensável (mas não fácil!) é Derek Parfit, Reasons and Persons (Oxford: Clarendon Press, 1984), parte IV.

22. O principal defensor dos direitos dos animais é Tom Regan; ver o seu The Case for Animal Rights (Berkeley e Los Angeles: University of Califómia Press, 1983). Indiquei as razões por que discordo dele em "Utilitarianism and Vegetarianism," Philosophy and Public Affairs 9: 325-337 (1980); "Ten Years of Animal Liberation," The New York Review of Books, 25 de Abril de 1985; e "Animal Liberation or Animal Rights," The MOnist 70: 3-14 (1987). Para uma argumentação detalhada de que um ser incapaz de se considerar como existindo no tempo não pode ter direito à vida, ver Michael Tooley, Abortíon and Infânticide (Oxford: Clarendon Press, 1983).
23. Uma defesa de tal posição é apresentada no artigo de R.M. Hare, "Why 1 Am Only a Demi-vegetarian," a ser publicado proximamente.
24. Brigid Brophy, In Pursuit of a Fantasy," em Stanley e Roslind Godlovitch e John Harris, eds., Animals, Men and Morals (Nova Iorque: Taplinger, 1972), P. 132.
25. Ver Cleveland Amory, Man Kind? (Nova Iorque: Harper and Row,, 1974), P. 237.
26. Lewis Gompertz, Moral Inquiries on the Situation ofMan and of Brutes (Londres, 1824).
27. Para um relato eloquente da crueldade inerente à indústria de lanificios australiana, ver Christine Townend, Pulling the W00l (Sydney: Hale and Iremonger, 1985).
28. Ver apêndice 2.
29. Para exemplos de quão brutal e doloroso pode ser o extermínio de 11 pragas", ver jo Olsen, Slaughter the Animals, Poison the Earth, (Nova lorque: Simon and Schuster, 1971) PP. 153-164.
30. Alguns investigadores isolados começaram agora a trabalhar na contracepção para animais selvagens; para unia crítica, ver J. F. Kirkpatrick e 1. W. Tumer, "Chemical Fertility Control and "Tildlife Management," Bioscience 35: 485-491 (1985). Mas os recursos que são investidos nesta área continuam sendo ínfimos, comparados com os que são gastos no envenenamento, abate e captura dos animais.
31. INatural Hístory 83 (3): 18 (Março de 1974).
32. Em A. 1. Melden, ed., Human Rights (Belmont, Calif.: Wadsworth, 1970),P.io6.
33. W. Frankena, "The Concept of Social justice," em R. Brandt, ed., Social Justice (Prentice-Hall, Englew00d Cliffs, N.J., 1962.)
34. H. A Bedau, "Egalitarianism and the Idea of Equality," em J. R. Permock e J. W. Chapinan, eds., Nomos IX. Equality (Nova lorque, 1967),
35. G. VIastos, "Justice and Equality," em Social Justice, P. 48.
36. J. RaNvIs, A Theory of Justice (Cambridge: Harvard University Press, Belknap Press, 1972), P. 510. Para um outro exemplo, ver Bemard Williams, "The Idea of Equality," em P. Laslett e W. Runciman, eds., PhilosopkY, Polítics and Society, segunda série (Oxford: Blacksvell, 1962), p. 118.
37. Para um exemplo, ver a obra de Stanley Berin, "Egalitarianisin and Equal Consideration of Interests," Nomos IX. Equality, pp. 62ff.
38. Ver Charles Magel, Keyguíde to Information Sources in Animal R~glits (jefferson, N.C.: McFarland, 1989). No apêndice i são enumeradas as obras de alguns destes filósofos.
39. R. G. Frey, "Vivisection, Morals and Medicíne, ' joumal of Medical Ethics 9: 95-104 (1983). A principal crítica que Frey faz ao meu trabalho é Rights, Killing and Sufiéring (Oxford: Blackwell, 1983), mas deve ver-se também o seu Interests and Rights: The Case Against Animals (Oxford: Clarendon Press, 1980). Respondo (com demasiada brevidade) aos seus argumentos em "Teii Years of Animal Liberation," The New York Review of BookS, 25 de Abril de 1985.
40. Ver M. A. Fox, The Case for Animal Experimentation (Berkeley: University of Califomia Press, 1986) e a carta de Fox em The Scientist, 15 de Dezembro de 1986; ver também, de Fox, "Animal Experimentation: A Philosopher's Changing Views," Between the Species 3: 55-60 (1987), e a entrevista com Fox em Anímals'Agenda, Março de 1988.

índice remissivo